8

BRASIL ONTEM E HOJE

COLEÇÃO DIRIGIDA POR

Reynaldo X. Carneiro Pessoa
(Da Universidade de São Paulo)

Braz José de Araujo
(Da Universidade de São Paulo)

NELSON WERNECK SODRÉ

INTRODUÇÃO À REVOLUÇÃO BRASILEIRA

quarta edição

CLAUDIO S. DEDECCA
25/DEZ/78

LIVRARIA EDITORA CIÊNCIAS HUMANAS LTDA.
SÃO PAULO
1978

Capa de:
Yvonne Saruê

Rua 7 de abril, 264 – Subsolo B – Sala 5 – São Paulo – SP

Impresso no Brasil *Printed in Brazil*

ÍNDICE GERAL

EVOLUÇÃO DA ECONOMIA

Formação da Economia Nacional

EVOLUÇÃO DA CULTURA

Elaboração da Cultura Nacional

EVOLUÇÃO RACIAL

A Miscigenação e a Sociedade

EVOLUÇÃO POLÍTICA

EVOLUÇÃO POPULAR

Quem é o Povo no Brasil?

PERSPECTIVAS

PREFÁCIO À 4ª EDIÇÃO

Há vinte anos precisamente, numa das esporádicas fases de liberdade que o nosso País conheceu, reuni em livro algumas conferências pronunciadas entre 1954 e 1956, apreciando a evolução da sociedade, a evolução da economia e a evolução da cultura brasileiras, como a evolução racial, quanto ao aspecto da contribuição do negro em nossa formação. O título escolhido foi o de *Introdução à Revolução Brasileira*, categoria que, a partir de então, começou a se vulgarizar. Não sem resistência, particularmente da parte da cultura oficial, com reduto na Universidade, cujo ensino de História era tão ruim quanto o fora no Império. Mesmo adiante, quando a categoria, bem ou mal, fora aceita, houve quem a impugnasse com veemência; assim o coordenador da parte de História de uma das famigeradas e heterogêneas enciclopédias que começaram a ser aqui organizadas, ou simplesmente traduzidas: ele simplesmente proibiu os autores dos verbetes, em reunião, de mencionar aquela categoria. Para ele, não havia Revolução Brasileira. Há, realmente, pessoas, como Pôncio Pilatos, que participam dos processos e dos acontecimentos e não tomam conhecimento deles.

A edição inaugural deste livro trazia, também, um estudo sobre a evolução militar brasileira, que foi violentamente criticado, e despertou iras que, adiante, se conjugariam no movimento que, em 1964, interrompeu o regime vigente em nosso País. A celeuma era, pois, peculiar ao clima de agitação em que vivíamos, preludiando a liquidação das liberdades ainda débeis que vigoravam. Quando da segunda edição, cinco anos depois, retirei o referido estudo, pois decidi ampliá-lo, aprofundá-lo e lançá-lo em volume especial, que seria a *História Militar do Brasil*, publicada em 1965, com reedição em 1968 e proibida de circular em 1969, com apreensão dos exemplares ainda no comércio. Fui honrado, então, com um processo, – um entre outros que me foram impostos, a partir de 1964. Tendo perdido o capítulo referente à evolução militar brasileira, a segunda edição ganhou

dois: um deles se referia à evolução política, contendo conferência pronunciada, em 1959, como aula inaugural dos cursos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB); o outro havia sido publicado avulso, na coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, mantida pela Civilização Brasileira, a grande editora daquela época. Um desses cadernos era de minha autoria e procurava definir quem era o povo, em nosso País; na coleção, apareceu em 1962.

Em 1967, apareceu a terceira edição deste livro. Incluia, agora, um novo e importante capítulo, intitulado "Perspectivas". Escrito em 1966, procurava analisar a situação gerada com o movimento de 1964, que marchava, aceleradamente, para o AI-5 e para tudo o que dele decorreu: para isto que está aí, em suma. Estou contando a história deste livro por dois motivos: o primeiro consiste em frisar que se trata de reunião de trabalhos de datas diversas, e conjunturas diferentes, entre 1954 e 1966, doze anos, portanto – doze anos intensamente vividos, que pareciam dezenas pela densidade de acontecimentos neles ocorridos; o segundo consiste em justificar a ausência de mais um capítulo, aquele que, tal como em 1966, procurasse abrir perspectivas, analisar o quadro da atualidade, dos dias de hoje, quando tudo, no Brasil, está em mudança, em ritmo singular. Seria interessante, sem dúvida, acrescentar esse capítulo, que atualizaria o livro. Lamentavelmente, não me julgo em condições de escrevê-lo. Não disponho dos elementos de informação que me permitiriam estabelecer as grandes linhas do quadro, nem os quantitativos, ligados particularmente às estatísticas, nem os qualitativos, derivados em análises parciais. Seria temerário, assim, lançar-me à empresa de estabelecer o balanço da situação e de lançar rumos ou abrir perspectivas.

Certo, todos estamos diante de uma fase de que temos noção em suas linhas gerais. Todos, por isso mesmo, desejamos conhecer as etapas futuras, o ritmo da mudança, as possibilidades quando menos. Parece evidente que o regime estabelecido em 1964, que teve a sua história (em três fases, pelo menos: de 1964 a 1968, de 1968 a 1974, e de 1974 aos nossos dias) está se aproximando do fim. Trata-se, agora, de saber se será possível conservá-lo, com alterações formais que lhe melhorem a fachada, ou substituí-lo, com alterações essenciais. Ninguém está em condições, penso, de antecipar as etapas de um processo que, sendo inexorável, é complexo. Um dos piores males que o regime nos causou foi, sem dúvida, o desconhe-

cimento a respeito de nossos próprios problemas. A aversão à cultura, que lhe foi peculiar, impediu todos os esforços para a investigação idônea, em todos os campos mesmo aqueles a que o pragmatismo do regime parecia conduzir. A produção cultural, entre nós, abundante sob certos aspectos, revela a superficialidade e as derivações peculiares a um processo de alienação rigorosamente conduzido e estimulado. Vamos ter de trabalhar muito, para selecionar, na massa do que foi publicado, o que pode ser aproveitado. Não apenas, é bom que se frise, na área em que houve apologética; também na área pretendidamente contestatória.

Na "Advertência" da edição inaugural, há vinte anos, com a vigência de liberdades hoje desconhecidas, admitamos como fundamento mínimo da etapa que a Revolução Brasileira atravessava, dois pontos: manutenção e ampliação do regime democrático e solução nacionalista dos problemas de exploração econômica de nossas riquezas. Foi julgado modesto, na época: o esquerdismo furioso cuidava estar às portas da revolução socialista. Hoje, após a dura existência dos três últimos lustros, esse mínimo está de pé. Voltamos à estaca zero. Mas, na verdade, a Revolução Brasileira não parou: a negação originada em 1964, apesar de tudo, está nela inserida, integrou-se no processo. Quando o processo dá um passo atrás, necessita, depois, dar pelo menos dois adiante.

EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE

As Classes Sociais no Brasil

1

A Revolução Comercial e a Sociedade Moderna – A Emprêsa das Navegações Oceânicas – Desenvolvimento do Capital Comercial – A Feitoria.

Se nos fixarmos no conceito fundamental de que a sociedade se divide em classes, de acordo com a forma por que entre essas classes se reparte a posse ou o direito à posse dos bens econômicos, não poderemos deixar de sentir a evidência de que o fato característico do alvorecer da Idade Moderna foi o desenvolvimento mercantil. A época das grandes navegações e das conseqüentes descobertas ultramarinas surgiu por efeito do largo movimento que se convencionou denominar Revolução Comercial. De um modo sumário, aquele movimento, que corresponde à liquidação das relações sociais que caracterizaram o feudalismo, revestiu-se de dois aspectos interessantes: o extraordinário alargamento da área geográfica das trocas, pela incorporação das vastas regiões descobertas na fase moderna ao mundo conhecido, — e o formidável aumento no volume daquelas trocas, com o conseqüente desenvolvimento da riqueza.

Para fundamentar uma expansão tão rápida, que mudaria a fisionomia social do mundo, a época proporcionou o aparecimento das técnicas que lhe eram necessárias: técnicas de construção naval, aumentando a capacidade de carga dos barcos; técnicas de navegação, permintindo-lhes a travessia oceânica; técnicas comerciais, como a que assinala o aparecimento da letra de câmbio, tornando mais flexível o até então rígido aparelhamento que regulava as trocas.

A economia fechada, circunscrita a reduzidas áreas, ilhada em torno de mercados próximos, iria sendo aceleradamente liquidada, na medida em que a Revolução Comercial alastrava os seus efeitos. Como reflexo natural, as relações sociais que correspondiam à estrutura econômica vigente no medievalismo iam sofrendo sucessivas transformações. Em seu conjunto, como é sabido, a etapa histórica que surge assinala a progressiva ascensão da burguesia na escala social. Sua luta contra os velhos privilégios feudais, que beneficiavam a nobreza, marca-se por sucessivos triunfos. A burguesia é a nova força que impulsiona o progresso material e arrasta a sociedade para um quadro histórico inteiramente diverso daquele que vinha apresentando o mundo conhecido, a luta não se processa em todas as regiões com a mesma celeridade e nem atravessa em cada uma as mesmas etapas: há regiões em que a ascensão burguesa é mais demorada, onde a burguesia deve viver lado a lado com a nobreza, a classe cujo domínio era antigo. Outras há em que o triunfo se antecipa, restando à nobreza muito mais uma aparência de dominação, antes uma supremacia formal do que uma supremacia real.

Nesse sentido, é interessante lembrar que, como vem, de algum tempo a esta parte, sendo assinalado repetidamente pelos historiadores, Portugal apresentou — e, de resto, toda a Península, — desde suas origens, quando se desenrolava a luta entre cristãos e muçulmanos, peculiaridades quanto às influências essenciais do medievalismo. O antigo condado de que surgiria, em desenvolvimento progressivo, o reino peninsular, constituiu, realmente, um singular exemplo de precoce formação nacional, pela supremacia que, em seu território, o poder do rei assumiu, desde logo, ao mesmo tempo em que o grupo mercantil, em sua sociedade, surgia com ponderável influência. Portugal ingressa, assim, na Idade Moderna, — pela clareza com que, nele, se apresenta tudo o que caracteriza tal etapa histórica, — muito antes de outros povos europeus.

As injunções da luta contra o sarraceno e a necessidade de afirmar, numa península dividida por prolongadas dissensões, um poder central capaz de polarizar as forças, contribuiram muito para dificultar, de um lado, que os traços fundamentais do medievalismo se aprofundassem, enquanto, de outro lado, concorreriam para conferir ao rei ascendência sobre os demais elementos da nobreza, compelindo-o, ainda, a aceitar os vínculos que ligaram a Coroa ao grupo mercantil, como a conceder direitos aos elementos populares que, em outra situação, dificilmente seriam alcançados por estes.

Terra de trânsito, colocada em zona geográfica privilegiada, do ponto de vista das rotas de navegação mais freqüentadas no tempo, Portugal se aproveitou bastante de tal circunstância, particularmente da passagem das frotas que conduziam os cruzados ao Oriente, e da função que desempenharam os seus portos nas trocas que, de há muito, se haviam estabelecido entre as praças do Mediterrâneo e as do Mar dos Norte. Os estudos de Herculano, e especialmente os de Gama Barros, nos mostram, com nitidez, não só o precoce nacionalismo luso como a repartição das classes sociais no reino quando surge a fase singular das grandes navegações.

O reino peninsular estava, assim, fortemente preparado para ingressar na competição de conquista de novas terras que então teria início. Não, — conforme indica uma historiografia destituída de informação e de método, sem nenhum cunho científico, que opera segundo indícios formais, — pela sua posição geográfica na ponta da Europa, pela predestinação de sua gente para as lides marítimas, porque os seus bosques fossem ricos em madeira próprias para a construção naval. Mas porque era uma nação, isto é, ingressara na Idade Moderna e, em sua sociedade, o grupo mercantil tinha um destacado papel. Não é possível aceitar hoje, com efeito, a arremetida das grandes navegações, — de que resultaram as descobertas ultramarinas e também pricipalmente, o extraordinário aumento das trocas comerciais, — como a empresa da aventura. Nada esteve, realmente, mais distante da mera improvisação, do sonho visionário, da arrancada oriunda do puro heroísmo, do que tudo o que se ligou às grandes navegações. Elas foram, muito ao contrário, o resultado de um

longo e pertinaz esfôrço, fundado no puro método e na cuidadosa e fria montagem que caracteriza os empreedimentos comerciais de importância. E isso não aconteceu apenas, como é aliás natural, no momento em que os navegadores se lançaram às longas rotas oceânicas. Veio acontecendo desde muito antes, no prolongado desenvolvimento mercantil luso, — desde a expansão na costa africana, estendendo-se, depois, pelas ilhas dessa costa ou do oceano. A crônica de Azurara, mostrando as fundas razões que impulsionaram o reino à conquista de Ceuta, é um documento de irrespondível clareza, nesse sentido.

A capacidade para montar a fria e sólida empresa comercial, que surge com as grandes navegações, demonstrada pelo reino lusitano corresponde, pois, ao papel que, em sua sociedade, já desempenhava a grupo mercantil. Portugal estava integralmente incorporado à Idade Moderna, uma vez que, mercê de sua estrutura econômica, a sociedade lusa evoluira de forma a que nela já não eram únicas ae relações peculiares ao mundo feudal. Ao contrário, naquela sociedade, o grupo mercantil conquistara uma posição importante. O reino peninsular participava, assim, e ativamente, e com um grande papel, do acelerado desenvolvimento do capital comercial que caracterizou precisamente a primeira fase da Idade Moderna. No alvorecer do século XVI, quando o Brasil surge para o mundo, esse aspecto essencial da sociedade portuguesa é muito mais claro no que se refere ao comércio com o Oriente, uma vez que, naquelas paragens, o tráfico de especiarias já existia, alterando-se apenas os intermediários e as rotas, que passavam a ser oceânicas.

O traço definidor da distinção que existe, desde o início, entre o papel representado pela América portuguesa e o papel representado pelo Oriente, — e que explica não só a espécie de abandono inicial em que permaneceu esta parte das posses ultramarinas lusas, como as diferenças que aparecerão em seu tratamento porterior, quando tiver início a colonização, — consiste, em essência, em que o Oriente, mercê de seu desenvolvimento material, daquilo que, talvez erradamente, se conhece, em seu sentido vulgar, como civilização, tinha produtos a oferecer ao tráfico, produtos que o mercado europeu já conhecia e que tinham valor de troca, enquanto a América não os tinha, ou não eram eles conhecidos e procurados, ou careciam de valor.

O tráfico marítimo com o Oriente, — em cujo desenvolvimento a descoberta do Brasil, ou o seu apossamento oficial, foi apenas um acidente, — era o alvo a conquistar pela arrancada lusitana da navegação de longo curso e do aparelhamento mercantil que a mantinha. Os produtos do Oriente tinham valor e mercados. Constituiam uma realidade. Existia, naquela região distante, não apenas a produção em si, mas o sistema de comércio, já montado, em pleno funcionamento, desde a fase de escoamento pelos roteiros das caravanas. O tráfico não vai alterar, naquelas paragens, quando se faz pelas rotas oceânicas, a ordem econômica e social, pelo menos nos seus aspectos fundamentais e de conjunto. Vai articular-se com essa ordem, que não tem nenhuma necessidade de substituir ou modificar.

Daí a relativa demora com que o Brasil ingressa no quadro do desenvolvimento do capital comercial. Pela necessidade de criar aqui riquezas, enquanto no Oriente elas já existiam, bem como o sistema de sua exploração. Não é possível esquecer, entretanto, nesse sentido, o papel da fase proto-histórica que é a da feitoria, fundada na exploração do pau-brasil, único bem econômico nativo que a terra pôde proporcionar aos seus descobridores. A feitoria, estabelecida na costa, — muito diversa, pela sua fisionomia e pela sua função, das estabelecidas nas regiões, orientais — não é mais do que um ponto de embarque da madeira abatida nas matas próximas e para aí transportada.

O sistema em que se fundamenta o escambo da madeira tintorial tinha linhas muito simples, uma vez que era rudimentar. Consistia no estabelecimento de uma feitoria, em qualquer aguada propícia, na orla oceânica em que se desenvolviam as grandes matas, feitoria que se resumia em uns poucos homens, que aí permaneciam até o retorno da frota ou do barco que iria trasportar a madeira. No intervalo, a empresa local consistia apenas em derrubar as árvores e trazê-las para a praia. Isso não significa que só tenha havido exploração de pau-brasil em lugares onde se houvesse estabelecido feitoria. Muitas vezes o barco esperava o prazo necessário ao corte e transporte da madeira. Esta rápida descrição do sistema da feitoria vem ao caso para mostrar um aspecto isolado da integração progressiva da exploração colonial brasileira no grande conjunto do capital comercial, integração que condicionou, pelas suas características, a repartição em classes da sociedade nesta parte da América.

Discutiu-se já, e parece que com evidente impropriedade, ou pelo menos com incompreensão, se aos indígenas, que forneciam, via de regra, a mão-de-obra para o corte, transporte e embarque da madeira, se poderia dar a denominação de trabalhadores, isto é, numa estrutura de produção, os que concorrem apenas com o trabalho. Está claro que existe, no caso, uma aplicação rigorosa e verdadeira da expressão. Parece evidente, por outro lado, que, desde essa fase proto-histórica, começa a aparecer a classe da população que, na estrutura de produção, é forçada ao trabalho e que, por isso mesmo, coloca-se no mais baixo nível, na escala social, do ponto de vista da posse ou do direito à posse da riqueza que ajuda a criar. Tal posição, aliás, não deixará de ser confirmada plenamente, logo adiante, quando se estabelece na colônia o regime da grande lavoura, com a diferença de que, nessa etapa ulterior, surge o regime de trabalho escravo plenamente caracterizado. Na fase da feitoria, realmente, o trabalho era esporádico, e o tratamento ao índio, por parte dos concessionários no tráfico da madeira ou dos entrelopos, era mais ou menos livre, sendo aqueles recompensados com pequenos presentes. Na fase seguinte, tal tratamento foi alterado em sua essência, com a vigência do regime escravista.

Na fase proto-histórica de que nos ocupamos surge, pois, no esboço de sociedade que vem substituir as relações coletivas mantidas pelos indígenas, o elemento que, inicialmente, fornecerá o trabalho. Não vemos aparecer ainda, estabelecendo-se na terra, fixando-se nela, o elemento que usufrui do trabalho, porque a exploração da madeira tintorial ou foi objeto de incursões isoladas de barcos de diversas bandeiras ou ficou submetida ao regime de concessão monopolista, de que se conhece o exemplo de Fernando de Noronha, ou Loronha, mercador luso de origem judaica.

As Classes Sociais em Portugal no Século XVI – A Colonização – Origem de Classe dos Primeiros Colonizadores – As Classes e o Direito Português – Alterações do Direito na Obra da Colonização – A Propriedade da Terra – A Sesmaria.

A INSISTÊNCIA com que, entre nós, os estudos históricos permanecem seja no terreno da pura e simples crônica, arrolamento de fatos quase sempre de natureza política, seja no plano aparentemente erudito da análise de documentos, análise superficial, esquecido o princípio de que os documentos constituem material para a história mas não são a história, — tem contribuido amplamente para dificultar a pesquisa e a síntesse em torno do quadro da sociedade lusa do século XI e daquela que surgiu na colônia desde o início do povoamento. Isso acarreta, por outro lado, a vigência de falsas idéias e de conceitos errôneos a respeito desse assuto.

Para citar apenas dois exemplos, queremos nos referir ao problema dos degredados e ao da origem de classe dos dona-

tários e de sua gente mais chegada. A ingênua confusão entre nobre e fidalgo, conceitos bem distintos e definidos, levou alguns estudiosos do nosso passado a supor e difundir que tivessem vindo para o Brasil, desde o início da colonização, elementos da nobreza peninsular. A verdade é que os elemento aqui aportados na fase inicial da colonização, entre eles os donatários e a sua gente mais chegada, aqueles que vieram estabelecer o sistema das capitanias, eram oriundos da pequena nobreza quando muito. E o problema dos degredados carece de significação desde que se estabeleça um sumário confronto entre a legislação da época e os conceitos jurídicos atuais, verificando-se a gama de faltas a que cabia a pena de degredo, faltas que, na realidade, estavam longe de infamar os seus utores.

Outra controvérsia evidentemente especiosa e que, sendo apropriada, alteraria essencialmente o estudo das classes sociais na época colonial, é a que se refere à vigência ou não, no início daquela época, de relações feudais que alguns afirmam terem existido na legislação circunstancial e específica do sistema das capitanias hereditárias. Oriunda de um país feudal, a legislação tem características feudais, naturalmente. A empresa das grandes navegações, as descobertas conseqüentes e o desenvolvimento mercantil pertenceram, pelas suas próprias características, a uma etapa anterior ao capitalismo, a etapa do capital comercial: os dispositivos legais aplicados ao sistema com que se iniciou entre nós, pràticamente, a colonização são caracterizadamente feudais. É preciso considerar, entretanto, a realidade colonial, que se sobrepõe à legislação. Assim, a legislação é feudal, mas a realidade gera o escravismo.

Deixando de parte tais controvérsias, pois, devemos atentar para os traços definidores da sociedade lusa do século XVI, traços que, modificados ou não, serão os da sociedade colonial brasileira do I século. Naquela sociedade, encontramos os profundos efeitos trazidos pela prolongada luta contra os sarracenos, de que resultou a integração territorial da nação portuguesa, e do papel que o grupo mercantil desempenhou nessa luta, ao lado do poder real. Encontramos, assim, na cúpula, uma nobreza territorial e de títulos, em que se integrava grande parte do clero, nobreza largamente beneficiada com doações provenientes da incorporação de novas faixas territoriais, na medida em que os árabes iam sendo expulsos de suas antigas posses, e que gravitava, por isso mesmo, em torno do rei. Segue-se o grupo mercantil cujo papel, ao lado da monarquia, vinha em ascensão desde os tempos em que mal se esboçava a vida autônoma em Portugal. O comércio com a Flandres era já importante, no reino, realmente, no século XII, e se desenvolvera bastante, com a Inglaterra, a partir do século XIII, desde quando, também, barcos portugueses freqüentavam os portos do Mediterrâneo e do Mar do Norte, enquanto a cidade do Porto se convertia num poderoso e rico centro de trocas.

A importância do grupo mercantil não deve ser aferida apenas da que sabemos em relação ao tráfico marítimo. Correntes internas de comércio, oriundas da mobilidade econômica gerada pela guerra aos árabes, desenvolveram-se com relativa intensidade. As exigências da prolongada luta, por outro lado, forçaram a continuação e o desenvolvimento de um capital usurário de que se valia o poder real, em troca, muitas vezes, de concessões para a arrecadação de determinados impostos. É difícil determinar, na verdade, em que medida tal acumulação de capital comercial e de capital usurário era nacional, nem quais, a rigor, os seus laços com a economia do país. Parece não ser demais afirmar que uma parte dela tinha inequívocos traços nacionais, isto é, que existia um grupo português, dentro do qual os grupos não nacionais por origem de bens ou de nascimento encontravam representação, particularmente aqueles ligados a interêsses alemães e italianos. Se nos despirmos de preconceitos, gerados aliás num regime de competição pela riqueza, podemos admitir o elemento judeu como nacional, dada a antiguidade com que vivia no meio luso e o seu papel na integração nacional lusa. O grupo mercantil era, pois, na época dos descobrimentos, um grupo com papel definido, importante e fecundo, na sociedade portuguesa. Estava por trás de todos os grandes empreendimentos que constituiam a história do país.

Vinha por último o elemento desprovido de posses e de riqueza, a que a guerra afetara largamente uma vez que contribuira para enfràquecer as antigas relações que o subordinavam à nobreza territorial. A classe dos servos, realmente, padecera transformações. Seus elementos, em grupos numerosos, emancipavam-se de fato ou de direito, em conseqüência da guerra, enquanto o desenvolvimento desta desorganizava por toda a parte os laços de subordinação dos servos para com os senhores. Tal de-

sorganização, aliás, responde pela necessidade do aparecimento do regime de escravidão nos próprios territórios metropolitanos, regime que vai adquirir, nos territórios ultramarinos, a sua plenitude, e que vai caracterizar, como elemento a mais, o processo de desenvolvimento do capital comercial.

A disponibilidade dos servos se entrosa, também, com a necessidade de recrutamento das levas que fornecerão a equipagem das frotas. Por outro lado, a situação do elemento popular em Portugal pode ser ainda melhor compreendida se atentarmos para a ausência em território luso, de uma agricultura estável e em ascensão, fundamento, em outras zonas européias, desde o início do medievalismo, das instituições que o caracterizaram. Não é possível esquecer, aqui, a tal respeito, a tese de Pirenne, da reagrarização do continente desde que a arrancada dos árabes havia fechado o Mediterrâneo ao tráfico. As Cruzadas, em que a acumulação primitiva, em sua primeira fase, teve um importantíssimo papel, correspondiam à necessidade em reabrir as velhas rotas do mar interior ao comércio com o Oriente. Não é sem razão que o início da Idade Moderna fica assinalado quando tais rotas, tornando-se oceânicas, correspondem ao fim das barreiras impostas pela interposição dos árabes em tal zona de trânsito.

O desenvolvimento das trocas internas, na Península, e particularmente em Portugal, está ligado muito mais ao comércio de intermediação do que ao mercado. A existência de um ponderável mercado interno e a acumulação mercantil que antecede e possibilita as grandes empresas que são as navegações de longo curso assinalam, assim, a posição alcançada na época pela classe popular. Está fora de dúvida que os poderes da nobreza territorial não haviam desaparecido e que o espírito do medievalismo como elementos efetivos de sua vigência, ainda encontravam representação na sociedade portuguesa como, de resto, em toda a sociedade européia.

A posição das classes sociais em Portugal pode ser perfeitamente compreendida pela consulta às leis do tempo, desde a *Ordenação Manuelina,* publicada pela primeiravez em 1514, o *Código Sebastiânico,* de 1569, e a simples recompilação da legislação anterior que é a *Ordenação Filipina,* de 1603. O *Sistema,* ou *Coleção dos Regimentos Reais* regula, por seu lado as questões econômicas e financeiras, contribuindo para esclarecer a

posição das classes em relação à riqueza, e o *Repertório Géral* ou *Índice Alfabético das Leis Extravagantes do Reino de Portugal* reúne os dispositivos que foram surgindo para dirimir os casos particulares, não enquadrados nas *Ordenações.*

Esta a estrutura da sociedade portuguesa no século XVI, quando a empresa das navegações entra na etapa extraordinária das conquistas oceânicas, ampliando as posses ultramarinas do reino. Para enfrentar, em seguida, o problema, até aí desconhecido, da colonização ,isto é, da transplantação a terras desconhecidas e praticamente colocadas fora do campo das trocas comerciais de uma ordem econômica e social que, enquadrando-se no conjunto do desenvolvimento do capital comercial em processo, vai sofrer as influências peculiares à metrópole, de um lado e às próprias zonas coloniais, de outro.

Vimos, de passagem, o que caracterizou, no Brasil, a fase proto-histórica do estabelecimento da feitoria na costa e como foi ela explorada, na base do único bem econômico existente, a madeira tintorial. Veremos, em seguida, aquilo que podemos convencionar como o período histórico, propriamente, quando tem início a obra da colonização, isto é, quando se transferem ao Brasil não só levas de povoamento, destinadas à fixação, à criação de riqueza, como tudo o que dava fisionomia à cultura lusa, suas crenças, instituições, padrões de comportamento, todas as normas que, aqui, vão sofrer as inevitáveis transformações impostas pelo meio.

É necessário distinguir, de princípio, — porque isso teve influência significativa na estrutura econômica e social que surgiu desde os primeiros dias, — a diferença fundamental que existiu entre a colonização espanhola e a colonização portuguesa em terras da América. Aquela encontrou, desde os primeiros tempos, sua base na exploração do ouro e da prata, além de ter deparado, a par de tal peculiaridade, elementos nativos que conheciam os misteres próprios daquela atividade mineradora. Esses elementos, de acordo com os padrões de sua cultura, não conferiam aos referidos minerais senão um valor ornamental. Os colonizadores, entretanto, com a sua intervenção, vão injetar a riqueza nova, proporcionada pelos minerais preciosos, no organismo mercantil, conferindo um extraordinário impulso ao desenvolvimento do capital comercial. O aparecimento de uma riqueza inicial desse vulto, por outro lado, proporcionou à monarquia espanhola uma ascendência correspondente sobre o grupo mercantil, de vez que

o rei se associou, ou monopolizou desde logo, os lucros imediatos da exploração dos minerais preciosos, alterando-se, assim, as *relações entre as classe. O que significa, em última análise,* que a mineração dispensou a existência, nas zonas espanholas em que se apresentou desde os primeiros tempos, de uma classe social associada à sua empresa. O elemento de trabalho já existia, no local, conhecendo o mister, — e a Coroa recebia diretamente os lucros dele. Existe, assim, um profundo desnível entre os dois, sem a componente intermerdiária que, no caso da agricultura colonial, foi a classe dos proprietários territoriais.

Aconteceu com a zona portuguesa da América a circunstância inversa de não ter surgido a mineração nos primeiros tempos. Desse modo, a exploração colonial teria de encontrar outras bases. E tais bases foram realmente encontradas no estabelecimento da atividade agrícola. Em conseqüência das guerras, aquela atividade não atingira, em Portugal, a estabilidade indispensável à acumulação de riqueza. Não existia, no reino, no século XVI, uma atividade agrícola estável e organizada. Por isso mesmo, como ficou dito, houve disponibilidade de mão-de-obra para tipos de atividade que surgiram em substituição. A experiência agrícola, tentada nas ilhas em escala reduzida, encontraria no Brasil o seu momento e todas as condições para corresponder ao esforço que exige de seus participantes. Acarretaria, entretanto, justamente por ser nova para o português, até certo ponto, e na escala que logo assumiria, mudanças radicais naquilo que era tradicional da parte da gente portuguesa. Tais mudanças, como era inevitável, teriam profundas conseqüências no que diz respeito às relações de classe.

Não tendo encontrado riqueza nativa ou já explorada, e tendo de criar riqueza, as primeiras levas de colonizadores, orientando-se para a agricultura, conferem à terra uma indiscutível primazia entre os bens econômicos. O que vai regular a posição das clases, o que vai mostrar a distinção entre elas, então, é a propriedade territorial. Conforme sejam ou não sejam proprietários da terra é que, inicialmente, serão distinguidos os elementos das diversas classes. Segundo o direito à propriedade e o seu exercício, e na conformidade com o abuso que então se verifica, quando a extensão da apropriação territorial proporciona o aparecimento de figuras destacadas e poucas, é que se reconstituem no Brasil não só algumas fortunas individuais ou de família como

uma espécie de patriciado rural que logo passa a ocupar uma situação de indiscutível preeminência, fazendo com que, numa sociedade nova, tenha cabimento o termo nobreza, inteiramente deslocado aqui de seus motivos originários. O termo, em si, carece de importância. O importante é que, pela extensão da propriedade territorial, distingue uma classe.

A empresa das capitanias, em que o rei delega poderes a representantes seus, — poderes que alguns chegaram a achar *majestático,* tal a sua amplitude — proporciona a base para o levantamento da sociedade colonial dos primeiros tempos, base da qual ela só se afastará muito depois, e que dura, assim, longamente. Repartindo o território em largas faixas e concedendo-as aos seus validos, aos quais conferia, ao mesmo tempo, os mais amplos direitos, o rei lhes permitia o usufruto da extensão total, a posse plena de algumas áreas e, o que foi mais importante, o direito de conceder outras áreas, denominadas sesmarias, aos que as requeressem, tudo dentro das atribuições mencionadas nos forais e na obediência às leis do reino.

O instituto da sesmarias não era novo nem mesmo no direito português. Se as suas origens romanas são conhecidas, sua prática no reino era já antiga. Estendera-se às ilhas do Atlântico, quando de sua colonização. A diferença que estabeleceu logo entre o que era tradicional e o que se inaugurava proveio das condições inteiramente diversas em que se estabelecia agora. Desde suas fontes primárias, com a Lei Cássia e a Lei Licínia até o seu estabelecimento no reino, com a lei de Santarém, de 1375, o que se procurava, com o instituto da sesmaria, era fomentar a utilização da terra, tomando-a aos que a deixavam inculta e doando-a aos que se obrigassem a cultivá-la. Isso importava na admissão de uma posse anterior. Ora, esse não era o caso das terras brasileiras, que não tinham antecedentes de posse. O regime estabelecido por D. João III, por outro lado, correspondia à prática revogação da *lei mental* que mandava reverter à propriedade da Coroa as terras não aproveitadas. Tais alterações correspondiam, na verdade, de um lado, ao declínio do grupo mercantil na sociedade portuguesa, onde viria a sofrer sucessivas espoliações, de outro lado, a circunstâncias próprias ao meio colonial, onde a extensão era muita e o direito à propriedade pertencia a poucos.

A legislação ligada ao regime das capitanias, constante ainda das cartas de doação e dos forais, encontra-se em alguns

documentos particulares interessantes, como sejam: *Regimento de Tomé de Souza, Regimento de Antônio Cardoso de Barros, Regimento do Governador-Geral Lourenço da Veiga, Traslado da Carta de Tomé de Souza, Traslado da Carta do Ouvidor-Geral, Traslado da Carta do Provedor-Mor da Fazenda, Traslado da Carta dos Provedores das Capitanias,* e no curioso índice que constitui a *Legislação Portuguêsa Relativa ao Brasil.* Além dêsses documentos, são ainda fecundos em informação sôbre o assunto os seguintes: *Carta de Grandes Poderes ao Capitão-Mor Martim Afonso de Souza, Carta de Poder Para o Capitão-Mor Criar Tabeliões e Mais Oficiais de Justiça, Carta Para o Capitão-Mor Dar Terras de Sesmaria, Carta de Doação a Martin Afonso de Souza, Carta de Foral de Martim Afonso de Souza.* O estudo sistemático da sesmaria, a que se dedicaram todos os que procuraram investigar as origens do direito no Brasil, e que apareceu mesmo em importantes questões forenses, está por ser feito. Autores vários ocuparam-se do assunto, entretanto, como Manuel Madruga, Aarão Reis, Waldemar Ferreira, Cesar Tripoli, e todos os tratadistas que esmiuçaram os aspectos jurídicos. Informações sobre a execução pática da legislação encontram-se em alguns historiadores nacionais e nas coleções de documentos de arquivo, podendo ser consultadas aquelas que foram publicadas, como aconteceu em S. Paulo, com os *Inventários e Testamentos, Atas de Câmara de Santo André da Borda do Campo, Atas da Câmara da Vila de S. Paulo, Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, Cartas de Datas de Terras e Sesmarias.*

Dentro do quadro em que a propriedade territorial se estabelece como base para a colonização e constitui a referência na repartição das classes sociais, é preciso considerar que o estabelecimento da lavoura extensiva, processo único da primeira fase colonial, tem todos os traços de um empreendimento escravista e está vinculado ao conjunto do surto mercantilista da época. O fracasso de muitos donatários se explica mais pela insuficiência dos recursos disponíveis do que pela resistência encontrada no indígena, conforme mencionam as versões vulgares. Recursos relativos ao investimento inicial, principalmente, que permitissem resistir, não às investidas do índio, mas às necessidades imediatas enquanto a produção não fornecia os seus primeiros resultados, pelo menos os de subsistência. Vingaram, assim, aqueles emprendimentos que tinham sólida base material, capaz de

enfrentar as dificuldades dos primeiros tempos, alicerçando a riqueza. Outros, que não dispunham daquela base, estavam naturalmente condenados ao fracasso. A resistência dos primitivos habitantes da terra e dificuldades intercorrentes não constituem explicação suficiente para um desastre que representou a generalidade do quadro.

A propriedade territorial, constituindo a ossatura em que repousava a articulação econômica, por ser a terra o bem por excelência, e servindo para discriminar a posição das classes sociais, deveria ser complementada, entretanto, no estabelecimento do regime de trabalho. Com tal complementação, a estrutura da economia mostra-se em sua plenitude. Ora, o regime de trabalho só encontra uma saída, na empresa colonial, a da escravidão, a do labor servil. Não há outra. O capital comercial alimentado em seu desenvolvimento pelas conquistas ultramarinas, ampliando consideravelmente as áreas de tráfico, vai proporcionar o aparecimento e a longa vigência do regime de trabalho escravo. Aproveitando as levas humanas existentes nas regiões conquistadas, a princípio. Enveredando, em seguida, para a solução da transferência de populações inteiras, na maior transplantação de grupos humanos a que assiste a Idade Moderna. Não nos demoraremos na análise dos motivos por que, depois de extinta há séculos, a escravidão renasceu, para constituir um dos elementos essenciais do desenvolvimento mercantil. Nem é cabível o exame, ainda que sumário, dos aspectos éticos do problema da escravidão, mesmo os que, de forma reflexa, acabaram por ter influência no próprio processo, quando do seu declínio.

Uma particularidade, estreitamente ligada à revivescência do trabalho servil, entretanto, deve merecer atenção. É aquela que nos mostra como a Europa do século XVI, muito ao contrário do que aconteceria na fase seguinte do desenvolvimento econômico, a da Revolução Industrial, produzia os alimentos necessários à subsistência de suas populações, dispensando o seu fornecimento pelas regiões distantes. Assim, as zonas ultramarinas ficavam relegadas à produção de determinados gêneros que o continente europeu não estava em condições de produzir, gêneros que, por isso mesmo, passaram a ser conhecidos como *coloniais*, em conseqüência de se terem tornado, com o passar dos tempos, específicos das áreas submetidas à colonização. É o que acon-

tece com o açúcar, no caso do Brasil. É o que acontecerá, mais adiante, no caso das colônias inglesas do hemisfério norte, e ainda em relação ao Brasil, com o algodão.

Para fundamentar uma produção desse tipo, complementar daquela que se processava em terras européias o regime de trabalho escravo era uma necessidade. Mas, no quadro do mesmo processo, verifica-se que, como conseqüência, o mercantilismo que se gera nas zonas de produção subsidiária de ultramar, perfeitamente entrosado no desenvolvimento do sistema, é uma forma distinta, é a forma colonial do mercantilismo destinada, por sua vez, a servir e complementar o rítmo ascensional da acumulação que então se processa. Tais particularidades influem de maneira profunda na formação e na posição relativa das classes sociais em regiões de estrutura colonial, como o Brasil. Não se deve esquecer ainda, a propósito do trabalho servil, que o tráfico de escravos constitui um dos elementos mais importantes da atividade mercantil. O escravo africano é um produto valioso, colocado nos mercador de ultramar.

Qualquer dos autores que se referiram ao quadro brasileiro do I século, assinala, reiterando mesmo, o quadro autárquico da economia canavieira, aquela que logo assumiu traços definidos e alicerçou a riqueza da colônia. Sabemos bem que a autarquia econômica é uma ficção. Por autarquia, no caso, entende-se a possibilidade, que os engenhos tiveram, de prover as suas necessidades com os produtos oriundos dos seus próprios recursos, ainda que tais necessidades fôssem extremamente rudimentares, correspondendo a objetos, utensílios, utilidades e alimentos. Coisa bem distinta da autarquia que compreende o domínio financeiro, pois. É aquela a significação real, e nos interessa porque mostra como o trabalho escravo compreendia atividades do tipo artesanal, colocadas, mesmo nos quadros medievais, em nível superior. Não só os engenhos supriam de utilidades a sua gente. Mesmo na organização produtora típica da redução jesuítica, quadro inteiramente diverso, encontramos a repetição do fenômeno. Ora, a importância estava precisamente em que o espaço deixado ao trabalho livre era tão exíguo que podia ser admitido como nulo. Não tinha representação, pràticamente.

Os cronistas da referida fase são unânimes, por outro lado, em assinalar que não existia na colônia *coisa pública*, que tudo

girava na órbita da ordem privada, ainda os trabalhos de melhoramentos, destinados a uso comum, à função coletiva, como as estradas, as pontes, o rudimentar aparelhamento portuário. Essa ausência de coisa pública, tão frisantemente proclamada, corresponde, na verdade, à ausência do que hoje convencionamos como *povo,* isto é, gente livre, vivendo do seu trabalho. A renumeração salarial, por tudo isso, não tem existência prática. Não há lugar para ela no quadro da economia colonial do I século. Nem poderia haver. Daí as distinções fundamentais entre o mercantilismo que se desenvolve em suas regiões originárias, no continente europeu, e o mercantilismo colonial que aqui se desenvolve, defectivo em alguns elementos, embora estejam estreitamente conjugados, sejam peças do mesmo sistema.

A sociedade da primeira fase colonial, pois, tem linhas rígidas e muito simples. Na cúpula, encontramos os proprietários de terra e de escravos, — aqueles que, com o passar dos tempos, constituiriam o que alguns estudiosos apreciam denominar *patriciado rural, aristocracia rural, nobreza rural.* Não importa discutir a propriedade ou não das denominações. Importa definir tal classe, e ela se define, com precisão absoluta, segundo o direito e o exercício da propriedade, propriedade da terra e propriedade do escravo, nìtidamente conjugadas, pois o sistema deixaria de funcionar sem essa conjugação. Embaixo, encontramos as cada vez mais numerosas massas de escravos, sem qualquer direito, tratados os seus indivíduos como coisas pela própria legislação, fornecendo trabalho sem perceber qualquer recompensa em moeda, assegurada apenas a subsistência, no interesse do proprietário e não segundo princípios éticos. De permeio, pràticamente, nada existe, — não existe espaço para o trabalho livre, não existe coisa pública, não existe povo, e não pode existir, pois, classe média. E nem existe, de outra parte, qualquer elemento caracterizadamente pertencente à burguesia.

Tal estrutura responde com perfeição às necessidades do desenvolvimento do capital comercial. Resiste a qualquer modificação, dotada de uma vitalidade, de um poder de duração que indica a sua fôrça. Gera traços que uma sociologia superficial se esmera em discriminar, detendo-se muito em tais problemas secundários, como *patriarcalismo, paternalismo, endogamia,* deixando de parte o que está por trás de tais reflexos e de tais expressões.

Transformações da Sociedade Brasileira no III Século – A Mineração – Declínio do Grupo Comercial – Capital Comercial e Capital Usurário – A Coroa como Sócia na Exploração Colonial – Fundamentos da Economia Predatória.

AFIRMAMOS que a estrutura social gerada nos primeiros tempos da colonização teve capacidade para durar muito e para evitar transformações que a afetassem. Isto não significa, entretanto, que, sob a aparente placidez com que se apresentava a sociedade brasileira na época colonial, — cujos fenômenos principais são constituidos, dentro daquela estrutura, pela extensão do apossamento da terra e pela elevação da população escrava, — tudo corresse sem a mínima alteração. É que as alterações não tiveram força para afetar realmente a fisionomia social. Entre elas, é importante não esquecer a das lutas dos escravos nos quilombos e a da intercorrência singular do domínio holandês na faixa nordestina. Aquelas não tiveram condições para erigir-se em perigo demasiado sério, entretanto, e esta, após ter

chegado a operar transformações de vulto, acabou por diluir-se, sem deixar vestígios ponderáveis na sociedade.

O primeiro acontecimento importante, que introduz um fator novo na vida colonial e vai concorrer para alteração na estrutura da sociedade, vem a ser, realmente, o aparecimento da atividade mineradora, dentro dos moldes em que a colocou a Coroa portuguesa, aproveitando os elementos existentes na terra. Aquela atividade, que enche o III século, concorre, de forma acentuada, para modificar o quadro apresentado até então. Até aí, vinha existindo, com maior ou menor intensidade, uma participação de grupos particulares da metrópole na exploração econômica que se desenvolvia na América. A Coroa, fortalecida, nos primeiros tempos, pelos resultados do comércio com o Oriente e, depois, pela contribuição arrecadada sobre o movimento exportador colonial, além do que levantava através das concessões de exploração, por particulares, de bens econômicos ditos realengos, ia entrar a fundo na participação da atividade mineradora, carreando para as suas arcas lucros formidáveis e colocando-se, assim, em posição privilegiada como beneficiária econômica e financeira daquela atividade. O trabalho agrícola permitira, realmente, o enriquecimento de uma classe, a dos proprietários de terras e de escravos. O da mineração, ao contrário, deixaria um mínimo de margem para essa participação dos elementos locais, ao mesmo tempo que acarretaria uma ponderável alta no preço dos escravos, formentando, assim, o deslocamento de grandes levas de trabalhadores servis, transferidos de uma região para outra, das zonas agrícolas para as zonas mineradoras, num processo que não poderia deixar de perturbar a atividade tradicional.

O declínio do grupo mercantil luso, que já se vinha processando, desde que a expansão ultramarina fora levada aos seus máximos limites, terá apenas acentuados os seus traços. As transformações operadas na sociedade lusa, realmente, desde o século XVI, representavam uma curiosa involução, que tinha os seus motivos ancorados no papel assumido pela Coroa na atividade comercial. O declínio do grupo mercantil luso se fundamentava na estreiteza do espaço que lhe vinha sendo concedido, na exploração do tráfico ultramarino, em virtude da desmedida participação da Coroa que por, outro lado, investia em benefícios da nobreza os seus lucros, como em empreendi-

mentos suntuários, de natureza antieconômica. Esse declínio acentuava-se de forma grave quando, escondida sob motivos religiosos, a expulsão dos judeus indica apenas a espoliação de um dos grupos mais ativos da sociedade lusa, grupo que tinha a sua ação já reduzida a uma simples acumulação usurária, por força da estreiteza deixada ao capital particular na participação da atividade comercial.

A mineração colonial vai conferir um considerável impulso ao sentido já tomado pela transformação da sociedade portuguesa, arruinando todas as possibilidades de estuturação de uma economia nacional. A transferência de capital usurário para regiões onde encontrava garantias e perspectivas de melhor aplicação não foi dos menores males trazidos aos reinos da Península pela referida involução. Também o capital comercial se desinteressou do quadro luso e espanhol, buscando regiões onde encontrava possibilidades de exercer o seu papel. Assim, nem Portugal e nem o Brasil recebem os benefícios da mineração, no sentido de deixarem eles resultados na estrutura econômica e, portanto, na estrutura social da metrópole e da colônia. Nesta, muito ao contrário, concorre para reduzir mais ainda as possibilidades de transformação social que poderiam fundamentar o esboço de uma classe comercial, o delineamento de uma economia própria, de vínculos profundos com a colônia, alicerçando o seu desenvolvimento.

As conseqüências de tal mudança são ainda mais profundas. Elas influem no sentido de ampliar e acentuar de maneira extraordinária os efeitos da exploração predatória dos bens econômicos que a colônia proporcionava. O conteúdo essencial da exploração que se processa no Brasil é o do desperdício, do esbanjamento, do esgotamento da riqueza, da transferência pura e simples desses bens ou dos lucros que eles proporcionam. Tais lucros se acumulam, na colônia, de maneira extremamente lenta, uma vez que, nela, permanecem apenas os seus resíduos. Na metrópole, há vestígios que denunciam uma época de esplendor, efetivamente. São as obras suntuárias, as dotações oriundas do beneplácito real, uma ostentação de aparência grandiosa que, no fundo, não esconde senão o dessoramento de uma estrutura econômica que tivera grandes momentos.

A espoliação mineradora, por outro lado, coloca em antagonismo, pela primeira vez as classes dominantes na colônia e na metópole. Alguns sinais políticos desse antagonismo são evidentes: reina inquietação, já se conspira contra o poder metropolitano, já se pensa em conseguir a autonomia, isto é, a libertação dos ônus de uma dominação que se desvinculava cada vez mais dos elementos que usava, na colônia, para se manter. Isso explica, em suma, como o processo da Independência não se vai caracterizar pelo desenvolvimento de uma economia nacional, fundada particularmente pela ascedência de uma burguesia vinculada ao sistema local de produção, — mas apenas no afastamento da participação metropolitana. Aquele processo, no fim de contas, decorrerá muito mais no plano político do que no plano econômico, ou melhor: não acarretará, neste, transformações em profundidade. E não importará em alteração alguma do quadro social vigente, no que esse quadro dependa apenas do processo da autonomia.

No III século, entretano, haviam aparecido fatores novos na vida brasileira. O mais importante é o indicado pela esboço de um mercado interno que não tinha antes existência prática. Se a zona mineradora nos apresenta crises de fome que correspondem à unilateralidade da exploração nela desenvolvida, o adensamento humano que polariza obriga a uma circulação comercial interna de razoável importância. Não se indica tal circulação apenas no fornecimento aos núcleos mineradores de gado para a alimentação e de muares para o transporte, como de utilidades. Isso não interessa apenas zonas nordestinas e sulinas, em que os rebanhos tinham alcançado deenvolvimento, como os portos mais próximos, por onde entravam os produtos ou chegavam outros, fornecidos por zonas diversas da colônia. Surge, naquela fase, a rudimentar rede de estradas que liga as regiões entre si e estabelece roteiros terrestres de circulação comercial, bem como possibilita o escoamento do ouro. Tais sinais denunciam, assim, a existência de um mercado interno cuja importância relativa cresce com o passar do tempo.

Esbôço da Atividade Comercial Interna – Aparecimento do Espaço para o Trabalho Livre – Degradação do Trabalho – A Atividade Urbana – A Cidade como Pôrto e como Sede do Aparelhamento Administrativo e Fiscal.

A SOCIEDADE de linhas simples dos dois primeiros séculos, a que nenhum fator afetara até então, começa a sofrer as primeiras transformações acentuadas, — muito lentas, na verdade, — que não lhe afetam os fundamentos, mas que constituem a base de alterações muito importantes que aparecerão nitidamente adiante. A circulação interna de mercadorias, a quebra do panorama antigo em que se destacava a fisionomia autárquica dos núcleos de produção agrícola, suprindo as próprias necessidades e, mais do que isso, reduzindo-as ao mínimo, começa a proporcionar espaço ao trabalho livre, ao mesmo tempo que cria as primeiras condições para o estabelecimento de uma vida urbana que até então tinha sido impossível.

O comércio urbano não só se desenvolve como começa a ter um papel. Sua posição no quadro da sociedade ainda é sem relevo, porque só a propriedade territorial distingue. Mas isto está longe de significar que não tenha existência e função. Alguns episódios nos mostram já os primeiros choques entre os elementos comerciais e urbanos e os elementos territoriais e agrícolas. O caso apresentado pelo contraste entre a cidade portuária de Recife, centro comercial, e a vila de Olinda, residência senhorial com dignidade citadina, denuncia a existência do problema, Em outra zona, a rebelião de Beckman, testemunha a sua presença. No fim do III século, o espetáculo da Conjuração Baiana, com a participação de artífices, indica, de maneira eloqüente, a existência de atividades livres, de atividades urbanas, de atividades comerciais, quebrando a fisionomia antiga, tornada tradicional pela longa duração, quando a sociedade se desnivelava bruscamente do senhor ao escravo. Esboçam-se os traços de uma classe média, a cuja evidência e principalmente a cuja representação política a dos senhores opõe todos os obstáculos, e ainda de uma classe trabalhadora que está muito distanciada do escravo.

Tais alterações enquadram-se na moldura natural do ambiente urbano. A cidade adquire, a pouco e pouco, uma função, o que não acontecia no passado. Surgem, com a divisão progressiva do trabalho, extraordinária no regime colonial, e tardia em conseqüência disso mesmo, profissões e misteres que até então não haviam encontrado oportunidade para definir-se. A resistência da classe proprietária não deixa de ser continuada e rigorosa. Apresenta mesmo todos os sinais exteriores que evidenciam a sua longa e indisputada primazia social. Entre eles, o horror ao mister do comércio, relegado a um nível secundário no conceito vigente. Outro, mais importante porque mais profundo, o horror aos trabalhos que exigissem esforço ou habilidade física, entre os quais se colocavam todos os que se aparentassem com o artesanato.

Nem só o aumento demográfico e as sobras humanas da atividade agrícola, aquelas que já não encontravam em tal atividade um lugar, impunham um papel à cidade. O próprio aparelhamento administrativo e político havia crescido o suficiente para dar aos centros urbanos uma função. Desenvolvera-se a administração, particularmente nos setores judiciário e fiscal, enquanto as milícias, de um lado, e o clero, de outro,

não só aumentavam como, o que é mais importante, recolhiam elementos da terra, davam-lhe uma posição. Profissões urbanas de alguma variedade surgiam. Os núcleos urbanos, antigamente meros portos de embarque dos produtos ou mercadorias destinados ao exterior, viam sua fisionomia mudar muito depressa. Esboçava-se a rede interna de comunicações, neutralizando um pouco a absoluta primazia dos transportes marítimos oriunda da primeira fase da colonização.

Nas cidades, a maior parte dos trabalhos pertencia ao escravo ainda, agora com uma parte doméstica muito grande, além da que tinha como trabalhador de profissões diversas, fornecendo o lucro aos seus proprietários. O grupo comercial, entretanto, ia crescendo em importância, de tal sorte que, muitas vêzes, colocavam-se os seus elementos na posição de credores ante os representantes da classe superiormente aquinhoada na distribuição da riqueza. Diversificava-se a produção, por outro lado, não só sob o influxo da atividade mineradora, em declínio no fim do III século, como pela solicitação dos mercados externos. A fisionomia social nem só se alterava nas zonas tradicionais como oferecia aspectos peculiares em zonas do interior, particularmente em algumas cuja distância do centro de gravidade colonial constituia um traço de diferenciação já importante, como a amazônica e a sulina, onde o trabalho escravo não chegara a vincar profundamente as linhas da sociedade. Aquela distância contribuia para que as peculiaridades de tais zonas tivessem uma influência reduzida ou consideràvelmente atenuada no conjunto da colônia. Não seria possível esquecê-las, porém, mesmo porque, logo adiante, vão denunciar, através de perturbações de importância, a agudeza e a força com que sofrem as transformações sociais.

De um modo muito sumário, denuncia-se no III século o aparecimento de uma classe média de características essencialmente urbanas, inteiramente divorciada da terra, enquanto surge a classe trabalhadora, agora definida pela retribuição do seu trabalho em dinheiro, inteiramente distinta da massa constituida pelo elemento escravo que, apesar de tudo, também encontra campo de atividade agora em misteres urbanos e domésticos. A classe proprietária, por seu lado, vê-se colocada em progressivo antagonismo com a Coroa, deixando de fornecer-lhe o apoio maciço de antigamente, deixando de representá-la no interior, como na primeira fase.

5

A Revolução Industrial – Liberdade de Comércio e Autonomia Política – Conquista do Poder pela Classe Proprietária – As Profissões Liberais e os Quadros Políticos – Divisão do Trabalho e Liberalismo Econômico – Liberalismo Político.

A ACUMULAÇÃO capitalista, desde o século XVIII, atingira o nível em que teria que passar a uma nova etapa do seu desenvolvimento. Tal etapa, no conjunto de transformações que compreende, ficou conhecida como Revolução Industrial. Não nos deteremos em caracterizá-la, pela necessidade de verificar, de preferência, os seu reflexos na colônia. Mas não é possível esquecer que, entre as suas características mais evidentes, estava a da necessidade de ampliar os mercados, rasgando as cortinas do mundo enclausurado e submetido ao regime de monopólio comercial que era a América, nas regiões dominadas pelas metrópoles peninsulares. Só esse regime, realmente, conseguira manter a posição das Coroas de Lisboa e Madri como

participantes diretas e quase absolutas na exploração colonial de suas áreas.

Ele se apresenta agora, entretanto, em face das trans-formações econômicas do mundo, como um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo em sua etapa de acabamento, a da expansão industrial, que injetaria nas trocas um formidável impulso, fazendo-as crescer em volume, em variedade e em valor. Até então, as concessões que tal expansão conseguira obter, penetrando a pouco e pouco nos vastos mercados americanos sob domínio espanhol e português, haviam sido compatíveis com a manutenção, em seu conjunto, do regime de clausura e de monopólio e do papel que, nesse regime, representavam as duas Coroas. Chegara a fase, porém, em que isso já não era possível. Ora, romper a clausura, derrocar o sistema de monopólio comercial, correspondia, sem qualquer dúvida, a desligar as regiões coloniais dos laços que as prendiam às metrópoles, uma vez que tais laços estavam reduzidos à simples submissão às respectivas Coroas, não havendo consórcios de interesses mais entre as classes dominantes de um e de outro lado do oceano, ou não havendo, nesses consórcios de interesses, a força suficiente para deter a marcha natural dos acontecimentos, uma vez que estavam consideravelmente enfraquecidos. Já não havia nas colônias, assim, forças econômicas associadas à metrópole, seja pela Coroa, seja pela classe dominante, correspondendo a uma classe que defendesse aqui, como seus, os interêsses metropolitanos. Muito ao contrário, a classe proprietária, na colônia, se desinteressara inteiramente da forma de subordinação política em que a área portuguêsa da América estava colocada.

A liberdade comercial com o exterior, antecipando-se à concretização da autonomia política, representava o primeiro passo para esta, entretanto, e a tornava inevitável. Entre a liberdade comercial, conseguida com a abertura dos portos e com o advento de regime tarifário circunstancial, e o rompimento dos laços políticos havia uma identidade absoluta. A sucessão dos fatos veio confirmar tal identidade, sancionando uma situação irrecorrível. Nessa transferência de domínio, a posição da classe proprietária não sofria nenhuma mudança. Sua primazia estava assegurada. O processo da independência, pois, nada tinha de revolucionário, no sentido em que só existe uma revo-

lução onde se altera o direito privado, onde a posição relativa das classes sociais sofre mudança. Viria a caber àquela classe, por outro lado, o poder público, onde substituiria os mandatários da Coroa. Cabia-lhe fazer com que a transformação política representasse o mínimo possível de alterações. No nosso caso, o cuidado se extremou até no detalhe de conservar como imperador o principe regente.

Por mais suave que fosse a transição, entretanto, e por maiores que fôssem os esforços em fazê-la suave, acarretando o mínimo possível de modificações, o momento da autonomia política representou uma pequena pausa na inexorável pressão representada pelo domínio absoluto da classe proprietária, um rápido hiato, até que ela reorganizasse as suas fileiras e se acomodasse ao novo quadro que se apresentava, recrutando ainda os elementos que iriam, na construção administrativa e política que se levantava, definir a sua posição e assegurá-la. Foi suficiente, no entanto, essa breve pausa para que sinais inequívocos da longa transformação que tivera início no III século surgissem por toda parte. A colônia de alguns anos atrás, agora país independente, depara uma crise singular quando, na complexidade e variedade dos seus quadros, divorciados pela extensão e pelas dificuldades de tranporte; denunciam-se movimentos os mais característicos. Muito do que tiveram tais movimentos, particularmente o dos cabanos e o dos farrapos, pela intensidade e duração com que evidenciaram a sua gravidade, era peculiar às zonas em que repontaram. Houve entre eles, por outro lado, identidades que não devem permanecer obscurecidas. Entre estas, a presença de uma classe média que, ainda indecisa em suas linhas, insegura no encontrar o seu caminho, incapaz de definir pollticamente as suas aspirações, jogava entre o impulso popular, a que se não acomodava, e a pressão dos proprietários territoriais, a que se não submetia sem resistência. Um estudo meticuloso e seguro dos movimentos de rebeldia da prolongada fase que se estende da abdicação do primeiro imperador à maioridade do segundo há de conduzir, sem muitas dificuldades, à verificação das transformações a que nos referimos. A classe média, entre nós, passava a ter um lugar na escala social, passava a denunciar a sua existência.

Dentro do quadro proporcionado pela transição de poderes, teve função de particular importância a necessidade de re-

crutar elementos para conferir vigência ao aparelhamento político e administrativo que se forjava para a vida independente e, sob os influxos, pelos menos aparente, de um liberalismo político que estava em sua plenitude com o desenvolvimento da Revolução Industrial. Havia que preencher as assembléias legislativas provinciais e a geral, que prover as funções judiciárias, que dar forma à força militar. É na classe média que vão ser recrutados muitos desses elementos. Outros o serão, como estava implícito no domínio da classe proprietária, recrutados nela própria. Entre estes últimos os que se destinavam à representação política. Surgiam, e não por coincidência, na fase de que tratamos, os cursos jurídicos, destinados a preparar os elementos que constituiriam os quadros da organização administrativa e política, de tudo aquilo que representasse o governo.

Numa sociedade que se definia pelo primado dos proprietários territoriais, pela presença de uma classe média de formação recente e destituida de força, pela existência de uma classe trabalhadora em que a massa servil representava esmagadora maioria, levantar-se-ia um construção política de pretensa representação, rotinada em suas manifestações e pesada na elaboração de suas leis. Na fachada, realmente, dentro dos padrões do liberalismo, a possibilidade para manifestar tendências e para pleitear direitos. No fundo, uma ausência total de possibilidade para uma e outra coisa, a evidente desigualdade que traduzia o quadro real.

6

A Classe Média e seu Papel – Extinção do Tráfico e Disponibilidade de Capitais – Elementos Marginais da Estrutura Econômica – Primeiras Atividades Industriais – Fim do Trabalho Escravo – Estreiteza do Mercado de Trabalho.

CONQUANTO a transformação da colônia em país autônomo, pelas razões expostas, tenha ficado reduzida em seus efeitos, a verdade é que as alterações que já se vinham processando na intimidade social brasileira não sofreram pausa, antes se aceleraram com o novo quadro, em que atividades até então desconhecidas surgiram, ampliando as possibilidades de desenvolvimento de uma classe que estava divorciada da propriedade territorial e encontrava todos os obstáculos para firmar-se em outra base, de vez que a terra e o escravo continuavam a constituir o fundamento de tudo o que podia proporcionar a distinção, conferindo aos elementos sociais uma posição de primazia. A porpriedade territorial não sofrera mudança substancial, conforme ficou evidenciado. A classe média procuraria

apoiar-se então em atividades novas, que surgiam na época, ou em atividades antigas, que encontravam agora possibilidades para o seu desenvolvimento.

A dificuldade maior em configurar uma transformação realmente importante estava na estrutura econômica tradicional, em que, fora da atividade agrícola, sob o regime da grande propriedade escravista, colocada à parte e mantida com a sua fisionomia íntegra, tudo representava dificuldade para a criação e para a acumulação de riqueza. Acontece, porém, que, na metade do IV século, em conseqüência das necessidades da expansão capitalista, sob o impulso da Revolução Industrial, o tráfico negreiro,que representava uma inversão importante, começou a sofrer tropeços tais que transitou para um declínio positivo, encerrado com a sua prática extinção. Isso não se refletiu apenas na situação da propriedade territorial, impossibilitada de recrutar braços novos para o trabalho rural e relegada a viver do crescimento vegetativo das massas existentes como na situação dos capitais invertidos no tráfico, parte dos quais era brasileiro.

É certo que a disponibilidade desses capitais não foi a causa única do impulso que sofreram as alterações em processo. Outras, desenvolvendo-se em rítmo mais lento, também influiram no quadro das referidas alterações. Mas está fora de dúvida que esse fator novo teve um lugar, num país em que a acumulação era demasiado lenta e em que muitas vezes se havia chegado, dentro da própria classe proprietária, à curiosa situação de mais ostentar do que possuir. Tais capitais reverteriam, normalmente, à propriedade territorial, não fora o quadro apresentado por esta, sua rigidez, sua posição estática, quando a extensão da apropriação da terra atingira limites extraordinários. Fechado esse caminho natural, ou extremamente dificultado, restava aos capitais então disponíveis a criação de novas aplicações, que só se poderiam apresentar no quadro das atividades urbanas.

A partir desse momento é que aparecem, na vida brasileira, os elemento da atividade industrial, assumindo novas formas, desenvolvendo-se, saindo do estágio primitivo do simples e reduzido artesanato, da produção doméstica, para assumir fisionomia própria, para definir a sua posição. É claro que tal atividade deve ser apreciada na relação com o quadro em que surge, na proporção que esse quadro estabelece. Está longe

de assumir o destaque que teve em zonas em que as condições eram outras. Mas já não pode ser ignorada. Ela se entrosa perfeitamente, aliás, com as disponibilidades de mão-de-obra, cada vez maiores, proporcionada pelos elementos que a estrutura econômica, o sistema de produção, vai deixando à margem, pela impossibilidade de os assimilar, de dar-lhes um lugar dentro dos seus rígidos quadros. Vai de encontro às sobras da população rural, atiradas às cidades, e nelas sem horizontes. O estreito mercado de trabalho começa a ampliar-se. Ao lado do trabalho escravo, representado por maioria numérica ainda absoluta e principalmente pela valia esmagadora da sua produção, encontra-se o trabalho livre, procurando ampliar a sua área de aplicação e encontrando os primeiros caminhos que lhe permitem isso. O trabalho escravo permanece no quadro rural, onde sua preponderância é absoluta, onde o espaço concedido ao trabalho livre é extremamente reduzido, embora a fisionomia autárquica dos primeiros tempos tenha, de há muito, deixado de existir. O trabalho livre permanece preponderantemente urbano e na cidade vai encontrar sempre as condições que lhe permitem a vigência e o desenvolvimento.

O deslocamento territorial da riqueza, por outro lado, coincidindo, em uma de suas fases mais graves, com a extinção do tráfico negreiro, força, não só um deslocamento correspondente de massas de escravos, como alterações, dentro da mesma classe, na posição relativa dos propritários territoriais, conforme a zona em que exerçam o seu domínio. A disputa em torno da mão-de-obra escrava existente para a atividade agrícola, — repartida em uma zona em que permanece estacionária e outra zona em que está em expansão muito rápida, — corresponde a mudanças na posse da riqueza. Mudanças que, embora desenvolvidas no quadro da mesma classe, constituem, nas proporções em que ocorrem, um fato novo na sociedade brasileira. Não há, no quadro agrícola, outra saída, para o recrutamento de mão-de-obra, nessa altura da história. O quadro antigo sofre, assim, transformações, em prazo relativamente curto, que serão origem de mudanças mais radicais, logo adiante. Essas transformações, embora não alcancem a estrutura do regime, do sistema de produção, que continua a fundamentar-se na conjungação da propriedade territorial com a propriedade escravista, não podem deixar de acarretar reflexos naquela estrutura, que vai, aos

poucos, perdendo a rigidez antiga. O caráter novo que vai assumindo, pouco a pouco, a atividade agrícola ligada ao café contrasta, cada vez mais fortemente, com o caráter tradicional da lavoura brasileira, configurado nas zonas em que o desenvolvimento e a acumulação da riqueza descaíram do rítmo antigo. A lavoura do café tentará, em seguida, — o que a lavoura do açúcar não tem condições para tentar, — o sistema da parceria, e ensaiará o regime misto de trabalho, o livre e o escravo. Antes de entrar na solução do trabalhador externo, que a imigração lhe proporcionará, em período subseqüente. São contrastes que precisam estar presentes, na reconstituição do quadro econômico, porque as suas repercussões no quadro social serão muito grandes pouco adiante.

A segunda metade do IV século, dentro da aparente calmaria que parece ser a sua característica, apresenta, pois, sensíveis mudanças. Tais mudanças se denunciam, além disso, pelo aparecimento, na vida brasileira, de técnicas novas: técnicas de transporte, com as ferrovias; técnicas de navegação, com o navio a vapor; técnicas de comunicações, com o telégrafo; técnicas de produção, com as máquinas destinadas à indústria de transformação que começa a ter um papel e que sai do seu desolador primitivismo. A introdução dessas técnicas, que alteram a fisionomia brasileira, corresponde à ampliação do mercado interno, de um lado, e de outro mostram o aumento da produção agrícola, em volume e em valor, como conseqüência da nova cultura, a do café, não devendo ser esquecido a quadro algodoeiro, embora transitório em seus efeitos e bem diverso. O que identifica o algodão com o café, ambos oferecendo atração à mão-de-obra escrava disponível, é a importância que têm no mercado externo, a forma como afetam a balança do comércio exterior, a influência que exercem na acelaração do desenvolvimento econômico do país. Não é senão por tudo isso que o aparelhamento bancário, que não encontrara, até então, possibilidades para funcionar efetivamente, começa a fazê-lo.

Tais alterações, que não afetam senão indiretamente a propriedade territorial, que permanece na posição antiga, proporcionam, entretanto, nas classes que encontram na cidade o seu ambiente específico, mudanças de grande importância. O crescimento do mercado interno, servindo-se ainda com preponderância do transporte marítimo, vai seguindo um rítmo que se

acelera cada vez mais. A atividade comercial amplia bastante o seu quadro, indicando a presença, sempre mais ativa, de um grupo mercantil cujo papel não chega a se definir. Existe, na época, uma tendência espontânea desse grupo em identificar-se com o dos proprietários territoriais, cujo teor de vida e cuja ética imita, cuja fisionomia, na forma e no conteúdo, aceita como padrão ideal. O mercado de trabalho, sofrendo os reflexos da visinhança do regime escravista, não cessa de crescer. A função da cidade começa a se definir.

O sistema tarifário, de outra parte, deixa a subordinação em que se encontrava aos interesses que haviam preponderado tão acentuadamente desde a época da autonomia. Tal sistema começa, na segunda metade do IV século, a variar entre dois polos, a intenção protecionista e a gula fiscal. É certo que o segundo tem domínio absoluto sobre o primeiro, mas o simples abandono de tarifas privilegiadas ou de uma liberdade que correspondia à franquia completa do mercado interno, representa um passo adiante. O desenvolvimento da exportação proporciona, através do surto dos cafezais, os primeiros saldos numa balança de comércio externo habitualmente deficitária.

Nesse quadro de mudanças já sensíveis é que a lei do ventre livre, cortando aos proprietários rurais a possibilidade de se valerem do crescimento vegetativo das massas escravas e, mais tarde, a abolição do trabalho escravo, liquidaram um dos elementos fundamentais da estrutura brasileira de produção. O trabalho escravo, realmente, já colocado em absoluta incompatibilidade com a acumulação capitalista que se desenvolvia no quadro internacional, constituia um poderoso entrave à completa integracão do Brasil naquele quadro. Colocava-se, nessa fase, como o regime de clausura e monopólio comercial se havia colocado na fase anterior. Representava um fator anti-histórico. Dentro da própria estrutura brasileira de produção, por outro lado, forças importantes se haviam divorciado pouco a pouco do regime de trabalho escravo e se desinteressavam de sua manutenção. Tal regime continuava, sem dúvida, a interessar elementos que não haviam sofrido nenhuma alteração no quadro que tinham herdado. Esses elementos, entretanto, dentro da classe dos proprietários rurais, já não constituiam a maioria e a sua influência no aparelho de Estado estava de há muito diminuida.

A libertação dos escravos deve ser encarada com muito cuidado, nos estudos que o problema exige. Os depoimentos do passado, quando a questão foi colocada em termos emocionais relevantes e quando, de toda forma, envolveu a participação de componentes heterogêneas, desenvolvendo-se no campo ético muito mais do que no campo prático, não nos servem de base senão como fontes de informação. Dois pontos são essenciais, para o perfeito entendimento do problema: aquele que nos mostra que a estrutura brasileira de produção não estava em condições de corresponder a transferência da massa ainda numericamente importante de escravos da situação servil para a situação assalariada, e aquele outro que nos mostra como a propriedade territorial não sofria, nessa altura do desenvolvimento histórico, uma transformação radical, que lhe alterasse as características fundamentais e a posição ante as outras classes. Restava-lhe a base da grande propriedade, em que prosseguiria o seu desenvolvimento e alicerçaria o seu papel, na continuidade do tempo. Se o mercado de trabalho existente não estava em condições de absorver a massa escrava nele subitamente lançada, em algumas zonas de importância agrícola inequívoca, a Abolição vinha corresponder a uma necessidade da própria classe de proprietários rurais. A Abolição não correspondeu, pois, a nenhuma alteração essencial na fisionomia da sociedade brasileira, de vez que não se refletiu na hierarquia social. Só teria tido condições efetivas de vigência, como transformação, se tivesse encontrado a sua complementação necessária na mudança do regime de propriedade. Para isso, entretanto, o país não estava preparado.

Uma vez que o regime servil degradara o trabalho relegando-o a um nível baixíssimo, e de vez que, principalmente colocara a remuneração da mão-de-obra em nível ínfimo, era quase sempre mais econômico manter trabalhadores pagos do que manter trabalhadores escravos. A transição do trabalho, do campo do sistema escravista, em que não havia paga, para o campo do sistema a salário, quando aquela paga se impunha e entrava no custo da produção, estava burlada, assim, desde as suas origens. Tudo isso ocorria apenas porque, sofrendo alterações parciais ou de superfície, a estrutura brasileira de produção se conservava, em essência, estritamente colonial.

Do ponto de vista da hierarquia social, a abolição fixaria com uma clareza gritante os contrastes antigos, em vez de atenuá-los. Continuava a existir uma classe proprietária, detendo a terra em suas mãos. Desenvolvia-se vagarosamente a burguesia, particularmente graças ao crescimento das relações comerciais, mais importantes as externas do que as internas, buscando definir-se e representar-se na vida política, mas sem forças para levar a uma caracterizada definição e a uma representação correspondente a esse esforço. Crescia numericamente a classe que fornecia o trabalho, sem nenhuma possibilidade de influir na transformação social e política, enfraquecendo-se, ao contrário, com a formidável acumulação de mão-de-obra disponível, sem correspondência com a procura existente.. A degradação ética do trabalho agravava-se, assim, com a sua degradação econômica.

Ampliação das Técnicas – Desenvolvimento Industrial – Ampliação do Mercado Interno – Comércio Exterior e Entrada de Capitais – Aplicação dos Capitais Importados – Competição Capitalista no Mercado Interno – Impossibilidade de Criação da Riqueza Nacional – O Grupo Mercantil Ligado ao Comércio Externo e seu Papel como Refôrço à Classe Senhorial.

A ALTERAÇÃO de regime político que se definiu na substituição da monarquia, de cuja sorte a classe proprietária se desinteressara, pela organização republicana, não importou em nenhuma alteração na estrutura econômica e nem correspondeu a alterações profundas na sociedade brasileira, Tratava-se de mudanças a que ficara sujeita a fisionomia política do país, com reduzida e transitória repercussão no quadro social, quanto aos efeitos imediatos, Denunciava a presença de fatores novos, evidentemente, mas não correspondia a uma alteração na posição tradicional das classes. Havia componentes que estavam crescendo, que buscavam, com enormes dificuldades, exercer

um papel. Não possuiam, entretanto, força para acarretar um deslocamento importante nas posições antigas.

A articulação dos poderes, alterada com o regime republicano, correspondendo às lentas transformações que se vinham operando na sociedade brasileira, daria maior flexibilidade à representação política das classes, atendendo, de certa forma, e na medida em que as condições favoreciam, ao aparecimento isolado de grupos dotados de expressão, como aqueles que desenvolviam no quadro urbano uma atividade de fundo capitalista inequívoco. Nada além disso, entretanto, no que é possível associar a mudança de regime, em si mesma, com o quadro da realidade econômica e social.

Tal como ocorrera, quando da fase em que se processara a autonomia política, também nesse instante de mudança de regime, havendo certa folga transitória nos laços de dependência social, ocorreram inquietações que denunciavam a instabilidade decorrente da desigualdade com que grupos da mesma classe eram contemplados na distribuição da riqueza e no amparo do Estado. Foram fenômenos superficiais, entretanto, tendo concorrido nos mais importante deles fatores peculiares à formação sulina. Dentro em pouco, a articulação política se reajustaria ao quadro da realidade, abrangendo o campo das instituições, através da conhecida *política dos governadores,* com o primado das oligarquias que representavam, de forma eloqüênte, o domínio dos proprietários territorais.

Técnicas novas, entretanto, haviam sido introduzidas na produção. Muito menos na produção agrícola do que na produção industrial, mas com reflexos naquela em virtude da interdependência que as associa. Tais técnicas davam, em certos cenários particulares, em especial nas grandes cidades portuárias ou vizinhas dos pontos de escoamento da produção, as aparências de fisionomia moderna a um quadro cujo fundo, no entanto, era essencialmente colonial nas suas manifestações específicas. O que existia de moderno, em realidade, era muito diferente. Representava-se na acumulação que vinha sendo proporcionada pelo extraordinário surto dos cafezais, atingindo a produção níveis de volume e valor que lhe conferiam um lugar de destaque absoluto na vida do país, aparecendo o Brasil, pela primeira vez após a autonomia, com um lugar de relativo destaque nas grandes correntes de comércio internacional, isto é, in-

tegrando-se, por esse lado, no quadro geral da acumulação capitalista, agora na sua etapa vertical franca. Tal disponibilidade de capitais encontrava correspondência, de outra parte, não só no crescimento demográfico, a que a imigração somava os seus contingentes e que produzira já adensamentos populacionais expressivos em algumas zonas, como no ponderável aumento da capacidade aquisitiva da parcela que girava em torno de algumas atividades direta ou indiretamente relacionadas com o desenvolvimento cafeeiro.

O mercado interno ampliava, assim, as suas possibilidades num rítmo vigoroso, pelo menos naquelas zonas. A contribuição imigratória não se fazia sentir apenas pelo valor numérico, já de si importante, mas pela discriminação profissional que proporcionava, com a variedade de necessidades que a caracterizaria, uma vez que se originava em regiões cujo padrão de vida estava muito acima daquele vigorante no Brasil, e cuja cultura exigia certas satisfações a que ainda permaneciamos imunes. O aparecimento desse novo fator, ligado estreitamente ao desenvolvimento agrícola, foi correspondido pela singular expansão industrial que encontrava nesse mercado interno o seu campo único, satisfazendo a sua demanda de bens de consumo.

Pela primeira vez em nossa história, realmente, a produção industrial encontra um lugar digno de registro. Trata-se, naturalmente, de uma indústria ainda em fase primária, em esboço de desenvolvimento, num país cuja estrutura de produção guarda profundos traços de colonialismo. De uma indústria puramente de transformação, em quase todos os seus setores, em cujo volume as pequenas oficinas, as oficinas domésticas, entravam ainda com uma contribuição numerosa, que emprega matéria-prima nacional ao mesmo tempo que importa matéria-prima, que sofre a concorrência estrangeira e que busca ampararse na proteção alfandegária, Ela atende as necessidades, particularmente, de produtos alimentícios e de utilidades primárias, como vestuário, calçado, utensílios domésticos. Sofre todas as oscilações provenientes da situação da lavoura que, por sua vez, flutua segundo as injunções dos mercados externos, porque os lucros da lavoura é que proporcionam maior ou menor poder aquisitivo aos consumidores internos e fornecem disponibilidades de capitais para as fábricas. De qualquer foma, é um elemento novo, que altera a fisionomia brasileira.

Há outro fator ainda que concorre bastante para as alterações da fase a que nos referimos. É que o país recebe sucessivas injeções de capital, seja o proveniente de uma política de empréstimos externos e de reformas desses empréstimos, em torno de cujos rumos e efeitos não nos demoraremos aqui, seja o proveniente da introdução de empresas que vêm explorar principalmente serviços públicos, isoladas ou associadas a capitais brasileiros, ou colocar-se no campo da atividade industrial que se expande, embora em alguns setores isolados dela. Está claro que os capitais destinados à exploração de serviços públicos são muito maiores do que os segundos. De qualquer forma, o quadro indica um desenvolvimento de linhas muito amplas. Os investimentos estrangeiros caracterizam-se, em nosso país, naquela fase, pela receptividade proporcionada justamente pelo que existia de colonial em nossa estrutura econômica, pela sua debilidade tradicional. Cercavam-se de todas as garantias e correspondiam, dentro em pouco, com a indiscriminada retirada de lucros, ostensivos ou não, a uma sangria considerável cujos índices apareceriam com clareza logo adiante.

A acumulação capitalista chegara, no campo internacional, à etapa em que a competição atingiria dimensões gigantescas. No espaço geográfico daquela competição, as áreas americanas de economia ainda colonial seriam disputadas por todas as formas. As entradas de capitais, no Brasil, para exploração de serviços públicos, colocam-se naquele quadro. A proveniência deles é variada, com preponderância para os capitais britânicos. É assim que verificamos a aplicação de tais capitais não só no comércio como em empreendimentos que interessam profundamente o desenvolvimento econômico do país, afetando desde o sistema de transportes, que regula a circulação da riqueza, ao aparelhamento portuário, que afeta os preços dos gêneros internos e externos, desde os serviços urbanos de utilidade pública, como o de águas e esgotos, carris e outros, até o suprimento de energia elétrica, que afeta fundamentalmente o desenvolvimento industrial e afetará, logo adiante, a transformação no sistema dos transportes a longa distância. A carência de energia, aliás, corresponde a uma debilidade fundamental da estrutura econômica do país; carvão, combustíveis líquidos, são provenientes de fornecimentos externos; a eletricidade pertence a empresas externas que o período de acumulação capitalista levou à articulação monopolista.

Colocando-se dessa maneira, além do que representavam nas peças em tôrno das quais gira o comércio, como a dos transportes marítimos, — a cabotagem lhes foi retirada,apesar de várias investidas e de repetidas burlas, — tais capitais influiram de maneira direta na estrutura de produção, entravando o seu desenvolvimento e as transformações de que necessitava, condicionando, inclusive, pelo monopólio das fontes e da distribuição da energia, a expansão do parque industrial. As concessões que obtinham, inaugurando o regime de intervenção na vida política do país, cobertas de todas as garantias, inclusive as de juros, reduziam o campo de aplicação dos capitais nacionais e, mais do que isso, importavam em retiradas de lucros que, somadas à amortização dos empréstimos externos, representavam uma extorsiva participação na riqueza que se vinha elaborando.

Verificada, por um lado, a permanência, em quase completa inteireza, da estrutura da propriedade territorial, fundamente ancorada no tempo e sólida apesar de todas as tranformações já sofridas pelo país, e de outro lado o vulto e a importância dos investimentos estrangeiros em atividades fundamentais do campo econômico, não será difícil compreender a impossibilidade prática apresentada ao desenvolvimento de uma burguesia nacional impulsionadora dos empreendimentos capazes de alterar a fisionomia colonial do Brasil. Verifica-se, assim, desde logo, a estreita ligação que existe entre aquelas duas componentes, a que se associa, também de velhos tempos, o grupo mercantil ligado à importação e à exportação nesta participando preponderantemente tôdas a atividades associadas à *lavoura do café*.

O resultado de tal conjugação de fatores não poderia, de forma alguma, ser outro senão o da impossibilidade de exploração da riqueza nacional, existente ou latente, em benefício dos próprios brasileiros. Assim como da mineração aurífera nos ficaram apenas os buracos, as crateras abertas para o céu, todos os recursos do país se exauriam, pouco a pouco, na medida em que aquelas componentes se mantivessem no molde antigo. Se importantes alterações haviam aparecido já na vida econômica brasileira, denunciando algumas mais em aparência do que em realidade um apreciável progresso material, a verdade é que a estrutura colonial estava presente e atuava com força

ainda enorme e no sentido de que tais alterações não chegassem a limites muito largos e importassem em substanciais transformações.

Em face de tudo isso, a sociedade brasileira apresentava, na fase a que nos referimos, alterações da maior importância. O espaço ocupado pela classe média fora consideràvelmente alargado: atividades urbanas as mais variadas, o pequeno comércio, profissões novas que encontram o seu lugar. O Exército, o clero, o funcionalismo, e outras formas de trabalho e subsistência oferecem campo sempre maior aos elementos intermediários. Dentro em pouco, mas com as dificuldades naturais no meio, tal classe encontrará meios de formular os seus anseios, traduzir as suas reinvidicações, que são reduzidas, acomodar-se no conjunto. Oriunda, em parcela considerável, da classe dominante, conservará dela, ao longo do tempo, a ética, os padrões, as normas, e só sob pressão da necessidade irá pouco a pouco, adquirindo fisionomia. Nela concorrem ainda os elementos ligados ao comércio interno, cujo vulto não cessa de crescer. Dela divergem, desde as suas origens, os ligados ao comércio externo, que somam seus interesses, de maneira solidária, com os da classe dos senhores territoriais.

Surge, também, agora com características mais nítidas, a classe operária. O trabalho livre, onerado tremendamente pela pesadíssima herança colonial, encontra campo de expansão no surto industrial e no desenvolvimento de atividades urbanas que aparecem desde a autonomia ou na segunda metade do século. O operário ressente-se de suas origens camponesas, — é constituido pelas sobras que a agricultura atira às cidades, quando não deriva de parcelas da classe média a que se fecharam todas as perspectivas. Influem em sua formação ainda as correntes imigratórias. De qualquer forma, não tem expressão política digna de menção, não participa, senão de forma rudimentar, da vida pública.

Esbôço da Burguesia Nacional – Conflito Entre a Cidade e o Campo – O Impacto da Guerra – Papel da Inflação – Função do Imperialismo – Progressiva Politização da Classe Proletária – Decomposição da Pequena Burguesia.

O QUADRO APRESENTADO linhas atrás corresponde, de forma sumária. à fisionomia brasileira após o primeiro grande conflito militar do século, acontecimento que, com muita razão, os intérpretes consideram como assinalando o fim daquilo que o século XIX teve de característico. Aquela fisionomia marcava a acentuada preponderância da classe dos senhores de terras, ao mesmo passo que se esboçava um lugar cada vez mais amplo para a classe média, até então quase inteiramente associada ao latifúndio nos seus interesses e nas suas inspirações políticas, divergindo dele em problemas apenas superficiais, enquanto surgia, com todas as suas linhas, uma classe trabalhadora, distribuida entre o campo e a cidade, incapaz ainda de encontrar o seu verdadeiro rumo e de adquirir consciência necessária ao desempenho de um papel qualquer. Nos choques da política

partidária, por isso mesmo, aquela classe se mostrava quase cega, servindo de joguete nas articulações, por vezes aparentemente contraditórias, com que as demais disfarçavam o seu total domínio da coisa pública.

Toda sorte de dificuldades se antepunham, por outro lado, à formação da burguesia, ou à sua definição específica, mostrando-se os seus elementos incapazes, de acordo com a situação do mundo, para positivar a transformação de uma estrutura econômica colonial em uma estrutura econômica nacional. Do ponto de vista da hierarquia social, parece existir uma calmaria muito grande. Na intimidade das classes, entretanto, importantes transformações estão em processo. Tais transformações são mais evidentes no que diz de perto com a classe trabalhadora urbana, que começa a compreender o seu papel e a participar da vida política, com a desorientação própria desses primeiros tempos e dentro de possibilidades condicionadas pela estrutura vigente. No campo, aquela estrtura não apresenta modificações fundamentais, visto o quadro em seu conjunto. Organizações de produção agrícola havia já cujo interesse estava circunscrito ao mercado interno e que, em certas zonas, tinham contribuido para um parcelamento progressivo da propriedade. Sua expressão econômica era ainda diminuta, contudo.

No intervalo entre os dois profundos e alastrados conflitos militares, que denunciavam a transformação acelerada da sociedade conteporânea, aparece um sinal que denuncia a profundeza das transformações que o país atravessa, e se específica no momento em que, pela primeira vez, a produção industrial excede em valor a produção agrícola, mostrando como, apesar de tudo, se desenvolvera o parque manufatureiro nacional. Esse desenvolvimento mostrava, por outro lado, como crescera o mercado interno e, em conseqüência, como se desenvolvera, na estrutura social, a pequena burguesia, Tal grupo, de linhas muitas vêzes indefinidas ou extremamente oscilantes, gerara-se numa acelerada progressão, não só pela divisão do trabalho, que se estabelecera nìtidamente entre nós, denunciando a transição para uma economia capitalista, como pelo recrutamento dos quadros políticos e dos quadros administrativos e pelo aumento do campo em que as profissões liberais e o pequeno comércio encontravam os seus horizontes.

A rápida politização da classe proletária, — acelerada enormemente com a Revolução de 1917, como causa externa,

e pelo aumento do parque industrial, como causa interna, — acrescenta uma nota singular nesse quadro. Aquela politização, — que proporcionara o progressivo abandono das linhas anarquistas originadas da entrada de imigrantes para as linhas efetivas da formação de um partido de classe, o Partido Comunista, — faz com que o proletariado seja motivo de uma ardente disputa no jogo das competições internas, competições que se traduzem na legistlação trabalhista que, após a Revolução de 1930, começa a ter vigência no país. Os reflexos da profunda crise econômica de 1929 trazem ao Brasil uma onda de inquietação que não tarda em deflagrar no movimento político-militar do ano seguinte, onde desaguam muitas insatisfações e confluem os mais contraditórios interesses.

Muitas dessas contradições vinculavam-se ao papel já desempenhado pela classe média brasileira. A Revolução de 1930 é o seu momento, sem dúvida nenhuma. Aparece, pela primeira vez, à frente dos descontetamentos. Emergindo para a vida politíca com o advento da República, e caracterizando a sua contribuição em particular através dos elementos militares, a classe média chega a participar do poder, com Floriano, cedendo lugar, em seguida, à recuperação das oligarquias. Estas, novamente ameaçadas, com as *salvações* do governo Hermes da Fonseca, rearticulam-se por toda a parte. Mas são sucessivamente ameaçadas pelos movimentos de rebeldia militar que culminam com a arrancada da Coluna Prestes, desembocando, finalmente, no amplo estuário da Revolução a que a Aliança Liberal pretendera dar as cores de um uniformismo superficial. Apossando-se dos governos estaduais, representada pelos interventores tenentistas, a classe média tenta infrutìferamente, concretizar as suas fórmulas. Ameaçada, novamente, com a rebelião paulista, reagrupa-se no Estado Novo, a que oferece a sua coloração contraditória.

A perturbação produzida pelo movimento de 1930 fora mais profunda do que se poderia perceber pelos sinais exteriores. De uma maneira ou de outra, certa ou erradamente, desorientadas ou não, surgiram correntes as mais diversas, denunciando a inquietação que vinha de longe e que só agora encontrava oportunidade para exteriorizar-se, embora quase sempre mal soubessem revelar as suas formulações, perdendo-se em generalidades e esvaziando-se em motivos superficiais. Radicalizando-se as posições e em face de um quadro internacional em que se opunham os mais poderosos diques à expansão revolucionária, são tão alarmantes os sinais de mudança, tão sintomática a presença de fatores até aí colocados em segundo plano, que o aparelhamento político dominante faz funcionar tôdas as suas campainhas de alarma e cobre-se com a transformação singular em que se suprimem todos os direitos, volta-se as costas ao quadro superfical de liberalismo político com que se pretendera até então salvar a face da realidade. Tal travestimento, depois do breve mas significativo período que se seguira ao triunfo do movimento de 1930, correspondia à impreparação para as posições extremadas então denunciadas.

Sobre esse quadro é que vem cair, com surpreendentes efeitos, o impacto da guerra. Não cabe aqui discriminar os traços do quadro internacional que se apresenta no momento, embora aquele quadro tenha importância nos seus efeitos sobre o do Brasil. Cumpre assinalar, apenas, alguns dos efeitos do conflito no quadro interno: o desabamento da falsa estrutura política montada às pressas, em 1937, para superar, transitoriamente, um difícil instante de mudança; o surto industrial, que se acelera enormemente, chegando a ultrapassar os limites do mercado interno; a necessidade em que o país se encontrou de prover o mercado interno de utilidades que, até então, vinham do exterior; a rápida acumulação de capitais que se processa, em conseqüência de suspensão dos fornecimentos externos; o prático início da exploração em grande escala de riqueza nacionais, existentes ou latentes, com um caráter inteiramente novo, favorecendo a articulação da burguesia nacional que até aí encontrara todos os entraves à sua expansão.

Um dos mais graves aspectos da vida nacional, nessa época, é aquele que decorre da tremenda aceleração que assume o processo inflacionário. Necessàriamente crônico, como em todas as estruturas coloniais, que não têm articulação própria, tal processo entra, desde então, num desenvolvimento de tais proporções que assume traços inquietadores para os que não lhe compreendem as causas e até o colocam, paradoxalmente, como causa em si. O processo inflacionário, em sua marcha inexorável, vai progressivamente corroendo a pequena burguesia, proletarizando grandes camadas da população, empobrecendo a um nível miserável grupos muito numerosos, correspondendo a uma espoliação pura e simples de todos aqueles que não têm acesso

à propriedade e que só podem oferecer o seu trabalho no mercado. De outra parte, tal marcha torna agudo o antagonismo entre a cidade e o campo, conduzindo à posição de espoliação deste por parte daqueles que têm no ambiente urbano a base de seus empreendimentos..

O fim da guerra encontra o país sob os efeitos, que continuam, cada vez mais extensos e profundos, dos problemas antes indicados. O rápido empobrecimento apressa a politização de numerosos grupos que se vêem espoliados. A burguesia nacional, que mal esboçava os seus rumos antes, passa a definir a sua função, equacionando problemas e exigindo soluções acordes com a realidade. A inquietação social se denuncia por tôda parte. Enquanto a classe trabalhadora, a burguesia nacional e parte da pequena burguesia se colocam de um lado, alinham-se de outro à grande burguesia, cujos interesses estão vinculados aos mercados externos, a classe dos proprietários territoriais, que refuga qualquer reforma que lhe afete os direitos e privilégios e, finalmente, com um papel de primeira ordem, o imperialismo econômico, que se torna cada vez mais ativo, que urge as soluções que o satisfaçam e que pretende associar-se cada vez mais fundamente à exploração da riqueza nacional.

Como todos os esquemas e todo tratamento sumário de processos complexos, este pode e deve ter deficiências. A expressão exterior de muitos dos fatores indicados é por vezes pouco aparente, enquanto fatos de superfície contribuem para confundir o quadro. O processo, no que tem de fundamenal, não difere em muito, entretanto, do que foi exposto. O Brasil denuncia, na inquietação do presente, a antinomia de sua estrutura econômica colonial, profundamente associada aos interesses do imperialismo, enquanto a sociedade, em seu desenvolvimento dinâmico, impulsiona a burguesia nacional e o proletariado como forças capazes de proporcionar uma política de transformação daquela estrutura nacional cujas linhas permitam a livre expressão dos interesses e força reais das classes em que se divide a sociedade brasileira. Surgem, no campo, evidentes sinais de mudanças e a massa de trabalhadores rurais define-se como importante componente no processo em desenvolvimento. O que significa, em suma, que existem agora, no nosso país, os fundamentos econômicos e uma repartição em diferentes classes suficientes para permitir aquele processo de renovação a que já se convencionou chamar Revolução Brasileira.

EVOLUÇÃO DA ECONOMIA

Formação da Economia Nacional

1

Introdução – Interesse pelos Estudos de Economia Brasileira – A História Econômica e os seus Métodos – Um Roteiro e uma Repartição Cronológica.

DIA A DIA acentua-se, entre nós, e agora em círculos cada vez mais amplos, o interesse e a aplicação aos estudos econômicos, colocados num sentido objetivo e algumas vezes mesmo utilitário. Tais estudos vêm alargando os seus limites e enquadram-se no profundo movimento de recuperação nacional que se desenvolve, de algum tempo a esta parte, como visível sinal, a que não podemos ficar indiferentes, de que nos encontramos em uma fase decisiva do nosso desenvolvimento. Fase em que nos cumpre, antes de tudo, um completo e objetivo conhecimento do próprio país, para que nos seja possível uma esclarecida escolha de rumos e para que esses rumos permaneçam de acordo com as prementes necessidades de, finalmente, encontrarmos um sentido real para os nossos empreendimentos. Não pode surpreender a ninguém, pois, a atenção que, no vasto campo das ciências econômicas, vem merecendo a história, pelas enormes

possibilidades que oferece de esclarecer, com os seus elementos de informação e com os seus métodos, as razões do que vem acontecendo em nossos dias, ao mesmo passo que, com os recursos que proporciona, ajudar a constituição de bases seguras para todas as iniciativas destinadas a influir daqui para a frente.

De um lado, vemos que, agora, não se ocupam de tais estudos indivíduos isolados apenas, para eles atraídos mais por questão de pendor pessoal e desinteressado, mas instituições, entidades públicas e privadas, grupos, associações, que lhes dão realce e atenção pela necessidade em que se encontram todos de buscar orientações objetivas na aparente confusão dos nossos dias. De outro lado, verificamos as transformações que sofreram as mencionadas pesquisas e estudos, ensaios e interpretações, com o passar do tempo, evoluindo da simples e quase sempre seca e cronológica exposição dos fatos, ou da elementar informação numérica e estatística, para as interpretações críticas em que se confere um coeficiente de importância a cada um dos fatores em jogo, ao mesmo tempo que se mostra a íntima ligação a que estão todos sujeitos.

Enquanto a história, tão simplesmente, a que alguns estimavam ou convencionavam chamar História da Civilização, embora não abarcasse senão o campo político, via de regra, através do levantamento de fatos e de figuras os mais destacados de cada momento ou fase, encontrava os seus processos, os seus métodos e até as suas técnicas específicas, emancipando-se de entraves de toda ordem, entre os quais não foi dos menores a esdrúxula associação estabelecida entre ela e pendores ou pruridos literários sem nenhuma razão de ser, — a História Econômica mal ia traçando os seus caminhos, para libertar-se daquela e encontrar o seu próprio campo de trabalho.

Não é necessário senão um mínimo de observação para verificar como os nossos autores, nesse terreno ainda pouco palmilhado, confundiram, no texto de seus estudos, os fatos políticos com os fatos econômicos, e estes com os fatos sociais, de tal sorte que muitos daqueles autores não fizeram, a rigor, mais do que escrever a respeito do nosso desenvolvimento político ou social, mais o primeiro do que o segundo, concedendo maior atenção aos problemas econômicos, tomados isoladamente, e até então colocados em segundo plano, quando não totalmente esquecidos. Salvaram-se de tal anomalia, que era, até

certo ponto, natural e que constituiu a regra entre nós, os que fizeram apenas estatística ou os que ficaram jungidos ao estrito campo da economia monetária. A estatística, entretanto, não passou jamais de mero elemento de informação, exigindo espírito crítico para ser elevada à categoria de método. E a economia monetária, por seu lado, constitui, depois dos estudos que lhe conferiram um destaque particular e apesar disso, um setor apenas da economia geral, de que se não fez ainda, em nosso país, o levantamento definitivo, e nem se escreveu a história.

Está claro que não se pretende, aqui, negar ou esquecer as íntimas ligações que existem, em todas as coletividades humanas, entre o que é político, o que é social, o que é econômico. Mais do que isso, e muito ao contrário, só é possível fazer história econômica com um conhecimento muito amplo de his tória política e de história social e das relações que associam esses campos ao da economia em desenvolvimento. O principal, porém, nesse terreno, como em qualquer outro em que a pesquisa se exerça e as sínteses sejam elaboradas, é definir o campo de trabalho e escolher e utilizar os métodos, processos e técnicas específicas. É, segundo me parece, o que resta fazer, quanto à História Econômica do Brasil, nesta fase em que ela atrai tanto as atenções e busca a indispensável objetividade tão estreitamente condicionadora de sua autonomia.

Sob o império de tais exigências é que me propus a tarefa de estabelecer um roteiro para o estudo da História Econômica do Brasil, mostrando as fases em que o desenvolvimento de quatro séculos pode ser repartido e os traços principais que definiram aquelas fases. Está claro que se trata, no caso, de mera hipótese de trabalho que poderá ser modificada, no todo ou em parte, na medida em que os estudos cheguem a cerrar o conhecimento com a realidade, preencham as lacunas, estabeleçam ligações e indiquem novos caminhos. Isso será menos importante, no conjunto, do que parece à primeira vista, desde que se reconheça neste trabalho apenas o esforço no sentido da busca de orientação objetiva para o estudo do assunto, ao mesmo passo que no sentido de, sem esquecer as íntimas ligações anteriormente indicadas, separar com clareza conveniente os aspectos e os fatos econômicos, destacando-os do quadro geral em que se geraram e desenvolveram.

Como sempre acontece, a repartição cronológica não passa, no fim de contas, de simples ficção de ordem didática, destinada

a distinguir melhor cada uma das fases, na realidade perfeitamente encadeadas, como todo estudioso elementar da ciência da história não pode deixar de admitir. Reparti o tempo histórico, assim, em relação ao desenvolvimento econômico brasileiro, procurando em seguida definir as características de cada uma das fases, apontando os assuntos sobre os quais, no meu modo de ver, deve ser exercida a tarefa de pesquisa, levantados os elementos de informação, inclusive os de ordem bibliográfica, estatística e cartográfica, escrevendo-se, então as histórias, ensaios, monografias e sínteses parciais.

Esta hipótese de trabalho assenta em que o desenvolvimento histórico da economia brasileira pode ser compreendido dentro de uma repartição em quatro fases perfeitamente definidas, quer do ponto de vista dos fatores internos, quer do ponto de vista dos fatores externos, que forneceram o quadro geral em que a vida do nosso povo teve de se colocar, subordinando-se, como não podia deixar de ser, às influências geradas naquele quadro:

1.ª *fase*: Economia Colonial (1550-1780)

2.ª *fase*: Integração na Economia Mundial (1780-1850)

3.ª *fase*: Elaboração da Economia Nacional (1850-1920)

4.ª *fase*: Estruturação da Economia Nacional (1920-...).

Economia Colonial: a Etapa Preliminar que Precede a Colonização – A Empresa da Colonização no Quadro da Revolução Comercial – Capital Comercial e Estabelecimento da Feitoria – Gêneros Coloniais – Colonialismo Político e Escravismo Colonial – Ausência de Mercado Interno – Concentração da Riqueza – Propriedade Territorial e Propriedade Escravista – Economia Predatória.

A FASE DE ECONOMIA colonial, com que se inicia a vida brasileira, desenvolve-se desde o estabelecimento dos primeiros empreendimentos econômicos de caráter mais ou menos estável e dotados de continuidade. É quando se inicia, a rigor, a colonização, isto é, uma tarefa política, submetida a um plano, certo ou errado, duradouro ou transitório. A etapa preliminar, entre o descobrimento oficial e a metade do I século, caracterizada pela feitoria e pelo escambo de madeira vermelha, carece daquelas condições. Pelas suas características, não poderia vir a ser nem estável e nem contínua, — seria puramente circunstancial. Não deixaria, por isso mesmo, no desenvolvimento econômico subseqüente, sinais apreciáveis.

A situação geral em que se enquadrou o desenvolvimento da mencionada primeira fase foi aquela em que a Revolução Comercial alcançou um impulso muito grande, do ponto de vista geográfico: a área das trocas deixava de ser apenas o Mediterrâneo e zonas ribeirinhas; a distribuição se processava com predomínio das rotas marítimas aos mercados consumidores europeus; a acumulação primitiva chegava à Península Ibérica. A ampliação da área em que se processavam as trocas é uma característica essencial: o Atlântico vai passar a ser freqüentado cada vez mais intensamente; a navegação de cabotagem conferirá uma importância cada vez maior aos portos do Mar do Norte; o volume de mercadorias crescerá; o consumo aumentará a sua difusão; desenvolver-se-á a navegação de longo curso, que criará as suas técnicas de construção naval e de orientação em alto mar.

Na mesma proporção, a empresa comercial ganhará novas linhas: os grupos mercantis europeus que orientam as navegações ultramarinas, de que resultarão as descobertas, entendem-se diretamente com os mercados orientais e, depois, com os mercados americanos; alastra-se o uso da letra de câmbio e as trocas tornam-se mais flexíveis. Estamos, pois, em plena ascensão do capital mercantil.

O que se estabelece em nossa terra, desde o início, em conseqüência, não passa, e não pode passar, — como, de resto, em outras áreas, coloniais que começaram a existir para a história, — de empresa comercial. Será com o passar do tempo e com o crescimento da produção, imensa empresa comercial, mas apenas isso. Para as nações descobridoras e colonizadoras, — que são aquelas plenamente lançadas no surto mercantil, — não se trata de povoar, mas de comerciar. O que se opera, pois, é a exploração extensiva dos recursos naturais das novas terras, destinando-as à produção para distribuição nos mercados europeus, que são os máximos mercados consumidores, os únicos para determinados produtos, especialmente aqueles que logo serão conhecidos como *gêneros tropicais,* ou *gêneros coloniais,* — ou à extração de metais preciosos que irão influir consideràvelmente na capitalização em desenvolvimento.

A feitoria de tipo oriental, estabelecida em zonas em que a produção é preexistente e o tráfico é tradicional, não encontra condições de estabelecimento na América. Tal aspecto foi

excelentemente apreciado por um estudioso moderno, para o qual os traços mais nítidos do quadro não ficaram obscuros. Definiu-os da maneira seguinte: "Não será a simples feitoria comercial, que já vimos irrealizável na América. Mas conservará, no entanto, um acentuado caráter mercantil; será a empresa do colono branco, que reúne à natureza pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados. Há um ajustamento entre os tradicionais objetivos mercantis que assinalam o início da expansão ultramarina da Europa, e que são conservados, e as novas condições em que se realizará a empresa. Aqueles objetivos, que vemos passar para o segundo plano nas colônias temperadas, se manterão aqui, e marcarão profundamente a feição das colônias do nosso tipo, ditando-lhes o destino. No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa do que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos".

O enquadramento da economia colonial no conjunto do capital mercantil em ascensão poderá ser melhor compreendido ainda quando verificarmos que a Europa do século XVI, muito diversa daquela de dois ou três séculos depois, estava em condições de produzir os gêneros necessários à subsistência de suas populações.O velho continente não se desenvolvera, na realidade, senão no sentido de reagrarizar-se, desde que, em etapa anterior, a invasão árabe fechara o Mediterrâneo. Aquelas populações, assim, tinham necessidade de consumir apenas produtos naturais de climas quentes, que não estavam em condições de obter em seu próprio território, e que se tinham difundido, entretanto, em camadas consumidoras apreciáveis. Daí os descobridores e colonizadores, perfeitamente integrados no desenvolvimento mercantil, terem procurado e alcançado que as novas áreas geográficas abertas à atividade humana organizada orientassem a sua produção no sentido complementar, forne-

cendo aos mercados consumidores europeus aquilo que eles não podiam obter mais próximo. Daí a origem, menos do que em condições sociais ou políticas específicas do meio em que surgirão, dos *gêneros tropicais* ou *gêneros coloniais* anteriormente referidos.

A extraordinária expansão do mercado europeu, particularmente no século XVIII, acarretada, entre outros fatores, pelo desenvolvimento demográfico que ali se operou, na medida em que o capital comercial atingia o seu auge, para dar início a nova etapa do seu desenvolvimento, — concede todas as condições de sucesso econômico à imensa empresa comercial estabelecida nas regiões coloniais do tipo do Brasil. A generalização do uso dos produtos coloniais, fazendo avultar de maneira considerável o consumo, enquanto o aparelhamento distribuidor, com a navegação de longo curso, estava em condições de colocar aqueles produtos nos referidos mercados consumidores, proporcionava impulso constante aos empreendimentos lançados em regiões tão distantes. Tais são, em grandes linhas, os traços do quadro geral em que deverá ser situada a primeira fase do desenvolvimento econômico brasileiro.

Internamente, em face de tais imposições da estrutura econômica existente e daquelas próprias do meio americano, as características serão novas, isto é, aparecerão pela primeira vez no curso do desenvolvimento econômico. Tendo de produzir para exportar, e tendo de produzir determinados gêneros, pelas naturais exigências dos mercados consumidores e da estrutura que os atendia, as células de produção agrária deviam ser estabelecidas em grande escala. Não se tratava, de modo algum, de produção para consumo imediato ou próximo, mas para consumo distante, quando só compesavam os altos índices de volume. Ora, nesse sentido, a área colonial brasileira oferecia uma excelente condição: a da disponibilidade de terras. Estas, eram extensas e pràticamente virgens de qualquer cultura. Daí uma das condições para o estabelecimento da grande propriedade, destinada à grande produção.

Outro traço específico do quadro interno apresenta-se com o regime de trabalho escravo. Se atentarmos para o passado das áreas incluidas no campo geográfico da Revolução Comercial, verificaremos como a introdução do elemento escravo complementou, em todas elas, a produção dos *gêneros coloniais,* mos-

trando a íntima associação que existiu entre os dois fatores. Trata-se, no caso, pois, de uma decorrência particular ao desenvolvimento do capital mercantil, nada tendo a ver, senão a semelhança, com o escravismo de época histórica mais recuada, quando o motivo de sua vigência foi inteiramente diverso. No século XV, quando começa a aparecer, para impor-se decisivamente no século seguinte, o trabalho escravo não corresponde senão a uma necessidade da integração das áreas tropicais e coloniais no desenvolvimento mercantil. Surge como solução de circunstância, destinada a proporcionar às áreas coloniais, onde o homem branco nada encontra e deve improvisar um aparelhamento de produção, — o elemento fundamental. Vemos estabelecida, assim, a rígida ossatura da empresa comercial montada no Brasil: a grande propriedade e o trabalho escravo, gerando a grande produção para abastecer mercados externos.

Não existe, e nem pode existir, mercado interno. Não existe, e nem pode existir, — senão em nível ínfimo, — produção para consumo interno. As lavouras de mera subsistência, que logo surgem, como necessidade imediata, carecem de qualquer expressão econômica. Sua produção não se destina aos mercados, não tem valor de troca. A unidade produtora tem todos os traços autárquicos, enquanto as necessidades de sua gente são diminutas e rudimentares. A população existente, aliás, é de uma irremediável pobreza. Os recursos de subsistência são poucos: quando, mais adiante, a mineração encontrar o seu momento, suceder-se-ão as crises de fome. O Brasil não passa daquela "morada da pobreza" a que se refere Vilhena, salvo o caso de uns poucos e raros exemplos de senhores de terras e de escravos, cuja existência, ao contrário do que informaram alguns historiadores e cronistas, calcados especialmente numa página de Cardim, esteve longe de aparentar-se com o luxo. A propriedade é fortemente concentrada. A riqueza permanece nas mãos de poucos. A divisão entre as classes é profunda: a cor diferente dos elementos de trabalho, como que os rotulando, acentua essa divisão e vai contribuir para que, através dos tempos, os problemas de classe, entre nós, fiquem confundidos com os problemas de raça.

Longe, e muito longe, de estabelecer as bases para uma exploração dos recursos que a terra pode proporcionar, e em que fiquem associados os seus moradores ou filhos, a grande

empresa comercial da colônia malbarata os seus elementos, relega a um nível baixíssimo a população, desmoraliza o trabalho, concentra os lucros em poucas mãos, está sempre longe de deixar vestígios duradouros, dissipa as recursos locais e apenas complementa a estrutura econômica européia. Trata-se, no caso dessa exploração, de uma tarefa predatória por excelência, de destruição dos recursos naturais, de esgotamento do solo, de derrubada da vegetação protetora, — cega, imediatista, quase vesânica se não tivesse existido nela a lógica natural do tempo. Não se trata, a rigor, de agricultaura, e nem pode ser comparada, de forma alguma, a qualquer atividade agrária normal. Enriquecendo a uns poucos, empobrece a todos os demais. Não deixa no meio em que se desenvolve os elementos substânciais de acumulação, que conferem estabilidade e posibilitam um desenvolvimento contínuo e ascensional.

As técnicas usadas são as mais primitivas. Trata-se, aliás, de uma rigorosa corrida com o tempo, — para produzir mais e a curto prazo. Do índio, herda-se a tarefa predatória da coivara. O fogo é o elemento de valia principal. A desmatação desnuda as terras e polui as águas. A energia consumida resume-se no esforço de homens e animais. A criação partoril não ultrapassa os níveis a que a relega a situação de mero quintal dos engenhos. Sem recursos para o transporte terrestre a distâncias médias ou grandes, as células de produção subordinam-se ao curso dos rios e é por eles que as safras descem aos portos de embarque.

Nessa estrutura, o que se esboça, desde os primeiros dias, como um destino a que é impossível fugir, é, na verdade, uma forma particular de mercantilismo, — o colonial, — condicionado em todas as suas manifestações, ainda as mais elementares, ao desenvolvimento do capital comercial europeu, eivado, apenas para caracterizar a sua aparência exterior, dos traços locais antes indicados. A população não está de forma alguma associada ao sistema, mas profundamente divorciada dele. O ativo de dois séculos, em bases tão precárias e dispersivas, será, pois, muito pobre, não importando, no conjunto, os instantes ou os exemplos isolados de fastígio que ocorreram.

Coroando tal sistema, encontra-se a rígida estrutura do monopólio comercial lusitano. Mais, e muito mais importante do que o estanco de alguns produtos, cuja exploração permane-

ce no regime de concessão temporária e que jamais chegarão a ocupar lugar de alguma importância no quadro de conjunto, o regime de monopólio traduz a presença da metrópole nas trocas, representa a sua associação aos lucros do trabalho. Tal regime exige, com o passar dos tempos, a clausura, mais ou menos rígida, segundo o momento e a forma de atividade, variando desde a proibição de uso de navios estrangeiros ao fechamento total do território, como ocorreu no Distrito Diamantino, tornando as áreas coloniais ibéricas, entre as quais o Brasil se destaca, — particularmente porque, aqui, a mineração surgiu muito depois da descoberta, — compartimentos fechados, num mundo cujo desenvolvimento vai impor, cada vez com mais força, a abertura de tais áreas.

A associação da metrópole nos lucros do trabalho colonial irá num crescendo, desde o estabelecimento das primeiras células de expansão agrária até a exploração do ouro e dos diamantes. Assim, conforme foi observado, a clausura sofre as suas variações, esboçando-se no horror ao estrangeiro, na interdição dos navios de bandeira diversa, até o fechamento completo da comarca em que tem sede o Distrito Diamantino, passando pelo entre-ato aurífero, quando a fiscalização, o fechamento de caminhos, a ação de polícia, a imposição dos registros, a sanção sobre a atividade dos ourives, a extorsão dos impostos, se denuncia a cada passo.

Sob o império de tais fatores é que tem lugar a conquista da terra. Entre os motivos que impulsionaram as levas humanas a se internarem pelo continente está aquele representado pela ausência de horizontes nas zonas litorâneas, onde a metrópole podia traduzir melhor a sua presença, torná-la efetiva. A pressão era tamanha que, no fim da fase a que nos referimos, a área colonial havia atingido as suas máximas dimensões. O tratado entre os cortes de Lisboa e Madrid, de 1750, oferece, realmente, nas linhas convencionais, a imagem física do que será, pouco mais ou menos, o Brasil autônomo. Dentro da imensidão de tal conquista, entretanto, as regiões produtoras restringem-se quase que tão-sòmente às áreas conhecidas desde os primeiros tempos.

Caminha o conhecimento da terra, amplia-se a área devassada, mas as zonas de produção permanecem as mesmas, não tendo o seu aumento extensivo correspondência alguma, ou muito reduzida, com a expansão territorial. Tal expansão, por

isso mesmo, é antes física do que econômica. Pior do que isso; cessados os seus motivos, detida em seus impulsos, deixa um vazio prático nas terras em que se estendeu. Aos quadros de fugidio esplendor sucedem-se, assim, os espetáculos de pobreza irremediável, de deserção continuada ou súbita. Aquelas áreas estão longe, pois, de incorporarem-se ao patrimônio da produção colonial.

Os traços gerais e característicos da fase inicial do desenvolvimento econômico brasileiro, pois, podem ser sumariados em alguns pontos principais:

quadro geral da Revolução Comercial
empresa mercantil de grandes proporções
base agrária
produtos tropicais
técnicas primitivas
consumo externo
instabilidade, crises periódicas
grande propriedade
trabalho escravo
os bens de produção são a terra e o escravo
concentração da riqueza
atividade predatória
sistema de monopólio.

Muito ao contrário de que se possa pensar, o estudo da referida fase não só é de importância muito grande como está longe de ter sido feito. Muitos dos fatores nela originados estão presentes no Brasil atual e constituem nele o elemento de inércia, o coeficiente retrógrado cuja eliminação completa é indispensável. Sem essa eliminação, como medida preliminar, qualquer alteração substancial em nossos rumos será tentativa inócua.

Não é uma simples frase, ditada pelo pessimismo, aquela em que se repete estar o Brasil em situação bastante colonial para cuidar de refundir a sua política econômica. É uma verdade a que a história oferece sua confirmação eloqüente, em toda a sua amplitude e em todos os seus detalhes. A profundidade a que, em dois séculos de vigência absoluta, atingiram os fatores oriundos da fase colonial primitiva ofereceu as condições para

que, embora já não de forma absoluta, permanecessem presentes e atuantes até os nossos dias, num contraste singular, que constitui uma das mais curiosas anomalias da fisionomia brasileira moderna. O Brasil é ainda suficientemente colonial para que se denunciem, por toda a parte, em variados aspectos, a presença do passado, e do passado distante, num momento em que se processa a mais acelerada transformação de sua história.

Integração na Economia Mundial – Deficiência do Aparelhamento Colonial – Aparecimento da Atividade Comercial – Livre-Cambismo e Regime de Monopólio Colonial – Mineração – Independência e Regime Tarifário – Permanência da Estrutura Econômica Colonial.

NÃO É UMA ESCOLHA arbitrária aquela que nos leva a fixar a segunda metade do século XVIII como assinalando, — na precariedade inerente a tais repartições,— um instante de transição no desenvolvimento econômico brasileiro. Tal instante indica, naquilo que mais aparece à atenção geral, o fim da atividade mineradora, definitivamente liquidada, e o retorno pleno às atividades agrícolas tradicionais na colônia. Naquilo que menos aparece, entretanto, e que é mais importante, o essencial mesmo, a segunda metade do mencionado século assinala a grande transformação que é a caracterização plena, no ocidente europeu, do mundo capitalista. Veremos como essa transformação, em seu processo, trouxe alterações muito graves ao quadro interno brasileiro, depois de ter sido impulsionada, conforme já foi observado por vários estudiosos daqui e do estrangeiro, pelo afluxo do ouro colonial. Nas décadas indicadas, o capitalismo reuniu todos os elementos necessários ao seu desenvolvimento. Não só alcançou a acumulação indispensável como criou as técnicas de que se servirá para a fase em que se lança agora. Como exemplos, entre muitos outros, e apenas nesse sentido, denunciando o novo quadro que se apresentava ao homem, podemos verificar que o aparecimento do fuso de Arkwright e a concesão da patente da máquina a vapor de Watt são fatos de 1769; a invenção do tear mecânico de Cartwright é fato de 1787.

No que diz respeito ao quadro interno brasileiro, a decomposição de algumas faixas do sistema colonial alcança, no momento indicado, um ponto em que se denuncia com muita clareza e generalidade. A exploração pura, simples, predatória e extensiva dos recursos locais e naturais, base sobre a qual se estabelecera, com o latifúndio e o trabalho escravo, a estrutura econômica colonial, já não satisfazia necessidades que o desenvolvimento histórico gerara, e se incompatibilizava progressivamente com algumas forças novas que apareciam ou avultavam. O crescimento demográfico, numa população que, entre 1780 e 1850, marcos que nos interessam, mais do que quadruplicara, constituía já alteração significativa. Sua significação cresce, entretanto, e adquire a importância que a torna fator novo, na medida em que a estrutura econômica, na sua rigidez, não tem possibilidades para assimilar esse crescimento, integrando-o em seus quadros. Ao passo que, nos primeiros tempos, todos encontravam o seu lugar, de privilégio ou de trabalho, com o passar dos anos e na medida em que a população aumentava, formavam-se numerosos grupos que, não sendo de proprietários ou de escravos, estavam inteiramente à margem da estrutura da produção, não se enquadravam nela. O desequilíbrio que, nesse sentido, se vai pronunciando de forma cada vez mais grave constitui sinal evidente de que a base antiga não satisfazia mais o enquadramento demográfico.

O mecanismo da produção gerara, por sua vez, o aparecimento de um grupo cujo papel não cessaria de avultar. A ampliação do sistema de produção criava as complexidades a que teria de se adaptar. A classe dominante, a que detinha a pro-

priedade da terra e do escravo, cindia-se, pela primeira vez, na medida em que o novo grupo, dela gerado, se colocava em posição diversa, com diversidade de métodos, quando não de interesses, diante do grupo antigo. Esboçava-se, ainda, uma economia de troca que, no passado, estivera quase sempre relegada a insuperável rudimentarismo. Surgiam divisões de trabalho ou de atividades que até então não tinham encontrado oportunidade para se manifestarem. O quadro de linhas rígidas e simples começava a sofrer alterações ou denunciava a presença de outras que, gerando-se no decorrer dos dois primeiros séculos, só agora podiam apresentar-se com evidência.

A expansão do povoamento e o crescimento da riqueza, por outro lado, haviam proporcionado a necessidade de um aumento correspondente no aparelho administrativo e político, dando aos centros urbanos, onde tinham sede tais elementos, fisionomia muito diversa da que anteriormente podiam apresentar, quando não passavam de locais de transbordo de mercadorias. A absoluta predominância rural sofria modificações. Junto aos quadros administrativos, em que avultariam os elementos ligados ao fisco, à justiça, à milícia, ao clero, apareciam grupos profissionais novos, entre eles os que estavam ligados a atividades especìficamente urbanas. O quadro anterior, das entidades autárquicas, que produziam as utilidades que consumiam ou de que necessitavam, não correspondia mais à realidade. O adensamento demográfico, de alguns centros urbanos, ou de algumas regiões agrárias, aqueles gerados do progresso de antigos pontos de escoamento da produção, estas surgindo do próprio desenvolvimento da riqueza, proporcionavam o aparecimento de lavouras de subsistência em torno de tais centros e áreas, que viriam a contituir, assim, mercados consumidores apreciáveis, embora dispersos.

Os processos agrários destrutivos, aquela vulgar extração, a que só por eufemismo se poderia denominar agricultura, tinham feito sentir já, em dois séculos de desenfreada vigência, os seus funestos e arrasadores efeitos. Surgia a necessidade, cada vez maior, de procurar novas terras ou recursos em regiões mais adentradas, com as exigências naturais, entre elas a que impunha o escoamento e se traduzia em comunicações. As técnicas empregadas permaneciam pouco mais ou menos as mesmas. Quando muito, atingia-se a utilização da água para mover a primitiva maquinaria. As crises se repetiam em todas as zonas, pelos motivos mais diversos, revelando a fraqueza de uma estrutura que envelhecia. Os proprietários de terras viam-se, repetidas vezes, na dependência dos comerciantes, colocando-se como devedores relapsos, protegidos pela legislação e pelo direito costumeiro.

O crescimento das atividades urbanas não fora tão rápido, naturalmente, que permitisse a assimilação dos elementos que a estrutura de produção deixava à margem, daí resultando o aparecimento e o avultamento de uma camada oscilante, que flutua entre o campo e a cidade, sem encontrar lugar definido ou definitivo, representando elemento parasitário ponderável. Tal posição de instabilidade, que gera a lenda da preguiça brasileira, ou da preguiça dos mestiços, — uma vez que aquela camada da população se compõe, em grande parte, dos elementos oriundos da miscigenação, — encontra lugar também nas insurreições que sacodem a colônia e o país recém-autônomo, de norte a sul, e que só vai cessar quase no fim da fase a que nos referimos, representando outro sintoma das mudanças em processo. Fase de transição, de derrocada de alguns dos elementos essenciais da estrutura econômica colonial, denuncia as suas anomalias e as suas alterações em prolongada inquietação e instabilidade.

Levantes de escravos, motins de artesãos, como aquele tão característico da inconfidência baiana de 1798, insurreições locais como a *Sabinada* ou a conspiração de Tiradentes, indicam e comprovam apenas a mencionada inquietação e instabilidade. Tudo representando, finalmente, as brechas de um sistema em que "não foi percebido que se estava desbaratando um capital, e não apenas colhendo os seus frutos". Tais brechas se denunciavam nas manifestações políticas, por vezes desencontradas, que repontavam em todos os lugares, em todas as zonas, na vastidão territorial da colônia e do país que a sucede. A independência, realmente, assiste ao mesmo quadro de insurreição, de fermentação, de instabilidade, que se prolonga até o fim da fase a que nos referimos.

Entra em prolongada crise, finalmente, uma das peças fundamentais da estrutura econômica colonial, a do trabalho escravo. Não só por condições internas, e talvez menos por estas, na altura a que referimos, quando a presença, tão--somente, da formidável massa de negros condenados ao trabalho escravo ia, pouco a pouco, atraindo a atenção geral, do que por motivo de causas externas que iriam afetar a fonte, o tráfico, em que

estavam empregados grandes capitais e que representava um dos elementos mais importantes no quadro geral da vida brasileira. O trabalho escravo, gerado em circuntâncias especiais, ia ficando progressivamente incompatibilizado com a nova etapa do desenvolvimento econômico.

Estancar as fontes em que se supriam as áreas coloniais ou politicamente independentes de braço escravo para o trabalho correspondia, de toda forma, a completar a tarefa de impulsionar tais áreas no sentido de se enquadrarem numa situação mais acorde com as exigências do capitalismo. Não é coincidência, pois, o aparecimento da Inglaterra como nação que desenvolve a sua política internacional no tríplice aspecto de propugnadora da autonomia dos povos de formação colonial, de dominadora das rotas marítimas em que circulavam as mercadorias que constituiam objeto de trocas mundiais, e de policiadora do tráfico negreiro a que estivera, em etapa anterior, tão estreitamente associada. A pressão que exerce, nesse sentido, e que representa a pressão dos elementos nela dominantes, ligados ao surto industrial em plena ascensão, de acabar com o tráfico de escravos, e que está indicada, no que se refere ao Brasil, por atos oficiais, diplomáticos ou particulares, inclusive conhecidos incidentes, desde o período anterior à nossa antonomia, não cessa, e alcança um sucesso completo no fim da fase que estudamos, com a abolição do referido tráfico.

Está claro que a proibição do tráfico não representa apenas a condenação do comércio de escravos e o seu fim prático, pois desde aquela proibição a entrada de negros não cessou de declinar até serem suspensas de vez tais atividades, — mas a irremissível condenação do próprio instituto de trabalho escravo. Daí por diante, não há mais ilusões: o trabalho escravo está condenado, sua extinção será problema de tempo. Nesse sentido, é fácil verificar como estava fundamente atingida a estrutura antiga de produção, levantada na vigência da fase anterior, nos dois primeiros séculos em que ela se desenvolve, em que firma as suas bases e consolida a sua construção sólida e rígida. O fim do tráfico, por outro lado, corresponde, nas relações anglo-brasileiras, sempre crescendo em importância e vulto, a um afluxo de capitais daquela origem para o nosso país.

Todas as alterações anteriormente alinhadas, mostrando o anacronismo da estrutura econômica colonial, face às novas

condições do mundo, estão estreitamente vinculadas à extraordinária transformação exterior especificada pela progressiva substituição do capital mercantil pelo capitalismo. A indústria efetivamente, escapará ao estágio do artesanato, para atingir níveis inéditos e integrar o desenvolvimento do capitalismo, dando-lhe considerável impulso. Ora, a imensa empresa comercial, em que estava constituida a colônia, desde os seus primeiros dias, integrara-se, profundamente e especificamente, no conjunto do capital mercantil, como uma de suas mais significativas expressões. Não seria impunemente, não seria sem padecer transformações de vulto e de importância, que sofreria a adaptação ao novo conjunto de interesses. O regime de monopólio, por outro lado, a que as nações ibéricas submetiam as áreas coloniais americanas, perfeitamente coerente com o quadro de desenvolvimento do capital mercantil, colocava-se, agora, em discordância total e cada vez mais profunda, na medida em que o tempo passava, com o surto do industrialismo, ante o qual surgia como obstáculo.

A luta inicial desse industrialismo em ascensão contra todas as atividades monopolistas, contra todas as restrições à circulação das mercadorias, contra todos os fechamentos de áreas em que se apresentavam mercados consumidores, contra todos os impedimentos à colocação de produtos acabados ou transformados, corresponde, em rigor, a um choque contra todas as imensas e maciças construções estanques que as cortes ibéricas, com esforço, tenacidade e progressivo rigor, mantinham, porque importavam, para elas, em necessidade vital. O monopólio comercial constituia, assim, um evidente anacronismo. Os seus dias estavam contados, desde que o capital mercantil cedia lugar ao capitalismo.

Para as metrópoles ibéricas, entretanto, o problema se apresentava sob aspectos inteiramente diversos: é que, rompido, como estava previsto, o sistema de monopólio, nada lhes restava para assegurar a posse política das áreas coloniais americanas. O regime de monopólio, na fase histórica a que nos referimos, representava o único vínculo, o exclusivo, dessa dependência. Sem indústria, vivendo do comércio, a perda da exclusividade de exploração de áreas enormes correspondia, para Portugal, como para Espanha, à perda das colônias. Seus restos de vitalidade estavam indissolùvelmente ligados ao comércio colonial.

O acidente da invasão napoleônica criou o instante de enfraquecimento propício ao rompimento do sistema que vinha funcionando desde os descobrimentos.No caso particular do Brasil, a abertura do comércio, com o liberdade dos portos, quase três lustros antes da autonomia política, corresponde ao fim do sistema de monopólio e, portanto, à separação total dos laços que o subordinavam à metrópole. Restariam, nesses três lustros, vinculações meramente formais, sem nenhuma força ou objetivo.

O desvendamento das grandes áreas comerciais americanas, quebrando um sistema que, por três séculos, as colocara na situação de mundo à parte, correspondia, finalmente, à integração delas no vasto conjunto da economia mundial, que se desenvolvia, assim, em escala internacional, de que participariam, daí por diante, direta e intensamente. Os reflexos dessa integração serão muito profundos, na intimidade das populações coloniais, e afetarão, como não podia deixar de ser, o desenvolvimento futuro dos países que resultam da fragmentação das áreas coloniais americanas. A estrutura colonial, realmente, não se pederia harmonizar com as contingências da nova situação. Sofrerá, por isso, novos e sucessivos golpes, entre os quais o da abolição do tráfico não é dos menos importantes.

As alterações administrativas sofridas nos anos anteriores, que medearam entre a abertura dos portos e o ato da Independência, embora meramente formais, traduziam o alcance e a extensão das transformações necessárias, a que era indispensável acudir com um novo aparelhamento de governo. Surge, com maior destaque, o embrião de aparelhamento bancário, cujas flutuações refletirão o que existe de contraditório no país. Ultima-se, de outro lado, uma política de acordos comerciais bem característicos, o de 1810 e o de 1825, em que a orientação britânica define nitidamente a sua posição. Comerciantes, novios, capitais ingleses interessam-se pelo país, e nêle desempenharão prolongada influência.

Os acordos que regularam o tratamento a ser dado às mercadorias estrangeiras, desde aqueles que conferiram preferência aos produtos britânicos até os que, depois da derrota napoleônica, estenderam favores a utilidades de outras nações, sancionavam, na verdade, o aspecto fundamental da estrutura econômica colonial, que se resumia na produção dos mesmos gêneros, estabilizando-se a base agrária, o regime da grande propriedade, o trabalho servil, este embora reduzido em suas perspectivas e vivendo dos recursos humanos existentes no país. Em vez de representar, pois, uma transformação substancial naquela estrutura, a integração na economia internacional fortalecia, sob todos os sentidos, as suas linhas essenciais. As alterações introduzidas, a que no referimos, e que tiveram importância variável, mudando em parte a fisionomia brasileira, não foram seguidas de outras, a elas encadeadas, que possibilitassem a transformação que nos oferecesse perspectivas de deixar de ser a imensa fazenda tropical, produzindo para mercados externos e com reduzidas ligações de proveito com a massa da população.

A autonomia nada tivera de revolucionário, pois, uma vez que não correspondera a nenhua alteração de fundo. Mudava a fisionomia geral do país, dando um tímido passo à frente e sem outros resultados, que só poderiam derivar da ação dos próprios elementos, da ação de seu povo. Como vemos, foi à revelia desse povo que se operaram as transformações a que nos referimos, as que levaram ao rompimento dos laços que nos prendiam à metrópole, à entrada numa existência independente, do ponto de vista político. E tanto assim foi que, atravessado o período de inquietação e instabilidade que mencionamos atrás, tudo se estabilizaria mais ou menos nos mesmos moldes, consolidando-se até a posição, que parecera ameaçada, da estrutura colonial anterior. E nem teria sido possível, ante o quadro existente, indicado com eloqüência na liberalidade da tarifa alfandegária, operar alguma transformação de importância. Aquela liberalidade traduzia as condições do meio, na impossibilidade de qualquer esboço de produção que não moldado dentro da estrutura vigente. Mais do que a tarifa, portanto, — mero sinal da situação, — era a estrutura econômica colonial que proibia qualquer mudança, pela sua presença maciça e profunda.

Embora as técnicas em uso, entre nós, permanecessem no mesmo nível, pouco mais ou menos, a vida urbana havia atingido a um relativo desenvolvimento, longe dos limites do luxo e das necessidades numerosas e generalizadas que demonstram a existência de ponderável classe média, antes mantidos na mediania e na vulgaridade conhecidas. O Brasil, entretanto, constituia já um mercado bastante apreciável para as utilidades que

o desenvolvimento industrial oferecia. A sofreguidão com que se lançaram, particularmente depois de abertura dos portos, os mercadores a essa área recém-liberada à sua ação foi tamanha que chegaram a erros curiosos como os de nos remeterem peles para agasalho e patins para o gelo. A balança do comércio externo seria permanentemente desfavorável, acumulando-se os saldos negativos numa impressionante seqüência, embora as injeções correspondentes de empréstimos externos pretendessem atenuar tais efeitos.

Entrávamos, desde cedo, realmente, na orientação, a que acediam de bom grando os credores, das soluções aparentes, vislumbradas nas entradas devidas aos empréstimos, prática pretensamente salvadora a que recorrem, entre nós, a partir de então, todas as entidades públicas que estivessem habilitadas para tanto. A desvalorização da moeda, cuja queda vertical denunciava de alguma forma os males existentes, o esgotamento das reservas, a impossibilidade de operar qualquer transformação substancial, mostravam o desaparelhamento do Brasil, que se apresentava no palco internacional inteiramente desprovido das condições para ter um papel diverso daquele que tivera como colônia, salvo o da fisionomia exterior, e que dava a demonstração prática de como a autonomia política constitui um processo cujo conteúdo econômico não deve escapar à observação menos atenta.

A invasão dos produtos estrangeiros e a perfeita harmonia existente entre essa invasão, para a qual estávamos prèviamente destinados, e o sistema econômico colonial ainda em vigência, estiolariam todas as iniciativas de produção interna diversas daquilo que podia oferecer a grande lavoura escravocrata. As tentativa de estabelecimento de pequenas manufaturas têsteis, como da pequena siderurgica, estavam condenadas a irremediável e conseqüente fracasso. O incipiente artesanato, por outro lado, a que o crescimento demográfico, as novas divisões do trabalho e o adensamento urbano vinham concedendo apreciável impulso, entrava em crise, face à inundação do mercado pelos produtos acabados de baixo preço.

O próprio comércio, mantido principalmente por elementos portugueses integrados no novo país, como era tradicional, sofreria esmagadora concorrência. Nossos centros urbanos seriam invadidos por mercadorias de procedências as mais diferentes,

através de mercadores repartidos pelas especialidades a que se haviam acostumado. O aumento das despesas públicas, em face da necessidade de criar ou de ampliar órgãos próprios de um estado autônomo, e a servidão tremenda dos onerosíssimos empréstimos externos, — absorvendo 40% do total da renda, no fim do período a que nos referimos, — constituiam problema cuja gravidade dispensa comentários.

O Brasil continuava a representar, pois, "um organismo econômico primário, destinado a produzir alguns gêneros tropicais para o comércio internacional", numa área desaparelhada, aberta aos produtos que a ascensão vertiginosa do capitalismo tinha necessidade de colorar, com uma anacrônica estrutura de produção, empregando as técnicas mais rudimentares, submetido ainda ao regime de trabalho servil e atravessando, em conseqüência de tudo isso, um longo período de inquietação política, em que as correntes em choques não sabiam bem definir as suas orientações, satisfazendo-se com alguns paliativos e permanecendo cegas ante o quadro que o país apresentava.

O deslocamento do centro de gravidade econômico para as proximidades da sede administrativa e política; o lento e difícil desenvolvimento de uma classe média que ponderasse na vida pública do país, sofrendo todos os embaraços diante da estrutura de produção dominante; o surto embrionário do mercado interno, disperso em algumas ilhas, das quais a mais importante estava sediada próximo à capital; o aparecimento de circulação interna regional de produtos, neutralizando a antiga primazia absoluta da circulação marítima; a introdução muito lenta de técnicas novas, que a era da máquina apresentava e buscava generalizar, pelo menos no que dizia respeito a alguns setores; o renascimento agrícola que derivara da derrocada da exploração mineradora e do aumento do mercado consumidor europeu e a manutenção daquela área, deixando de parte o seu próprio abastecimento para procurá-lo em regiões distantes, dentro do regime de trocas prevalecente; o rápido desenvolvimento extensivo da lavoura de café; a revisão trifária, encerrando o pleno liberalismo do mercado, flutuando embora entre imperativos fiscais e sonhos de manufaturas próprias; a abolição do tráfico e a organização paulatina da economia financeira, são indícios e traços de uma transformação que em parte se concilia e em parte se choca com a estrutura colonial ainda dominante, poderosa e relativamente estável.

O traço essencial desta fase, entretanto, é aquele que define, agora com absoluta precisão e clareza, a estrutura econômica brasileira como sendo a de um mercantilismo colonial, isto é, uma forma caracterizadamente inferior com a particularidade de sumeter-se, de condicionar-se e de servir ao capitalismo, complementando setores a que ele não podia acudir, entrosando-se em suas necessidades e integrando-se, sem qualquer discrepância, em seu desenvolvimento.

Na fase anterior, alguma coisa poderia trazer dúvida pela apreciação de um que outro sinal exterior, mais aparente do que real, para o perfeito entendimento de particularidade tão importante. Surgiram mesmo, em nosso tempo, a esse respeito, especiosas e inconseqüentes controvérsias, como aquela, para só citar uma, que se levantou a respeito da vigência, entre nós, de formas feudais de produção, pretensamente consignadas nos direitos que cabiam aos donatários em seus forais e títulos de doação. Está claro que não poderiam ter vigorado aquelas formas feudais no conjunto de uma economia de traços evidentemente mercantis, estabelecidos sobre a produção escravista. As relações feudais surgiriam mais adiante e caracterizariam a estagnação de grandes áreas territoriais do Brasil. Na fase a que nos referimos agora nenhuma dúvida poderia mais subsistir.

A integração na economia mundial, quebrado o regime a que vinha sendo submetida a colônia, sujeita ao monopólio comercial metropolitano, viria mostrar, da maneira mais clara, a essência do que se fazia no Brasil, caracterizando a forma colonial que apresentávamos, sua subordinação, sua funda e íntima ligação de dependência ao capitalismo em desenvolvimento. Esse capitalismo destruira, na verdade, os obstáculos que se opunham àquela integração, como o do regime de monopólio, para destruir, mais adiante, outro obstáculo, o do trabalho escravo, cuja fonte conseguiria estancar, condenando todo o sistema a um inevitável desaparecimento, impondo-lhe a transformação, pela sua necessidade, entre outras, de fazer das massas escravas, sem possibilidade aquisitiva, clientela potencial, pela remuneração do labor e preenchimento obrigatório e individual de solicitações mínimas especificadas em alimentos e em utilidades.

Destruira, entretanto, apenas os obstáculos. Aquilo que, na estrutura econômica colonial, devia permanecer colonial, uma

vez que não perturbava, mas ajudava a engrenagem do desenvolvimento capitalista, posto na etapa industrial, permaneceria sem ameaça, conciliando-se com os fatores externos, aliando-se a eles, submetendo-se a suas injunções. O que permanecia era a essência do sistema, alterado em aspectos formais, mudando de fisionomia, sofrendo uma transformação inevitável. Sólido, entretanto, nas suas bases, alicerçadas no tempo, dotado de vigor incontestável. É essa estrutura colonial, que permanece inviolada, que se transfere ao cenário de um país independente, do ponto de vista político, e tem longa vida dentro dos novos moldes, de sorte a chegar aos nossos dias.

Os traços gerais mais evidentes da fase que acabamos de sumariar podem ser indicados na seriação seguinte:

quadro geral da Revolução Industrial
destruição do regime de monopólio comercial
anacronismo da estrutura colonial
retorno à base agrária única
deslocamento do centro de gravidade para a Sul
desenvolvimento da vida urbana
ampliação do mercado de trabalho livre
esboço de classe média
esboço de mercado interno
desenvolvimento do sistema financeiro
liberalismo tarifário
manutenção do regime colonial
integração na economia mundial.

A importância do estudo desta fase está na caracterização dos laços que associam a estrutura interna com a externa, na fisionomia nova que apresenta uma estrutura antiga. Na observação daquilo que, ao mesmo tempo, começa a se gerar, para tomar impulso em fase porterior, particularmente todos os elementos que concorrerão, cedo ou tarde, fraca ou fortemente, na elaboração de uma economia nacional de que, nessa segunda fase, ainda nos encontramos muito distantes.

Elaboração da Economia Nacional: Inquietação Política – Reforma Tarifária – Suspensão do Tráfico Negreiro – Disponibilidade de Capitais e Investimento Urbanos – Aparecimento de Novas Técnicas – Desenvolvimento da Lavoura Cafeeira – Fim do Trabalho Escravo – Função da Corrente Exportadora – Papel dos Empréstimos Externos – Introdução de Capitais Estrangeiros – Alterações no Mercado de Trabalho.

A PRIMEIRA metade do século XIX, compreendida na fase anterior, foi extremamente tumultuosa no Brasil. Desde as últimas décadas do século precedente, aliás, vinham numa repetição inquietadora pela sua constância, cada vez com menor intervalo entre eles, os motins, levantes, conspirações, denunciando uma insatisfação geral. A observação menos atenta poderá verificar, fàcilmente, no quadro da época, que o fenômeno não é peculiar ao Brasil, — todas as áreas coloniais, e aqui nos referimos às americanas, sofrem da mesma onda de perturbações. Da abdicação do primeiro imperador até o golpe que conferiu

maioridade ao segundo, tais manifestações, em nosso país, se generalizaram e se agravaram. Todo o território nacional é como que sacudido por desencontradas ânsias de rebelião. Os fatos ligados a uma etapa com fisionomia tão conturbada pertencem à história política e à história social, mas é evidente que eles refletiam, muito mais no fundo do que na forma quase sempre, as grandes transformações a que a estrutura econômica ia sendo submetida.

Ao fim da mencionada fase, o aparecimento da tarifa a que Alves Branco ligou o seu nome, e o da lei de Eusébio de Queirós, traduzindo internamente as pressões externas contra o tráfico negreiro, a que não faltou tenaz oposição, demonstram uma inflexão nova nas diretrizes públicas. Uma e outra serão bastante discutidas, e está claro que a segunda muito mais do que a primeira. Surgiam novas forças, novas componentes, novos interesses. De outro lado, a poder público começava a manifestar a sua presença, equilibrando as suas ações entre o jôgo daqueles interêsses.

Os resultados da abolição oficial do tráfico negreiro e do seu prático desaparecimento em pouco tempo consistiram, sem dúvida alguma, na disponibilidade, em curto prazo, de grandes capitais. Conquanto as estatísticas sejam muito lacunosas, no que diz respeito a uma atividade tão importante do ponto de vista econômico, tudo leva a crer que o tráfico representava a mais importante inversão existente no país, se deixarmos de parte o que afeta a propriedade imobiliária, cuja primazia era indisputável. Tivesse apresentado o regime de apropriação da terra, entre nós, naquela época, um pouco mais de flexibilidade, e os capitais, tornados disponíveis quase de súbito, teriam, segundo tudo leva a crer, revertido em aplicação ligada à atividade agrícola. Não era esse o caso, porém. Daí o rumo novo que tais capitais são naturalmente forçados a seguir. É nesse sentido, mais talvez do que no que se liga ao seu vulto, que o problema deve ser situado.

A segunda metade do século XIX assiste também a uma mudança importante. É que começam a surgir, entre nós, técnicas, serviços e explorações interamente novas. Aparecem as primeiras estradas de ferro, permitindo um avanço importante no sentido do interior por parte da exploração agrícola. Instalam-se as primeiras linhas telegráficas. Desenvolve-se a nave-

gação a vapor. Organizam-se os portos, até então meros ancoradouros. As ligações fluviais assumem importância muito grande. Inicia-se a fabricação das utilidades mais correntes. Aparecem as companhias por ações e desenvolve-se o crédito. As cidades, que guardavam até então uma fisionomia colonial, recebem melhoramentos consideráveis, entre os quais a iluminação a gás. Lançam-se os primeiros cabos submarinos, Em conseqüência de todas essas inovações, não só a existência brasileira, pelo menos em algumas zonas e centros, vê alterados os seus padrões, como surgem possibilidades de trabalho.

A tarifa de Alves Branco, abandonando o nível baixíssimo de 15% em que a deixara o tratado de 1810, exigia contribuições muito maiores, Em alguns casos, a elevação era de 30 a 60%. Conquanto o ministro tivesse falado em protecionismo, é evidente que ela teve uma finalidade arrecadadora maior. A oscilação entre os dois sentidos, o da proteção e o das necessidades fiscais, aliás, chega aos nosso dias. Não tinha condições para propiciar o aparecimento de indústrias, em um país do tipo do Brasil na segunda metade do século XIX, como cuidam alguns ingênuos. Tarifas não criam indústrias, — quando muito ajudam o seu desenvolvimento, e nos casos em que as demais condições existem. Foi o que ocorreu entre nós. A orientação iniciada por Alves Branco seria, aliás, revista várias vezes, flutuando entre os dois mencionados sentidos.

É fácil perceber como, num país em que a arrecadação aduaneira representava mais da metade da receita geral, como era o nosso caso, o interesse fiscal preponderasse. Alves Branco, em sua reforma, elevava fortemente a taxação, particularmente no que tocava a bebidas e têxteis. Rui Barbosa, em 1890, seguiria a mesma diretriz, já então em condições muito diferentes. A sua reforma foi bastante combatida, principalmente pelos prejuizos fiscais que acarretou. Um dos seus traços estava na redução dos direitos que incidiam sôbre as matèrias-primas necessárias à produção nacional. Bernardino de Campos reduziu os direitos de entrada, em 1897. A partir de 1900, vigoraria a tarifa a que Murtinho deu o seu nome.

O problema tarifário, mais de forma e de aparência do que de fundo, vai aqui mencionado por dois motivos. Primeiro, porque os direitos de entrada estão estreitamente ligados ao problema do comércio exterior, e esse comércio, na fase que estuda-

mos, conforme será explanado adiante, caracterizava a situação econômica do país e a estrutura da produção existente. Segundo, porque ele afeta um aspecto dos mais importantes, o do aparecimento de uma indústria nacional de transformação que é sem dúvida alguma fato importantíssimo e condiciona, por si só, a elaboração da economia nacional nessa época. As reformas tarifárias, em sua oscilação, traduziam já a existência de novas fôrças na intimidade da economia brasileira. Seria ilusão pretender que as indústrias nascentes ou em desenvolvimento tivessem adquirido, por esse tempo, a importância capaz de impor o protecionismo. As tarifas sofrerão muito mais das exigências fiscais. Mas essas exigências já podiam ser disfarçadas sob alegações protencionistas, o ideal protecionita era defensável, havia partidários dessa orientação, isto é, começava a existir alguma coisa inédita, em uma estrutura de produção cuja rigidez ancorava em séculos.

Importantes que tenham sido os problemas ligados à disponibilidade de capitais oriundos da extinta aplicação no tráfico negreiro, e o das tarifas aduaneiras, eles foram de muito superados, no sentido de corresponder a uma mudança séria, realmente ponderável, pelo desenvolvimento agrícola que estabelece suas bases com o café. A ascensão acelerada da lavoura cafeeira é que constitui, sem dúvida, um índice nôvo, é que vai alterar o quadro anterior, pelo que representa em si mesma e pelo que proporciona em conseqüências que se alastram a outros setores. Muito ao contrário do que acontece com outros tipos de lavoura, entre nós, aquela ascenção é contínua, não sófre pausas.

Tudo o que vai acontecer, — e muita coisa vai acontecer, — daí por diante, estará ligado ao desenvolvimento da lavoura cafeeira, de forma direta ou de forma indireta: construção de ferrovias, aparelhamento de portos, introdução de imigrantes, declínio do trabalho escravo, crescimento do crédito, aumento da capacidade aquisitiva das populações, são reformas ou mudanças, entre muitas outras, proporcionadas por exigência ou pelo desafogo oriundos do surto dos cafezais. No quadro tradicional da estrutura brasileira de produção, as atividades agrícolas terão, em todos os tempos, desde o início da existência colonial, importância muito grande. Algumas pela própria origem das culturas e atividades dependentes, herdando sistema que se

torna progressivamente anacrônico. Outras, pelos percalços que a produção encontra nos mercados externos, que regulam a sua vitalidade.

O açucar, por exemplo, estará em ascensão, ao iniciar-se a fase de que vamos tratando, mas não tardará a entrar em prolongada crise, no que toca à sua colocação nos mercados consumidores antigos. Essa crise se liga, de maneira fundamental, à própria herança, à origem da produção açucareira entre nós. Dentro do sistema estratificado em que se enrijecera, aquela produção não estava em condições de acompanhar as necessidades de uma lavoura moderna. Liga-se, também, a um fator estranho ao meio: a beterraba aparecia em ascensão, como fonte do açúcar. Em 1860, o açúcar da beterraba supria já 25% do consumo mundial; em 1882, chegava a 50%; em 1900, atingia a quase 75% daquele consumo. Não havia mais lugar,é claro, nas correntes internacionais de comércio, para o açúcar de cana produzido num sistema anacrônico como era o nosso.

Ora, no caso da lavoura cafeeira, dentro do espaço de tempo em que limitamos o estudo desta fase, não houve tal concorrência de produto externo. Não houve concorrência alguma, na verdade. Demais, como lavoura do século XIX, iria criar um sistema novo, inteiramente desligado do passado sob muitos aspectos, inteiramente diverso dentro de determinados limites. Não herdava uma tradição. Não percorria sequer as mesmas terras. Aquelas em que se desenvolvia, em grande parte, não estavam apropriadas. Os vínculos que ligam a lavoura cafeeira ao passado, entre os quais avultava o do trabalho escravo, serão em pouco atenuados, quando não suprimidos. A escravidão será mesmo alijada de vez. A única característica a que não poderá fugir é a da colocação em mercado externo, dada a estrutura da economia brasileira do tempo. Não poderia deixar de subordinar-se ao traço essencial de toda uma estrutura, dentro da qual seria gerada. Esse traço não era da lavoura cafeeira, — era do país, de uma economia ainda colonial em sua essência. Mas o café representa a introdução, na produção rural, pela primeira vez, de relações capitalistas inequívocas. Elas coexistem, numa prolongada fase, com outro tipo de relações, mas não cessam de crescer.

O que vai definir, entretanto, as transformações da fase a que nos referimos é o novo quadro que apresenta o comércio

externo. A importância do comércio externo, no caso brasileiro, para caracterizar transformações, é muito maior do que no caso de povos de formação diferente, sem dúvida alguma. No caso específico que se apresenta para nós, em conseqüência da estrutura de produção vigente, a exportação representava a principal determinante das atividades econômicas do país, desempenhava aqui, conforme frisou bem um estudioso da matéria, "o mesmo papel dos investimentos nos países altamente industrializados". Qualquer perturbação na corrente exportadora, por isso mesmo, representava, não só uma desorganização do comércio exterior, mas uma total desorganização na economia de amplas regiões do país, de todo o país por assim dizer.

Os traços definidores do comércio externo, para o Brasil, na fase de que tratamos, constituem-se em que a exportação se compunha de artigos primários, destinados à alimentação ou à elaboração industrial, muito mais os primeiros do que os segundos, enquanto a importação se compunha de artigos manufaturados, destinados, em maioria esmagadora, ao uso direto dos consumidores. As matérias-primas exportadas saíam em estado bruto ou após uma transformação elementar, o beneficiamento. A exportação se compunha, por outro lado, de número reduzido de produtos, concentrando-se cada vez mais. No conjunto, o café cresceria de cerca de 50%, no início da segunda metade do século XIX, a 64,5% ao fim do século, quanto ao valor da exportação. O açúcar desceria, dentro dos mesmos limites, de 21 para 6%.

Oito produtos, — café, algodão, açúcar, cacau, herva-mate, fumo, borracha e couros, —totalizariam 91% do valor da exportação, no início da fase, e 96% no fim dela. O café, em certos anos, como 1886 e 1892, chegaria a constituir 71% do valor total da exportação. Açúcar e algodão sofreriam da concorrência externa. Tendo atravessado fases ou momentos de fastígio, declinariam para níveis baixíssimos na balança do comércio externo. Aconteceria o mesmo com a borracha, no início do século XX. Por motivo de ter um aventureiro carregado, clandestinamente, sementes? Está claro que não. Mas porque a nossa estrutura de produção, quando encontrava competição de origem em que a estrutura era diversa, muito mais aparelhada, não estava em condições de resistir. Ao café valeu, assim, para o seu prolongado e destacado domínio, a emancipa-

ção dos males antigos daquela estrutura e, principalmente, a ausência de concorrência exterior de importância, no tempo a que nos referimos.

Um rápido exame nas correntes de importação nos revelará, ainda, dados interessantes, para a caracterização do quadro brasileiro. Na fase anterior, antes da tarifa Alves Branco, as manufaturas de algodão representavam 34% do valor das mercadorias importadas. Entre 1870 e 1875, em plena fase de que nos ocupamos, aquelas manufaturas passariam a representar menos de 30% do valor total indicado. Já no século seguinte, entre 1902 e 1904, não chegariam a 13%. Isso denuncia o desenvolvimento industrial brasileiro, já relativamente importante: fabricávamos aqui grande parte das necessidades nacionais em vestuários. Na fase anterior, entre 1839 e 1844, o título máquinas e acessórios estava em 25.º lugar na ordem de importância em valor dos produtos entrados. Entre 1870 e 1875, passaria para o 11.º lugar. Entre 1902 e 1904, para o 6.º lugar. Tal ascensão assinala, sem dúvida alguma, o esboço do aparelhamento industrial brasileiro. O carvão de pedra, nas três épocas que mencionamos, subiria do 17.º para o 8.º e para o 4.º lugar, indicando a crescente necessidade em que nos encontrávamos, mercê das transformações que se iam operando, de fontes de energia industrial. Muito ao contrário, um produto alimentício, a manteiga, iria cair, dentro daquelas referências no tempo, do 9.º lugar para o 14.º e para o 18.º. São indícios eloqüentes, que nos permitem uma análise precisa do quadro brasileiro da fase em apreço.

As correntes de comércio não mostravam apenas a singularidade do reduzido número de produtos exportados, e da importância que eles tinham no conjunto, entrando com altas percentagens. Mostrava ainda que as trocas se concentravam em relação a poucos países. Nossas exportações para a Inglaterra decresceriam progressivamente: em 1853-54, corresponderiam a 32.% do valor; em 1872-73, subiriam para 39,4%, para descer, em 1902-04, a apenas 18%. E as trocas assinalariam que jamais o primado britânico voltaria a vigorar. Em sentido contrário, as exportações para os Estados Unidos ascenderiam, dentro dos mesmos marcos, de 28,1% para 28,8% e finalmente para 43%. Isto significa que, entre aqueles dois países de destino estaria sempre de 60 a 70% do valor da exportação bra-

sileira. Quanto às nossas importações, embora declinassem os fornecimentos ingleses, caindo, dentro daquelas referências, de 54,8% do total em valor para 53,4% e para 28,1% não reverteriam as diferenças, globalmente, em favor dos Estados Unidos, mas em favor de vários países. Os americanos nos forneceriam 7,0%, 5,4% e 11,5%, naquelas marcas. Estavam muito longe de assumir o papel que desempenhariam na fase subseqüente, que chega aos nossos dias.

A ascensão dos Estados Unidos como mercado consumidor dos produtos brasileiros, do café em particular, provém, entre outros motivos, de não terem sido atingidos pelas medidas protecionistas, ou aparentemente protecionistas, das tarifas aduaneiras. Forneciam pouco e, portanto, não seriam feridos pelo pretenso protecionismo. Não se sentiam forçados a restringir o consumo de produtos brasileiros. Note-se, isto é apenas uma das causas. Ela ocorreu também em relação à Alemanha, que começou a figurar com a porcentagem progressivamente elevadas no valor da exportação nacional. Não se tornou, entretanto, o mercado consumidor de nossos produtos que os Estados Unidos se constituiram desde aquela época. Mas chegou a converter-se em zona distribuidora por execelência, do café em particular, para toda a Europa.

O aspecto mais profundo do comércio exterior, aquele que mais de perto interessa à caracterização da estrutura brasileira de produção, é o que se denuncia no aparecimento dos saldos favoráveis de sua balança. Esse aparecimento está condicionado, estreitamente, diretamente, à ascensão da lavoura do café, porque é esse produto agrícola que vai influir na constituição de tais saldos. A mencionada balança, na fase anterior, era costumeiramente deficitária. Veremos, mais adiante, como eram atenuados, ou pretensamente atenuados, os efeitos de tais diferenças, quando nos ocuparmos do papel dos empréstimos externos. Não importa, no conjunto, que, em alguns anos, a balança nos tivesse sido favorável. Isso aconteceu esporàdicamente e não teve qualquer influência duradoura ou profunda, como não podia deixar de ser. Em 1823, em 1833, em 1845, acontece que exportamos mais do que importamos e conseguimos acumular recursos. Tais recursos, de forma inelutável, seriam consumidos em seguida, pelo retorno à normalidade deficitária.

De 1854 a 1856, conseguimos saldos, na balança do comércio externo e a partir de 1861 os saldos se tornaram normais. Em toda a segunda metade do século XIX, só uma vez, em 1885, reapareceu o resultado negativo. Curioso é que os saldos favoráveis não tenham seguido uma progressão ascendente. Eles flutuaram, no valor, ora subindo, ora descendo: se, em 1861, ultrapassam os dez milhões de cruzeiros (dez mil contos da época), descem a pouco menos de seis milhões em 1870, e a pouco mais de doze milhões em 1896, o que corresponde realmente a declínio pois os saldos de anos imediatos tinham sido muito maiores. Tais saldos aproximam-se de cinqüenta milhões, em 1867. Ultrapassam essa marca, em 1872, 1880, 1886. Passam de cento e vinte milhões, em 1893, e descem novamente, para ultrapassar a casa dos trezentos milhões no último ano do século.

Do simples exame da balança do comércio externo, em seus valores, mercadorias e destinos, verificamos os traços principais: concentração em alguns produtos especialmente favoráveis, seja transitóriamente (açúcar, algodão, borracha), seja prolongadamente (café); concentração em relação aos países de destino da exportação, que se reduzem a muito poucos, sendo que dois deles exercem verdadeiro domínio, como mercados consumidores, domínio que, em fase posterior, tenderá a concentrar-se ainda mais, reduzindo-se a um só país; oscilações constantes na balança, que não fornece saldos ascensionais, quando começa a apresentá-los, mas varia bastante; exportação de matérias-primas em estado bruto e produtos alimentícios, sujeitos a todas as variações dos mercados consumidores, além daquelas inerentes ao sistema interno de produção; importação de produtos acabados, para consumo direto, tendendo para aumento nas importações de matérias-primas destinadas ao parque industrial que se desenvolve, enquanto figuram ainda produtos alimentícios.

Essa impossibilidade em produzir no próprio país até mercadorias destinadas à alimentação, que nos são fornecidas, indica a precariedade fundamental do sistema de produção vigente. Um memorialista, referindo-se aos fins do século XIX, anota com muita propriedade o quadro que apresentávamos: "A esse tempo, isto é, há sessenta anos, o Brasil não produzia um metro de seda, um sapato, um novelo de linha: tudo vinha

do estrangeiro. Calçado, só inglês, fazenda de senhora, merinó, gorgorão; chinelos, de trança, cara-de-gato; xales de lã, e seda pesada; a roupa dos homens, no clima tropical, feita de tecido inglês..." "Os nomes estrangeiros tornavam-se familiares de tanto os vermos em fardos e embalagens. A Romênia foi um dos países que mais cedo conheci por causa das caixas de querosene. Nomes parecidos com os nossos mas diferentes ao mesmo tempo e sem sentido. A manteiga era francesa, Brétel-Frères, Le Pelletier, Demagny...; magnésia de Murray, purgante de Leroy".

Se analisarmos em profundidade o quadro do comércio exterior, fugindo ao simples exame de cifras e destinos, verificaremos outras características. Em primeiro lugar, a dependência quase exclusiva dessa fonte de rendimentos, em segundo lugar, a sua insuficiência para cobrir despesas, uma vez que estas também aumentavam, e em particular para atender ao serviço das dívidas externas e as remessas de capitais estrangeiros aqui aplicados; em terceiro lugar, a extrema vulnerabilidade da estrutura econômica complementar que sustentávamos, face a todas as injunções da troca internacional. Tais traços demonstram, com clareza indiscutível, como permanecera intacto o sistema de economia colonial, como estávamos ainda distantes de qualquer emancipação e de qualquer alteração importante e profunda. Eles definem a nossa estrutura, pois.

Até 1860, o govêrno brasileiro contratou mais de dez empréstimos externos, no valor de 11,5 milhões de libras. Tais empréstimos destinavam-se não a inversões, como pode parecer, e seria de esperar, fosse outra a nossa situação na época, mas, em grande parte, à liquidação de empréstimos anteriores. Era um parafuso sem fim, destinado a encobrir as deficiências profundas de uma estrutura que cuidava em paliativos porque não tinha condições para enfrentar os remédios próprios. Os empréstimos, numa cadeia sem interrupção, destinavam-se ainda a regularizar as contas internacionais do país. A taxa cambial apresentava uma tendência constante para a alta, — numa ilusão que embalou os sonhos de muitos inocentes em economia, — que contribuia para elevar o valor da dívida externa e de seus serviços em moeda nacional, agravando os nossos desequilíbrios. É necessário e importante considerar ainda os investimentos estrangeiros em nosso país.

A esse respeito, aspecto que também caracteriza a estrutura de produção vigente e denuncia as suas deficiências, há que considerar, de um lado, as retiradas de lucros, influindo na balança comercial, — que alguns incautos traduzem apenas no jogo das correntes de produtos e mercadorias, em volume e em valor, — de outro lado, o que representam tais inversões como exploração de serviços públicos, com reflexos diretos no sistema de produção: transportes, fontes de energia, portos, etc. Um rápido exame de cada um dos casos nos comprovará, sem nenhuma dificuldade, as condições de privilégio em que tais investimentos se processam. Eles não se fazem em qualquer setor, muito ao contrário colocam-se em posições-chave, com clientela garantida, juros grantidos, retiradas garantidas.

A ferrovia que recebe toda a corrente exportadora do café, conduzindo-a ao porto de escoamento, não só tem monopólio dêsse transporte, consignado em faixa ampla em que nenhuma outra poderá ser construida, num prazo que se aproxima de um século, como a garantia de juros mínimos. Não havia negócio melhor, sem dúvida, em que os riscos ficavam totalmente eliminados, enquanto os lucros estavam assegurados pelo governo. Está claro que tais concessões se faziam pela ausência de capitais nacionais interessados. Nas condições em que nos encontrávamos, a capitalização era realmente muito lenta e o investimento de vulto superior às suas possibilidades. Isso não impediu que, logo adiante, capitais nacionais fossem investidos na construção ferroviária. A lenta capitalização é um dos traços inerentes ao sistema, entretanto, que permite a vulnerabilidade de todos os bons e saudáveis empreendimntos ficarem fora da órbita nacional: o campo de exploração está entregue ao capitalismo estrangeiro. Ele é mau porque não se integra no sistema nacional, porque carreia para fora do país uma parcela considerável dos lucros do trabalho brasileiro, porque preenche as possibilidades de capitalização existentes, atirando-se a todas as oportunidades, fechando inteiramente o campo aos investimentos nacionais. Não é mau por ser estrangeiro.

No balanço geral da fase a que nos referimos, porém, nem tudo é negativo. Há aspectos indisfarçáveis, há evidentes sinais de mudança, e nisso é que ela se diferencia da anterior. O crescimento demográfico, por exemplo, apresenta índices interessantes: a população era, em 1822, de cinco milhões; seria de dez

milhões, no fim do século. O crescimento, em si mesmo, carecia de significação, não fosse acompanhado de outros fatores. Estes, no entanto, existiram. Dois deles têm particular, significativa importância: a imigração e o aumento do poder de compra, pelo menos em algumas zonas.

As estradas de imigrantes consitituem uma indicação, por si só, de alteração substancial na estrutura economica do país. No quadro antigo, ela teria sido impossível. Das tentativas isoladas e precárias, da parceria de Vergueiro ao quadro dos cafezais de colonos, o desenvolvimento é contínuo. Na medida em que se restringem as possibilidades do trabalho escravo, na medida em que ele se incompatibiliza com o sistema trazido pelo avanço dos cafezais e com todos os índices da produção, abrem-se melhores perspectivas para o trabalho livre, e particularmente para o trabalho de estrangeiros. O panorama brasileiro não é dos mais favoráveis a um desenvolvimento extraordinário das correntes imigratórias, entretanto.

Verifica-se, pelas estatísticas, que a percentagem de retorno é muito grande, a fixação relativamente reduzida, em conseqüência. Isto significa que o quadro a que se destinavam trabalhadores livres europeus não estava ainda em condições de os assimilar de maneira integral. Não, certamente, por motivos de clima e de raça, como um grupo de falsos conceitos tem-se esmerado em difundir. Mas por motivos ligados estreitamente à estrutura econômica existente, tão contrastante com tudo aquilo a que estavam habituados os trabalhadores entrados no país. A imigração tinha destinos certos, por outro lado, buscava determinadas e particulares regiões, e não o país como um todo. Está claro, e não parece difícil distinguir, ainda aí, os motivos do aparente problema, que o imigrante se destinaria às zonas em que as alterações no sistema de produção fossem já pronunciadas. Não poderiam destinar-se à lavoura açucareira nordestina, por exemplo. E isto, não por causa do clima do nordeste, mas porque naquela zona o espaço concedido ao trabalho livre era mínimo, as possibilidades de progresso eram limitadas. Ali estava o Brasil colonial, com a sua presença constante e quase inteiriça.

As correntes imigratórias têm importância, em si mesmas, por outro lado, porque generalizam o regime de trabalho a sa-

lário, porque fornecem artesãos e operários destinados às indústrias nascentes ou em desenvolvimento, porque se constituem de gente acostumada a um padrão de vida muito diverso do da nossa gente, criando, assim, nas zonas em que se condensam tais elementos, novas necessidades ou aumentando as antigas. Eles têm importância, no fundo, não porque sejam filhos e netos de louros dolicocéfalos, mas porque sejam filhos e netos de trabalhadores livres. Proporcionam, pois, um considerável alargamento no campo do trabalho remunerado, porque têm nível cultural melhor e porque têm necessidades mais amplas. O enriquecimento proporcionado pela lavoura cafeeira, ligado ao crescimento demográfico, às novas necessidades do mercado, acarretava assim a existência de um consumo interno que se desenvolvia aceleradamente e que se entrosava no surto industrial que data da fase a que nos referimos.

Nesse surto, que a disponibilidade de capitais, relativa ao meio, ia proporcionando, enquadravam-se também investimentos estrangeiros, pela necessidade em que se encontravam as zonas mais industializadas do mundo de virem procurar as matérias-primas de que precisavam, dando-lhes pelo menos o acabamento primário indispensável ao seu emprego porterior naquelas zonas. Em muitos casos, esse acabamento primário dependia do valor do transporte. O desenvolvimento urbano, surgindo as primeiras cidades a que, a rigor, se poderia conceder o título, recebia o benefício do crescimento do mercado de trabalho e de novas divisões nesse trabalho, colocando-se as cidades, por outro lado, na rede de transportes que começava a ter um papel importante, como centros de distribuição ou de coleta das safras, ao mesmo tempo que recolhiam os benefícios do crescimento do quadro administrativo e político, como de serem sede de entidades que tinham agora uma função, entre as quais as de crédito e as firmas atacadistas e retalhistas que passavam a ter horizontes na engrenagem de um comércio de novos moldes.

Dentro do quadro que vimos procurando traçar, o regime de trabalho servil estava condenado a um rápido perecimento. Restava, pràticamente, alijá-lo de vez, pois todas as condições para isso estavam presentes. Certo é que, sendo o Brasil de proporções e variedade continentais, não tinha o país uniformidade na vigência dessas condições, e a libertação seria encarada

de maneira diversa pelas diferentes formas de produção que se desenvolviam. A Abolição, entretanto, era uma fatalidade, e é muito discutível que tivesse representado, mesmo no quadro que guardava os traços mais antigos, um fator de ruína. No conflito entre o colonial e o moderno, de que o nosso país, na época, era palco, o trabalho escravo não tinha mais lugar. Deixando de parte muitos de seus aspectos, que não podem ser discutidos numa síntese, resta-nos indicar o mais interessante deles: a ausência de condições para assimilação, no mercado de trabalho existente, do número relativamente avultado de libertos, não só pela falta de oportunidade como pela impreparação daqueles para concorrer no quadro em que apareciam trabalhadores livres, nacionais e estrangeiros, particularmente estes, com outra preparação.

Esse o aspecto importante da Abolição, que não tem ocupado a atenção dos nossos estudiosos e que tem arrimado, na sua inconsistência de argumentos, os erros vulgares, que vivem da mera repetição e que, até hoje, proclamam inverdades e tolices, como a lenda da preguiça brasileira, da incapacidade para determinados trabalhos, e ligam tais deficiências à origem de cor dos elementos que passaram a constituir uma camada flutuante sem condições para ser absorvida pela estrutura vigente da produção. É evidente que os escravos não tinham culpa pelo que existia de anômalo no processo.

Aparece, na fase em apreço, o operário, num quadro em que, até então, só existia, praticamente, o trabalhador rural. O conflito entre a cidade e o campo encontra aí a sua origem, *a origem dos males que vamos agora defrontando, sem lhes* conhecer a causa, no largo panorama da espoliação que a atividade urbana representa sobre a atividade agrária, na disparidade de tôdas as condições de vida e de labor. No campo, efetivamente, o que era importante, e ainda hoje permanece importante, é o proprietário. Na cidade, onde o quadro é muito diverso, o operário passa a ter importância, na medida em que o surto industrial se acelera, o valor de sua contribuição influi muito diretamente na produção, a sua capacidade de consumo afeta muito mais o mercado.

De forma sumária, pois, os traços característicos da fase estudada podem ser assim especificados:

introdução de novas técnicas de produção
desenvolvimento da lavoura cafeeira
balança comercial externa favorável
permanência da lavoura de exportação
disponibilidade de capitais
declínio do liberalismo tarifário
aparecimento da industrialização
eliminação do trabalho escravo
desenvolvimento demográfico
aumento do mercado de trabalho
aparecimento da vida urbana
ampliação do mercado interno
trocas inter-regionais
estruturação do sistema financeiro
destruição de algumas formas coloniais de produção
esboço do capitalismo nacional.

Nenhuma política capaz de proporcionar a eliminação total dos resquícios ainda muito poderosos da estrutura colonial da estrutura brasileira, capaz de orientar-se no sentido de conjugar as medidas necessárias ao pleno desenvolvimento de uma economia nacional, — poderá deixar de parte o estudo da fase em apreço. Nela se geraram, realmente, os fatores e elementos que tomariam vulto na fase seguinte, proporcionando, na luta que se trava, no Brasil, entre o colonial e o moderno, as bases para uma emancipação de que depende, sem dúvida alguma, o nosso destino como povo.

5

Estruturação da Economia Nacional: Aprofundamento das Transformações na Economia Nacional – Ampliação das Novas Técnicas – Desenvolvimento das Fontes de Energia – Alterações no Comércio Exterior – Industrialização – Mercado Interno e Ilhas Econômicas – Crise no Mercado de Trabalho – Fortalecimento da Economia Nacional e seus Desequilíbrios – Inquietação Política como Sintoma de Mudança – A Intercorrência da Guerra – Luta Entre a Intervenção Imperialista e a Economia Nacional em Desenvolvimento.

As TRANSFORMAÇÕES em processo na economia brasileira não poderiam passar despercebidas a qualquer observador, ainda o menos atento. Houve, entretanto, no período a que vamos agora dar atenção, a intercorrência de perturbações muito grandes, que contribuiram para colocar em gritante evidência aquelas transformações: as duas guerras mundiais, em que o Brasil teve de participar, sendo a sua participação militar de conseqüências muito menores do que a sua participação natural, espontânea, inevitável, no plano econômico. Tais intercorrên-

cias contribuiram de maneira extraordinária para acelerar e para aprofundar aquelas transformações. Representaram momentos de folga, sob certos sentidos, na pressão externa, solicitações de circunstância, impulsos transitórios, em que a estrutura nacional de produção podia procurar novos caminhos, acomodar-se com os seus próprios recursos, cobrir faixas deixadas em branco pela transitória retirada do afluxo estrangeiro, preencher lacunas de aspectos diversos.

A acumulação capitalista, no seu inexorável desenvolvimento, entrara na etapa decisiva, aquela em que os grandes empreendimentos se conjugam, estabelecendo-se os trutes e cartéis de produção, dominando os mercados e impondo-lhes o direito de suas necessidades. A pressão externa, por isso mesmo, — da estrutura internacional do capitalismo, em fase de acumulação vertical, — vai se tornando cada vez maior, sobre a estrutura interna, colocada tradicionalmente em dependência. Exigirá dela contribuição cada vez mais avultada, submissão cada vez mais estreita. Mas terá, também, de resolver os seus problemas, aquêles que se geram dentro da própria organização, e tais problemas levarão a conflitos militares extensos, avultados, profundos, duradouros, que importam em alterações imprevisíveis quando de seu desencadeamento. Nesses períodos, afrouxa naturalmente a referida pressão e as estruturas coloniais encontram pausas propícias ao alento das transformações por que vão passando.

Quando os quadros normais se restabelecem, com o fim dos conflitos militares, já não podem vigorar as mesmas condições anteriores. A pressão externa de retorno é sempre maior, mais evidente também, mas já não encontra as mesmas características e já defronta novas dificuldades, na medida em que as economias nacionais puderam aproveitar as pausas. Aquela pressão se torna mais violenta, mais ostensiva, mais declarada, e não deixa por isso de aparecer à observação menos atenta e menos apaixonada. Enfrenta, entretanto, novos interesses, gerados na intimidade dos mercados que teve de deixar em segundo plano, circunstancial e transitoriamente, com os quais se vai chocar. Ao longo de tôda a última e atual fase do desenvolvimento econômico brasileiro vamos deparar o panorama a que nos referimos, de tal sorte que, nos dias que vamos vivendo, ele surge com clareza meridiana. Não apareceu de súbito, porém. Foi

sofrendo uma transformação natural e as intercorrências apenas aceleraram o aparecimento de fenômenos que seriam inevitáveis.

No século XX, vamos assistir, no Brasil, ao aparecimento de novas técnicas de produção. Elas são solicitadas, na medida em que se alteram as condições de existência da população. São técnicas de transporte, de aparelhamento portuário, de exploração agrícola, de produção industrial. São técnicas destinadas também a afetar o padrão de vida, pela introdução de utilidades e mesmo de diversões até então desconhecidas ou praticamente reduzida. O seu uso se generaliza, o interêsse por elas se estende a várias camadas da população, muito mais às camadas urbanas, está claro, do que às camadas rurais, muito mais nas zonas em desenvolvimento do que nas zonas estacionárias ou retrógradas. Porque o quadro brasileiro, através de quatro séculos de atividade,mostrara apenas isso: deslocamentos periódicos de culturas, de processos de exploração, de espaços a explorar, deixando atrás o vazio, o empobrecimento, o atraso, correspondendo, assim, a uma dispersão enorme de energias, a um malbaratamento de recursos de toda ordem, sem encadeamento, sem continuidade, sem substância, sem herança, — por força da estrutura colonial a que estávamos subordinados.

Entre as novas técnicas introduzidas, aquela que afeta as fontes de energia vai ter um papel muito importante e denuncia, pela sua simples introdução, as alterações já ocorridas. Não só crescia progressivamente a importação de carvão-de-pedra como era introduzido o aproveitamento da energia das águas. O aparecimento de usinas hidrelétricas de importantes proporções vai corresponder a um influxo maior na industrialização, concorrendo para a criação de parques industriais que darão à vida urbanas fisionomia diversa daquela que apresentava antes. Na mudança que se efetivava era preciso não esquecer, entretanto, o que ficara esquecido naquele tempo, que nos tornávamos dependentes do fornecimento de carvão mineral na mesma medida em que conseguíssemos desenvolver o parque de máquinas que o utilizasse. E nos subordinávamos à concessão, no velho regime de privilégio, próprio de uma estrutura colonial, à exploração da energia hidrelétrica por parte de capitais estrangeiros. Tal concessão, colocada em zona excelente escolhida, no centro

de gravidade geográfico e econômico do parque industrial, onde estavam acumulados os recursos humanos e materiais em esmagadora maioria, importava em submeter o desenvolvimento da região ao imperativo dos lucros da emprêsa concessionária, ao mesmo tempo que correspondia à associá-la a tais lucros. De duas maneiras, pois, quanto ao carvão e quanto à eletricidade, ficávamos em posição de dependência, dando à economia externa uma participação nos lucros do trabalho nacional que só poderia crescer, fechando as melhores e naturais possibilidades de acumulação nacional de capitais.

No que diz respeito ao comércio exterior, a corrente exportadora não mudaria, em essência, os seus traços. Permaneceria a lavoura do café como fornecendo a grande parcela de exportação e regulando, nas suas oscilações, o equilíbrio da vida econômica nacional. O rápido declínio da borracha demonstraria, apenas, mais um episódio no velho quadro da impossibilidade nacional para dar continuidade a algum empreendimento em que houvesse concorrência externa. Os índices de exportação aumentam, em volume e em valor, não existindo, entretanto, entre aquele e este, a relação que os números pareciam indicar. A corrente de importação, entretanto, sofreria profundas alterações. Desapareceriam, praticamente, as mercadorias acabadas, destinadas à alimentação, suprido o mercado pelos fornecimentos internos. Aumentariam, numa progressão constante, as parcelas referentes às matérias-primas destinadas ao parque industrial, ao carvão, às máquinas e ferramentas. Depois da quarta década do século, surgiria, com importância crescente, o combustível líquido, mercê do progresso conseguido no transporte automóvel, ligado ao crescimento da rede rodoviária e aos serviços urbanos. Tal fonte de energia, com a importância que apresenta para a vida moderna, indicava, assim, a nossa dependência do exterior.

Onde as transformações se denunciam num sentido particularmente favorável, o notável surto da indústria, vemos, dessa forma, colocados alguns calços e tropeços muito graves. O parque industrial, entretanto, apesar de tais sócios, ia num crescimento digno de atenção: em 1907, ele se compunha de 3.250 estabelecimentos, com uma produção estimada em 742 mil contos de réis e 151 mil operários; em 1920, o recenseamento acusava a existênciade 13.336 estabelecimentos industriais, com 276 mil operários, produzindo um valor estimado em três milhões de contos de réis. O número de estabelecimentos industriais, em 1940, elevava-se a perto de 48 mil. O valor da produção industrial, em 1949,atingia a 124.208 milhões de cruzeiros. São índices expressivos, sem dúvida alguma, particularmente se considerarmos os prazos e o passado colonial. Há um momento, na fase que estudamos, em que o valor da produção industial passa a superar o valor da produção agrícola. Desde então, é possível afirmar que as transformações em processo na economia brasileira haviam atingido nova etapa.

Não poderíamos ter atingido uma situação de tais características se não tivesse havido, lado a lado com o surto industrial, um correspondente desenvolvimento do mercado interno. A produção industrial, realmente, só concorre na exportação com parcelas reduzidas, salvo quando da intercorrência do último conflito mundial, — quando surge, mas de passagem e inteiramente ligada às condições do momento, uma participação ponderável de mercadorias acabadas ou beneficiadas na balança comercial externa. O desenvolvimento do mercado interno corresponde, na vida brasileira, à presença do fator indispensável, aquele em que nos poderíamos arrimar, para prosseguir na elaboração de uma economia nacional, conferindo-lhe estrutura. É um fato cujo alcance é dos mais profundos.

Êsse crescimento do mercado interno está longe, entretanto, de apresentar-se com uniformidade. Nem isso seria possível, na imensidade geográfica do país e nas diferenças que separam suas regiões e zonas. Diferenças particularmente de estrutura econômica, a que já nos referimos quando apreciamos a orientação dos grupos humanos proporcionados pela imigração. Nesse sentido, num problema que afeta a constituição, o fortalecimento e a progressão ascensional do mercado interno, vamos verificar que, em nossos dias, mais de 70% da população estrangeira do Brasil vive na região sul. O espaço geográfico é repartido, assim, em ilhas desiguais e dispersas, de desenvolvimento diferente, de características e possibilidades diferentes, que se comportarão, no plano econômico, de maneira diferente.

Naquelas ilhas, com a desigualdade correspondente, distribuia-se uma população cujo crescimento representa um valor potencial enorme. Os 17 milhões de brasileiros de 1900 seriam, em 1920, 30 milhões, para passar a 41 milhões, em 1940, atingir 52 milhões, em 1950, e andar próximo à casa dos 75

milhoes nos dias em que vivemos. Adensando-se nas zonas de maior desenvolvimento econômico, naquelas em que a estrutura de produção estava mais longe dos moldes coloniais, essa população fornecia um dos elementos do mercado de trabalho, mostrando, junto ao surto industrial e à exploração de novas terras, o crescimento de suas possibilidades. Certo é que esse mercado de trabalho sofre flutuações graves, sem periodicidade marcada, na medida em que o nosso desenvolvimento econômico, ainda muito vulnerável, padece das oscilações dos mercados externos. Dentro do país mesmo, em setores a que só indiretamente aquelas oscilações atingem, veremos agravarem-se as contradições entre as zonas urbanas e as zonas rurais, particularmente quando a guerra puser a nu as deficiências do país. Daí aumentar consideràvelmente o êxodo dos campos para as cidades, de umas zonas para outras do Brasil, como se a população jamais encontrasse o seu destino, a sua atividade estável, e deambulasse em busca de melhor sorte.

Na proporção em que a lavoura cafeeira vai se desenvolvendo, surgindo no campo da circulação mundial de mercadorias com papel destacado, associavam-se aos seus lucros, pouco a pouco, organizações ligadas a capitais estrangeiros, participando daquela circulação, menos no que ela representava de sacrifício, que era o trato da terra. Fretes, seguros, adiantamentos bancários, compra de safras, ocupação de casas exportadoras, controle dos centros de consumo, tudo ia transitando para fora da órbita da economia a que o café estava ligado apenas pelas raízes da planta, pelo labor das derrubadas e das colheitas e pelo beneficiamento primário. Na mesma medida, os referidos capitais passavam a desinteressar-se de outros setores, a que antigamente haviam dado atenção, entregando ao poder público os trambolhos a que haviam sido reduzidas as suas ferrovias, os transportes urbanos, os serviços outros em que os lucros diminuiam.

Índices dos mais expressivos demonstravam o fortalecimento da economia nacional, seus triunfos em vários setores, suas amplas possibilidades. Alguns deles, a supremacia da produção industrial sobre a produção agrícola, a supremacia da circulação interna de mercadorias sobre a circulação externa, eram de eloqüência esmagadora. Tendo, através das maiores dificuldades, de enormes obstáculos, prosseguido a sua elaboração,

estruturava-se agora, em condições de dar ao país os rumos que os seus recursos permitiam. Os intervalos anormais marcados pelos dois conflitos, lhe haviam permitido um surto que já não podia recuar para os marcos anteriores. Todos esses sinais seriam refletidos, com progressiva gravidade, embora nem sempre com expressão clara, na inquietação política que avassalava o país, traduzida em sucessivos motins e pertubações que denunciavam o antagonismo entre uma velha e uma nova ordem econômica. Alguns de seus aspectos exteriores, por vezes meramente formais, como a intervenção do Estado nas atividades privadas, a legislação do trabalho, a atividade sindical, a esfera dos impostos, seriam bastante discutidos, sem que essa discussão ferisse os pontos essenciais do problema. Não traduzira ainda polìticamente o alcance das transformações efetivadas.

Sôbre o quadro em que se desenvolve esse antagonismo é que chega o segundo conflito mundial do século, com toda a sorte de repercussões. Altera-se o comércio exterior, pela suspensão forçada de atividades nos países fornecedores pela conversão das indústrias às necessidades da luta militar; aumentam desmedidamente as possibilidades do mercado interno para as aquisições dos produtos nacionais, com o vazio deixado pelos antigos fornecedores; sobrecarrega-se o sistema de tranportes, com as ferrovias inteiramente desaparelhadas em conseqüência de erros de origem, tornando-se estradas impossibilitadas de gerir em termos comerciais os seus serviços; acumulam-se no exterior as reservas brasileiras pela impossibilidade nas aquisições e apesar dos acordos lesivos de fornecimentos; atinge limites extraordinários o êxodo dos campos para as cidades; penetram no país, a cada ano que passa, não só grupos humanos tocados pelas vicissitudes da guerra como capitais parasitários em busca de segurança; agrava-se o antagonismo entre a cidade e o campo. Estas, entre muitas outras conseqüências do prolongado choque, vinham pôr em evidência falhas muito antigas e provocavam o aparecimento de novas falhas, numa estrutura que não estava aparelhada para enfrentar tais eventualidades. De um lado, verificavam-se acentuados progressos, passos gigantescos; de outro lado, entraves enormes, obstáculos desmesurados. O desequilíbrio manifestar-se-ia a cada passo.

Durante o conflito, mercê de uma política cega, aceita como tradicional, permitíramos, sem nenhum resguardo, a ex-

ploração desordenada de recursos minerais que ou haviam permanecido até então desamparados de atenção, ou cuja exploração permanecera em níveis muito baixos, Tratava-se de pura e simples espoliação da riqueza, entregue no regime da simples aventura, sem benefício para o sistema de produção nacional. A mineração permanecera, entre nós, desde a época do declínio aurífero, em abandono quase total. O carvão, apenas, chegava a ponderar no quadro interno, embora a técnica de sua exploração fosse rudimentar e as condições de trabalho as mais penosas. Apareciam, de súbito, atividades mineradoras novas, tôdas de pequenas proporções, embora chegasse a ser grande o valor de algumas. Tais atividades não se incorporaram à economia do país, ficando inteiramente fora dela, e correspondendo a mais um exemplo de malbaratamento da riqueza.

Restabelecida a normalidade internacional, a pressão externa do capitalismo imperialista, desobrigado dos ônus da luta que enfrentara e livre para restabelecer o sistema em que assegura a sua vitalidade, voltaria a manifestar-se com redobrada intensidade, na medida das exigências de sua recuperação, consideravelmente aumentadas com os revezes sofridos. Não seria possível, evidentemente, retornar ao quadro antigo, pela subordinação total da economia brasileira aos seus interesses. Na intimidade desta, haviam de tal forma sido fortalecidos os elementos destinados a operar a transformação da economia colonial em economia nacional que o choque seria de toda maneira inevitável. Ao velho simulacro de transformar companhias estrangeiras em companhias estabelecidas no país, de introduzir empresas destinadas a operar uma parte do trabalho industrial das mercadorias fornecidas, — todas apresentadas com o disfarce de favorecerem o emprego da mão-de-obra nativa e aproveitamento da matéria-prima interna, — suceder-se-iam operações ostensivas de simples entrega de recursos e da busca propiciatória de alianças com elementos nacionais da produção, colocados na situação de subsidiários.

No quadro geral da economia brasileira de hoje, o espetáculo essencial consiste na luta que se estabelece entre as duas forças em presença: de um lado, as que estão ligadas à economia nacional já estruturada e em momento decisivo de seu desenvolvimento, a indústria que fornece o mercado interno e que, independente das entidades congêneres estrangeiras, delas sofre

a concorrência e as pressões conseqüentes; os pequenos proprietários rurais, que não encontram horizontes para desenvolver e aproveitar os recursos de suas terras; os elementos ligados a atividades correlatas e aqueles que vivem justamente da prosperidade dos mesmos; o comércio que tem o seu campo no mercado interno, colocando produtos nacionais; alguns setores agrícolas fundamente feridos e lesados pela concorrência externa no campo internacional; — de outro lado, aquelas que estão ligadas ao capitalismo imperialista: a dos grandes proprietários rurais ligados à exportação, os setores industriais dependentes ou acorrentados às empresas estrangeiras estabelecidas no país, os grupos mercantis dependentes da importação de produtos acabados. Os órgãos e entidades através dos quais os monopolistas disputavam a grande área brasileira de expansão econômica desenvolviam-se e multiplicavam-se, além disso, nas empresas de publicidade, na imprensa e no rádio e, o que é mais grave, no próprio aparelho do governo, através de consultorias técnicas ou comissões mistas as mais diversas.

Nenhuma fonte de riqueza nacional escapou à rigorosa, minudente e precisa fiscalização do imperialismo econômico. A grande lavoura, cujos interesses são colocados natural e espontâneamente ao lado daquele imperialismo, porque não tem condições para subsistir, em seus moldes atuais, numa organização econômia nacional, entrega-lhe considerável parte de seus lucros. As atividades industriais são obstadas ou dificultadas, ou favorecidas, conforme suas ligações externas. Os recursos minerais, em torno dos quais a luta se torna a mais acirrada, são colocados à disposição dos monopólios estrangeiros através de contratos curiosos, sonegados ao conhecimento público e ao seu exame e debate. O problema da exploração petrolífera, entretanto, a propósito do qual os campos se dividem com uma impressionante clareza, de tal sorte que todas as máscaras são arrancadas, encontra, finalmente, a solução compatível com a fase da estruturação da economia nacional e denuncia a primeira grande vitória brasileira na luta que se desenvolve sem tréguas. Esta, como todas as demais formas de desenvolvimento de capitalismo nacional, encontram os maiores obstáculos à sua expansão. Qualquer idéia tendente a mostrar as verdadeiras linhas do quadro é perseguida como sediciosa. O imperialismo busca, por todos os meios, colocar fora da lei a defesa do interesse nacional.

Esta posição já avolumara, entretanto, tal soma de interesses que pôde enfrentar a luta e vencer algumas de suas batalhas A da exploração petrolífera, abrangendo alguns setores da refinação em que capitais brasileiros haviam sido investidos, denuncia o primeiro passo de importância. A estruturação do capitalismo nacional chegara a limites de onde já não era possível recuar. Por toda a parte, nas zonas novas ou naquelas em que a velha estrutura colonial não chegara a lançar os seu fundamentos, surgiam sinais de surpreendente vitalidade. O desenvolvimento da produção do aço, do cimento, da energia alétrica, do papel, de máquinas e utilidades da mais variada espécie mostra a que nível já atingíramos no sentido de uma recuperação bastante tardia.

Outras batalhas seriam perdidas, inevitàvelmente, na etapa de transição que atravessávamos. Ao assistirmos à derrocada dos transportes e ao aparelhamento prometido de ferrovias sob regime de interesses que não são os da produção nacional e da sua distribuição no mercado interno, arrebentando-se os trilhos da Central do Brasil com as pesadas composições que carregam o ferro bruto, quando verificamos a proporção em que a estrada Vitória a Minas merece todas as atenções porque ajuda a levar o nosso minério para fora do país, quando assistimos à entrega do manganês de Urucum e do Amapá, das areias monazíticas do Espirito Santo, não podemos deixar de compreender que, dessa exploração vesânica, restará ao Brasil o panorama melancólico dos buracos como das catas auríferas nos restam apenas as crateras abertas para o céu. Para mostrar apenas um índice do malbaratamento do patrimônio nacional basta conhecer que a ferrovia Vitória a Minas proporcionou uma exportação de minério de ferro, em 1942, que ascendeu das 143.208 toneladas para 383.601 toneladas, em 1948, continuando a subir vertiginosamente para ultrapassar, em 1951, a casa de um milhão e, em 1953, a casa dos dois milhões de toneladas.

A balança do comércio exterior que, durante a guerra, nos apresenta até a singularidade, para o quadro brasileiro, de comparecerem as mercadorias acabadas em percentagens apreciáveis, retornava aos índices tradicionais, de forma a nos recolocar entre os produtores, para os mercados externos, de alimentícios e matérias-primas apenas, concentrando-se, além disso, as correntes de troca, ainda mais, tornando-se dependentes, praticamente, de um só mercado, cujas oscilações ecoam na economia brasileira com a gravidade crescente e cujas pressões não cessam. A frota de cabotagem se extingue, enquanto a distribuição terrestre ao mercado interno fica na dependência de ferrovias cujo reaparelhamento é posto em segunda urgência ou do transporte automóvel extremamente oneroso e com profundos reflexos na importação de combustível líquido. Os saldos da balança externa se evaporam, quando, restabelecida a paz, ficam mantidos os baixos preços dos produtos brasileiros, e muitos definitivamente alijados nas correntes de fornecimento, enquanto, liberados os seus preços nos mercados fornecedores, os produtos acabados e as máquinas nos chegam por parcelas muito baixo de nossas necessidades. Duplamente espoliados, pagamos com a mais desenfreada inflação esse jogo criminoso contra a economia brasileira.

É evidente que, num quadro de tais proporções, em que a estrutura brasileira de produção encontrava toda a sorte de obstáculos para chegar a desenvolver atividades capazes de fortalecer o mercado interno, o padrão de vida de nossa gente muito deveria sofrer. Não poderia ser outra a conseqüência da política de acordos lesivos a todos os interesses brasileiros. Nesse sentido, voltaríamos, em grande parte, a ser a "morada da pobreza", da referência de Vilhena, em época muito diferente. A inflação, com os seus males, avassalou o organismo nacional, enfrentada sempre com paliativos cujo único cuidado era deixar de parte os pontos essenciais. Desequilibrou-se a estrutura econômica nacional, a braços com dificuldades de toda ordem, enquanto a vida, para determinadas camadas da população, se tornou pior do que nos tempos coloniais. O colonialismo econômico, realmente, mais nocivo, mais rígido, mais inexorável do que o colonialismo político, não sofre pausas por si mesmo e nem adota transigências. Seu caminho é, naturalmente, um quadro de empobrecimento, quando não de miséria. Suas necessidades correspondem, espontaneamente, a um quadro de espoliação.

Os traços da fase a que vamos assistindo, e que representa o instante decisivo da vida brasileira, com a luta entre a economia nacional, já estruturada, e o imperialismo, associado a forças internas estreitamente ligadas ao que possuimos ainda de

colonial em nossa estrutura de produção, podem sem ràpidamente sumariados como sendo:

ampliação e renovação das técnicas
transformação nas fontes de energia
alterações no comércio exterior
desenvolvimento da produção industrial
preponderância do mercado interno
ampliação do mercado de trabalho
intercorrência de conflitos externos
desenvolvimento do setor estatal da economia
estruturação de uma economia nacional
luta contra o imperialismo

Tudo indica que, na medida em que um generalizado esclarecimento puser os termos do problema ao alcance do maior número, poderemos encontrar a saída nacional para o quadro difícil que apresentamos. Só o fortalecimento dos elementos nacionais da estrutura econômica vigente nos levará, entretanto, ao rumo que nos convém. Está claro que havemos de preferir aquele que nos tornará uma grande nação, lutando para não regressarmos ao papel de simples colônia, a que nos pretendem submeter.

EVOLUÇÃO DA CULTURA

Elaboração da Cultura Nacional

1

Introdução: Definição de Cultura – Ideologia e Cultura.

Ao ABORDAR o estudo histórico-sociológico da cultura brasileira, cumpre, em primeiro lugar, e apenas para definir o campo desse estudo, apresentar rápidas considerações em torno do conceito de cultura, que a sociologia tem-se esforçado tanto, de alguns lustros a esta parte, em ungir de uma profundidade e de uma complexidade que tem muito de intencional. A tal propósito, é interessante lembrar, desde logo, os inevitáveis equívocos da sociologia, ciência de uma época de transição, na qual repontam todos os sinais de declínio de uma classe. As origens dessa nova ciência nos mostram, com muita clareza, como surgiu da necessidade de forjar um método de estudo das leis e da história do desenvolvimento social contrapondo-se, ao mesmo tempo, à economia e deixando-a de parte. Daí a tendência irrecorrível para a apologética que a sociologia assume, desde os seus primeiros episódios.

A desobediência aos novos métodos de pesquisas e de interpretação, colocados no terreno cientifico na segunda metade do século XIX, e hauridos no campo da luta econômica, criaria o quadro propício ao aparecimento autônomo da sociologia que, conforme acentuou Lukacs, "quanto mais elaborou o seu método particular, tanto mais formalista se tornou, tanto mais substituiu, à pesquisa das reais conexões causais na vida social, análises formalísticas e variados raciocínio analogísticos". Em nosso próprio país, desde que a sociologia angariou cultores, verificamos o esfôrço para o seu isolamento, pretensamente especialístico, uma sorte de emancipação que corresponde ao rompimento de todos os vínculos que a prendem à história e a conduzem, sem remédio, ao uso e abuso de exautas abstrações, inteiramente estranhas à realidade.

Dentro de tão grave falseamento é que foi intencionalmente colocado o conceito de cultura, passando a conter, com enorme amplitude e aparente complexidade, tradições, costumes, regràs e normas de comportamento, crenças e exterioridades, toda uma série de valores que permitisse à sociologia desbordar e esquecer os problemas fundamentais da sociedade, para especializar-se em suas manifestações superficiais. O conteúdo amplo, e por isso mesmo vago e impreciso, do conceito de cultura permite e sanciona tais desvios , levando à constituição de padrões inteiramente abstratos, derivados quase sempre de exterioridades formais, e conduzindo à mera ginástica de erudição, a uma vulgar simbologia destituida de profundidade.

No que diz respeito a este estudo, pois, não deve constituir dúvida que cultura significa o desenvolvimento das idéias, não de forma abstrata, supondo que elas possam surgir do nada ou que se possam difundir sem largas razões. No campo da cultura e do seu desenvolvimento histórico em nosso país, serão apreciados alguns aspectos fundamentais: o do ensino, forma sistemática de transmissão da cultura; o da religião, tão associada, entre nós, ao ensino; o das artes, em que a sociedade deixa os sinais indeléveis de seu desenvolvimento; o das idéias políticas, discriminando-as sob a massa informe das instituições, dos partidos, das subversões e dos choques eleitorais; o das letras, em especial destaque, uma vez que elas recolhem quase sempre diretamente os padrõs da vida social, tendo, ao mesmo tempo, mais do que as outras artes, a possibilidade de cobrir um campo imenso com o fascínio de suas criações.

A este propósito, convém lembrar palavras de um mestre que poderiam ser aplicadas a muitas outros formas de exteriorização da vida social, e só assim podem e devem ser compreendidas: "A formação e o desenvolvimento da literatura são uma parte do processo histórico total da sociedade. A essencia e o valor estético das obras literárias, e também de sua influência, é uma parte do processo geral e unitário pelo qual o homem se apropria do mundo mediante a sua consciência". Esse mesmo mestre condenava a falsa especialização, abraçada por historiadores e críticos, quando escrevia: "Trata-se de uma corrente muito mais vasta do que a circunscrita a uma aberta profissão de fé na arte pela arte. A interpretação teórica dos fenômenos literários que prende a atenção da própria literatura, das correntes de desenvolvimento a ela imanentes, do influxo exercido por individualizados escritores, obras, tendências; a indagação dos temas, dos motivos e da expressão literária como se se movessem e evolvessem em um plano de autonomia; as análises das circunstâncias biográficas e das peculiaridades pessoais do processo de criação literária, ainda que dos modelos imediatos desta, considerados como a verdadeira chave do aprofundamento dos problemas literários; estas e outras tendências são todas indícios do fato de que teóricos e historiadores literários perderam o contacto com a vida social do povo".

Estudando a cultura brasileira ao longo do seu processo histórico, verificaremos o desenvolvimento das idéias; como políticos e homens de pensamentos as recolheram e difundiram; quais as que traduziam a realidade social; quais as que representavam mero impulso isolado e desligado do quadro vigente; como umas se impuseram a outras, os caminhos que seguiram, as portas por onde nos chegaram e as origens que as ungiram, — sem esquecer um só instante de que a realidade as condicionou, permitiu-lhes a difusão ou lhes negou amparo. Nesse percurso, o estudo da sociedade constituirá o fundo em que se movimentarão conceitos, pessoas e tendências, a escala a que devemos reduzir todos os problemas e fora da qual nada de importante existe. José Veríssimo escreveu: "A história da literatura é, no meu conceito, a história do que da nossa atividade literária sobrevive na nossa memória coletiva de nação".

Só pode sobreviver na memória coletiva de nação aquilo que foi sancionado pelo generalizado apreço, aquilo que foi

tocado de unção nacional, que atendeu ao desejo, ao sonho, ao anseio, à necessidade de comunicação de muitos. O fato individual, isolado, não é suscetível de tratamento sociológico, nem tem expressão na vida coletiva. Interessa-nos o que passou a constituir patrimônio, aquilo em que ainda nos abeberamos, a herança do passado distante, os elementos que, fundamente ancorados no desenvolvimento histórico, vão ajudar-nos a agir no presente, alicerçando o que fizermos e contribuindo para que elaboremos alguma coisa objetiva, porque vinculada à realidade.

A Cultura Colonial: o Mercantilismo Luso e o Quinhentismo Literário – A Sociedade Organizada na Colônia – Ausência de Vida Urbana – A Catequese e o Ensino Religioso – Papel do Púlpito – As Sociedades Literárias.

PARA COMPREENSÃO nítida do quadro da vida colonial é mister recordar que o Brasil é um produto da Revolução Comercial — isto é, surge para o mundo conhecido na fase histórica em que a ascenção burguesa traça os episódios eloqüentes da conquista de mundos novos, abrindo áreas distantes e extensas ao tráfico de mercadorias, Muito ao contrário do que se repete vulgarmente, o impulso das grandes navegações e das descobertas ultramarinas nada tem de aventuroso: é obra de método, de razão esclarecida, de rigorosa pertinácia comercial. O reino português está em condições de desempenhar papel importante na mencionada fase porque, mercê de sua formação nacional precoce unificou os poderes, antes de outros, e constituiu um grupo mercantil ativo. Tal grúpo é que vai empresar

a expansão ultramarina. Sua ascensão não se denuncia apenas nesse traço: do ponto de vista das idéias, verificamos facilmente que o quinhentismo representa o grande momento da cultura lusa, a época em que o idioma inclusive, de posse de todos os seus recursos, serve de instrumento flexível à criação literária, em que logo avulta a epopéia camoniana.

A Europa, na época dos descobrimentos, tem condições para assegurar a produção dos gêneros de que precisa a sua população para subsistir. Nas zonas distantes, trata-se de produzir gêneros que complementam a produção do velho continente, logo conhecidos como *gêneros coloniais* ou *gêneros tropicais*, aqueles que, por características ecológicas, as zonas européias não podem produzir e que, no entanto, são procurados e consumidos em escala crescente. O que interessa ao descobridor, nas novas terras, é apenas produzir aqueles gêneros de que o mercado consumidor europeu necessita. Diante de tais imposições, o que surge nas terras distantes não passa de forma singular de escravismo, o escravismo colonial, estreitamente vinculado ao surto comercial em desenvolvimento. Seus fundamentos subordinam-se a dois traços principais: a disponibilidade de terras, das quais os adventícios expulsam os indígenas, efetivando uma destruição maciça, e o sistema de trabalho escravo, já condicionado pelo capital mercantil, trazendo-se ao pé da obra crescentes levas de trabalhadores africanos. Trabalho escravo e grande propriedade são, assim, os traços fundamentais do sistema colonial de produção, destinado a abastecer mercados distantes e estreitamente vinculados ao capital mercantil em vigência.

A sociedade que se desenvolve no Brasil, desde que, passada a rápida fase da feitoria, o colonizador organiza em condições de estabilidade e continuidade a sua empresa colonial, não pode ultrapassar as linhas simples e rígidas de um contraste absoluto: de um lado, os proprietários de terras; de outro, a escravaria, inteiramente entregue ao labor agrícola. O aparelhamento da administração é mínimo e, pelo menos da parte de seus elementos mais destacados, confunde-se com a classe dos proprietários. Na medida em que a empresa mercantil colonial se desenvolve, realiza-se intensa destruição cultural, quer do elemento indígena, inteiramente dizimado nas zonas em que a lavoura prospera, quer do elemento negro, relegado à condição de animal de trabalho.

Conquanto alguns ensaístas e historiadores tenham insistido nos pendores ou dimensões intelectuais dos elementos lusos que constituíram a classe proprietária no Brasil dos primeiros tempos, — e Oliveira Viana afirmou deles que eram "altamente instruidos e cultos", — nada na informação documentária autoriza conclusão de tal ordem. Parece tratar-se, no caso, de informação isolada de cronistas exagerados, ancorados talvez no aulicismo comum ao tempo. Muito ao contrário, a vida colonial não podia oferecer nenhum estímulo à cultura intelectual, e nem mesmo é certo que a tivessem trazido, como elemento isolado, os colonizadores, ainda os mais altamente colocados na escala social.

Na estrutura econômica existente, que só fez acentuar os seus traços, aprofundando o desnivelamento entre as classes, não poderia haver espaço para as cogitações do pensamento e ainda menos para as da criação artística. Teria sido um contrasenso. Na sociedade que se elaborava, dividida entre grandes proprietários rurais isolados em suas trrras, e a numerosa escravaria, não poderia existir interesse nem necessidade de aquisições e de trocas intelectuais. Não havia lugar, por outro lado, para a vida urbana, que agremia, aproxima e cria as condições para a comunicação de idéias. O fato de não existirem técnicas de transmissão do pensamento é uma decorrência natural das características do meio. De todos os pontos de vista, a existência colonial é pobre, dispersiva, apagada. As casas são pesadas e feias, tendendo para a fisionomia de fortificações. O mobiliário é reduzido e rústico. Não há notícia de qualquer atividade no campo das artes figurativas, que mereça crédito. As exceções isoladas e aquelas que ocorrem no episódio holandês não têm qualquer ligação com as condições locais, nem encontram nelas admiração ou mesmo atenção. Por aí se verifica a falsidade que representa datar o literatura, ou qualquer outra manifestação artística, desses recuados tempos, em que não havia o mínimo de condições para que tivesse vigência.

A associação que existiu desde logo entre a empresa ultramarina e a tarefa de catequese religiosa, entretanto, proporciona a singularidade de trazer aos domínios coloniais elementos a que a condição intelectual pertencia como dever de ofício. Os únicos elementos dotados de dimensão intelectual, na colônia, são, realmente, os religiosos e em particular os membros da

Companhia de Jesus. Coube-lhes, por isso mesmo, a tarefa do ensino, em que se esmerariam e por meio da qual não só influiram como recrutaram os próprios quadros. Esse contraste entre as condições do meio, que eram adversas, e o ofício intelectual dos religiosos, estabelece a característica fundamental dos resultados alcançados. O que existe não é fusão, mas justaposição entre os dois elementos, o meio e os religiosos, no que diz respeito ao campo intelectual. Daí os traços da cultura que elaboraram, o seu teor desinteressado, a sua desvinculação com a realidade, a sua alienação quanto ao meio, — transitando, finalmente, para uma sorte de erudição livresca, vazia, meramente ornamental, que satisfazia a vaidade do indivíduo mas em nada concorria para a comunidade.

Foi por intermédio do ensino religioso que se recrutaram, em todo caso, os primeiros elementos dotados de dimensão intelectual. E só o destino religioso poderia explicar e justificar os estudos, uma vez que nenhuma outra atividade necessitava dos elementos fornecidos pelo ensino. Só para difundir preceitos religiosos se recebiam e utilizavam os conhecimentos. Outra finalidade teria sido incompreensível. Os letrados dos primeiros decênios são, pois, homens da religião, soldados da fé. Os conhecimentos que recebem não são procurados por si mesmos, pelo prazer ou pela utilidade que possam proporcionar, mas pela finalidade, como elemento indispensável, como ferramenta no trabalho de catequese. Assim, tais conhecimentos conservam-se como abstrações, permanecem meramente formais. Não eram caminho para o entendimento da vida e do homem e não estavam em condições de proporcionar, de forma alguma, as bases para novas conquistas, ou as pontes para a aventura do espírito.

O ensino jesuítico, por outro lado, conservado à margem, sem aprofundar a sua atividade e sem preocupações outras senão as do recrutamento de fiéis ou de servidores, tornava-se possível porque não perturbava a estrutura vigente, subordinava-se aos imperativos do meio social, marchava paralelo a ele. Sua marginalidade era a essência de que vivia e se alimentava. Quando, logo adiante, alguns dos elementos nele recrutados se voltam para as letras, com o traço desinteressado que lhes era inerente, trabalham sobre as águas, sem receber e sem deixar traços, e só uma convenção formal nos permite, hoje, aceitá-los como letrados e incluí-los na relação dos primeiros autores.

Existe uma ponte, no entanto, entre tais elementos e o público, tudo o que poderia ser incluido na palavra povo, a esse tempo: o púlpito. Do alto do púlpito é que se tornava natural e possível a alguém dirigir-se a muitos, e os atos religiosos, únicos que reuniam povo, adquiriam por isso uma significação particular. Não espanta que, com a mencionada exclusividade, o púlpito acabasse por se tornar, além de veículo destinado a transmitir a palavra religiosa, uma espécie de tribuna em que muitos assuntos eram tratados, inclusive os assuntos políticos, isto é, aqueles que interessavam à comunidade e à sociedade. Estás claro que a linguagem dos pregadores só era acessível aos elementos dotados de entendimento mínimo, os proprietários e os imediatamente dependentes, os funcionários de categoria. Não havia, a rigor, povo, coisa pública, interesse público. A ordem privada dominava sem contrastes, e os elementos giravam em torno desse poder incontrastável, de tal sorte que lhes teria sido impossível representar dissidência e muito menos oposição. O único meio de mobilizar a parca e estreita opinião colonial era, portanto, o púlpito, onde os elementos dotados de dimensão intelectual exerciam a sua atividade, utilizavam os seus recursos, alçavam os pequenos e baixos vôos que a época lhes permitia.

Esboço da Cultura Brasileira: Influência da Revolução Industrial – A Cultura entre os Leigos – A Independência e o Preenchimento do Aparelho Administrativo e Político – Os Cursos Jurídicos – O Indianismo como Expressão da Sociedade Colonial.

NA SEGUNDA metade do século XVII, a burguesia desfere os últimos golpes que lhe asseguram a preeminência social, lançando-se no largo movimento econômico que se convencionou denominar de Revolução Industrial. Na expansão acelerada que então se processa, e que alastra os seus efeitos a todo o mundo, o regime de clausura e de monopólio comercial, em que as metrópoles ibéricas mantinham as suas áreas coloniais, tornava-se um obstáculo que não poderia resistir por muito tempo. A arrancada napoleônica, com o episódio da invasão da península, proporcionaria a circunstância propícia ao desvendamento daquelas áreas ao tráfico livre de mercadorias e sua integração na economia internacional.

No que diz respeito ao quadro brasileiro, em particular, o regime de clausura e de monopólio fora levado a limites extremos com a mineração. Além do mais, a exploração aurífera proporcionara fundamental transformação na forma de associação entre a Corôa e os lucros do trabalho colonial. A exclusividade quase absoluta com que a Coroa se apossava daqueles lucros colocaria em evidente antagonismo os elementos da classe proprietária colonial e os mandatários do poder metropolitano. Os primeiros já não apareciam como representantes dos interesses políticos e econômicos da metrópole, com os quais se colocavam progressivamente em antagonismo. A fórmula de comércio livre, que quebraria a rígida estrutura da clausura e do monopólio, correspondia pràticamente à independência, uma vez que os laços que uniam a colônia à metrópole estavam reduzidos ao sistema vigente. Todo interesse, da parte da classe dominante na colônia, pois voltava-se para a liberdade comercial e para a abolição de todos os laços de dependência que ainda prendiam o Brasil a Portugal. Todo o interesse, além disso, das forças econômicas internacionais, que se defrontavam com o obstáculo do regime de monopólio, consistia em derrocar tal regime sem afetar o quadro interno das áreas coloniais. Tudo isso significava, no fim de contas, que a transformação das antigas colônias em nações autônomas devia processar-se com o mínimo de alterações internas, mantida a ossatura do regime econômico vigente, assegurada a permanência do sistema de produção.

A fisionomia social brasileira, mantidas as suas linhas mestras, aquelas que provinham dos primeiros tempo da colonização, vinha sofrendo alterações sensíveis. A mineração proporcionara, considerado ainda o pormenor do deslocamento geográfico que produziu, além do adensamento humano em área nova, o aparecimento de vilas e cidades prósperas, o desenvolvimento da circulação interna de mercadorias, a mudança da capital para o centro-sul, o crescimento dos quadros administrativos, em particular os do fisco, da polícia e da justiça. Estes e outros fatores concorreram para o aparecimento de área relativa no mercado de trabalho. Há uma série de atividades que pertence agora ao campo do trabalho livre, particularmente nas áreas urbanas. Surgem, também, profissões antigamente reservadas aos elementos metropolitanos, ou por serem expressamente vedadas aos da colônia ou por lhes serem inacessíveis.

Revela-se, então, pouco a pouco, a importância ou, ao menos, a valia da instrução, do saber que está nos livros, da cultura

individual, e a curiosidade também. Torna-se necessário, a cada ano que passa, que haja quem saiba as leis, quem as aplique, quem as difunda, quem as interprete. Torna-se necessária, ainda, a comunicação escrita, do particular ao particular, e não apenas da autoridade à autoridade. Abre-se algum espaço às tarefas do espírito, embora às que traduzem um fim ou uma aplicação utilitária. Nas áreas urbanas, por isso mesmo, começam a aparecer as associações, os grêmios, as sociedades, — sociedades literárias, subordinadas aos padrõe do arcadimo e imitando suas fórmulas; sociedades beneficientes e profissionais muito rudimentares; e, principalmente, sociedades secretas, travestidas de interesse literário. Entre estas, com um papel que crescerá sempre, dentro da fase a que nos referimos, a maçonaria se destaca.

Aparecem, assim, os elementos dotados de dimensão intelectual que não são religiosos, ao mesmo passo que estes, na linha da fase anterior, permanecem como letrados de ofício e ampliam o campo de suas atividades. Surgem os padres políticos, os padres revolucionários, os padres maçons, emparelhando-se com os desembargadores, com os altos funcionários, os elementos leigos que cultivam as letras. Em todas as insurreições aparecem tais elementos de batina como os mais preeminentes. A Inconfidência Mineira é uma conjura de padres e poetas. O púlpito assume, na sua isolada importância, um realce singular. Do ponto de vista dos conceitos que influem na formação de tais conspirações, e que pode ser aferida pelo arrolamento das bibliotecas de inconfidentes e sublevados de várias regiões e fases, é fácil indentificar o veio dos enciclopedistas.

Com a autonomia, torna-se imprescindível recrutar os quadros que substituirão os elementos reinóis na alta administração, e que preencherão as funções políticas, as funções administrativas, todo o aparelhamento do Estado que se inaugura. Surge, um lustro depois da proclamação da Independência, o ato que organiza os cursos jurídicos. Os bacharéis de Olinda, ou Recife, e de S. Paulo vão suceder aos que vinham fazendo os seus cursos em Coimbra. Trata-se de formar, no meio que ainda apresenta todos os sinais da estrutura colonial, elementos dignos de constituir a elite dirigente do novo país, de dar a forma, a fisionomia, o aspecto exterior ao aparelho de Estado, elementos que vão traduzir o pensamento político e que, por ser diminuta a camada coberta pelo ensino sistemático, vão também dar a forma das

manifestações intelectuais. Surge a imprensa, dotada de características curiosas, particularmente as que definiram o pasquim. O livro já não encontra as antigas dificuldades de entrada, as interdições tremendas dos tempos coloniais. Formam-se bibliotecas públicas e surgem novas ou ampliam-se velhas bibliotecas particulares.

É importante gerar o partidarismo político, criar as condições para a escolha eleitoral, preencher os vazios deixados pela retirada dos mandatários da Coroa lusa. Trata-se de um país novo, que se apresenta agora ao mundo, e que pretende apresentar-se da melhor forma, com os seus enviados diplomáticos, a sua política econômica, a sua orientação doutrinária, e seu regime de tarifas, a sua estrutura interna, — muito preocupado em não parecer colônia, muito cioso dos seus pruridos autônomos, muito sensível a tudo que lhe rememore os tempos recuados. E que, ao mesmo tempo, não tem condições para repelir o que a herança colonial lhe transmitiu, — o trabalho escravo, a grande propriedade territorial, a ausência de manifestação do pensamento, a pobreza da vida intelectual, o grande silêncio em torno das manifestações que distinguem e classificam.

Alguns pretendem ver na súbita valorização das atividades liberais, entre as quais podemos, com alguma deformação, colocar a dos intelectuais, uma transformação mais profunda do que aquela que a sociedade brasileira estava em condições de proporcionar. Não é verdade que surgisse conflito entre os elementos letrados e a classe dos senhores de terras e de escravos. Muitos não haviam ainda ousado trocar os seus afazeres, segundo observou um estudioso, ou a sua aparência, pela milícia ou pelo comércio, que diminuíam e desclassificavam, mas já ousavam substituí-los pela magistratura, pelos postos da administração, pela representação política, um pouco pelos misteres em que concorria o saber individual. — porque podiam, assim, resguardar a própria dignidade. Novas ocupações reclamavam uma eminência que em outros tempos não poderiam adquirir. É perfeitamente explicável que tais ocupações tivessem de recrutar os seus elementos no campo da classe proprietária. Transportados, quase de súbito, para as cidades, tais elementos traziam, segundo foi observado por um ensaista, a mentalidade, os preconceitos e, tanto quanto possível, o teor de vida que continuavam a ser os atributos específicos de sua condição de origem.

A beca, pois, traduz uma posição de classe, e os magistrados, doutores, legisladores, quando não os próprios homens de letras, não são mais do que representantes dos proprietários territoriais. O conflito entre a cidade e o campo não pode ser encontrado naquela época. Quem desce dos domínios territoriais para o parlamento, para os cursos jurídicos, para a diplomacia, para as atividades liberais, para o círculo ainda estreito e apagado das letras, é ainda a classe latifundiária. Ela herda o império, feito à sua imagem e semelhança, disfarçando alguns aspectos formais destituidos de qualquer significação. De olhos postos no exterior, dá início ao longo drama da transplantação, de que jamais chegará a emancipar-se.

Os traços, por vezes contrastantes, do grande quadro em que o Brasil inicia a sua existência autônoma, vão encontrar uma expressão de extrema fidelidade com o advento do indianismo. Em primeiro lugar, cumpre pôr em evidência que a valorização do indígena é um tema que se baseia no depoimento dos primeiros viajantes que aportaram à América. Um estudo acurado de textos nos mostraria, sem muito dispêndio de observação e pesquisa, os indeléveis e algumas vezes profundos sinais que aqueles depoimentos deixaram no pensamento político e no pensamento literário desenvolvido na Europa desde a fase dos descobrimentos.

A valorização do índio, implícita na própria obra da catequese religiosa, encontrou adeptos em todos os elementos dotados de dimensão intelectual que conheceram o ambiente do Novo Mundo e que, assim, apresentavam os contrastes oferecidos pela vida natural ante as rigorosas e rápidas transformações que vinham alterando a existência européia, mercê das profundas mudanças que a ascensão burguesa proporcionava ao mundo. O mito do índio serviu, sem dúvida alguma, de motivo para as críticas que então apareceram, encontrando guarida, inclusive, na literatura dos utopistas, não só os políticos como os literários, unânimes em apresentar a forma de existência do selvagem como um ideal, em contraposição às formas de existência que alteravam bruscamente o meio em que viviam.

O quadro da realidade, entretanto, era muito diverso. Embora os nossos historiadores não se tivessem detido demoradamente no problema, o certo é que, pelo menos nas zonas em que a colonização se firmou e conseguiu estabelecer uma estru-

tura de produção estável e contínua, o que aconteceu, em relação às populações indígenas foi a sua rápida, total e implacável destruição. Tais populações foram relegadas ao interior, a zonas em que engenhos e fazendas não se estabeleceram. O tempo que demandou a tarefa de extermínio foi variável, segundo os recursos da colonização em determinadas áreas.

Nas regiões em que a forma de produção não assumiu, desde logo, nítidas características mercantís, houve possibilidade de convivência entre brancos e índios. Tal convivência, porém, — ultrapassada a fase preparatória da feitoria, fase dos Ramalho, dos Caramuru, e exemplos da mesma ordem, — jamais foi de molde a permitir aos chamados selvagens uma existência compatível com a cultura que haviam elaborado. Ou aconteceu o extermínio ou o esmagamento cultural, com a destruição de todos os valores que o indígena havia conseguido criar. Houve, pois, um prolongado choque entre colonizadores e indígenas e estes foram tangidos para o interior distante, dizimados ou conservados numa dependência que acabou por destruir tudo o que podiam oferecer, como coletividade, à organização que se levantava com a apropriação da terra. Passaram a representar, assim, um elemento marginal, sem nenhuma participação ponderável na tarefa da colonização. E nem poderia ter sido de outra forma, dadas as condições a que se subordinou a conquista da terra e sua exploração. Nesse sentido, é necessário recordar que as tribos litorâneas constituiam um obstáculo à apropriação extensa que se processou desde os primeiros tempos. A substituição das relações existentes entre o primitivo habitante e a terra por relações do tipo escravista foi responsável pelo extermínio que se seguiu.

Há, no problema do indianismo, dois aspectos a discriminar: saber como o romantismo brasileiro se travestiu de indianismo, e saber por que o índio se tornou a figura central da ficção e da poesia romântica. Nem um e nem outro traço resultaram de mera coincidência. O indianismo foi, a rigor uma tendência geral do romantismo, — não ocorreu somente em nosso país. A valorização do índio era muito anterior ao romantismo, conforme já se observou. O indianismo surge, entre nós, perfeitamente caracterizado, com a poesia de Gonçalves Dias e o romance de José de Alencar, no início da segunda metade do século XIX. Surge, assim, com o maior dos poetas e com o

fundador do romance brasileiro que, salvo dois rascunhos a que não é possível conceder demasiada atenção, começa a sua atividade de escritor com um romance indianista. Tal romance alcança, desde o seu aparecimento em folhetins, uma voga extraordinária, difunde-se com rapidez curiosa e desperta enorme interesse. A poesia de Gonçalves Dias, por sua vez, provoca entusiasmo, alcança singular repercussão, fica retida na memoria dos leitores. Aqui aparece um fato interessante: existe absoluta afinidade entre o indianismo e o público. Teria sido o nativismo a única ou a verdadeira razão de tal afinidade? Parece que não, — a nativismo foi apenas um dos traços que motivaram o êxito. Exito que, mencione-se de passagem, ocorria em um gênero, o romance, que representa a contribuição por excelência da ascensão burguesa ao desenvolvimento literário.

Quando o indianismo surgiu, a independência fora proclamada há mais de três décadas. Que reprenta ela, no quadro da vida brasileira? Em primeiro lugar, manteve as relações sociais existentes na colônia. Note-se que não afetou em nada a propriedade servil ou a propriedade territorial. Em segundo lugar, correspondeu à integração da economia brasileira no quadro da economia internacional, em pleno coroamento do triunfo da burguesia. O episódio da Revolução Francesa, quando a burguesia destrói os últimos elemento que se antepõem ao seu pleno domínio, enquadra-se no amplo movimento da Revolução Industrial, em franco desenvolvimento, que corresponderá, para as áreas coloniais, à derrocada do sistema de clausura e de monopólio comercial. A autonomia dos povos coloniais americanos, assim, ao mesmo tempo que conserva as relações sociais internas, corresponde à integração de suas áreas no quadro internacional em que as relações econômicas se processam.

A valorização do índio representava uma idéia cara à burguesia em ascensão. Do ângulo interno, ela correspondia inteiramente ao quadro das relações sociais dominantes, as escravistas. Teria sido um contra-senso, realmente, que o elemento valorizado fosse o negro. No quadro daquelas relações, que subsistem intocadas, o negro fornecia o trabalho, colocava-se no extremo inferior da escala social. Não foi mera coincidência, ainda, que Alencar, a figura máxima do indianismo, o fundador do romance brasileiro, tivesse sido escravocrata. A afinidade entre o romance, gênero novo, valorizando o índio, e o mundo dos leitores

da época, num meio em que a criação artística era ainda tão menosprezada, mostra que o mencionada valorização ia de encontro aos desejos, aos sentimentos, ao conteúdo emocional daqueles leitores. Tais leitores perteciam à classe dotada de entendimento intelectual, à classe que dominava a sociedade. Não podendo valorizar o negro, o que lhe retiraria qualquer possibilidade de êxito, e colocando-se, no plano do nativismo, contra o colonizador, que havia sido despojado de seus domínios, a ficção romântica só podia tomar o índio como elemento próprio para as suas criações.

O negro não podia ser tomado como assunto, e muito menos como herói, não porque, segundo escreveu um comentador, fosse submisso, passivo, conformado, em vez de ativo, corajoso, orgulhoso, da massa de que se fazem os heróis. — dado que não podia ser senão o que era, submetido que estava ao regime de escravidão, — mas porque representava a última camada social, aquela que só podia oferecer trabalho e a isso era forçada. Nem isso chegaria a ocorrer aos escritores do tempo, oriundos da classe dominante, e nem teria tido o romantismo afinidade alguma com o mundo dos leitores, também recrutados naquela classe.

Qualquer análise, pois, do indianismo em que sejam levantadas questões secundárias, como a de que o índio não era como o representavam os escritores, de que não falava assim, de que não procedia assim, representa uma especiosidade sem nenhum traço de agudeza. O índio literário é um descendente direto do índio social e individualmente bom, dotado de bondade natural, dos utopistas aos enciclopedistas. Vê-lo de outra maneira, confrontá-lo com o elemento que vivia refugiado no interior, representa uma análise formal, sem nenhum elemento e sem nenhuma possibilidade de chegar à compreensão do problema. Certo, o índio não era assim, — mas *devia ser assim,* conforme observou curiosamente um crítico.

O indianismo representa, portanto, no desenvolvimento da literatura brasileira, uma das suas etapas mais características. É a manifestação de uma sociedade de senhores territoriais, de trabalho servil, em que apenas se esboça a classe intermediária. Nesse sentido, corresponde plenamente aos traços específicos daquela sociedade. É a sua criação por excelência. Utilizando velhas ideias e conceitos seculares, traduz em termos do século XIX e em

linguagem literária o que existe de mais caracterizado no quadro brasileiro. Valorizando o índio, os autores do tempo traduziam a realidade social do país. Não teriam tido importância se não tivessem seguido as tendência dominantes no Brasil do início da segunda metade do século XIX, — Brasil ainda suficientemente colonial para fazer da valorização do índio um tema supremo.

Transplantação Cultural e Ideologia do Colonialismo: Origens do Problema da Transplantação Cultural – A Transplantação como Solução Específica do Quadro Colonial – As Correntes da Transplantação após a Autonomia – Fundamentos Ideológicos da Transplantação – Os Conceitos da Transplantação – Uma Ideologia do Colonialismo.

NENHUM TEMA, como o da transplantação cultural, mereceu, entre nós, debates tão apaixonados. É possível afirmar que, desde os episódios da Independência, ele se constituiu no tema central. É possível também datar dessa época o aparecimento dos pontos de vista opostos: num deles, colocavam-se os que só encontravam solução para o Brasil na cópia pura e simples de modelos externos, — modelos institucionais, modelos jurídicos, modelos ideológicos; no outro, os que invectivavam essa posição de subalternidade, pretendendo uma visão objetiva e realista para os problemas brasileiros. Desde então, ao longo de episódios históricos ou de controvérsias doutrinária, as duas correntes se defrontaram, mantendo-se ambas, entretanto, e nisso

idênticas, no campo idealista, embora pretendessem, particularmente a segunda, condições de realismo para as posições assumidas. O problema da transplantação cultural assumiu, com a passagem do tempo, aspectos agudos e até mesmo dramáticos. Críticas, as mais ásperas, foram feitas, e repetidas, à mania da adoção, sem alterações, de fórmulas, idéias, reformas. Políticos, legisladores, homens de letras, voltavam as costas ao país, dizia-se. Ausentavam-se da realidade. Alienavam-se.

Para alguns intérpretes, os males provinham do povo, não preparado para as transformações oferecidas. Outros afirmavam, numa singularidade de opinião, que os homens menos instruidos eram mais úteis, entre nós, porque mais próximos do meio, mais vivamente, mais intensamente brasileiros. Terceiros demonstravam o divórcio que se estabelecia entre as elites e o povo, desinteressado dos programas e reformas que o elemento culto defendia. Pouco a pouco, vai sendo constituido um verdadeiro libelo, que apresenta, em primeiro plano, na sua condenação linear da transplantação, no seu tom acusatório dominante, o distanciamento entre as camadas superiores e as camadas inferiores da população, já que não fala em classes. Distanciamento que é posto como origem de males diversos: a inobjetividade política, a fraqueza artística, a superficialidade literária. Que motivava, em suma, o desinteresse ostensivo do povo, de um lado, e a alienação progressiva das elites, de outro, desesperançadas estas de encontrar, no meio, aplauso e estímulo para as suas aventuras do espírito.

Em primeiro lugar, é preciso pôr em evidência a veracidade geral do diagnóstico. Em seus pormenores acusatórios, os críticos tinham razão, realmente: havia e há o divórcio entre os escritores e o público; os homens de pensamento não tinham lugar de realce em nossa sociedade e, quanto mais recuamos no tempo, mais apagado é esse lugar; voltaram-se eles, sem dúvida, para os livros estrangeiros, para os modelos distantes e se esmeraram, por vezes com incontestável virtuosismo, na imitação, na cópia, desprezando tudo o que os cercava, sem nenhuma intenção de reduzir o aprendido à escala local, regional ou nacional; isolaram-se do ambiente, voltaram-lhe as costas, e ficaram incompreendidos por isso, formando-se um obstáculo entre as suas criações que não interessavam ao povo, e o mundo dos leitores. Na caracterização desses males, a certeza do diagnós-

tico é tão profunda que alguns autores chegam a criticar a voracidade de leitura como um mal, a cultura individual como uma causa do afastamento da realidade, o hábito da freqüência aos mestres estrangeiros como um erro.

Por aí se verifica a perplexidade da interpretação, os seus desvios, a sua ausência de realismo. E dessa perplexidade derivam explicações curiosas, como a da língua, "berço e túmulo, esplendor e sepultura", para a falta de ressonância das nossas criações literárias. Os intérpretes da transplantação, condenando-a, colocam-se, insensivelmente, na linha pessimista. Verificaremos entretanto que aquelas verdades eram apenas meias verdades. Mesmo autores antigos, que aceitaram uma parte considerável dos prejuizos da transplantação, tiveram intuição do que existia de realmente errado, do que constituia a razão do atraso nacional. Sílvio Romero, escrevendo no fim do século XIX, com a sua aguda percepção do fenômeno, poderia, por exemplo, mencionar: "A grande pobreza das classes populares, a falta de instrução e todos os abusos de uma organização civil e social defeituosa, devem ser contados entre os empecilhos ao desenvolvimento de nossa literatura." Para acrescentar, com uma clareza indesmentível: "As relações econômicas e sociais da Colônia e do Império ainda se acham de pé; é tempo de destruílas e abrir uma nova fase à vida e ao pensamento nacional." Vemos colocado o problema em seu enquadramento natural e lógico. Dentro das deficiências de que se reveste a sua interpretação, que são as do meio e do tempo, Sílvio Romero tem a objetividade de alinhar as relações econômicas e sociais como constituindo as bases para a verdadeira análise do quadro brasileiro, propugnando pela destruição das existentes, que eram as coloniais, transferidas para o período da autonomia, relações que colocavam em destaque aquilo que ele mesmo denomina, sem eufemismo, "classes parasitas que têm em suas mãos os nossos destinos".

No diagnóstico dos estudiosos do passado, e alguns do passado ainda próximo, existe uma anomalia que não pode deixar de chamar a atenção de todos. É que tais estudiosos consideraram, e nisso estavam incorrendo em erro evidente, a transplantação como um ato de vontade. Colocavam o problema como se houvesse duas ou várias soluções, e a escolha má fosse feita entre elas. Ora, a realidade era bem diversa. Não havia duas

ou mais soluções. No quadro da estrutura colonial, — que avança além do período colonial, — a imitação, a cópia, a aceitação de postulados externos sem exame, tudo aquilo que englobamos no conceito de transplantação, abrangendo desde instituições até idéias literárias, não era uma escolha, — era o único caminho. A transplantação é fenômeno específico do sistema colonial, não há outra solução. Poderemos, desde já, avançar, pois, a verdade de que só a eliminação dos restos de colonialismo que permanecem na estrutura brasileira permitirá criações originais, nacionais, em todos os campos, — e que aqueles restos representam o trambolho, o entrave, o impedimento para que dominem as condições em que a transplantação deixará de ser problema.

Outro erro, que convém logo apontar, consiste na conceituação de que as idéias externas, tão simplesmentes por serem externas, não nos convêm. Ora, as criações verdadeiramente grandes, aquelas tocadas pelo signo da eternidade, são universais. Seria negar a existência de valores universais, que são valores humanos supremos, a repulsa primária a tudo o que resulta de esforço e de experiência que não nos pertencem mas de cujos resultados nos podemos valer. Seria isso incorrer no excesso oposto, desvirtuando os fundamentos do problema, colocando-o dentro de esquematismo desviado da realidade e sem nenhum sentido.

Quais, então, as verdadeiras dimensões, as origens e os motivos fundamentais da transplantação? Nesse sentido, convém lembrar os traços de desenvolvimento da economia e da sociedade brasileiras, na época colonial, caracterizada aquela como uma forma particular de escravismo, o escravismo colonial, enquadrado no sistema geral de ascensão do mercantilismo. A Revolução Industrial, em seguida, motivou o surto dos movimentos pela autonomia, ruindo o sistema de clausura e monopólio comercial das nações ibéricas e integrando-se aquele escravismo colonial no conjunto do capitalismo. A este passa a interessar, então a quebra dos laços de dependência política para com as metrópoles, na mesma medida em que interessa a conservação da estrutura social herdada dos tempos coloniais. A associação entre a classe proprietária nas colônias e a metrópole é substituida pela associação entre a classe proprietária colonial e a

burguesia que destruiu os últimos entraves à sua expansão. Na fase da Revolução Industrial, os interesses desta estão precisamente em conservar os mercados coloniais como meramente consumidores de produtos acabados e fornecedores de matérias-primas. Se fosse possível reduzir o quadro a um esquema, verificaríamos que esse esquema poderia ser o seguinte: manter as áreas coloniais como mercados consumidores, impedindo que eles gerem as condições propícias ao aparecimento das indústrias que lhes forneçam as utilidade, fomentando, ao mesmo passo, a ascensão do consumo, particularmente pela derrocada do sistema de trabalho servil, transformando o trabalhador escravo em trabalhador livre.

Para manter as relações antigas, herdadas dos tempos coloniais, torna-se necessário convencer os povos assim originados de que são incapazes, por diversos motivos, de enfrentar a etapa industrial; de que condições ecológicas os subordinam ao fornecimento de matérias-primas; de que a relação social existente é justa e representa uma avaliação exata da capacidade humana, em termos até de fisiologia. Daí os preconceitos que se desenvolvem: preconceitos de clima, — o clima tropical não se presta para as raças superiores e deve ser relegado às plantações de gêneros alimentícios e matérias-primas; preconceitos de raça, — a raça negra, que constitui a massa de trabalho, nas regiões de passado colonial, na América, é geneticamente destinada ao esforço físico e não tem habilitação para outra qualquer espécie de esforço; preconceitos de toda ordem: incapacidade das populações, inadaptação ao regime democrático, insuficiência orgânica para as técnicas avançadas, impossibilidade de capitalização, incapacidade para o esforço continuado, para a criação artística, para a originalidade, para a organização política.

Na fase de dependência colonial, a transplantação não só era inevitável mas constituia a solução única, como estava na correspondência direta da ordem social vigente, uma vez que a classe dominante, a dos proprietários territoriais, com uma supremacia incontestável, representava aqui o poder metropolitano, a que estava associada. Era por meio dessa classe que a metrópole dominava, social, econômica e politicamente, a colônia. Nada mais lógico do que a identificação da mencionada classe com os interêsses metropolitanos. Nem havia constraste no problema, porque nenhuma outra classe, na área colonial,

tinha força de representação. Quando a independência, rompendo os laços estabelecidos entre a classe proprietária e a metrópole, já enfraquecidos com a exploração mineradora, proporciona àquela o domínio direto, não existe ainda entre nós nem burguesia nem classe trabalhadora livre que permita neutralizar a supremacia antiga.

Há duas faces, no Brasil, evidentemente: aquela representada pela aristocracia rural, agora vinculada à burguesia européia a cujos padrões em tudo e por tudo busca assemelhar-se, e aquela representada pela escravaria, pela indiada fugida nos matos, pela população livre sem força econômica ponderável, pela reduzida classe média que se esboça, ainda sem expressão política. Demonstrar que a face verdadeira do país era a primeira, aquela em que os senhores de terras imitavam os padrões europeus, constituiu a preocupação principal. Não era possível que se aceitasse como a face real aquela em que estavam agrupados escravos negros, trabalhadores mestiços livres, comerciantes urbanos, pequenos funcionários. Esta era o Brasil, sem dúvida, — mas o Brasil que se devia esconder, como se escondem as vergonhas, aparentando identidade com os padrões externos, alardeando que também aqui havia gente do mesmo molde que o europeu de classe superior. Ora, enquanto as relações de classe permanecessem no mesmo estado em que as encontrou a autonomia, tal realidade não tinha condições de ser apresentada como a verdadeira face do país. Assim sendo, a cópia servil de postulados, modelos, instituições, normas, de toda uma ética, constituia um formidável esforço para sonegar o Brasil. Dentro de tal tendência, não havia possibilidade alguma para criações originais em qualquer setor do pensamento ou da atividade.

A ideologia do colonialismo, justificatória da exploração econômica, devia esforçar-se sempre para demonstrar que o negro fora destinado originalmente, fisiologicamente, ao trabalho, e apenas ao trabalho, não tendo condições para adquirir conhecimentos e ganhar a representação política; que o mestiço herdava as *taras* da *raça inferior* de que descendia, que era preguiçoso por índole, incapaz por herança, falso por atavismo, conceitos que satisfaziam não só a necessidade externa de assegurar uma estrutura de produção que condenava o negro ao trabalho como aos interesses da classe interna dominante, beneficiária da exploração desse trabalho; que o clima do país impedia

todo esforço continuado e era apenas um incentivo à apatia e à luxúria, devendo pois permanecer intacta a produção de matérias-primas, os velhos gêneros *coloniais* ou *tropicais*, complementares da produção européia, — conceitos que tanto ajudavam o capitalismo externo quanto os senhores de terras do regime de latifúndio; que o povo não estava apto, antes longe disso, para qualquer forma de democracia, devendo o país ser governado de forma tutelar por uma elite, para isso preparada, pois fazia os seus estudos e educava as suas maneiras segundo os padrões europeus, — conceitos que fundamentavam a preponência do elementos econômicos externos, estreitamente vinculados à classe brasileira que, dentro de tais princípios, era a única apta a governar.

Que essa classe aceitasse integralmente tais conceitos e todas as suas conseqüências, não seria pois de surpreender. Que levasse o seu capricho a ponto de esquecer o verdadeiro Brasil, buscando indentificar-se cada vez mais com os padrões externos, não poderia constituir espanto. O preconceito de raça e de cor do europeu é, pois, o mesmo do senhor de terras brasileiro; o preconceito sobre a inferioridade do mestiço, alardeado por doutrinadores estrangeiros, é o mesmo dos aristocratas nacionais; o preconceito da preguiça brasileira, da luxúria brasileira, da cobiça brasileira, que ornamentaram um livro típico, o *Retrato do Brasil,* — na verdade o retrato de uma classe, — é tanto dos viajantes europeus que nos visitam quanto dos ensaístas nacionais que nos interpretam; os preconceitos a respeito da adversidade do clima e das más condições do solo são veiculados não só em obras estrangeiras como naquelas escritas por patrícios nossos, os preconceitos da incapacidade do povo para governar-se, da inaptidão da gente brasileira para formas democráticas de Estado, encontram guarida em estudiosos daqui e de fora, todos tocando a mesma música e orquestrando-se mutuamente. Quando muito, os mais afoitos, em época próxima, concedem que a população brasileira tende a *arianizar-se,* embora isso pertença a um futuro remoto; que o escravo possa vir a ser livre, desde que permaneça como trabalhador; que o povo possa ter atividade política, embora se busquem todas as formas de restringi-la ao máximo.

A ideologia do colonialismo, pois, foi apenas uma forma, e a mais característica, da transplantação. Reinou, sem peias,

em todo o tempo em que a supremacia da classe proprietária se manteve sem contrastes. Atravessou a época em que, no século XIX, começaram a sofrer alterações importantes, quer a estrutura econômica, quer as relações sociais. Na segunda metade do mencionado século, realmente, quando se esboça uma classe média, que não cessa de crescer, de tal forma que vai influir nos acontecimentos mais destacados da época, a Abolição, a República, aquelas alterações acentuam-se progressivamente. Daí terem começado a surgir os primeiros sinais de originalidade artística, entre os quais os literários tiveram primazia. Quando, mais adiante, a partir da terceira década do século XX, o domínio dos proprietários rurais começa a ser neutralizado por uma classe média cuja efetividade política é indisfarçável e pela existência de uma classe trabalhadora que começa a aparecer no cenário político, criam-se as condições para o surgimento de uma crítica, de uma história, de uma ficção, de traços nacionais evidentes. As artes figurativas, até há pouco refugiadas nas igrejas e em alguns monumentos, começam a despertar intresse. Ha camadas mais amplas, e cada vez mais amplas, da população que, apesar de todas as dificuldades, e ajudadas pelo desenvolvimento das técnicas de transmissão das idéias, interessam-se pelas manifestações mais variadas do pensamento político e da criação artística.

E se hoje aqui podemos mostrar o travejamento interno dessa construção pretensamente maciça e pretensamente eterna que foi a ideologia do colonialismo, de que a transplantação não passa de aspecto particular e sintomático, é que já são diferentes as condições econômicas, políticas e sociais do país, de tal sorte que as forças interessadas em manter preconceitos e absurdidades se enfraquecem, na medida em que as demais começam a ponderar no cenário brasileiro. Teria sido impossível, realmente, antes que tais alterações se tivessem definido, esposar outro corpo de conceitos senão aquele já preparado, bem acondicionado e fornecido a granel da ideologia do colonialismo, que vamo assistindo morrer, a pouco e pouco, diante de novas perspectivas que se abrem. E nem poderiamos ter sido originais, profundos e brasileiros, se tais alterações não se tivessem efetivado, porque a vida política do nosso povo é realmente recente e, conforme diz o aforismo conhecido, — só é nacional o que é popular.

EVOLUÇÃO RACIAL

A Miscigenação e a Sociedade

1

Quadro Geral e Quadro Brasileiro

É COM UM VIVO interesse, certamente, que a atenção se volta, entre nós, para os problemas suscitados pelas relações de raça em nosso país. Relações de raça, de classe, de trabalho, de ideologia, que não são específicas do Brasil, mas hoje generalizadas, sob alguns ou sob todos esses aspectos, no quadro atual a que assistimos, e que se desenvolve por toda a parte. Não é pura e simples coincidência essa atenção, porque não é simples e pura coincidência o fato de passarem aquelas relações a constituir, em fase aguda, problema ostensivo, que permite situar e compreender a transição em que vivemos do que é velho para o que é novo, do que é passado para o que é futuro, do que está morrendo para o que começa a viver.

Ainda que buscássemos isolar do conjunto, quer do conjunto espacial, esquecendo o resto do mundo, em que o problema está equacionado em termos também veementes como entre nós, quer do conjunto do quadro social, apreciando apenas o aspecto das relações de raça, verificaríamos, com um mínimo

de atenção, que esse problema não é singular ao Brasil. Em vários trechos do mundo conturbado de hoje, e sob ângulos os mais diversos, verificamos a presença motivadora e aguda do problema das relações de raça, apaixonando a muitos e despertando um interesse excepcional.

Nem pode mais o referido problema ser colocado, agora, em termos de relações de brancos e negros, pois tal colocação mutilaria irremediavelmente a sua veracidade. Negros, amarelos e outros, em face do branco, posto como referência, nesse vesgo critério de pigmentação que tanto tem contribuido para falsear o problema, mas que não pode ser de forma alguma esquecido porque é em torno dessa exterioridade de rótulo que se acumularam alguns dos erros mais evidentes e se levantaram alguns dos preconceitos mais vigorosos, — negros, amarelos e outros vêm merecendo a atenção do estudioso e do político porque, com a transformação da sociedade, despertaram de uma submissão demasiado longa e apresentam-se diante do branco, reivindicando o seu papel e a sua posição. São as populações indígenas americanas que entram a participar da vida nacional, nos países em que os seus remanescentes ainda representam parcelas ponderáveis ou grandes do povo; são as populações ditas amarelas do Oriente que se levantam, nas mais diversas regiões, para comprovar a sua valia no desenvolvimento humano; são as populações negras, na África e fora da África, que afirmam os seus direitos e organizam a sua luta, a que não podemos ficar indiferentes.

O problema das relações de raça, pois, está muito longe de se constituir em problema específico do Brasil, e representa, em nosso tempo, um dos aspectos mais singulares da transformação que vamos vivendo, de tipos de sociedade em que ele se gerou e se desenvolveu, isto é, em que se constituiu problema, para tipos de sociedade em que ele tende a desaparecer ou desapareceu, distinguindo-se a criatura humana por traços outros que não a pigmentação, relegada à posição de exterioridade secundária, despida de todas as significações que lhe foram emprestadas para, na verdade, distinguir alguma coisa muito mais profunda. O simples fato da generalização e da gravidade atual do problema das relações de raça demonstra, assim, não só a sua importância como a sua caracterização exata, no quadro da sociedade contemporânea.

Mas é também um fato indesmentível que tal problema, no Brasil, apresenta traços específico, traços que não aparecem em outros exemplos, que só se tornaram possíveis entre nós, que são oriundos da própria formação brasileira, e que devem ser entendidos e situados no quadro em que viveram e vivem. Muitos desses traços, e talvez os principais, denunciaram o seu aparecimento e a sua vigência também em países de formação semelhante. Seria fácil demonstrar, entretanto, que a experiência brasileira, uma das mais singulares, constitui um caso particular, sob outros aspectos. Para só mencionar um deles, convém lembrar que nenhuma outra apresenta um quadro histórico tão longo de miscigenação, um exemplo tão eloqüente de como a miscigenação, em que o elemento negro foi preponderante, representando uma espécie de solução biológica, alterou as características sociais do problema confundindo a muitos e gerando, no decorrer do tempo, formas especiais de defesa, por parte da raça dominante na sociedade, formas traduzidas, ostensiva ou veladamente, em preconceitos, posições e até mesmo em cabedal pretensamente científico. Não é preciso demorar a atenção sobre os exemplos ilustrativos: eles percorrem uma escala inumerável. Muitos deles são encontráveis desde os compêndios didáticos até às pesquisas estatísticas.

Para bem compreender e situar o problema das relações de raça em nosso país é indispensável reconstituir, em largos traços, largos mas característicos, como em nossa terra encontraram-se, a partir de determinado momento, grupos humanos de origem diversa, como se comportaram uns em relação aos outros, qual a posição que lhes foi concedida no espaço social, como foi essa posição alterada progressivamente. Só assim estaremos em condições de alcançar a significação profunda dos preconceitos gerados, da generalização de determinados padrões de comportamento, e definir os traços que formam o contorno aparente da situação em que nos encontramos. Nesse rápido percurso, verificaremos, ainda, como tais padrões de comportamento condicionaram a divulgação de uma falsa ciência e surgiram na tarefa criadora dos nossos homens de pensamento, sob a pressão das transformações, quase sempre muito lentas, que se operavam nas formas, na estrutura e nas relações de produção.

O largo episódio das grandes navegações e das descobertas, em que o Brasil surgiu para o mundo conhecido, representou

um dos impulsos mais vigorosos da formidável expansão européia, em sua fase mercantil. Aqui chegados, nos primeiros tempos, os colonizadores defrontaram uma população indígena com a qual entraram em choque desde o momento em que a terra lhes foi necessária para o estabelecimento da empresa a que se destinavam e que era a única que podiam levantar. A apropriação da terra, assim, corresponde à dizimação do elemento indígena, de tal sorte que este desaparece, em largas faixas do nosso território, seja pelo próprio morticínio, seja pela fuga. Esse quadro dominante, particularmente nas zonas em que, desde o início, a colonização alcançou sucesso econômico, isto é, onde ela conseguiu, muito cedo, começar a produzir bens comerciáveis, não fica desmentido pela circunstância de não se ter realizado em outras, que forneceram apenas a exceção. As relações entre brancos adventícios e indígenas firmaram-se na relatividade de posição em que se colocavam uns e outros: os primeiros como proprietários, os segundos como trabalhadores.

O tráfico negreiro, já em plena vigência, e representando um investimento vultoso para a época, providenciou a conquista desse novo mercado, cujas perspectivas eram larguíssimas. Desde cedo, então, aparece a terceira corrente de contribuição humana: a dos negros africanos. Gera-se também, — convém mencionar de passagem, — o preconceito de que o índio não se prestava às tarefas sedentárias, como se ao escravo coubesse a escolha ou a preferência do seu mister. O tráfico negreiro, perfeitamente organizado, estava em condições, na verdade, de proporcionar os braços necessários à expansão agrícola colonial, enquanto o apresamento constituia uma empresa evidentemente aleatória, por motivos que seria inócuo apreciar aqui. Do ponto de vista que nos interessa, o que merece atenção é que o elemento negro, oriundo de outro continente, entrava no Brasil já na condição de escravo, como coisa, como mercadoria, tal o considerava o direito vigente, e assim o considerava porque a escravidão negra alcançara, nas primeiras décadas do século XVI, uma posição importante dentro do quadro do desenvolvimento mercantil.

Nesse alvorecer brasileiro, pois, o branco entra como proprietário, por definição, e o negro entra como escravo, por definição. Na medida em que decorre o tempo, e na mesma medida em que a empresa mercantil colonial se desenvolve,

entram muito mais negros do que brancos, porque há sempre muito maior necessidade de trabalho do que de ócio, e para cada novo proprietário é mister introduzir dezenas de trabalhadores. Surge, assim, a estrutura econômica que enquadra as relações humanas e de raça: os brancos como donos da riqueza, usufruindo do trabalho escravo dos negros. Os elementos indígenas conservam-se mais ou menos à parte, diminuindo sempre a sua contribuição na estrutura que se estabelece. A destruição cultural que sofreram, quer quando o seu tratamento se revestiu de violência, quer quando ele se revestiu de acomodação, e que tanto tem seduzido alguns sociólogos que padecem de horror aos conflitos, não pode merecer aqui a menor atenção.

Nada mais natural, portanto, que essa sociedade embrionária entendesse e começasse a proclamar que o branco não devia ser destinado ao trabalho, e que o negro devia apenas ser a ele destinado. Daí a afirmar que o trabalho físico era sua única aptidão não ia mais do que um passo. O conceito *a posteriori* tende sempre a pretender-se apriorístico. Mas a intercorrência de uma circunstância singular vai concorrer para como que colorir o quadro que se esboça: os escravos eram negros, isto é, traziam uma exterioridade diferente: a pigmentação. Poderiam ter sido escravos de outra cor, poderiam mesmo ter tido a cor igual à dos proprietários. Isso não alteraria a relação social. A circunstância, entretanto, é muito importante pelas suas consequencias: tudo o que está por baixo, socialmente, é negro; tudo o que está por cima é branco. O rótulo da cor começa a funcionar, com os seus poderosos e generalizados efeitos. Nesse sentido, devemos considerar bem como, muito tempo depois de ficar libertado da escravidão, o negro permaneceu submetido à violência dos preconceitos, rotulado que estava. E ainda é indispensàvel considerar, nessa apreciação, um aspecto que tem sido propositadamente omitido: o negro continua a fornecer, puro ou mestiçado, o grosso da massa de trabalho, em nosso país. Se isolarmos uma consideração da outra, correremos o risco de cuidar erradamente o problema: relações de raça jamais podem isolar-se de relações de classe.

A Miscinegação – Reflexo nas Relações de Raça e de Classe.

DURANTE toda a fase colonial, — e é preciso lembrar que ela durou três séculos, e prolongou-se por mais um século quase além da autonomia, — a posição social permaneceu a mesma porque a estrutura da produção atravessou incólume esse largo espaço de tempo, em suas linhas essenciais. Durante a maior parte de seu decorrer, a contribuição humana do negro africano continuou a ser muito grande, — a maior parte da população era negra. Durante esses quatro séculos, porém, ocorre um fenômeno singular, o da miscigenação. Muito se tem escrito a esse propósito e muito merece ele, realmente, da atenção de pesquisadores da mais variada espécie. Um traço, entretanto, ficou omitido, quase sempre: a miscigenação é processo corrente em quase todas as áreas do mundo e em todos os tempos. O conceito das raças puras, imunes, através dos séculos, a qualquer cruzamento, ou a ele refratárias, seja por imposição biológica, seja por imposição social, — consiste numa evidente falsidade que já não resiste à menor análise científica. Certo é que, em alguns casos, existiu pronunciada coerção social condenando os cruzamentos, mas tal coerção jamais conseguiu sustá-los e revestiu-se sempre de função defensiva em que o motivo racial constituia simples pretexto, — desde que o cruzamento não alterasse a estrutura social era convenientemente tolerado.

Aqueles tipos raciais que convencionamos chamar de brancos, pois, não representam mais do que o resultado de múltiplos e demorados cruzamentos. Com a particularidade de que os seus aspectos externos permaneceram tais que permitiram sempre sua distinção dos outros tipos, os que não eram brancos. A miscigenação em que concorreram raças de cor diferente, — e aqui destacamos a característica da cor apenas para pô-la em destaque, não esquecendo de que não representa o único traço diferenciador, — provocou atenção constante. Para isso concorreram dois fatores: em primeiro lugar, tendo sido gerada em regiões habitadas por brancos, ou predominantemente brancos, a expansão do mercantilismo pretendia justificar-se levantando como padrão a pigmentação de sua gente; em segundo lugar, a miscigenação de elemento de pele contrastante permitia, pelo menos até certo grau, a transmissão hereditária dos traços exteriores da componente mais escura, no caso que nos merece particularmente a atenção. Sempre era possível distinguir, e em particular pela pigmentação, quando, no cruzamento, houvera concurso de elemento negro, dentro de determinados limites que a genética moderna explica perfeitamente. A herança do rótulo, pois, constituia uma característica desse tipo de miscigenação, — e com o rótulo a tendência era a da transmissão dos elementos que estavam escondidos atrás dele, isto é, os elementos sociais.

A miscigenação teria sido colocada em outros termos, ainda, mesmo considerando o caso de brancos e negros, quando a particularidade do rótulo permanecia indelével, pelo menos nos primeiros intercursos, se nela não estivesse inevitavelmente contida a questão de classe. É impossível esquecer que os cruzamentos entre brancos e negros, nos países de formação colonial, processaram-se entre brancos de uma classe, a classe dominante, e negros de outra classe, a classe dominada, fossem os seus elementos escravos ou fossem livres, desde que, conforme já lembramos, o negro permaneceu, em conjunto, na classe que fornece o trabalho.

No quadro, é importante destacar ainda, como fator subsidiário, que o componente negro dos cruzamentos era feminino, em maioria esmagadora dos casos, e sabemos bem que um dos traços mais nítidos da sociedade que começou a vigorar na época moderna foi o da submissão da mulher, de seu papel secundário, do plano inferior em que foi sempre colocada. A característica de diferença de classe entre os componentes do cruzamento é transparente no panorama dos preconceitos de restrição e de tolerância da sociedade brasileira, perfeitamente perceptíveis até bem pouco, quando as ligações extralegais do *pater familias* com as escravas ou libertas, de que resultavam descendentes, eram por assim dizer normais, revestidas de conformismo, mesmo da parte da esposa. Tal não aconteceria, porém, se a tais descendentes coubessem direitos, isto é, se eles concorressem nas heranças e partilhas. Jamais acudiria ao espírito de um branco colocar os seus descendentes brancos no mesmo nível dos seu descendentes mulatos. Estes permaneciam na clase a que pertencia o componente negro, a escrava, a liberta, a mucama, a mulata. Afirmar, pois, que a miscigenação suavizou as relações de raça e de classe no Brasil é uma falsidade transparente, sem nenhuma significação objetiva. A transição da linha de cor é, no caso, outro problema.

Dentro de tais aspectos, pois, é que se geram os mitos e preconceitos vigentes na sociedade brasileira e que, agora, ao impacto de novas transformações, esboroam-se de todos os lados e se desacreditam cada vez mais, embora seja importante considerar a persistência dos elementos profundamente enraizados na cultura, de tal sorte que alguns deles têm vida mais longa do que as próprias condições que os geraram e mantiveram. Nesse sentido, é importante considerar, dentro do critério histórico, o formidável esforço que representou a elaboração da ideologia do colonialismo. Desde que este teve início, realmente, tratou a gente que o empresava de formular as verdades convenientes. Toda ideologia representa, sem dúvida, uma atitude justificatória. Para a expansão do mercantilismo, quando o seu impulso se apoia principalmente na exploração das áreas coloniais, o importante consiste em formular os conceitos que apresentem a posição dos elementos nele envolvidos como justa e razóavel. Esse esforço é tão profundo que o largo movimento científico que acompanha a Revolução Industrial, e que representa a sua contribuição, detém-se diante dos aspectos essenciais dos pro-

blemas humanos herdados da fase anterior, como que temendo enfrentá-los.

A ideologia formulada e mantida pelas entidades que impulsionam o colonialismo político encontra naturalmente uma extraordinária receptividade entre os componentes da classe dominante nas colônias. No caso brasileiro, que é o que nos interessa, tal classe esposa ardentemente aquela ideologia, que lhe convém de forma integral, que lhe cabe como uma túnica devidamente recortada. E nem poderia acontecer de maneira diversa, uma vez que a classe dominante na colônia, e depois no império, representa, como que por procuração, aquela que, no continente europeu, criara e desenvolvera o colonialismo. Aceita todas as suas formulações e defende, quando é necessário, ponto por ponto, todo um corpo de conceitos que, no fim de contas, representa irremissível condenação ao próprio país.

A posição dos elementos da classe dominante na colônia pode ser aferida do exemplo representado pelo depoimento de Manuel Guedes Aranha, Procurador do Estado do Maranhão em 1654, quando afirma: "Se os nobres nos países civilizados são tidos em grande estima, com maior razão devem ser estimados os homens brancos em país de hereges; porque aqueles foram criados com o leite da Igreja e da fé critã." Para acrescentar: "sabido é que diferentes homens são próprios para diferentes coisas; nós (brancos) somos próprios para introduzir a religião entre eles (índios e pretos); e eles adequados para nos servir, caçar para nós, pescar para nós, trabalhar para nós." Tal exemplo, que poderia ser repetido aos milhares, que não representa uma tendência pessoal e isolada mas o modo de compreender e de sentir geral do tempo, traduz a ideologia colonialista, em estado de pureza, e igualmente ligada aos elementos externos, do continente europeu, e aos elementos internos da classe dominante. Ela convém a ambos, diferenciando-se apenas as tarefas e o modo de usufruir o colonialismo.

E é esta a razão, e não outra, que faz dos representantes daquela classe, aqui como em outras regiões coloniais, uns transplantados, uns exilados, de olhos postos na Europa, cegos a tudo o que os rodeia. incapazes de sentir e de interpretar a sua própria terra. E é por isso também que os únicos elementos capazes de interpretá-la e sentí-la são os que vêm de baixo e sobre os quais recai, implacável, o pêso de uma ideologia fun-

damente elaborada e vigorosamente mantida. No quadro de tal ideologia, o Brasil será um país de negros, — um vasto império negro, escreverá um deles bem mais adiante, — em que o branco não se poderá adaptar, incapaz de realizar qualquer tarefa mais adiantada, condenado a permanecer em estágio atrasado de civilização, relegado a segundo plano no conjunto das nações. Guedes Aranha escreveu em 1654. Vamos ver como, com o passar dos tempos, sua crueza de expressão já ficará deslocada e as relações de raça teriam de ser encobertas e disfarçadas de outra forma.

A estrutura de produção que permitia a um Guedes Aranha manifestação tão convicta nos meados do século XVII iria sofrer, com o passar dos tempos, transformações cada vez mais acentuadas. Joaquim Manuel de Macedo, cujos romances constituiram uma das distrações do larguíssimo lazer das moças da segunda metade do século XIX, e cujas páginas estão cheias de escravas, mucamas, moleques de recado, denuncia o esboço de um novo padrão de comportamento em relação aos negros. Trata-se, é bem de ver, e não poderia ir mais longe, de uma espécie de piedade pelos cativos. Não vai muito além. Não teria sido possível. E tanto isso é verdade que José de Alencar, realmente o criador do romance brasileiro, autor que alcança divulgação relativamente ampla no seu tempo, detém-se diante do problema e coloca-o em termos acordes com a situação da sociedade brasileira naquela época, quando a escravidão imperava sem remédio.

Não é preciso senão um rápido exame na obra de Alencar para verificarmos como traduziu com sinceridade as relações dominantes. Traduziu-as de forma objetiva, como de forma subjetiva. Quanto à primeira, quer no drama *Demônio Familiar,* que coloca no palco o escravo doméstico, quer na peça *Mãe,* quando situa o problema da miscigenação e os desequilíbrios que acarreta. Na mencionada peça, Joana, uma escrava, sente-se forçada ao suicídio para que não se saiba que ela é a mãe de Jorge, moço formado em Medicina, que está para casar-se com Elisa. Esta recusar-se-ia provavelmente ao consórcio, sabendo o noivo filho de uma escrava. Colocada no dilema terrível, Joana tem de escolher o envenenamento, tentando esconder o seu segredo que se traduz numa frase lancinante: "Eu não... Eu não sou tua mãe, não... meu filho!" O drama tem todos os requintes da carpintaria romântica, mas representa um documento interessante para a interpretação das relações de raça, no Brasil dos meados do século XIX, justamente quando se iniciam, entre nós, as grandes transformações que darão por terra com o trabalho servil. Posta diante do filho, Joana, buscando conservar em segredo aquilo que pode prejudicá-lo, declara, com a ênfase própia do romantismo: "Não é verdade, não!... Pois já se viu isso?... Eu ser mãe de um moço como nhonhô!... Eu, uma escrava!..."

A forma subjetiva como Alencar traduz a pressão das idéias de seu tempo está nas próprias origens e nas próprias razões do indianismo, que surge com a sua pena e que encontra uma receptividade tão característica. Receptividade, informe-se de passagem, que se calcava numa tendência generalizada que se traduziu inclusive no costume de adotarem alguns homens eminentes nomes indígenas, juntado-os aos nomes de família. Forma de distinguir-se, sem dúvida alguma, do português, que lhes estava ferreteado na herança, mas também de distinguir-se do negro, com o qual não se sujeitariam a reconhecer parentesco. Do ponto de vista da sociedade aqui erigida, realmente, em que o índio representava mais do que o negro, senão no aspecto meramente formal de precedência ? Ser brasileiro, entretanto, para tais elementos, era ser índio, aparentado com índio, descendente de índio. Quando a realidade estava precisamente em que ser brasileiro era ser negro, mulato, aparentado com negro, descendente de negro. Jamais lhes poderia acudir tal sacrilégio porém.

Declínio dos Preconceitos Ligados à Miscigenação.

COMO EXPLICAR o indianismo de Alencar, e a receptividade que encontrou, senão dentro do quadro social em que o romancista trabalhou e viveu? Tratava-se de afirmar o sentimento da autonomia, de proclamar o nosso divórcio em relação a Portugal, de valorizar o que era brasileiro. Tudo isso com o ímpeto, o descomedimento dos povos recém-emancipados, dos que têm a submissão ainda na memória e mesmo no conhecimento. Tudo isso enriquecido e colorido com os matizes variadíssimos que a escola romântica proporciona, e com aqueles ingredientes de penetração, de difusão, que tal escola se esmerou em apurar, na sua ânsia em submeter-se ao gosto comum, em ir de encontro ao sentimento vulgar, de ancorar no que existe em todos os espíritos, independentes de cultura individual e de posição.

Pelo simples fato de termos sido, até bem pouco, colônia de Portugal, essa afirmação devia ser antilusa e não poderia firmar-se na valorização do português. Busca-se, assim, o índio, tão esquecido, tão à margem, tão desvalioso historicamente,

para colocar em evidência. Valoriza-se o índio porque o preconceito proíbe valorizar o negro. Não haveria receptividade alguma, numa sociedade como a nossa, em plena metade de século XIX, para a valorização do negro, e nem isso acudiria ao espírito do romancista, que também vivia ao influxo de seus padrões. Alencar firma a sua obra, pois nos dois suportes eloquentes: a paisagem e o índio. Está claro que o índio não era como Alencar o via, como o pintava, como o fazia falar e agir. Era muito diferente. Não era assim, anota um comentador atual, — mas *devia ser assim*. Devia, por que? Para podermos, numa sociedade escravocrata, defender, afirmar, valorizar alguma coisa que fosse brasileira.

Dir-se-á que, em Alencar, os recursos do romantismo, e as suas deficiência, constituiram uma carga de excesso pinturesco, uma deformação natural no processo literário, um exagero, uma pertubação propositada da realidade, falsa sem dúvida e por isso mesmo desvaliosa e não representativa. Admitamos, tão-sòmente para argumentar, que a hipótese seja verdadeira. Passemos a outro romancista, este um modelo de equilíbrio, de justeza, de precisão, tão sereno que foi acusado de ausente e de cético. Passemos a Machado de Assis. Machado escreve já quando o século se aproxima do fim, e o tempo em que faz decorrer a ação dos seus romances é, via de regra, aquele entre a guerra com o Paraguai e o advento da República. Note-se bem: é a fase em que as grandes transformações que se processam na intimidade da sociedade brasileira começam a denunciar-se em acontecimentos, começam a aflorar à superfície. As relações entre escravos e senhores são as mesmas, na sua essência, diante do direito. Já não são as mesmas diante dos costumes, porém. Não podiam ser as mesmas. Durante esse período aconteceram coisas como a extinção do tráfico, o advento do protecionismo, a ampliação do espaço concedido ao trabalho livre, surgiram as estradas de ferro, o telégrafo, as empresas industriais de Mauá, a lei de liberdade para os filhos das escravas, para encerrar-se com o Abolicionismo, a República, o Encilhamento, sem mencionar as grandes questões que abalaram a opinião do tempo, a religiosa e a militar, que tanto denunciaram do que ia morrendo e do que ia nascendo entre os brasileiros.

Machado de Assis aprecia também aquele aspecto da escravidão que Alencar pos em evidência no drama a que nos refe-

rimos, e procede assim no conto *Pai Contra Mãe*, por onde se verifica uma coincidência até no título. Mostra, em outro conto, o contraste dramático entre o pai branco, que vai ganhar a subsistência do filho e o direito de criá-lo em seu lar pela violência na prisão de uma escrava foragida, que aborta ao ser entregue ao seu dono. Cedo, entretanto, emancipa-se da intervenção direta e dos contrastes dramáticos. Vai apresentar os problemas como analista que é, e até mesmo confessa em muitos trechos. Quando menciona, por exemplo, a "complicação do natural com o social", que constituiu precisamente o objeto de seus temas. Quando acentua que "não se pode honestamente atribuir à índole original de um homem o que é puro efeito de relações sociais". Esta última frase, para justificar exatamente a maldade de certo personagem, que usava mandar açoitar os seus escravos. A justificativa está na boca de Brás Cubas e dentro desse romance se encontra, perfeitamente situados os episódios no tempo, a naturalidade com que, em 1814, se tratava a chegada de negros de cujo tráfico um dos personagens fazia o seu negócio, ao passo que, quatro décadas depois, era possível acusar outro personagem de bárbaro porque permitia fossem castigados os seus escravos. O tratamento desumano ao escravo era moral na segunda década e já podia ser conceituado como imoral, segundo o consenso, na sexta década.

No decorrer da ação dos romances, essa relatividade fica transparente. Já no *Quincas Borba* pode aparecer um personagem julgando que "a lei dos ingênuos absolvia a esterilidade e os crimes da situação". No *Esaú* e *Jacó*, que alcança o 13 de Maio, verificamos o contraste entre a atitude do banqueiro Santos, cujo estabelecimento era credor da lavoura, sentindo que a lei Rio Branco iria ferir os seus interesses, e a dos seus filhos que embora de tendências diferentes, poderão estar de acordo quando a princesa sancionar a libertação. No *Memorial de Aires*, o livro derradeiro, pode aparecer uma opinião a respeito da lei que está em andamento e que trará a Abolição: "Venha, que é tempo." Acrescentando: "Espero que hoje nos louvem. Ainda que tardiamente, é a liberdade, como queriam a sua os conjurados de Tiradentes." A 13 de maio, Aires deixa cair da pena a observação curiosa: "Nunca fui, nem o cargo me consentia ser propagandista da abolição, mas confesso que senti grande prazer quando soube da votação final do senado e da

sanção da Regente." Vemos, então, no decorrer do tempo, tornar-se uma aspiração generalizada, no fim de século, aquilo que seria condenado no princípio, tornar-se moral o que era imoral. A observação cuidadosa e aguda do romancista sente e recolhe as alterações do quadro social. E não teria sido ele o grande romancista que foi se não possuisse tal qualidade.

A estrutura do país já não era a mesma, realmente, no início do século XX. Sofrera transformações alastradas e profundas. A maior parte delas, a partir da segunda metade do século XIX, acentuando-se na medida em que o tempo passava e denunciando o seu alcance e a sua profundidade através de acontecimentos os mais diversos. A importância das anotações de Machado de Assis deriva, justamente, de terem sido assinaladas tais transformações, através do comportamento de criaturas, isto é, através de depoimentos em que se traduziam os conceitos vigentes. Elas merecem atenção, além de tudo, porque o problema das relações de raça, no Brasil, resumido em particular na situação do negro no conjunto da sociedade em que vivemos, precisa ser històricamente considerado através da transição de uma sociedade escravista e semifeudal para uma sociedade burguesa, que é aquela a que estamos assistindo evoluir. É por isso que nos preocupamos em frisar, anteriormente, dois aspectos essenciais: que o problema das relações de raça não pode ser entendido e interpretado sem a compreensão do quadro das relações de classe, e que o elemento negro e aquele que conserva, pela miscigenação, as suas características exteriores, em destaque a da pigmentação, ficaram relegados, através das transformações por que passámos, à classe que fornece o trabalho.

E não poderia ser explicada por outra forma a singularidade de terem permanecido em vigência preconceitos gerados na fase primitiva, quando era lícito a um Guedes Aranha manifestar-se com a crueza que verificamos. Em que ficou alterado o conjunto de tais preconceitos, realmente? Vimos que eles surgiram da ideologia do colonialismo, como transitaram para a posição de piedade, comum a partir da segunda metade do século XIX, desaguando na posição de justiça, que coroa a Abolição. Guedes Aranha acha justo e humano escravizar o negro; Macedo, Alencar e outros acham justo, mas não acham humano; os abolicionistas não acham justo nem humano. Até aí, entretanto, nenhum deles defendeu a idéia de que o negro e o branco fossem

iguais e que a distinção entre eles representa apenas um problema social. A ninguém que se proponha tratar o problema do negro no Brasil é lícito, certamente, deixar esquecido o nome de Castro Alves. Dentre todos os que tiveram um papel em favor do negro, quase sempre motivado em sentimentos humanitários e de justiça, só Castro Alves, no passado, deu um passo adiante. Com a sua predestinação extraordinária, que o constitui em exceção, deu um sentido novo, em relação às condições do tempo, à sua campanha. Não é mister recordar aqui as candentes estrofes em que cauterizou a escravidão. Todos as guardam na memória. Além disso, foi o primeiro que se afoitou a cantar a beleza negra, com o que assumiu uma atitude chocante para o seu meio e o seu tempo. Disfarçou o retrato, ao peso dos padrões vigentes, mas deixou indeléveis os traços principais da que "era a *cria* mais formosa e meiga que jamais na *Fazenda* vira o dia. . ."

Avassalados pelo avanço muito rápido da sociedade brasileira, em relação aos padrões antigos, em que se geraram e se mantiveram os preconceitos em relação ao negro, a ciência que o relegou a um nível subalterno, a arte que o esqueceu ou que o amesquinhou, os padrões de comportamento foram forçados a buscar outros suportes que os mantivessem, justificassem ou disfarçassem. Quando a ciência do século XIX ficou desacreditada, e já não era possível falar em raças superiores e raças inferiores senão em meio a leigos, quando os mestres da ideologia do colonialismo foram postos de parte, pela impossibilidade em permanecer defensáveis, surgiu, entre nós, um sucedâneo interessante cuja finalidade única, consciente ou não, consiste em deslocar o problema das relações de raça, de sorte a permitir o seu falseamento na mesma medida em que a arte passou a encarar o negro, em seus motivos, em suas manifestações, em suas crenças, como um aspecto pitoresco do cenário brasileiro, um dos seus ornamentos, uma das suas singularidades, um dos seus coloridos.

Tal atitude, no fundo, corresponde a um desejo de distanciamento, em relação ao negro, a uma afirmação de brancura, a um auto-atestado de *arianização,* para usar uma palavra que mereceu tanto esforço de realce. O poeta que se debruça na imitação de cadências ditas africanas e retrata a graça das mucamas está buscando disfarçar o que lhe coube na miscigenação. O

pensador que se esmera no seu severo germanismo, apresentando-o como o caminho da salvação da mentalidade brasileira, procura esconder o mistério aparente de suas origens. O ensaísta que se volta para os mestres da antropologia social externa, borrifando as páginas de seus estudos com aqueles nomes e aquelas citações pretensamente eruditas, tenta fugir a si próprio. Dizer, depois disso, que constituímos um exemplo de solução do problema das relações de raça, que a miscigenação suavizou ou resolveu a distância entre brancos e negros, parece uma ironia.

E existe uma sociologia das exterioridades, profundamente preocupada com os detalhes, com a cor das gravatas, com a forma dos bigodes, com os beirais das casas, e que, em relação ao negro, numa atitude falsamente renovadora, proclamando-se liberal e avançada, cuida seriamente dos doces, da roupa das vendedoras de rua, dos seus toucados, das pequenas peças de cerâmica, rigorosa e psicanaliticamente analisadas, das pesquisas estatísticas a respeito de negros escravos e de negros doutores. Revistas ilustradas e até revistas especializadas, monografias, filmes de cinema, congressos ditos afro-brasileiros, ensaios, e até longos estudos aparecem, focalizando o pitoresco, o anormal, o excepcional do negro.

Não é por mera coincidência que a Bahia se torna o centro de gravidade das pesquisas que aparentam rigores metodológicos. À Bahia são levados, então, não apenas turistas, viajantes ilustres, ficcionistas e artistas de todo gênero, mas pesquisadores, sociólogos, antropólogos, que percorrem, atentos e curiosos, desde os terreiros mais conhecidos até os bairros típicos. Para concluir, no fim de contas, aquilo que todos sabemos, que há médicos negros, advogados negros, poetas negros, como se isso representasse emancipação ou escândalo. E legisladores caprichosos e interessados têm a iniciativa de projetos que proíbam a recusa de hospedagem de negros nos hotéis elegantes. Esquecendo, e esquecendo conscientemente, que tais leis são inócuas no quadro atual, como serão supérfluas desde que a sociedade brasileira sofra as alterações que o desenvolvimento lhe impõe. Continuam os colégios a recusar alunos a que a cor concede o rótulo, hotéis a recusar tais hóspedes, casas de festa a pretextar carência de lugares quando se apresenta o caso. Mas persiste a proclamação ostensiva de que não existe problema de raças no

Brasil, de que resolvemos tudo e vivemos, de há muito, sem atritos, nesse terreno. Estudiosos de estatística verificam, aparentando surpresa, que entre os negros está um alto coeficiente de criminalidade. Esquecem-se de que, entre os negros, há, realmente, um alto coeficiente de pobreza, e isso não é espantoso porque eles constituem a massa de trabalho, que não tem condições de saúde, de subsistência, de aprendizagem, de morada.

O sonho ingênuo de muitos é que a miscigenação resulte, finalmente, na predominância dos traços *arianos* e tremem de ira patriótica quando algum observador estrangeiro ainda persiste na afirmação de que o Brasil é país de negros. A transição, demasiado lenta, dos negros, numa sociedade aparentemente aristocrática que transita para uma sociedade burguesa, de uma posição a outra, tendo alterado aspectos a cuja importância devemos atenção, não contribuiu de forma alguma para criar o ambiente em que os preconceitos gerados e mantidos por tão longo tempo tendessem ao desaparecimento. Muito ao contrário, concorreu para que eles persistissem, apenas disfarçados, para que se alimentassem em novas fontes, para que se tornassem mais velados do que ostensivos.

Sua presença, entre nós, porém, não pode ser desmentida. Comprovam-na seu acolhimento em padrões gerais de comportamento, em atitudes, em exteriorizações e até mesmo nas concepções da arte e nas pesquisas científicas. Se, por hipótese, tivéssemos de levantar um movimento literário de afirmação nacional, com os valores agora vigentes e dominantes, buscaríamos outro suporte, que não o negro, como fizeram os indianistas, há um século. Para nós, o negro constitui tema, assunto, pitoresco, derivativo. A pigmentação ainda classifica ou tende a classificar, e não importa, nesse sentido, que a legislação proíba ou esconda o problema. Uma ciência de brancos, isto é, de colonizadores que o processo histórico permitiu tivessem a cor egrégia, uma arte de brancos, um corpo cultural de brancos, unge os nossos procedimentos, os nossos ideais, os nossos costumes. O choque consiste, precisamente, em que a realidade é outra, é contrastante, é negra, é eivada de sangue negro, e o negro está por toda parte, de tal sorte que sua presença, não podendo ser negada, tende a ser omitida, refugada para segundo plano, como se tal realidade correspondesse a um pecado original que tivéssemos de pagar a vida inteira. Não se trata, apenas, da persistência de velhos mitos, elaborados na distância do tempo, vivendo além de suas motivações iniciais. Trata-se de que a sociedade brasileira tem necessidade ainda, na estrutura em que vivemos, de manter aqueles mitos, embora disfarçados, — trata-se de que ela é incapaz de enfrentar a realidade.

Tal sociedade não está em condições de emancipar-se de padrões externos de julgamento e de comportamento, formulados e mantidos em meios sociais em que o negro não teve presença, e aqui implantados e defendidos com orgulho e altivez aristocráticas ou com esquivança e processos velados. Tal sociedade não pode tolerar a busca da autenticidade, não aceita a conciliação com o que a rodeia, e por isso relega o negro a mero "objeto de versões de cuja elaboração não participa". Daí chegarmos ao absurdo e à singularidade de apresentar, no Brasil, uma ciência do negro, uma arte do negro, cuidadosamente elaboradas por brancos.

Certo é que, entretanto, as transformações de que o país vem sendo palco persistem em seu desenvolvimento e sofrem em nosso tempo uma aceleração cada vez maior, encurtando os prazos a vencer. Aquelas transformações afetarão, necessariamente, o plano das relações de raça, alterando a posição do negro em face do branco, — e aqui branco significa um conceito mais social do que racial, — de tal sorte que o problema tende a ser colocado em termos muito diversos. As relações de raça, num país de formação colonial como o nosso, que evolui para uma caracterização nacional, serão colocadas em seus termos exatos. Na medida em que conquistarmos os objetivos sucessivos que balizarão mudança tão profunda, as relações de raça tenderão a alterar-se em seus fundamentos. Até um instante em que ser negro, ou mestiço, entre nós, constitua uma circunstância, como a de ser mineiro, baiano, catarinense, inteiramente despida de significação classificadora.

A autenticidade brasileira, nesse desenvolvimento, não será encontrada senão pela valorização do negro e de sua contribuição nos cruzamentos, pela reposição em termos de realidade do formidável e algumas vezes secular esforço efetivado pelo negro e seus descendentes, puros ou misturados, na formação, no desenvolvimento e da libertação do Brasil.

EVOLUÇÃO POLĪTICA

Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro

1

QUALQUER seja a posição face a esse fenômeno central da vida política brasileira, nos dias que correm, que é o nacionalismo, não há dúvida que representa um fato de importância indiscutível, configurando um quadro em que tal posição deixa de ser indiferente para ser militante. Só os fenômenos cuja grandeza se traduz por semelhante generalidade e profundidade *podem tornar-se divisores de águas. O Nacionalismo, no Brasil,* atingiu tal magnitude. Cumpre, pois, analisar as suas raízes, uma vez que, na vida das coletividades, nada acontece por acaso, tudo tem o seu momento próprio e decorre de condições concretas. A tarefa resume-se em demonstrar, pela análise histórica, que o Nacionalismo não só tem raízes profundas entre nós, como ainda, o que é fundamental, só poderia ter ocorrido agora, e não antes, e não poderia deixar de apresentar-se, nesta fase, com a força que não lhe podem negar, mesmo os seus mais ferrenhos adversários. Entre estes cumpre, desde logo, situar, como esmagadora maioria, os equívocados — aos quais se aplica a frase já bastante conhecida que os define como os que "perderam o fio da história".

Em todos os momentos, na vida individual como na vida coletiva, há, realmente, uma contradição entre o que está morrendo e o que está nascendo, entre o que pertence ao passado e o que pertence ao futuro. Quando o que nasce adquiriu a força necessária para vencer a resistência do que morre, diz-se que "perderam o fio da história" aqueles que se apegam ao que morre. Os últimos desaparecem com o próprio passado. Vivem agarrados ao que se dissolve a cada dia, defendendo-se por vezes bravamente, e outras vezes valendo-se apenas de teorias confusas, formulações abstratas e doutrinações subjetivas, em que, não raro, existe o brilho aparente do virtuosismo e uma esmerada técnica no tratamento dos assuntos. Essa desumanização dos especialistas é, certamente, um dos espetáculos mais tristes da luta entre o que está morrendo e o que está nascendo, no Brasil de hoje, e não espanta nem surpreende que o insulamento em determinado campo específico se assemelhe tanto à defesa de baluartes largamente protegidos por obras artificiais, o fosso, a levadiça, a seteira, de que foi pródiga a crônica medieval.

Humanizar o especialista é, assim, uma das tarefas a que a renovação dos estudos brasileiros se vem propondo, obrigando-o a olhar o que se passa em redor, a sentir a realidade, a compreender aquilo que não está nas suas fórmulas, a responder adequadamente ao concreto, fora de cujo campo tudo definha e se corrompe. O novo corresponde, por isso mesmo, a uma visão de conjunto, em que as partes se compõem na sua relatividade, e denuncia todas as idéias como historicamente condicionadas, isto é, peculiares a determinado tempo e a determinado meio, e jamais eternas e absolutas, receitas universais diante das quais todos se deveriam curvar sem análise. Quando determinada formulação, como encantatória, polariza as atenções, ganha o pensamento da generalidade e aprofunda os seus efeitos, negá-la é mais do que uma infantilidade, porque é um erro. Os que, ante o Nacionalismo, que agora empolga nosso País, se colocam na atitude irônica, cética ou negativista, denunciam o rompimento com a realidade, o desprezo pelo concreto, a aversão ao objetivo — "perderam o fio da história".

Seria difícil fazer a análise desse fenômeno político acompanhando a sua lenta e laboriosa gestação, quase sempre inconsciente. Na impossibilidade de apresentar, na seqüência ininterrupta a que o cinema nos habituou, o desenvolvimento daquela gestação, até a sua passagem do domínio inconsciente para o domínio consciente, quando se incorpora à realidade e afeta todas as suas manifestações, preferimos a técnica dos cortes. No largo, agitado e aparentemente confuso evolver da vida brasileira, selecionamos três cortes apropriados, em três fases características de transformação institucional: a da Independência, a da República, a da Revolução Brasileira. Pela simples comparação dos quadros, verificaremos o que era novo em cada momento, e o que era velho, e como, inevitavelmente, o velho cedeu lugar ao novo — e que o novo de determinada etapa passa a ser o velho da futura, e assim se desenvolve a história, e por isso mesmo é que é história.

Uma estimativa de 1823, admite a existência de quatro milhões de habitantes, no Brasil, e esclarece que, no total, cerca de um milhão e duzentos mil são escravos. Para fins de raciocínio, admitamos que a população tenha sido esta, numa faixa de tempo que vai da segunda metade do século XVIII aos dois primeiros decênios do século XIX — a faixa em que se processa a autonomia. Ela não acontece por acaso: assim como a descoberta e o povoamento foram conseqüência da Revolução Comercial, a Independência está vinculada à Revolução Industrial. É a Revolução Industrial que exige a ruptura do regime de monopólio de comércio, que era a própria razão de ser da dependência, naquela fase, em relação à metrópole. Que é a colônia, na segunda metade do século XVIII? Tínhamos atingido, geograficamente, a desmedida expansão territorial que hoje é uma das bases de nossa força. Os limites estabelecidos pelo Tratado de Madrid são, mais ou menos, os limites do Brasil atual. O povoamento, entretanto, é ganglionar e, nesa imensidade territorial, apenas algumas áreas têm vida econômica ativa. No extremo norte, há uma atividade meramente coletora, propiciada pelo quadro das especiarias amazônicas e que será substituída pelo primado do algodão maranhense. No Nordeste, prevalece o regime escravista, com a produção açucareira atravessando uma crise que provém da concorrência, que a metrópole agrava com as taxas, e da valorização do escravo, acarretada pela mineração. No Centro, a atividade mineradora inicia o seu declínio, depois de ter aberto as perspectivas de um mercado interno que impulsiona inclusive a circulação terrestre, com os tropeiros, os

registros e o sistema fiscal extorsivo imposto pela Coroa. No Extremo Sul, com o advento da charqueada, a carne apresenta-se agora como bem econômico; em vez de lutar apenas pelo gado, o gaúcho terá de lutar também pelas pastagens; os campos começam a sofrer a apropriação, surgem os aramados e o espaço livre fica reduzido aos "corredores". Toda a produção colonial se destina aos mercados externos, salvo o charque. Nela avulta, pelo seu caráter específico, o ouro. É a mineração, realmente, que inaugura uma etapa diferente na vida brasileira do século XVIII.

O sistema colonial fundamentara-se, desde o início, no binômio terra-escravo — mas é inegável que o escravo era mais importante do que a terra, era mesmo a mercadoria por excelência. O desenvolvimento açucareiro articulava-se numa divisão de atividades e de lucros: ao senhor territorial pertencia a produção, à metrópole pertencia a circulação. Enquanto essa divisão funcionou de modo a proporcionar vantagens a cada uma das partes, a classe dos senhores de terras e de escravos, que era a classe dominante, funcionou na colônia como mandatária da metrópole, era a sua procuradora natural, a sua representante, uma vez que os interesses eram comuns. Ora, tal divisão não ocorreu na área mineradora: a metrópole operou a fundo uma total invasão do domínio do explorador direto, fazendo-se dona do que era produzido e da transformação do que era produzido em valor. Não existiu, assim, na área minadora, a mesma comunhão de interesses entre a classe dominante e a Coroa. Os motins sucessivos assinalam essa contradição. Ao aproximar-se o fim de século, a Inconfidência Mineira revela o clima que ali se criara.

Do ponto-de-vista social, a população se repartia em senhores de terras e de escravos, que compunham a classe dominante, e pessoas livres, que não viviam da exploração do trabalho de outrem, constituindo uma camada social instável, sem função na estrutura vigente e sem qualquer poder político. O aumento numérico dessa camada intermediária — uma vez que depois dela vinha o escravo, sem nenhum direito, objeto de troca e instrumento de trabalho — constitui o fenômeno importante da segunda metade do século XVIII. Tal camada constituiu o mercado interno que aparece no centro-sul. Uma parte gera a incipiente vida urbana que então começa marcar o quadro colonial: outra

parte vai operar a transição do regime escravista para o regime feudal e semifeudal, que o substitui em vastas áreas, particularmente no interior. O elemento livre, insuscetível de escravização, transforma-se em servo. A parte que vive nas vilas e cidades, e que forma o grosso dos quadros administrativos, representa a fração instável, que alimenta as conspirações e os motins. No quadro minerador, ela tem importância — como no sul pastoril — porque preenche determinadas funções, a militar, a religiosa, a judiciária: a Inconfidência Mineira será uma conspiração de padres, letrados e militares.

Tal cenário não apresenta sintomas de alteração até o momento em que a conjugação entre o interesse da classe dominante e o interesse da metróle não sofre perturbações. A crise açucareira traz a primeira perturbação; a espoliação mineradora agrava o problema. A idéia de libertação, de rompimento dos laços de dependência, surge primeiro na camada intermediária, porque é a que mais profundamente sente o anacronismo da estrutura vigente. O Brasil está, no entanto, suficientemente fragmentado para que a metrópole trate cada um dos focos de per si, reduzindo-os brutalmente, e bastante submisso, porque a classe dominante receia lançar-se à empresa da luta contra a taxação. Qualquer movimento, nas condições da época, que não contasse com o apoio da classe de senhores territoriais e de escravos estava condenado ao malogro. Qualquer movimento que não superasse a fragmentação geográfica, por outro lado, estava sob a poderosa ameaça de um tratamento isolado.

Ora, a Revolução Industrial, no quadro externo, vem proporcionar justamente as condições que faltavam aqui. O aumento vertical, produzido pela máquina, no volume e na variedade das mercadorias, impunha a abertura de novos mercados e a ampliação dos existentes. Quando Napoleão invade a península ibérica, derrocando as cortes metropolitanas, cria a circunstância favorável à reforma que se impõe nas áreas coloniais americanas. À Inglaterra, que comanda a transformação econômica, interessa rasgar a clausura, romper o regime de monopólio comercial, eliminar as metrópoles intermediárias, estabelecer a troca direta. Isto interessa também à classe dominante colonial, que, eliminando o monopólio que a metrópole mantém sôbre a circulação, vai realizar os valores do que produz em seu próprio benefício. Deixa de associar-se à metrópole para associar-se à burguesia

européia. À Inglaterra interessa, ainda, a transformação do regime de trabalho: a ampliação de mercados só é possível onde o trabalhador vive de salário. Daí a sua pressão contra o tráfico negreiro e o trabalho escravo. Mas nesse ponto não encontra apoio na classe dominante colonial, interessada no comércio livre, mas não no trabalho livre. Os acontecimentos mostram o acordo que se estabelece entre as forças em presença: a abertura dos portos, a montagem de um aparelhamento administrativo próprio, a Independência, o reconhecimento da Independência e a prolongada luta inglesa contra o tráfico. Essa luta corresponde, no Brasil, a uma resistência da classe dominante, que se prolonga praticamente da Independência à República. Essa classe tinha condições para durar na resistência porque se valia do crescimento vegetativo da massa escrava. Os elementos diretamente ligados ao tráfico negreiro, investimento importantíssimo na época, não tinham, porém, a mesma capacidade de resistência, e há, desde então, uma progressiva transferência de capitais daquela atividade para outras, inclusive as que aparecem na segunda metade do século XIX, após a lei Eusébio de Queirós, atividade de transporte, atividade industrial, serviços públicos, etc.

O cenário em que se processou a Independência apresenta-nos alguns aspectos interessantes. Convém destacar aqueles que mostram a solução das contradições então existentes. Em primeiro lugar, é fácil perceber que o Brasil não tinha povo na significação de classes trabalhadoras livres, e, assim, a sua sorte seria decidida quando a classe dominante, de senhores de terras e de escravos, esposasse o ideal da emancipação. Em segundo lugar, é ainda fácil perceber que a emancipação seria limitada àquilo que interessasse à classe dominante, única a deter poderes suficientes para lutar. Por último, é ainda interessante acentuar que, apesar de tudo, quando a referida classe aceita a participação numa empresa como a da autonomia e pretende configurá-la à sua imagem e semelhança, está lançando a semente de transformação futura, quando não será a única a decidir de uma transformação. Pode, na segunda década do século XIX, negar a abolição do trabalho escravo; na penúltima, estará interessada na abolição. Cada fase traz em germe, assim, a transformação posterior.

Vejamos, agora, da mesma forma sumária e com as deficiências peculiares ao inevitável esquematismo, como se apresenta o quadro em que o Brasil abandona as instituições monárquicas e adota o regime republicano. O quadro físico é constante e não há que referir os seus aspectos. A população cresceu, entretanto; o cálculo, agora, apresenta quatorze milhões de brasileiros. Isto, por si só, seria importante. Mais importante, porém, é a composição demográfica: os escravos, no momento da Abolição, mal somam setecentos mil e há províncias que se livraram desse regime de trabalho sem grandes tropeços, antes mesmo da lei de 1888. Dos quatorze milhões, calcula-se em trezentos mil os que são proprietários de terras, compreendidos os parentes e aderentes. Há, então, maioria esmagadora de não proprietários, e já não há escravos. São todos trabalhadores livres, repartidos em classes: é possível mencionar a existência de uma classe média e naturalmente uma classe média peculiar a um povo de formação colonial. É possível falar em trabalhadores, embora seja ainda prematuro falar em operários. Há operários porque há indústrias — indústrias de bens de consumo, naturalmente, que explicam o crescimento do mercado interno e a transferência de capitais de determinadas áreas de aplicação para outras —, mas tais operários, recrutados nas sobras do campo, já nesse tempo, ou nas correntes imigratórias, carecem de significação política. Há muitas atividades novas, além das industriais: cresceu desmedidamente o aparelho do Estado, aparecendo o malsinado, mas bem pouco analisado, empreguismo; desenvolveu-se muito a atividade mercantil, tanto no setor interno como no setor externo. Em determinadas faixas, particularmente as litorâneas, há um mercado consumidor apreciável. As oscilações da política econômica e financeira refletirão esse novo quadro. Nele há, evidentemente, contradições, que, em todo o decorrer da segunda metade do século XIX, não cessam de crescer. Começa a ruir muito depressa a velha estrutura colonial. Em grandes áreas, há sinais visíveis de uma existência que busca assemelhar-se à européia.

Na última parte do século XIX, realmente, operaram-se, no Brasil, transformações de importância. Algumas são ostentivas, não escapam à observação de qualquer viajante: há, agora, um quadro urbano específico, em que a divisão do trabalho apresenta a sua variedade; há serviços públicos que oferecem um mínimo de conforto às populações citadinas, particularmente para a locomoção e a iluminação; há meios de transmissão do pensamento, como o telégrafo e, depois, o cabo submarino; há

meios de transmissão de idéias, como a imprensa e o livro. As profissões ditas liberais — e assim chamadas porque peculiares aos homens livres — ampliam os seus horizontes. O comércio cresce e já movimenta importante volume de mercadorias. O aparelhamento administrativo está sempre a exigir novos quadros e nêle começa a se destacar o setor financeiro. A embrionária rêde bancária das primeiras décadas do século foi substituída por uma estrutura de crédito que mostra a sua importância logo depois da República, quando surge a questão da pluralidade nas emissões.

Como estamos ainda na fase em que tem cabimento o lugar-comum de que somos um país "essencialmente agrícola", é fácil verificar que todas essas transformações e todas essas inovações se originam no campo. O que aí se passou, realmente, altera bastante o panorama brasileiro. O açúcar, que detinha posição ainda importante, quando da Independência, estava agora praticamente alijado dos mercados externos, e os elementos ligados à sua produção dependiam de medidas protetoras do Govêrno. Surgira o fenômeno da borracha, trazendo muitas e desmedidas ilusões. Cacau, tabaco, madeira, couros, figuravam na exportação. Mas, nela, aparecia, com índice ascensional e fôrça extraordinária, o café. Partindo do Município Neutro e ganhando as terras fluminenses para, depois, passar ao Vale do Paraíba, o café fizera a grandeza do Império, alicerçara o primado do centro-sul, fundamentara a tarefa unificadora e centralizadora empreendida pela monarquia e, principalmente, dera à balança do comércio externo os saldos que permitiram ao Brasil realizar as transformações ostensivas já mencionadas. É do café, realmente, que surgem os recursos para o aparelhamento material do País, a manutenção do aparelho político e administrativo, a construção dos portos e ferrovias. Dele originaram-se, ainda, e com função destacada, os capitais que, em circunstâncias favoráveis, foram investidos em atividades industriais. Quando o século se aproximava do fim, a lavoura do café não só se libertara do regime escravista como aceitara transformações outras que a estrutura ainda colonial da produção açucareira tornava impossíveis. Há, no Brasil, no fim do século, uma área agrícola estacionária e uma área agrícola em desenvolvimento. Nesta, aparece um mercado interno cuja capacidade de consumir vai em ascensão contínua; naquela, a capacidade aquisitiva apresenta a paralisia que ainda hoje nos alarma. O monopólio

prático dos mercados proporciona ao ritmo ascensional da expansão cafeeira uma espécie de euforia. Nos fins do século, e principalmente nos primeiros anos do século seguinte, começam a aparecer os primeiros sinais de que a euforia não tinha sólidas bases.

O cenário da sociedade é também muito diverso daquele que a Independência apresentava. A classe dominante continua a ser a dos senhores de terras. Já não são senhores de escravos, porém — e a transformação fundamental está na passagem do regime escravista para um regime latifundiário e feudal, em que o pequeno produtor sem posses está vinculado ao senhor de terras por laços não institucionais. Há, por outro lado, uma cisão, que tende a se aprofundar, entre os que ancoraram nas lavouras velhas, seja de açúcar, seja de café, numa atividade predatória a que só por eufemismo se pode chamar de agricultura, e os que exploram a terra sob o regime de trabalho a salário, embora esse regime sofra os gravames próprios de um meio em que o tabalho livre ainda sofria as mazelas do longo domínio do trabalho servil. De qualquer modo, os interesses do senhor do engenho não são, face a alguns problemas importantes, os mesmos do fazendeiro de café, os deste divergem dos que se especializaram na criação pastoril, e o seringalista se apresenta com uma face também diferente. A classe dominante diverge, em algumas faixas importantes, entre as quais passa a destacar-se a do câmbio e a do regime de trabalho.

Aquela camada média que, desde a mineração, surgira em algumas áreas, e particularmente no centro-sul, crescera em número e encontrara acomodação social com a multiplicação das atividades. Embora estivesse comprometida em suas atitudes pela origem de grande número de seus componentes, recebera também consideráveis reforços de outra origem e, entre estes, avultaria o dos militares de terra. O desenvolvimento das atividades comerciais lhe fornecera parcela ponderável. A decomposição familiar da classe dominante já apresentava o espetáculo dos detentores de nomes tradicionais que se resignavam em modestos cargos públicos. Quando da passagem do século, os cursos jurídicos que, na sua fundação, se destinavam a prover, com elementos classificados — numa época em que o diploma e o anel de grau classificavam —, os quadros do Estado, particular-

mente os políticos, começavam a mostrar razoável contribuição de elementos qualificados.

Vinha, por último, a classe que fornecia o trabalho manual, a que a tradição servil duplamente onerara, com o estigma e o baixo nível de remuneração, repartida desigualmente entre o campo e a cidade, naquele reduzida a condições de vida próximas da servidão ou especìficamente de servidão, e nesta limitada a determinados setores que a estreiteza do artesanato permitia e o número reduzido de estabelecimentos fabris e comerciais proporcionava. Que era povo, na fase a que nos referimos? Povo era tudo aquilo que não vivia do trabalho de outrem e compreendia, portanto, a maioria esmagadora da população. Nesse total bruto, no entanto, é fácil verificar um líquido, reduzido numèricamente, de elementos que estavam interessados na vida política, entendida em tôda a sua amplitude. A estes, a estrutura do regime monárquico não conferira papel algum, e a própria escolha eleitoral, ainda depois da reforma da lei primitiva, discriminava profundamente. Nos últimos anos do Império, era ainda possível fazer um senador vitalício com duas centenas de votos.

A monarquia estivera, desde a Independência, na posição de mandatária da classe dominante, dos senhores territoriais, que enobreceu com títulos. Representara, naquela fase de transição, a saída mais fácil, a ânsia em manter tudo o que era colonial, não sendo colônia. À medida que o Brasil se transforma, e se transforma relativamente depressa na segunda metade do século XIX, o regime se incompatibiliza com os seus suportes naturais. Caminhava para a situação em que decaiu, de uma aposentadoria por inútil. Desde os fins da guerra com o Paraguai, novas idéias atraíram os elementos novos na sociedade. A fôrça do que era velho, porém, ainda era muito grande, e o malogro da experiência pioneira de Mauá demonstra, com clareza exemplar, a falta de ressonância econômica para os empreendimentos de sentido progressista. Que era o velho, nos fins do século? Era o trabalho servil, o regime monárquico emperrado, a centralização, a política financeira ortodoxa, a falácia da solução dos contínuos empréstimos externos, a franquia total aos investimentos sob garantias as mais amplas, como aquela que permite a uma ferrovia a exploração monopolista, por noventa anos,

do transporte entre o maior centro distribuidor e o maior centro exportador do País.

Na época da Independência, qualquer transformação dependia do apoio da classe dominante de senhores de terras e de escravos. A composição social e os interesses em jogo agora eram outros — mas a classe dominante permanecia a mesma. Qualquer transformação dependia ainda de seu apoio, embora não mais de um apoio unilateral. A República decorre justamente da composição de fôrças entre uma classe média que disputava a participação no poder e de uma fração da classe dominante cindida, aquela que se emancipara do que o Império era a representação característica, a lavoura nova do café em que ocorre um processo de aburguesamento de algumas camadas. Quando a circunstância favorável surge, essa composição de fôrças não tem mais do que alijar o trono. A partir daí, no entanto, assiste-se a um movimento inverso: a luta da classe territorial para expulsar do poder os lementos de classe média, que eram os militares, recompondo-se, para isso, a unidade dos velhos tempos. A referida luta é que provoca os incidentes do governo de Deodoro e, principalmente, os que pontilham o período em que Floriano detém as rédeas do poder. Um cronista apressado, de quem se repete informação inidônea, afirmou que a queda do Império fora assistida com indiferença pelo povo. A falsidade da informação fica demonstrada no largo movimento de opinião que permite a Floriano resistir às correntes que contra ele se montam, movimento apaixonado, vibrante, trazido para a rua e, mais de que isso, desembocando na arregimentação de fôrças, que é a defesa do Rio contra a esquadra rebelada. Floriano representa, tìpicamente, a classe média, que começa então a disputar um papel político. E a própria difusão do positivismo nessa classe revela a solução fácil que permitia a defesa de posições progressistas sem rompimento com valores éticos tradicionais.

A composição entre a classe média e a facção economicamente mais poderosa da classe territorial, a que se aburguesava, seria rompida com os episódios que se seguem à proclamação do nôvo regime. E terminaria, com os presidentes paulistas, isto é, os representantes da lavoura cafeeira, por conduzir a um total alijamento da classe média. Esse alijamento se completa quando Campos Sales chega ao poder. Define-se, em seu governo, pela

reforma dos empréstimos externos, com o serviço das dívidas previsto no *funding,* pela orientação financeira, que pretende paralisar o assustador desenvolvimento, para a época, de novas empresas — de que o episódio do *encilhamento* fora uma singular caricatura — e, particularmente, pela chamada "política dos governadores", que consistia em entregar os Estados às oligarquias, para que os explorassem como fazenda particular. Dentro dessa repartição de poderes — em que o governo central, para realizar a sua política financeira, buscava a paz por meio da transformção política do País em feudos federados — os pleitos eleitorais eram resolvidos sumariamente pelas combinações de cúpula, no revezamento entre representantes dos grandes Estados, e pela execução resumida nas atas falsas e nos "reconhecimentos" adrede preparados. Reinava a paz em Varsóvia. Tudo isto significava, na verdade, que a classe dos senhores territoriais, de proprietária natural e indisputada de coisa pública, que fora no Império, necessitava agora articular todo um complicado sistema de compressão para defender o seu predomínio. E a República, por isso mesmo, vai assistir a uma sucessão de tumultos, de motins, de perturbações, de que as mais características são as campanhas de Rui Barbosa, particularmente a segunda, as "salvações" empreendidas pelo Governo Hermes, a revolta da esquadra com João Cândido para, em pleno século XX, abolir a chibata e, finalmente, o movimento tenentista que reflete, com a força crescente da classe média, as inquietações represadas.

Resta-nos o terceiro corte, que ocorre com a Revolução Brasileira, isto é, praticamente em nossos dias. O seu processo tem início com a Revolução de 1930. Pouco estudado, até agora, esse episódio característico, que constitui um divisor de períodos históricos, marca, outra vez, a composição entre uma facção da classe dominante de senhores territoriais — representada, no caso, pelo governo de três Estados da Federação, e a classe média, representada particularmente pela contribuição tenentista. Da parte da classe trabalhadora há um expectativa simpática. A nova composição, a que se sucederá, outra vez, a luta interna pelo poder e o rompimento conseqüente, opera-se agora, porém, em condições muito diversas: a classe dominante é menos poderosa, a classe média é mais forte, a classe trabalhadora começa a participar da vida política. Essa composição

traduzia as alterações ocorridas no campo econômico, entre a República e a Revolução.

A mais grave, pelas suas implicações imediatas, foi a que afetou o regime da monocultura. O café passará de predominante a absoluto, na balança de comércio externo, tornando-se o eixo da vida nacional. Tudo o que produzíamos era consumido no interior, menos o café, que fornecia os recursos com que nos aparelhávamos. Enquanto dominamos os mercados, tudo correu mais ou menos normalmente, traduzindo-se na euforia a que nos referimos. Nos fins do século XIX e particularmente no início do século XX, o cenário já não era o mesmo, e sucessivas crises surgiram no mercado externo. Tais crises, com o domínio político da classe territorial, correspondiam, sucessivamente, a uma concentração dos lucros e uma distribuição magnânima dos prejuízos — tratava-se, em suma, de socializar as perdas. Essa socialização singularíssima vai provocar a contradição entre a classe territorial e as demais classes.

Mas existe ainda a contradição entre os senhores de terras que produzem café e dependem da exportação e de toda a política econômica, particularmente da tarifa e do câmbio, que regula a exportação, e os que produzem o que se destina ao mercado interno. Esse mercado interno corresponde agora a uma população da ordem de cinqüenta milhões, caminhando para setenta milhões em nossos dias, não sendo demais admitir que, no total, o mercado seja representado por vinte a trinta milhões. Trata-se, é bem de ver, de um mercado de importância. E tanto é importante que vem merecendo tratamento especial da parte das forças econômicas externas, que o disputam, e quase sempre o conquistam, em condições também quase sempre onerosas para as forças econômicas internas, cujo crescimento é acelerado.

A pressão externa, que não cessa de avultar, sofre, porém, três pausas pouco intervaladas: a guerra mundial de 1914-1918, a crise de 1929 e a guerra mundial de 1939-45. Essas três pausas permitem à estrutura nacional de produção dar três saltos e, mais do que isso, alterar fundamentalmente a fisionomia econômica do País. Seria impossível analisar em detalhe os efeitos dessas pausas, aqui. Cumpre mencionar, no entanto, que permitiram à capitalização nacional o transitório desafogo em que se fortaleceu para enfrentar as pressões inexoráveis que se sucede-

ram a cada uma. Essa capitalização operou-se particularmente pela possibilidade de montar um parque industrial de substituição de importações, com todos os reflexos que tal industrialização espontâneamente acarreta, e pela possibilidade de transferir recursos de um campo para outro, do campo agrícola para o industrial, do campo do café para o do algodão, etc. A pausa nas importações, por outro lado, permitia, também espontâneamente, que se acumulassem recursos no exterior. A dilapidação impressionante desses recursos, particularmente depois da Segunda Guerra Mundial, corresponde a um dos erros mais clamorosos já cometidos contra o País — e mostra como a classe dominante não atendia aos interesses do conjunto, mas apenas aos seus próprios interesses.

Se a transformação na economia fora profunda, na fase que decorre entre os antecedentes da Revolução de 1930 e os nossos dias, a transformação social lhe refletira os efeitos com celeridade surpreendente. A classe dominante continuaria a ser representada pelos senhores territoriais, mas já sem condições para manter-se sòzinha no poder e, progressivamente, sem condições para orientar a vida nacional segundo os seus exclusivos interêsses. O crescimento numérico e o amadurecimento político da classe média foi um fenômeno de importância inequívoca, cujos reflexos logo se fizeram sentir na seriação dos acontecimentos, segundo as oscilações próprias dessa classe. O fator mais importante, porém, seria o advento de uma classe trabalhadora em que o operário definia nìtidamente o seu campo e entrava a participar da vida política com uma força inédita no Brasil. A pressão das forças econômicas externas encontrava resistências ou apoios diferentes e contraditórios nessa estrutura social que traduzia as transformações ocorridas na estrutura econômica interna. A velha associação entre a classe territorial e a metrópole, sucedida pela associação entre a classe territorial e a burguesia européia que liderava a Revolução Industrial, seria substituída pela associação entre aquela classe e as forças econômicas externas que lutavam pelo domínio do mercado nacional. Havia perfeita consonância de interesses entre umas e outras. A referida classe declinara em poder, efetivamente. Mas, na mesma medida que perdia sua própria força, recebia uma ajuda importante do setor da burguesia vinculado ao comércio exterior. Pela função que o comércio exterior exerce, quem o

controla adquire o controle do País. Assim, as contradições tornaram-se flagrantes na disputa pelo mecanismo que regula as trocas externas, não apenas naquilo que se refere a mercadorias, mas também, e principalmente, no que se refere ao movimento de capitais.

Este movimento, por sua vez, trazia a contradição para o mercado interno, disputado pelo investidor nacional, enfrentando tôdas as dificuldades, e pelo investidor estrangeiro, coberto de todas as proteções. A progressiva e inexorável expulsão dos capitais nacionais das áreas de alta rentabilidade agravou profundamente o choque de interesses. De outra parte, a velha regra de socializar os prejuízos encontrava, cada vez mais, resistências tenazes e politicamente organizadas quer na classe média, quer na classe trabalhadora, a que se atirava, de preferência, o ônus de uma continuada espoliação. É curioso que se tenha levantado, nesta fase, o problema da não intervenção do Estado na vida econômica, cobrindo-se algumas de suas intervenções, não combatidas, sob o eufemismo de "ação supletiva". Qualquer estudante de curso secundário sabe que a intervenção na vida econômica existe desde que o Estado existe. Não provocou debates e controvérsias enquanto a posse unilateral do poder ocultava o problema, uma vez que o Estado funcionava, na totalidade de suas manifestações, como instrumento de uma só classe. O que traz a controvérsia a primeiro plano, encoberta, aliás, quase sempre, por abstrações doutrinárias, e não clarificada pela situação concreta, é o fato, novo na vida brasileira, de agora termos no poder, não apenas a classe territorial, mas esta e representações ponderáveis da classe média e daquilo que se convencionou chamar de burguesia nacional. Uma vez que o Estado ora atendia aos interesses antigos, ora aos novos, tornava-se necessário levantar o problema de um Estado neutro, abstrato, subjetivo, que realizasse o milagre de não existir, porque proibido de atuar, todas as vezes em que sua intervenção tende a favorecer ou simplesmente a tolerar as forças novas, agora presentes e mobilizadas em nosso País.

Todas essas contradições deveriam provocar reflexo na vida política, agitando-a, sob os mais diversos pretextos. O amadurecimento proporcionado pelo novo cenário em que vivemos, quando as classes definem precisamente os seus campos e mobilizam-se para a defesa dos seus interêsses, intervindo na escolha

eleitoral e na composição das forças e na constituição do poder, configura o espetáculo de tomada de consciência a que vamos assistindo. É nesse espetáculo que aparece, como uma singularidade para os desatentos, com profundas razões para os pesquisadores, o problema do Nacionalismo.

Por que Nacionalismo? Porque, agora, são as forças econômicas externas o mais poderoso obstáculo ao nosso desenvolvimento, e os seus aliados internos declinam em resistência, já não tutelam o País. Realizar-se nacionalmente, para um país de passado colonial, com estrutura econômica subordinada a interesses externos, corresponde a uma tarefa em muitos pontos idêntica à que os países europeus realizaram, no alvorecer da Idade Moderna, com a derrota dos remanescentes feudais e o avanço da capitalização. O que, para eles, eram as relações feudais, antepondo-se ao desenvolvimento, é, para nós, tudo o que reflete ainda o passado colonial. O Nacionalismo apresenta-se, assim, como libertação. De seu conteúdo libertador provém o teor apaixonado de que se reveste e que leva os seus opositores a considerá-lo mais como paixão do que como política. Conviria acentuar, no caso, que não existe paixão pelo abstrato, e que o Nacionalismo traduz uma verdade — a verdade do quadro histórico, e a verdade é sempre concreta.

Aos que sentem dificuldade em situar o Nacionalismo no campo econômico, julgando falsas as afirmativas de que se apresenta como um escudo ante formas variadas de verdadeira agressão externa, é talvez mais claro o quadro político cujas linhas estão precisamente definidas. Nesse cenário, o Nacionalismo representa o ideal democrático, só esposado pelas classes em ascenção, que necessitam da liberdade como o organismo humano de oxigênio, que vivem do esclarecimento da opinião, que precisam discutir e colocar de público os problemas nacionais. Precisam, mais do que tudo, do apoio popular, e só isso revela o caráter democrático, essencial, da posição nacionalista. As forças opostas, muito ao contrário, perderam as condições para a vida ostensiva e exercem variadas e repetidas tentativas de limitação de franquias, de restrições às opiniões, de redução do jogo político às velhas fórmulas da combinação de poucos, das decisões clandestinas, das articulações de cúpula, com um horror característico ao que é popular.

O Nacionalismo aparece, pois, num cenário histórico em que é a saída para uma situação real difícil, cujos sintomas ocorrem na existência cotidiana. Corresponde a um quadro real, a necessidades concretas — não foi inventado, não surge da imaginação de uns poucos, não vive da teoria mas da prática. É uma solução espontânea, e esta aparece como das suas limitações e traduz a dificuldade em assumir formas organizadas de luta política. Organizado, é invencível. O teor de paixão que o acompanha, sinal positivo de sua força e não sintoma de fraqueza, assinala a generalidade e a profundidade de seus efeitos: revela que o Nacionalismo é popular, o que não pode surpreender a ninguém, uma vez que só é nacional o que é popular.

Não procedem as comparações, solertemente apresentadas, como acusatórias, de que o Nacionalismo é historicamente inatual — o colonialismo também o é — e que pode levar ao que levou em outros países, em particular na Alemanha e na Itália, recentemente. Está claro que o Nacionalismo pode levar a tudo, mas não há qualquer parentesco entre a situação apresentada por um país como o Brasil, de estrutura econômica ainda fortemente eivada de colonialismo, e as nações, como as apontadas, em que a ordem capitalista estava plenamente instalada. E seria simples, aliás, estabelecer as distinções pela comparação fácil: as forças econômicas que ajudaram o nazismo e o fascismo são as mesmas que se opõem, aqui, ao surto nacionalista.

O Nacionalismo nasce da necessidade de compor um novo quadro, conjugando interesses de classe, reduzindo-os a um denominador comum mínimo, para a luta em defesa do que é nacional em nós. É o imperativo de superar a contradição entre a burguesia nacional e a classe trabalhadora que adota o Nacionalismo como expressão oportuna de uma política. É a compreensão de que só passando a segundo plano, sem negá-la ou obscurecê-la, a contradição entre a classe que fornece o trabalho, e que ganha em consciência cada dia que passa, e a classe que necessita realizar-se pela capitalização com os recursos nacionais e seu adequado aproveitamento, poderemos subsistir como nação que apresenta o Nacionalismo como solução natural e lhe dá essa força, essa penetração e esse poder catalisador que a simples observação registra.

Criar todos os obstáculos à composição de um quadro em que se harmonizem as forças interessadas no desenvolvimento

nacional, torna-se, assim, a tarefa essencial dos que lutam contra o Nacionalismo, dos que nele vêem a ameaça direta ao que representam, dos que verificam a existência de uma possibilidade para o Brasil superar o que nele existe de colonial, realizando-se como nação. O processo mais simples para dividir as forças cuja tendência natural é a articulação, consiste em estabelecer como fundamental a contradição que as separa, agravando as condições de vida, para levar ao desespero os que trabalham e à angústia os que compõem a gama variada da classe média. Daí os perigos de uma política econômica e financeira que gera as condições de incerteza e propicia as de subversão, e as anomalias de exportar capitais um país faminto de capitais, de criar dificuldades ao aparelhamento das empresas que operam com capitais nacionais, de sistematizar a desesperança dos que têm o direito de esperar tratamento igual, quando não preferencial, pelo simples fato de aqui viverem, investirem e trabalharem.

Ora, que é velho e que é novo, nesta fase? É velho, sem dúvida, o quadro do campo, em que relações semifeudais impedem a ampliação do mercado interno; é velha a política de socializar os prejuízos, reduzindo o poder aquisitivo da massa demográfica ascendente; é velha a orientação de relegar o Estado à inércia; é velho o mercantilismo que se traduz numa curva ascensional em volume e decrescente em valor; é velha uma norma que nos aprisiona nos moldes de fazenda tropical produtora de matérias-primas para industrialização externa; é velho o que nos subordina a razões externas, por legítimas que sejam no exterior; é velha, particularmente, a idéia de que o Brasil só se pode desenvolver com ajuda alheia e, principalmente, com capitais estrangeiros.

E que é nôvo? Nova é a composição social que inclui uma burguesia capaz de realizar-se como classe e começa a compreender que a sua oportunidade é agora ou nunca, e que apresenta a classe média atenta e ideològicamente receptiva, pela maior parte de seus elementos, ao clamor que se levanta do fundo da história no sentido de que nos organizemos para a tarefa que nos cabe realizar, e uma classe trabalhadora que adquiriu consciência política e se mobiliza, a fim de partilhar do empreendimento nacional, vendo nele a abertura de perspectivas ao seu papel histórico. Novo é, pois, o povo. Nada ocorrerá mais sem a sua participação. Nova é a indústria nacional, superada a etapa de bens de consumo e iniciada a de bens de produção, limitada embora pelo atraso na capacidade aquisitiva do mercado interno e onerada por uma política de obstáculos e de dúvidas. Volta Redonda é o novo que altera a paisagem brasileira e a Petrobrás é o novo que afirma a nossa capacidade de realização sem interferências. Novo, em suma, é o Nacionalismo, que corresponde ao que nos impulsiona para a frente e rompe com o que nos entrava e entorpece.

Entre o novo e o velho, a escolha não é difícil. Entre o passado e o futuro, a dúvida não existe. Nós escolhemos o futuro. Não pretendemos "perder o fio da história".

EVOLUÇÃO POPULAR

Quem é o Povo no Brasil?

1

Conceito de Povo.

POUCAS PALAVRAS têm um emprego tão freqüente quanto a palavra *povo*. Na linguagem política, nenhuma a excede em uso. "Vontade do povo", "interesse do povo", "defesa do povo", são expressões correntes, repetidas por quantos falam e escrevem. Como o ato político por excelência, nas democracias do tipo do Brasil, é o ato eleitoral, — quando são escolhidos os "representantes do povo", — a realização desse ato, dos preliminares à apuração de resultados, corresponde a um período em que o consumo da referida palavra é mais intenso: todos os interesados dizem dirigir-se ao *povo*, apelam para o *povo*, proclamam os direitos do *povo*.

Esse uso imoderado, embora natural nas condições em que vivemos, por parte de pessoas as mais variadas, e dirigindo-se, também, aos grupos mais variados, deu à palavra *povo* uma significação tão genérica que a despojou de qualquer compromisso com a realidade. Na boca ou na pena dos homens públicos, hoje, — e claro está que isso não acontece somente no

Brasil. — *povo* é uma abstração. Cada um é livre de atribuir à palavra povo o significado que bem imaginar. E, particularmente, incluir-se em pessoa naquilo que imagina ser o *povo*. Mesmo na linguagem política, — e é no plano político que o seu uso tem importância, — aquela palavra mágica, refrão a que todos se apegam, fórmula para todos os problemas, sésamo para todas as portas, não tem limitações, contorno, características.

Expressa, de modo vago aliás, todos os que participam da vida política, e mesmo a maioria dos que dela não participam. Ninguém aceitaria a sua própria exclusão do campo a que se aplica o letreiro *povo*. Todos se consideram *povo*. Uma secreta intuição, entretanto, faz com que cada um se julge mais *povo* quanto mais humilde a sua condição social: é este um título, aliás, — o único, — de que os desfavorecidos da sorte não abrem mão. Eles nada possuem, mas por isso mesmo orgulham-se de ser *povo*. Esse orgulho corresponde, espontaneamente, ao sentido da definição que liga o conceito de *povo* à situação econômica dos grupos, camadas ou classes sociais.

Algumas correntes, realmente, interpretando os fatos políticos, identificam o *povo* com os trabalhadores, e admitem que os trabalhadores constituem as massas populares, ou a sua maioria, sendo desprezíveis, no conjunto daquelas massas, os não trabalhadores. Outros, mais rigorosos, aceitam como trabalhadores e, conseqüentemente, como *povo*, apenas os produtores de bens materiais. É verdade, sem dúvida, que, em todos os tempos, em todas as fases históricas, os trabalhadores ou, mais restritamente, os produtores de bens materiais, constituíram, e constituem, a massa principal do *povo*, e desempenharam, e desempenham hoje, com mais forte razão, o papel fundamental no desenvolvimento da sociedade. Mas é também fato indiscutível que, em todas as fases históricas, e ainda hoje, na fase histórica que estamos vivendo, as massas populares abrangeram, e abrangem, camadas muito variadas da população, nelas compreendidas as que não produziam, e não produzem, bens materiais, e até mesmo aquelas que se distinguiam pela circunstância de aproveitar o trabalho alheio para se diferenciar das outras.

A idéia de que o *povo* é constituído apenas pelos produtores de bens materiais é uma inequívoca limitação, na grande

parte dos casos, — no caso do Brasil, por exemplo. Há trabalhadores, na sociedade brasileira, e na sociedade de todos os países, que não podem ser englobados entre os produtores de bens materiais e, entretanto, pertencem ao *povo*. Os empregados não produzem bens materiais, nem os funcionários, nem os intelectuais. Seria justo excluí-los do conceito de *povo*? Parece que não. Por aí vemos que o critério econômico restrito não pode servir de base a uma conceituação aceitável e justa. Outros critérios, mais amplos, que englobam entre os trabalhadores também aqueles que realizam um trabalho útil à sociedade, e não apenas um trabalho que resulte na produção de bens materiais, seriam mais justos, sem qualquer dúvida. Mas não levariam ainda a um conceito exato de *povo*.

Antes do exame de um critério que possa levar a um conceito exato de *povo*, é importante assinalar que o conceito de *povo* não pode ser definido senão considerando as condições reais de tempo e de lugar. *Povo*, hoje, no Brasil, não é o que era há um século; não é a mesma coisa que nos Estados Unidos; nem o que é na China. A composição dos grupos, camadas e classes que constituem o *povo* muda ao longo do tempo, e varia de país em país, de nação em nação. Dentro de um mesmo país, a referida composição muda conforme a sociedade evolui: é pacífico que o operário brasileiro faz parte do *povo*, hoje. Mas há cem anos não havia operários, no Brasil. Isto significa que não havia povo? Parece que não.

Povo, há cem anos, era uma coisa, entre nós; hoje, é outra. Há cem anos, faziam parte do povo grupos, camadas e classes que, hoje, não fazem parte do *povo*. Uns continuam a existir, a ter um papel, mas deixaram de fazer parte do *povo*; outros se extinguiram, e por isso deixaram de fazer parte dele; terceiros surgiram mais tarde, e passaram a fazer pate do *povo* ou não passaram, conforme o papel social que desempenham. O conceito de *povo* evolui, portanto, muda conforme a sociedade muda. Mas é certo que tais mudanças não são arbitrárias e acidentais; e por isso há sempre critérios justos para se definir o conceito exato de *povo* em cada fase distinta.

Há, evidentemente, em todos os tempos, população e *povo*. Os dois termos designam a mesma coisa apenas na fase inicial da história humana, a da comunidade primitiva, quando não existem classes: povo é então toda a população. A divisão do

trabalho assenta em condições naturais e não em condições sociais; assenta nas condições de sexo e idade: o homem realiza determinado trabalho; a mulher, outro; o velho, outro. É uma divisão natural; não torna alguns elementos mais ricos do que os outros, nem mais poderosos. Mas quando a sociedade se desenvolve, surgem as classes sociais e, com elas, a divisão social do trabalho: uns trabalham, outros usufruem do trabalho alheio. A partir desse momento *povo* já não é o mesmo que população: os termos começam a designar coisas diferentes. E não há, a partir de então, critério objetivo para definir o conceito de *povo* que não esteja ligado ao conceito da sociedade dividida em classes.

Daí por diante, até os nossos dias, *povo* será um conjunto de classes (ou camadas, ou grupos), ficando outras classes, (ou camadas, ou grupos) excluídas do conceito. Mas como as classes não são fixas e estáticas, e a situação de umas em relação às outras também muda, *povo* não significa sempre a mesma coisa, isto é, não tem sempre a mesma composição social, não agrupa sempre as mesmas classes. O conceito de *povo,* pois, — histórico como todos os conceitos, — não coincide com o de população. O vazio, o abstrato de que se reveste, no nosso tempo, na linguagem política usual, deriva da tendência a confundir o verdadeiro, justo e exato sentido do termo. A insistência na confusão visa a sonegar a realidade, esconder o fato de que a sociedade se divide em classes e que nem todas as classes estão incluídas no conceito de povo. Em cada fase histórica este conceito tem determinado conteúdo, refletindo a estrutura social vigente e na dependência das condições econômicas imperantes.

Nos fins do século XVIII, quando ocorreu a Revolução Francesa, o povo compreendia a burguesia, que usufruia o trabalho alheio, e os trabalhadores, da cidade e do campo, além de camadas intermediárias; a nobreza feudal, contra cuja dominação se levantaram aquelas classes, não fazia parte do *povo.* Analisando a revolução de 1848, na Alemanha, ocorrida meio século depois, um historiador mencionaria, com justeza, que a contra-revolução temia "o *povo,* isto é, os trabalhadores e a burguesia democrática". Na revolução russa de 1905 participa, como parte do *povo,* a burguesia rural, que detém, na época, segundo os dados da propriedade, a metade das forças produtivas no campo. Na luta contra o tzarismo, para derrocar a autocracia,

participam, segundo um intérprete fiel, como forças capazes de conquistar a vitória decisiva, "o proletariado e os camponeses, desde que consideremos as forças essenciais e distribuamos a pequena burguesia agrária e urbana (que faz parte também do *povo*) entre uns e outros".

Em diferentes fases históricas e em diferentes países, portanto, o conceito de povo corresponde a diferentes agrupamentos de força sociais. Há uma composição específica para cada situação concreta; não uma situação eterna e imutável; *povo* não é a mesma coisa em diferentes situações históricas. Mas, evidentemente, encontra-se um traço geral, permanente, que atravessa a história e se repete em cada lugar, algo que existe em qualquer tempo e em qualquer lugar, quando se trata de *povo* e se procura definir o conceito, para compreender o papel dessa força social na vida política. Esse traço é o seguinte: *em todas as situações, povo é o conjunto das classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário na área em que vive.*

As classes compreendem as parcelas da população que, por sua situação objetiva, têm interesses comuns a defender, na decorrência do "lugar que ocupam em um sistema de produção em que se encontram com respeito aos meios de produção (relações que, em grande parte, ficam estabelecidas e formalizadas nas leis), pelo papel que desempenham na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo e pela proporção em que percebem a parte da riqueza social de que dispõem". As classes são produto da história, e o lugar que ocupam é também historicamente condicionado. A história humana não passa do desenvolvimento das classes, das lutas e das mudanças nas relações entre elas. Em cada fase histórica, pois, em condições determinadas, certa classe, ou certas classes, agrupam-se num conjunto que se conhece como *povo,* e só é válido para tal fase.

Povo, assim, é algo que escapa à confusão e à abstração da linguagem retórica, cujo fim, consciente ou inconsciente, está em obscurecer o sentido concreto e o conteúdo social do conceito. Sua indiscriminação tem sentido demagógico evidente, em contraste com aquele conteúdo e com todas as formas de que se reveste. Numa sociedade dividida em classes, a população se reparte em classes dominantes, exploradoras, de um lado, e

classes dominadas, de outro, aquelas que as primeiras oprimem, exploram e privam de direitos, inclusive e principalmente dos direitos políticos. Realizam essa exploração, entretanto, afirmando sempre que representam o *povo*. Estão interessadas, pois, em que o conceito de *povo* seja vago, arbitrário e confuso. Tão confuso que engloba exploradores e explorados.

A essa ambiguidade, que impede distinguir entre população e povo, junta-se outra, que impede distinguir entre nação e *povo*, conceitos que se referem também a coisa diferentes. Freqüentemente, no que se refere a problemas internos, mas também no que se refere a problemas externos, ou de política exterior, as classes dominantes, que se dizem povo, afirmam, ao decidir sobre aqueles problemas segundo os seus interesses de classe, que o fazem em defesa dos intereses "nacionais", na preservação dos direitos "nacionais", e repetem a expressão "tradições nacionais". Confundem, assim, os seus interesses com os interesses nacionais e supõem encarnar a vontade nacional, isto é, a vontade do *povo*. As classes dominantes, entretanto, inclusive porque minoritárias, não representam o *povo*, no geral, e nem sempre representam a nação, embora detenham o poder, dominem o Estado e proclamem a sua identidade com o que é nacional. Existe o deliberado propósito de confundir todas as classes e os seus interesses, como se estes fossem comuns e idênticos em todos os problemas, e a classe que detém a representação política fosse apenas a intérprete de todas as classes porque com interesses idênticos aos de todas elas.

É exato que em alguns casos, — e só o exame de situações concretas permitiria distinguir bem as características de cada um — as classes dominantes realizam o que é do interesse da maioria das classes, ou das classes majoritárias, mas isso não é uma regra e está longe de ser a regra. Acontece sempre, entretanto, quando o interesse da classe dominante é também defendido, preservado ou mantido. A Independência do Brasil foi um problema político que uniu as classes sociais brasileiras: realizando-a, a classe dominante de então representou o desejo e o interesse das demais, mas também o seu particular desejo e interesse. Logo em seguida, entretanto, ao empolgar o poder, deixou de representar o interesse de todas as classes, porque organizou o Estado de acordo com os seus interesses, exclusivamente. Ninguém pode sustentar que o interesse de um senhor de engenho da época fosse idêntico ao de seus escravos. Bastaria o fato de ser, um, proprietário de escravos e os outros, escravos, para tornar claro o antagonismo de interesses. Ao realizar a Abolição, a classe dominante teve também o apoio das classes dominadas, no Brasil, mas realizou-a quando lhe convinha como classe. São casos em que os interesses de um grupo aparecem como interesses comuns, e a classe dominante representa a nação, ao decidir por ela, porque representa, eventualmente, a vontade da maioria, embora seja, em número, minoria, e não tenha a posse do poder por vontade da maioria.

Mas, na maior parte dos problemas, e nos problemas fundamentais, o interesse das classes é divergente, quase sempre antagônico, e as decisões tomadas pela classe dominante e apregoadas como do "interesse nacional" são, na realidade, única e exclusivamente, do seu interesse de classe, ferindo o interesse das classes dominadas, inclusive privadas do direito de protestar contra isso ou, de qualquer maneira, do direito de fazer prevalecer os seus interesses. Há manifesta ambiguidade, politicamente determinada, no fato de investir-se a classe dominante do papel nacional, de defensora do "interesse nacional". No caso brasileiro, essa ambiguidade se concretiza, por exemplo, quando a classe dominante exclui do direito de representação política extensas parcelas do *povo*, sob pretexto de serem constituídas por analfabetos; quando impõe tributos que oneram vencimentos e salários, tornando extremamente difícil a vida dos trabalhadores e da pequena burguesia; quando prefere aliar-se a forças estrangeiras, para defender os seus privilégios, temendo o *povo* mais do que àquelas forças, e por isso mesmo negando a essência do que é nacional.

Em política, como em cultura, só é nacional o que é popular. A política da classe dominante não é nacional, nem a sua cultura. *Povo* e nação não são a mesma coisa, na fase atual da vida brasileira, mas esta é uma situação histórica apenas, diferente de outras, uma situação que se caracteriza pelo fato de que as classes que determinam, politicamente, os destinos do país e lhe traçam os rumos, tomam as decisões em nome da "nação", mas não pertencem ao povo, não fazem parte do *povo*. Interpretando uma fase da vida peruana, em conferência de 1888, um

escritor daquele país disse: "Não formam o verdadeiro Peru os agrupamentos de *criollos* e estrangeiros que habitam a faixa de terra situada entre o Pacífico e os Andes; a nação é formada pelas multidões de índios disseminadas na banda oriental da cordilheira". No Brasil, naquele ano de 1888, o da Abolição, seria considerado a sério quem afirmasse coisa análoga, que a nação era formada pelos negros libertos, pelos mestiços, pela massa de camponeses, pelos que de forma alguma participavam do poder, ou mesmo da representação, e de forma alguma participavam das decisões nacionais ?

A norma de arrogarem-se as classes dominantes o direito de apresentarem-se como *povo* e como nação está fundamente ancorada na história. É que, até os nossos tempos, todas as revoluções, isto é, todos os grandes movimentos que alteraram a situação das classes sociais umas em relação às outras, consistiram em derrocar o domínio de determinada classe, que cumprira a sua missão histórica, substituindo-a por outra, que vinha em ascenção. Eram revoluções que substituiam uma minoria por outra minoria, e esta outra assumia o poder, dominava o Estado e transformava as instituições, amoldando-as aos seus interesses; era o grupo que se capacitara para o domínio e que exercia o domínio, tendo sido chamado ao domínio pelas condições de desenvolvimento econômico. Por isso, e somente por isso, quando da derrocada de uma classe minoritária historicamente superada, a classe minoritária historicamente nova conseguia a cooperação das classes majoritárias, ou, pelo menos, a sua aceitação pacífica. A forma comum dessas revoluções consistia em serem, todas, revoluções de minorias. A maioria se colocava, consciente ou inconscientemente, a serviço da minoria ascencional, e o conjunto novo que forçava a mudança (classe minoritária ascendente mais as classes majoritárias dependentes) constituía, para efeito daquela transformação histórica, o *povo*. E isso permitia à classe minoritária ascendente a norma de falar, no poder, em nome do *povo*, como se, realmente, o representasse.

Cada nova classe que passava a ocupar o poder em lugar de outra, também minoritária, via-se obrigada, pela necessidade política, para alcançar os fins a que se propunha, para defender os seus interesses, a apresentar esses interesses não como seus apenas, mas como os interesses comuns de toda a sociedade, os

interesses do *povo*. E expressava esses interesses em termos ideais, apresentava as suas formulações e teorias revestidas do caráter de generalidade, as suas normas como as únicas racionais e dotada de vigência absoluta e até do condão da eternidade. E moldava a vida social de forma conveniente, definindo como sagrados os seus interesses, fixados como se fossem da totalidade, protegendo-os com a lei e com a força, e tentando protegê-los ainda pelo costume; e definindo como crime tudo o que atentasse contra os seus interesses, punindo e perseguindo os que o cometiam, ou apenas punham em dúvida o seu caráter sagrado e eterno.

Mas, na realidade, nada é eterno, e o sagrado de hoje pode ser o sacrílego de amanhã. Passou o tempo dos golpes de surpresa, das revoluções executadas pelas minorias conscientes à frente das massas inconsciestes. Chegou o tempo em que as revoluções sociais só podem ocorrer com a participação das massas, isto é, das classes majoritárias, até aqui caudatárias das classes em minoria; chegou o tempo em que não há revolução social sem participação do *povo*, não como alavanca de minorias, mas compreendendo os motivos de sua participação e exigindo função dirigente que lhe compense os sacrifícios. Estamos, pois, vivendo a última fase histórica em que uma classe dominante minoritária pode arrogar-se o direito de se incluir entre o povo, de afirmar que defende os interesses do *povo* quando na verdade defende apenas os seus interesses, de apresentar-se como intérprete de todas as classes, de definir-se como nação. A eternidade dos sistemas políticos já não é aceita por ninguém. Quando a humanidade alcança o desenvolvimento a que chegamos em nosso tempo, admitir como final determinado sistema político seria negar o progresso humano; seria o mesmo que admitir que os nossos conhecimentos chegaram à plenitude, constituem o fim dos conhecimentos. Seria negar a própria ciência.

Claro que há sempre um pensamento conservador, alimentado pela classe dominante minoritária, em afanosa busca de eternidade para a sua dominação e obrigada a explicá-la e a justificá-la. Isto acontece porque, freqüentemente, as idéias se atrasam em relação à realidade: o conhecimento humano é condicionado pela ordem social e, portanto, entravado quando existem forças que buscam eternizar-se no poder. Conservadores são aqueles que não verificam quanto o processo histórico avan-

çou objetivamente e quanto os seus conhecimentos estacionaram em situações precedentes. A separação entre a teoria e a prática social leva, finalmente, à perda de crédito, apesar do amplo e complexo aparelho de difusão de idéias e de conceitos. Quando a realidade nega objetivamente a validade de conceitos, conhecimentos, idéias e doutrinas, sua vigência está irremediavelmente condenada e não há propaganda capaz de salvá-la. Ora a realidade política do mundo atual nega a eternidade do sistema em que as classes minoritárias se apresentam como *povo*, e aponta o seu fim generalizado e próximo. A realidade política do mundo atual afirma a presença do *povo* na história, como força motriz do desenvolvimento humano. E isso acontece porque o povo tomou conhecimento e consciência da necessidade de afirmar os seus direitos e defender os seus interesses, atingindo, portanto, à liberdade. Chegou à consciência da necessidade, que define a liberdade, após prolongado processo histórico, mas em condições diversas conforme cada país.

Todo país tem sua estrutura social peculiar, em dada fase histórica: as classes dominantes não são as mesmas em todos os países; as classes que constituem o *povo* também não são as mesmas. Para se definir o conteúdo do conceito de *povo* é preciso encará-lo segundo uma situação histórica determinada e segundo as condições concretas de cada caso, tomando como base a divisão da sociedade em classes. E é preciso não esquecer que o desenvolvimento social e o que se conhece, no curso desse desenvolvimento, como revolução, faz com que a composição das classes, e conseqüentemente a composição do *povo* mudem constantemente. Compondo-se de classes, camadas e grupos diferentes, o *povo* apresenta contradições internas. Admiti-lo como formando uma unidade é pura ilusão. Distinguir essas diferentes classes, camadas e grupos, e compreender as suas contradições não significa, entretanto, isolar umas das outras, mas situá-las devidamente. O critério justo sobre o conceito *povo* ajuda a compreender o papel das massas na história, particularmente na fase atual, e situa devidamente o complexo processo de desenvolvimento por que passam países como o Brasil, em que profundas mudanças estão ocorrendo e em que o mais importante aspecto do que é novo está, precisamente, na presença do povo na vida política.

2

Conceito de Povo no Brasil.

DEIXAMOS DE LADO, propositadamente, a fase em que o Brasil era colônia. É suficiente, para definir quem é o povo no Brasil, considerar algumas fases de sua existência autônoma: a da Independência, a da República, a da Revolução Brasileira. Convém repetir o que convencionamos aceitar como geral no conceito de povo, antes de situar os três momentos particulares referidos: *em todas as situações, povo é o conjunto das classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário na área em que vive*. Definindo, em relação a cada uma das três fases, quais as tarefas do desenvolvimento progressista (nos dois primeiros) ou progressista e revolucionário (no último), e quais as classes, camadas ou grupos que se empenharam (ou se empenham) na solução objetiva daquelas tarefas, teremos definido quem era (e quem é) o povo em cada uma.

Comecemos pela mais antiga, a da Independência. A partir da segunda metade do século XVIII, particularmente no seu final,

o problema político fundamental, no Brasil, é o da Independência; realizar a Independência constitui a tarefa do desenvolvimento progressista, naquela fase. Cada fase coloca os problemas quando esboça ou alcança as condições para resolvê-los. O problema da Independência, assim, não apareceu acidentalmente: condições externas e condições internas fizeram com que surgisse, esboçaram e depois definiram objetivamente as condições para resolvê-lo. A essência dos laços que subordinavam o Brasil a Portugal, na referida fase, encontrava-se no regime de monopólio comercial, que assegurava à metrópole participação espoliativa na renda das trocas entre a colônia e o exterior, no sentido da exportação e no sentido da importação, além da espoliação realizada com a tributação interna desigualmente distribuída, onerando os menos afortunados, como é da boa prática colonial em todos os tempos.

A quem interessava a Independência? Externamente, interessava a quem se propunha conquistar o mercado brasileiro: a burguesia européia, em ascenção rápida com a Revolução Industrial, e particularmente a burguesia inglesa, classe dominante em seu país. A expansão burguesa era incompatível com os mercados fechados, com as áreas enclausuradas, com o monopólio comercial mantido pelas metrópoles em suas colônias. Quando as condições mundiais estivessem amadurecidas, e os fatos, — no caso, as guerras napoleônicas, — assinalassem o desencadeamento do processo, a Inglaterra, dominadora dos mares, isto é, da circulação mundial de mercadorias, participaria ativamente dos movimentos de autonomia na área ibérica do continente americano.

A quem interessava a Independência, internamente? Antes de verificar este ponto, convém ter uma idéia da estrutura social brasileira na época. Uma estimativa de 1823 admite a existência de quatro milhões de habitantes no Brasil. Desses quatro milhões, um milhão e duzentos mil são escravos. Do ponto de vista social, a população se reparte em: a) senhores de terras e de escravos, — que constituem a classe dominante, — e são em vastas áreas, senhores de terras e de servos, quando nelas existem relações feudais; b) pessoas livres, não vivendo da exploração do trabalho alheio, agrupadas numa camada intermediária, entre os senhores, de um lado, e os escravos e os servos, de outro, camada que recebera grande impulso com a atividade mineradora,

compreendendo pequenos proprietários rurais, comerciantes, intelectuais, funcionários, clérigos, militares; c) trabalhadores submetidos ao regime da servidão; d) escravos.

Como os servos e escravos, tanto quanto os pequenos grupos de trabalhadores livres que se dispersam particularmente em áreas urbanas, não têm consciência política, embrutecidos que se acham pelo regime colonial, só participam da luta pela autonomia a classe dominante de senhores e a camada intermediária. Esta, incontestavelmente, participa desde muito cedo da referida luta e está presente em todos os movimentos precursores dela, movimentos que, como a Inconfidência Mineira, reunem militares, padres e letrados. Pelas condições que caracterizam a vida colonial, entretanto, a luta pela autonomia só poderia ter possibilidades de vitória quando englobasse a classe dominante. E esta padece de vacilações constantes; só esposará o ideal da Independência em sua fase final, empolgando-o, para moldar o Estado segundo os seus interesses.

Está profundamente interessada no que a Independência tem de fundamental: a derrocada do monopólio de comércio. Suas vacilações, entretanto, não se prendem apenas à tradição colonial — quando era procuradora da metrópole aqui; prendem-se ainda ao temor de que a pressão externa contra o tráfico negreiro e o trabalho escravo encontre na autonomia oportunidade para alcançar seus objetivos, e prendem-se também ao temor de que o abalo social que a autonomia pode proporcionar traga-lhe ameaças ao domínio, particularmente no que se refere à ascenção do grupo mercantil. A camada intermediária também está interessada na autonomia, pela qual elementos seus já combateram e se sacrificaram, e não apenas os do grupo mercantil, mas muitos outros, os intelectuais, padres e militares à frente. Servos e escravos não têm consciência política do processo, embora acompanhem-no com o seu apoio, na medida do possível.

Se a tarefa do desenvolvimento progressista do Brasil, nessa fase histórica, é a realização da Independência, como vimos, e se o *povo*, em tal fase, é representado pelo conjunto de classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva daquela tarefa, o povo brasileiro abrange, então, *todas* as classes, camadas e grupos da sociedade brasileira. Claro está que cada uma com o seu coeficiente próprio de esforço e de interesse: a

classe dominante com as suas vacilações e pronunciamento tardio, a camada intermediária com a sua vibração; as demais na medida da consciência política de seus elementos. Ocorre que essa composição política é transitória: conquistada a Independência, com a manutenção da estrutura colonial (e por isso mesmo não se trata de uma revolução), *povo* tornar-se-á outra coisa. Dele já não fará parte a classe dominante senhorial que tratará, na montagem do Estado, de afastar totalmente as demais classes, camadas e grupos do poder e da participação política, como veremos adiante.

Situemos, agora, a fase em que o país muda de regime, com a derrocada da monarquia. Qual era a tarefa progressista a realizar no Brasil, em tal momento? Era, certamente, a de liquidar o Império, que representava o atraso. O Brasil apresentava-se agora muito diferente: sua população atinge a quatorze milhões de habitantes; nela, os escravos, ao fim da penúltima década do século, são cerca de setecentos mil. A área escravista reduziu-se muito e mantém-se em estagnação econômica; mas a área da servidão ampliou-se muito, quanto ao espaço, embora compreenda principalmente zonas fora do mercado interno. Dos quatorze milhões de habitantes, admite-se que apenas trezentos mil sejam proprietários, compreendidos parentes e aderentes: constituem a classe dominante. Nela, a velha homogeneidade desapareceu, entretanto, verificando-se uma cisão: há uma parte que permanece ancorada nas relações de trabalho da escravidão ou da servidão, e outra parte que aceita, prefere ou adota relações de trabalho assalariado. Desapareceu a homogeneidade porque, em determinadas áreas, as velhas relações foram, a pouco e pouco, substituídas por novas relações.

O Brasil passou, na segunda metade do século XIX, por grandes alterações, realmente: as cidades se desenvolveram depressa, em algumas zonas a população urbana cresceu em poucos anos, o comércio se diversificou e se ampliou, apareceram pequenas indústrias de bens de consumo, o aparelho de Estado cresceu, surgindo o numeroso funcionalismo que desperta tantas controvérsias, mas a divisão do trabalho multiplicou também as suas formas, surgindo atividades até então desconhecidas. As profissões ditas liberais passaram a atrair muita gente; desenvolveu-se o meio estudantil; atividades intelectuais começaram a ocupar espaço na sociedade urbana. Ora, tudo isso revelava o

aumento da velha camada intermediária colocada entre senhores e escravos, ou entre senhores e servos, ou entre patrões e empregados. Aparece, agora, com fisionomia definida, tão definida quanto lhe permitem as próprias características, como classe média, ou pequena burguesia. É curioso notar que constitui uma peculiaridade brasileira, e não só brasileira, o fato de ser a pequena burguesia historicamente mais antiga do que a grande burguesia e do que o proletariado. Nos fins do século XIX, sua importância é destacada, quando a burguesia começa a definir-se, recrutada particularmente entre os latifundiários, e o proletariado dá os primeiros passos, recrutado principalmente no campesinato.

As relações de trabalho no campo sofrem grandes alterações também. Enquanto algumas áreas permanecem aferradas à escravidão, que só abandonam com o ato abolicionista, e outras permanecem aferradas à servidão, as que se desenvolvem economicamente excluem o trabalho escravo, que as entrava, e começam a operar com o trabalho assalariado, em parte com os elementos introduzidos pela imigração sistematizada. É um processo paralelo e conjugado em que os polos antagônicos crescem interligados, diferenciando nos latifundiários uma camada que passa a constituir a burguesia, e diferenciando nos trabalhadores uma camada que passa a constituir o proletariado e o semiproletariado. Esse processo se desenvolve também nas áreas urbanas, onde proletariado e semi-proletariado aumentam lentamente seus contingentes. Com a extinção do trabalho escravo, permanecerão as relações feudais e semifeudais no campo, conjugadas ao latifúndio. Nas áreas urbanas, a burguesia amplia muito depressa o seu campo, com as atividades comerciais, industriais e bancárias.

O Império fora estabelecido como forma de servir a uma classe dominante homogênea, constituída pelos senhores de terras, que o eram também de escravos e de servos. Agora, as condições são outras, e ele já não atendia aos interesses da classe dominante cindida entre latifundiários, senhores de terras e de servos, e burgueses. Não atendia, com mais forte razão, aos interesses da pequena burguesia. Nem aos do reduzido proletariado; nem aos do semiproletariado; muito menos aos dos servos. A tarefa progressista, nas condições brasileiras dos fins do século XIX, consistia em liquidar o Império, não no que representava

de formal e exterior, mas no que tinha de essencial: todas as velhas relações econômicas e políticas que entravavam o desenvolvimento do país. Que classes, camadas e grupos estavam interessadas, pelas suas condições objetivas, em liquidar as velhas instituições, tão profundamente ancoradas no período colonial e transferidas ao período autônomo? Se a Independência reunira o apoio de todas elas, com uma participação proporcional à força de cada uma e ao grau de consciência política de seus elementos, já a República não provocaria a unanimidade. As classes interessadas na implantação do novo regime compunham uma ampla frente, englobando setores latifundiários e a burguesia nascente, a que se somavam a pequena burguesia, o proletariado, o semiproletariado e os servos. Como acontecera com a Independência, a burguesia nascente se mostrava vacilante; a pequena burguesia, que esposara muito antes o ideal republicano, era mais enérgica em suas manifestações; o reduzido proletariado e particularmente o semiproletariado não haviam alcançado ainda o grau de consciência política necessário a uma participação eficiente; e a servidão permanecia estática, isolada no vasto mundo rural. Quem constituía o *povo*, então? Estas classes, evidentemente, as que estavam interessadas na tarefa progressista, historicamente necessária, de criar a República. A classe latifundiária não fazia parte do povo. Seu último serviço fôra a Independência.

Gerada a circunstância em que se consumaria a derrocada do velho regime, a classe média, representada particularmente pelo grupo militar, assumiu a direção dos acontecimentos. Mas a burguesia nascente apressou-se em compor as forças com o latifúndio para poder moldar o novo regime na conformidade com os seus interesses e os das velhas forças sociais. Como por ocasião da Independência, assiste-se a um processo claramente repartido em duas fases: a primeira, em que o *povo*, representado pelas classes interessadas na realização das tarefas progressista opera unido e consuma os atos concretos relativos à transformação historicamente necessária; a segunda, em que a classe dirigente, a que detém a hegemonia na composição que constitui o *povo*, torna-se a nova classe dominante, e comanda as alterações à medida dos seus interesses, preferindo a retomada da aliança com as forças do atraso à manutenção da aliança com as forças do avanço. A unidade tácita e eventual da primeira fase

se desfaz; as contradições e os antagonismos de classe reaparecem.

Estas duas fases repetem-se em todas as oportunidades em que as transformações se limitam a substituir a dominação de uma minoria pela dominação de outra minoria que, transitoriamente, recebe o apoio da maioria e dele se vale para chegar ao poder. Isso não aconteceu apenas no Brasil, evidentemente; aconteceu por toda a parte, ao longo dos séculos, mas por toda a parte as condições para que os fatos se passassem desta maneira foram se tornando cada vez mais difíceis. No Brasil também: quando da Independência, a classe dominante dos senhores não teve muitas dificuldades para separar-se das outras classes, camadas e grupos sociais que com ela haviam constituído o *povo*, para a tarefa progressista da emancipação: essas dificuldades não faltaram, contudo, e foram assinaladas nas rebeliões provinciais que sacudiram o novo Império até os meados do século XIX. Mas os senhores venceram esses obstáculos, dominaram as rebeliões e tomaram conta totalmente do País, impondo-lhe as formas políticas e institucionais que lhes convinham.

Depois de consumada a República, as coisas já se tornaram mais difíceis. A classe dominante minoritária desligou-se, realmente, do conjunto em que se compunha com as outras classes, camadas e grupos sociais, constituindo o *povo*, e isolou-se no poder, a fim de desfrutá-lo sozinha. Mas encontrou grandes obstáculos para conseguir seu intento. A pequena burguesia brasileira, antiga na formação e antiga nas reivindicações políticas — e a República era uma dessas velhas reivindicações, esposada desde os tempos coloniais — defendeu bravamente as suas posições e houve necessidade de cruentos choques para desalojá-la. O florianismo foi a sua expressão específica e desempenhou papel importante na história política brasileira. Para manter-se no poder, a burguesia nascente foi obrigada a rearticular-se com a classe latifundiária, exercer ações de força e montar um sistema de repressão, a chamada "política dos governadores", que abrangia todo o País. Mais do que isso: foi obrigada a articular-se com forças externas para manter-se no poder. Quando Campos Sales, estabelecido o domínio das oligarquias, transaciona o *funding* com o imperialismo ingles, articula uma frente dominante que associa latifundiários, burguesia e imperialismo, contra o *povo* brasileiro.

Vimos, de forma prática, ligando o conceito às situações históricas concretas, quem era o *povo* brasileiro, em duas fases distintas. Estamos em condições, finalmente, de definir quem é o *povo* brasileiro, hoje, nos dias que correm, na fase histórica em que vivemos, de que participamos. Qual a tarefa progressista e revolucionária, na atual etapa da vida brasileira? Note-se: *pela primeira vez aparece o conceito de revolução quanto às tarefas históricas, no que se refere ao nosso País.* A Independência e a República, com efeito, foram tarefas progressistas, mas não foram tarefas revolucionárias: a classe dominante permaneceu a mesma, embora, no segundo caso, tivesse, depois da mudança do regime, repartido o pòder com a nascente burguesia, continuando hegemônica. Agora, trata-se de liquidar, definitivamente, a classe latifundiária, tornada anacrônica pelo desenvolvimento do País. Trata-se de substituí-la. Trata-se, ainda, de quebrar a aliança que a vincula ao imperialismo, derrotando também a este e barrando-lhe a ingerência no processo nacional.

Qual a estrutura da sociedade brasileira, nos nossos dias? O Brasil mudou muito, realmente, em relação ao que era nos fins do século XIX, quando se instaurou a República. Participou, de uma forma ou de outra, de duas guerras mundiais, e sofreu os efeitos da maior crise atravessada pelo regime capitalista. As guerras e a crise tiveram importantes reflexos em nosso País: permitiram rápidos impulsos à sua industrialização e a conquista do mercado interno pelo produtor nacional. Foram pausas transitórias na pressão imperialista, e por isso tivemos oportunidades desafogadas de progredir mais depressa. Mas não foram causas do progresso. As causas acham-se sempre ancoradas no desenvolvimento das forças produtivas e na acumulação decorrente. O processo, nas fases especiais referidas, apenas teve seu ritmo acelerado. O fato é que, no século XX, o Brasil vai se tornando, cada vez mais depressa, um País capitalista. Não importa aqui, evidentemente, analisar as características desse capitalismo, que se desenvolve em País de economia dependente, com estrutura de produção entravada ainda pelos remanescentes coloniais. Importa constatar o fato.

O desenvolvimento capitalista, cuja demonstração mais evidente se encontra na forma e na rapidez como reagiu a economia nacional aos efeitos da crise de 1929, teve profundos reflexos na estrutura social do país e em sua vida política. À proporção que as relações capitalistas se ampliam, a burguesia brasileira cresce e se organiza, definindo as suas reivindicações políticas; e, paralelamente, crescem o proletariado e o semiproletariado, que se organizam, definindo aquele as suas reivindicações políticas. Por força dos mesmos efeitos, reduz-se o poder da classe dos latifundiários e no campo fermentam inquietações. Aumenta a pequena burguesia, que se multiplica em atividades, em disputa de melhores oportunidades. Está presente nos grandes episódios políticos: as campanhas de Rui Barbosa, o tenentismo, a revolução de 1930. No vasto mundo rural, o campesinato começa a acordar do sono secular: aparecem as revoluções camponesas, travestidas de fanatismo religioso; primeiro Canudos, depois o Contestado, e prossegue na luta dos posseiros e nas organizações atuais, as Ligas Camponesas, que tanto surpreendem e assustam os que acreditavam piamente na eternidade do conformismo.

A classe dos latifundiários continua dominante, mas suas perspectivas são agora cada vez mais estreitas. Somente subsiste mediante alianças: a) aliança com o imperialismo, de que aproveita os empréstimos constantes para financiamento de safras invendáveis, mas que já a protege mal, porque força a baixa dos preços dos produtos que ela coloca no exterior, explora a comercialização do que ela produz, e fala até em reforma agrária, que lhe parece um sacrilégio; b) aliança com uma parte da grande burguesia comercial, bancária e mesmo industrial, — que também se associa ao imperialismo, — desejosa de substituir os latifundiários como procuradora dele, mas necessitando, internamente, de apoiar-se nesse velho e carunchoso reduto do atraso, pelo temor de transformações que ultrapassem os seus anseios e interesses. O imperialismo joga com as duas classes: a velha, que o serviu tão bem e que ele subordina tão dócil e facilmente com as manipulações do comércio exterior e com os empréstimos; e a nova, que ele subordina graças à associação de interesses e com novos empréstimos. Está presente por toda a parte: quando um brasileiro acende a luz, faz a comida, fala no telefone, toma o bonde, escova os dentes, raspa a barba, liga o rádio, vai ao cinema, em todos esses momentos encontra a presença do imperialismo, e a sua mão rapace que lhe cobra o preço de todos os atos da vida cotidiana.

A burguesia cresceu muito, de fato, e comporta perfeitamente, agora, a divisão clássica em grande, média e pequena.

Quanto ao imperialismo, ela está mais próxima dele quanto mais alta, mas em todos os três níveis há elementos que sofrem as suas ações e que as combatem. O proletariado desenvolveu-se amplamente também, nas áreas urbanas principalmente, mas também no campo. Os numerosos elementos antes submetidos à servidão começam a transitar para o semiproletariado: vastas áreas territoriais vão sendo integradas na economia de mercado, restringindo-se a servidão e semi-servidão. É o campesinato que oferece as alterações mais evidentes e denuncia mudanças inevitáveis. O latifúndio está condenado e a própria burguesia concorda com essa condenação, temendo, contudo, efetivá-la, pois ampara-se ainda, na luta contra o proletariado, nessa base secular do atraso. O campesinato está sacudindo, a pouco e pouco, as suas peias, e apresenta reivindicações recebidas com indisfarçável alarma pela classe dominante.

O poder está repartido entre a alta burguesia e os latifundiários, ligados, todos, ao imperialismo. Estas classes exercem o poder, porém, sob fiscalização rigorosa e combate continuado; as pressões provêm das demais classes, internamente, e do imperialismo, externamente. A resultante é, esporàdicamente, favorável ao interesse nacional, porque mesmo a alta burguesia tem ainda frações ligadas aos interesses brasileiros, mas estes lances isolados decorrem de circunstâncias especiais, como aquelas de que resultou a siderurgia do Estado, ou de campanhas tempestuosas, como a de que surgiu o monopólio na exploração petrolífera. O cerne da aliança que une a alta burguesia, a classe latifundiária e o imperialismo reside na política econômica e financeira, cujo aparelho é zelosamente defendido, passando e sucedendo-se governos aparentemente contrastantes mas permanecendo rigorosamente a mesma política e o mesmo grupo burocrático que representa a confiança da frente antinacional.

Na luta pelo poder, refletem-se, como é normal, as profundas contradições e antagonismos que assinalam a presente fase histórica e correspondem ao quadro real, à situação objetiva. Essa luta, aparentemente, é travada pelos partidos, mas quando praticamos uma análise mais atenta e verídica aparece o verdadeiro contôrno dela, que ultrapassa amplamente o âmbito dos partidos, transferindo-se a outras organizações que suprem as deficiências com que os partidos colocam os termos daquela luta: os sindicatos, as organizações estudantis, as Forças Armadas, a Igreja, esta ainda com ponderável influência no campo. Tais organizações estão mobilizadas, participam ativamente da luta política. Vista em grande escala, essa luta apresenta em relevo o problema democrático.

O avultamento do problema democrático deriva de que a manutenção das liberdades democráticas permite o esclarecimento político, e o esclarecimento político permite a tomada de consciência pelo povo, e a tomada de consciência pelo povo permite a execução das tarefas progressistas que a fase histórica exige. Manter as liberdades democráticas, significa, pois, inevitavelmente, ter de enfrentar aquelas tarefas e resolvê-las, segundo a correlação de forças, quando as forças populares são muito mais poderosas do que as que estão interessadas na manutenção de uma estrutura condenada. Para mantê-la, entretanto, torna-se indispensável suprimir as liberdades democráticas. O clima democrático asfixia progressivamente as forças reacionárias, que se incompatibilizaram definitivamente com ele, pedem, imploram um governo de exceção, um golpe salvador, uma poderosa tranca na porta a impedir a entrada do progresso. Tentam, com a freqüência determinada pelas circunstâncias, a sinistra emprêsa, perdem sucessivamente todas as oportunidades, sendo levadas ao desespero. Mas procuram recuar em ordem, sempre, sacrificando alguns quadros de mais evidência, substituindo-os, recondicionando-os, e seguem outro caminho, o de apresentar uma fachada democrática que esconda o fundo antidemocrático. Buscam, por todos os meios, organizar uma democracia formal em que seja estigmatizado como subversivo tudo o que fere o poder exercido pelos latifundiários e pela alta burguesia em ligação com o imperialismo, em que seja punível qualquer pensamento contra o atraso e a violência de clase. Essa ânsia exasperada em deter a marcha inevitável da história, em sustar o processo político, ameaça o País com a guerra civil, pois as forças antinacionais não recuarão ante ato algum que lhes prolongue o domínio. Assim como no campo internacional o imperialismo preferiria conflagrar o mundo, com a guerra atomica, a ceder as suas posições, no campo nacional aquelas forças preferem conflagrar o País a ver derrotados os seus interesses. Poderão chegar a isso, ou não, entretanto, na conformidade com a correlação de forças sociais.

Quais as tarefas progressistas e revolucionárias desta fase histórica, então? Libertar o Brasil do imperialismo e do latifúndio. Realizá-las, significa afastar os poderosos entraves que se opõem violentamente ao progresso do país, permitindo o livre estabelecimento de novas relações de produção, compatíveis com os interesses do povo brasileiro; significa derrotar o imperialismo, alijando sua espoliação econômica e ingerência política, e integrar o latifúndio na economia de mercado, ampliando as relações capitalistas; significa, politicamente, assegurar a manutenção das liberdades democráticas, como meio que permite a tomada de consciência e a organização das classes populares; significa impedir que a reação conflagre o País, julgando rigorosamente as tentativas libertadoras; significa, concretamente, nacionalizar as empresas monopolistas estrangeiras, que drenam para o exterior a acumulação interna, as de serviços públicos, as de energia e transportes, as de mineração, as de comercialização dos produtos nacionais exportáveis, as de arrecadação da poupança nacional; significa a execução de uma ampla reforma agrária que assegure ao campesinato a propriedade privada da terra e lhe dê condições para organizar-se econômica e politicamente e para produzir e vender a produção; significa, conseqüentemente, destruir os meios materiais que permitem ao imperialismo exportar a contra-revolução e influir na opinião pública e na orientação política interna; significa desligamento total de compromissos militares externos; significa relações amistosas com todos os povos.

Quais as classes sociais interessadas na gigantesca tarefa progressista e revolucionária com que nos defrontamos? Parte da alta, média e pequena burguesia, a parte de cada uma desligada de associação, compromisso ou subordinação ao imperialismo; o proletariado; o semiproletariado e o campesinato, com participação ativa na medida da consciência política que apresentem os seus componentes. Povo, no Brasil, hoje, assim, é o conjunto que compreende o campesinato, o semiproletariado, o proletariado; a pequena burguesia e as partes da alta e da média burguesia que têm seus interesses confundidos com o interesse nacional e lutam por este. É uma força majoritária inequívoca. Organizada, é invencível. Para organizá-la, entretanto, para permitir que seus componentes tomem consciência da realidade, superando o concentrado bombardeio da propaganda imperialista, arrimada em poderosos recursos materiais e detentora do aparelho de difusão do pensamento, faz-se indispensável o regime democrático, de liberdade de pensamento, de reunião e de associação. Estão excluídos do *povo*, pois, nesta fase histórica, e agora para sempre, enquanto classes, os latifundiários, a alta burguesia e a média comprometidos com o imperialismo, como os elementos da pequena burguesia que o servem. É o conjunto das classes, camadas e grupos sociais que compõem o *povo* que representa, assim, o que existe de nacional em nós.

O povo, entretanto, agora como em fases anteriores, divide-se em vanguarda e massa. Massa é a parte do povo que tem pouca ou nenhuma consciência de seus próprios interesses, que não se organizou ainda para defendê-los, que não foi mobilizada ainda para tal fim. Faz parte das tarefas da vanguarda do povo, conseqüentemente, educar e dirigir as massas do povo. Só sob regime democrático, na vigência das liberdades democráticas, isto é possível, e é justamente por isso que as forças reacionárias se opõem desesperadamente à vigência daquelas liberdades, e permanecem profunda e vitalmente interessadas em impedir que as massas se esclareçam, tomem consciência de seus interesses e das formas de defendê-los, e se organizem para isso. Embora disponham de poderosos recursos e do domínio quase total do aparelho de difusão do pensamento e influam, por isso, ainda bastante sobre as massas, estas lêem no livro da vida, que é muito, muito mais rico em ensinamentos do que os livros impressos ou a palavra falada, e a realidade as ensina, concretamente, todos os dias.

O que diferencia a tarefa progressista de hoje das tarefas progressistas do passado é a amplitude de que se reveste sob as condições atuais. O que a faz revolucionária, como em alguns casos do passado, mas não no Brasil, é que a transformação agora incluirá a substituição da classe dominante. O que a torna específica do nosso tempo, na perspectiva geral do mundo, isto é, o que ela apresenta de novo, enquanto revolucionária, e peculiar ao caso brasileiro, mas também nos casos idênticos ao do Brasil, que os há, é que não se processará mais a simples substituição de uma minoria por outra minoria, apoiada esta, tácita ou conscientemente, pela maioria que, somada com aquela minoria, constitui eventualmente o povo. O novo, no processo político, está

justamente em que a classe dominante minoritária, ou a associação de classes dominantes minoritárias — no caso, principalmente latifundiários e parte da alta burguesia — não será substituída por uma nova classe dominante minoritária, mas por todo o conjunto que compreende o *povo*. Isto é: não será possível à parte da burguesia que se integra no *povo* realizar a revolução com o apoio de todo o *povo* e, conquistado o poder, alijar o restante do povo da participação nele. Em termos políticos: trata-se de uma revolução democrático-burguesa, mas de tipo novo, em que a componente burguesa não terá condições para monopolizar os proventos da revolução. As possibilidades de operar o desenvolvimento material e cultural do Brasil para proveito apenas da burguesia estão encerradas.

Povo e Poder.

NÃO ERA SEM RAZÃO que a Constituição de 1824 consignava que aos parlamentares cabia o tratamento de "altos e poderosos senhores". Eles eram, realmente, altos, poderosos e senhores, — senhores de terras e de escravos ou de servos, altos pela distância vertical que os separava dos que não eram senhores, poderosos porque retinham todo o poder, reservavam-se todos os proveitos políticos da Independência e moldavam o Estado à imagem e semelhança de sua classe, faziam dele instrumento adequado à defesa de seus interesses.

Os direitos políticos eram hierárquicos: ficavam excluídos das eleições, preliminarmente, todos os que se compreendiam na faixa dos "cidadãos ativos", isto é, os que trabalhavam, os criados de servir, os que operavam a jornal, os caixeiros das casas comerciais, todos os que, em suma, auferiam rendimentos líquidos anuais inferiores ao valor de 150 alqueires de farinha de mandioca. E, claro, os escravos, que não eram considerados bra-

sileiros, conforme determinava o artigo 5.º, em seu parágrafo primeiro. Mais tarde esse dispositivo foi emendado: os escravos passaram a ser considerados brasileiros; mas não eram considerados cidadãos. Os eleitores do primeiro grau deveriam ter rendimento líquido anual superior ao valor de 150 alqueires de farinha de mandioca; os de segundo grau, que escolhiam os deputados e senadores, deveriam tê-los superiores ao valor de 250 alqueires de farinha de mandioca; aos candidatos a deputados exigia-se rendimento superior ao valor de 500 alqueires de farinha de mandioca; aos candidatos a senadores, superior a 1.000 alqueires. Era a hierarquia da mandioca, padrão da moeda política no novo País. Além disso, aos candidatos a deputados e senadores exigia-se ainda a qualidade de proprietário foreiro ou rendeiro por longo prazo de bem de raíz no campo, de fábrica ou estabelecimento industrial. Ficavam excluídos, assim, os que auferissem renda de atividade mercantil. Eram ou não eram "altos e poderosos senhores"?

Com a Maioridade, que encerra, prâticamente, o período de intensa agitação popular ligado ao processo da Independência, os "altos e poderosos senhores" ficam absolutos no poder. Em 1841, encerram o País num círculo de estreita subordinação ao poder central e entregam à polícia amplas atribuições judiciárias. Criam ainda o Conselho de Estado, característico da classe senhorial. Em 1846, reformam a lei eleitoral, tornando-a mais dura do que a anterior e, nela, a pretexto da desvalorização da moeda, fixam os direitos eleitorais em base metálica, dobrando, conseqüentemente, os mínimos antes exigidos. Não se falava em analfabetos, naquele tempo; não era necessária essa discriminação para afastar o povo dos direitos políticos; o povo era privado desses direitos pelas exigências da renda. A lei era clara: só "altos e poderosos senhores" podiam ser eleitos.

Mas, em 1850, o Brasil tinha pouco mais de oito milhões de habitantes, dos quais mais de dois e meio milhões eram escravos. Isto é: em cada três brasileiros, um era escravo. Decreto de 5 de julho de 1876 declarou que o País tinha 1.486 paróquias eleitorais e 24.637 eleitores, para uma população de dez milhões de habitantes. O eleitorado, assim, reduzia-se a 0,25% da população. Esta exiguidade mostra a tremenda pobreza da classe média brasileira, na época: ela não participava

do elementar direito eleitoral, próprio e privativo da classe senhorial. No Município Neutro, segundo dados citados por Joaquim Nabuco, o colégio eleitoral inferior a 6.000 eleitores compunha-se de 2.121 funcionários civis e militares, 1.076 negociantes, 616 proprietários, 398 médicos, 211 advogados, 207 engenheiros, 179 professores, 145 farmacêuticos, 236 artistas, 58 guarda-livros, 76 clérigos, 56 despachantes, 27 solicitadores, etc.

"As eleições primárias — conta um historiador — sempre foram a tuburlência e a pancadaria dentro e fora das igrejas, à pergunta sacramental se alguém tinha que denunciar suborno ou concluio para que a eleição recaísse em determinadas pessoas. Nesses conflitos, venciam os grupos mais poderosos ou *mais vantajosamente* armados. As eleições secundárias eram a fraude, a assinatura dos eleitores em folhas de papel em branco remetidas aos presidentes das províncias". João Francisco Lisboa, severo observador dos costumes, depõe assim: "A violência parece ser uma das condições indeclináveis do nosso sistema eleitoral. Durante a crise, e sobretudo no dia da eleição, o espanto e o terror reinam nas cidades, vilas e povoações; os *soldados e carcereiros* percorrem armados as ruas e praças; há gritos, clamores, tumultos de todo genero. dir-se-iam os preparativos de uma batalha, não os de um ato pacífico, e a cena do feito termina às vezes com espancamentos, tiros e descargas". O ensaista maranhense define adiante as eleições, na época, como "sistema combinado da trapaça, falsidade, traição, imoralidade, corrupção e violência".

As alterações ocorridas na sociedade brasileira, na segunda metade do século XIX, que desembocariam na mudança de regime, conseqüentes às alterações ocorridas na estrutura econômica do País, pressionariam no sentido da inevitável ampliação dos direitos políticos. A agitação começou em 1855, com a Lei dos Círculos. Contra ela manifestou-se o Senado num pronunciamento característico: "Os deputados e senadores não sairão mais dentre as pessoas notáveis e bastante conhecidas para se fazerem aceitas por uma província inteira; os empregados subalternos, as notabilidades de aldeia, os protegidos de alguma influência local serão os escolhidos". Era a reação dos senhores rurais contra "a chusma". Cresceu a agitação com a

reforma eleitoral pela eleição direta, tese dos liberais, desde 1862, que o Gabinete Sinimbú tentaria transformar em lei, o que só ocorreria com o Gabinete Saraiva, em 1881. Os debates foram longos e agitados: o projeto proposto por Sinimbú, vitorioso na Câmara por 81 contra 16 votos, foi acintosamente rejeitado pelo Senado. Mas, mesmo na Câmara, o dispositivo que concedia aos não católicos o direito de voto foi recusado, motivando a invectiva de Silveira Martins: "Câmara de servís!"

Mas já naquele tempo se levantava, com José Bonifácio, o Moço, o direito de voto para os analfabetos. A reforma mantinha as exigências fundadas na renda, e a nova concessão se tornaria inócua. E Joaquim Nabuco queria que "o direito de voto fosse extensivo a quantos a lei impõe o dever de morrer pela pátria, de modo que o sistema eleitoral não continuasse a ser uma comédia cheia de incidentes trágicos, ou uma tragédia cheia de incidentes cômicos". A queda do Gabinete Sinimbú transfere o problema ao Gabinete Saraiva. Este chefe liberal ascende ao lugar que deveria caber a Nabuco de Araújo e que não lhe foi dado porque era partidário do sufrágio universal. Nabuco dissera, antes: "A eleição será de poucos, tão concentrada como está a propriedade... O remédio para isso estaria, Senhores, no imposto territorial que dividisse a grande propriedade inútil ou não cultivada e concorresse para regularizar as posses dos colonos ou rendeiros, e os direitos respectivos". Palavras que, em 1871, correspondem ás alterações sociais a que reação conservadora ficaria surda. Palavras que custaram a quem as disse o alijamento da chefia do Gabinete que tornaria vitoriosa a eleição direta, num projeto rascunhado por Rui Barbosa, que sugeriria também um imposto sobre os aluguéis de casas, habitualmente majorados, em recibos falsos, destinados a provar que o inquilino pagava mais de cem mil réis anuais pela residência alugada, sendo esta uma exigência eleitoral cujo sentido discriminatório é evidente.

A eleição direta afetava apenas o formal, porém. Não tocava a essência do problema da representação. Ainda assim, a tramitação do projeto foi lenta, agoniada, tempestuosa. O mal não estava na lei, argumentava-se, mas "na massa ignorante da nação". Escrevendo ao seu querido Gobineau, o Imperador afirmava, referindo-se ao problema: "Em todo caso, eu não tenho confiança senão na educação do povo". Pedro

II achava que o sufrágio universal era uma calamidade e que novas leis eleitorais "só poderiam ser perfeitamente bem sucedidas quando a educação política for outra que não a do nosso povo". Era antiga, e peculiar a uma sociedade dominada por "altos e poderosos senhores", a tendência em atribuir todos os males à "ignorância" do povo, e a admitir que só a "educação" deste permitiria o *avanço político*. E estava claro que os "altos e poderosos senhores" não estavam interessados nem na educação do povo nem em seu avanço político.

A aplicação da lei provou a sua incuidade: "quando o Senador Dantas, Presidente do Conselho, assegurou à Câmara, em 1884, que a oposição teria do Governo, nas eleições daquele ano, as maiores garantias de liberdade, correu pelos bancos dos conservadores uma gargalhada geral: era porque os profissionais da fraude já estavam senhores das fraquezas da lei, portanto do segredo de burlá-la, e sabiam o que podiam valer aquelas promessas de garantia", depõe um historiador. Em 1886, em plena campanha abolicionista, os conservadores no poder asseguraram a eleição de uma Câmara de prática unanimidade conservadora; e o Gabinete liberal de Ouro Preto, o último do regime, asseguraria, no poder, uma Câmara de prática unanimidade liberal. Nabuco de Araújo dizia que não havia, no Brasil, possibilidade de se formarem verdadeiros partidos políticos, "porque a sociedade brasileira era em geral homogênea e não havia nela, portanto, nada que a pudesse dividir profundamente". Realmente, a área política, — não a nação, — era homogênea, porque monopolizada pela classe dominante; o povo estava excluído dela. Se aquela área pertencia a uma só classe, não havia, de fato, divisão profunda entre as facções partidárias. A divisão existiria, e seria profunda, se da área política, e da representação particularmente, participassem as classes que constituiam o *povo*. E isso não acontecia.

Daí, conseqüentemente, a estreiteza do campo eleitoral, reduzido, já no final do regime, àquelas duas e meia dezenas de milhares de leitores a que se referira Nabuco, a 0,25% da população do País. E as escolhas, que hoje nos parecem curiosas, mas que eram naturais, de um senador, como Afonso Lamounier, em Minas Gerais, por 54 votos, em 1888, já nos fins do regime. Taunay reuniu os dados eleitorais relativos ao Senado

do Império, em um de seus trabalhos, sempre copiosos de informação. Examinemos esses números que comprovam a estreiteza do campo eleitoral, o monopólio sobre ele exercido pela classe dominante, a exclusão total do povo da vida política.

Na primeira escolha de Senadores, em 1826, para só falar nos que foram nomeados, o Pará elegeu J. J. Nabuco de Araújo com 94 votos; o Rio Grande do Norte elegeu Afonso de Albuquerque Maranhão com 21 votos; Alagoas elegeu Felisberto Caldeira Brant Pontes com 67 votos; o Espírito Santo elegeu Francisco dos Santos Pinto com 31 votos; Santa Catarina elegeu Lourenço Rodrigues de Andrade com 32 votos; Mato Grosso elegeu Caetano Pinto de Miranda Montenegro com 10 votos; São Paulo elegeu José Feliciano Fernandes Pinheiro com 108 votos; o candidato que alcançou maior votação foi Francisco Carneiro de Campos, na Bahia, com 502 votos. Nos meiados do século, o Amazonas, em 1852, levou ao Senado Herculano Ferreira Pena com 45 votos; o Espírito Santo, em 1850, a José Martins da Cruz Jobim com 64 votos; Mato Grosso, em 1854, a José Antônio de Miranda com 65 votos. Nos fins do regime, era ainda possível a escolha de um senador preferido por apenas 158 votos, como aconteceu, no Espírito Santo, em 1879, com Cristiano Benedito Otoni. O senador que alcançou maior votação em todo o período monárquico foi Evaristo Ferreira da Veiga, em 1887, em Minas Gerais, com 10.572 votos, sendo escolhido em detrimento de Manoel José Soares, que alcançara 10.900 votos. Logo após a adoção da eleição direta, e em um dos maiores colégios eleitorais do país, na Bahia, Rui Barbosa foi reconduzido à Câmara com pouco mais de 400 votos. Claro está que o povo não participava dos pleitos eleitorais e, portanto, na época, da atividade política, e, conseqüentemente, do poder.

A república burguesa é a forma política corrente que promove a ascenção capitalista seja, como nos Estados Unidos, sob roupagens clássicas, seja, como em países europeus, apenas disfarçada sob aspecto que revelam a conciliação com remanescentes feudais, chegando, na Inglaterra, a ostentar uma imponente e inócua fachada monárquica. Mas, no Brasil, a república não surgira de um processo por assim dizer clássico, o processo em que ela aparece como o coroamento final das relações capitalistas amplamente implantadas. O capitalismo brasileiro dava apenas os primeiros passos, e carregava pesadíssimas heranças, a do passado escravista e a da resistência das relações feudais peculiares a uma área colonial. Devia, por tudo isso, apresentar uma fachada que a identificasse com as repúblicas existentes, — com o seu aparato institucional, — e um fundo em que se escondiam as profundas deficiências políticas ligadas ao atraso econômico. O capricho na fachada foi levado a extremo rigor, e adaptou-se, — não houve cópia, como se afirma geralmente, — a mais avançada lei básica, a dos Estados Unidos, para vestir o corpo desigual do País ainda recém egresso do escravismo. Concederam-se ao povo, formalmente, os direitos democráticos peculiares à revolução burguesa, mas não foram criadas as condições, — nem estava no poder dos indivíduos criá-las, — que permitissem tornar concretos aqueles direitos.

No que diz respeito à representação, e só este aspecto nos interessa aqui, revogou-se de plano o sistema eleitoral fundado na renda para se estabelecer o sufrágio universal. E só então surgiu, porque só então se tornou necessário, o problema do analfabeto. O voto era um direito concedido apenas aos homens maiores, com as exclusões conhecidas dos incapazes; mas apenas aos homens maiores que soubesem ler e ecrever. Ficava, assim, excluída a mulher, — uma grande vítima da sociedade burguesa. Ficava excluído também o analfabeto. Se alfabetizar-se fosse um ato de vontade, apenas, isto é, se o regime tivesse condições para oferecer a todos o ensino de alfabetização, ainda assim a discriminação seria discutível. Como não era esse o caso — o Brasil estava longe de atingir uma etapa de desenvolvimento em que a alfabetização se constituísse em objetivo da classe dominante — a discriminação tinha um sentido antidemocrático evidente, e um claro conteúdo de classe. Foi aceita, entretanto, com naturalidade, por todos os motivos ligados ao meio e à época, e ainda porque a inteligência conservava, no Brasil, e ainda conserva, um timbre aristocrático, que classifica o homem culto, ou mesmo aquele rudimentarmente dotado de meios de entendimento e de expressão.

Encerrado o período de turbulência, em que a classe dominante, a dos latifundiários, associada à burguesia nascente que participava da mudança do regime, retomou o poder e dele excluiu sumàriamente os representantes da pequena burguesia, os militares que haviam participado dos acontecimentos, articulou-

se um aparelho político simples, simétrico e eficiente, a que o governo Campos Sales deu pleno acabamento com a "política dos governadores": os Estados federais eram entregues às oligarquias locais, ou à conjugação delas, que os geriam como feudos, e limitavam ao mínimo a representação. Os candidatos eram escolhidos pelo aparelho político, que os selecionava, e eram por ele consagrados em ,prélios eleitorais meticulosamente montados com o concurso de funcionários bem treinados no ofício. As autoridades eleitorais eram as comuns, e todas da confiança das oligarquias, que monopolizavam o provimento das funções públicas, servindo-se delas para acaudilhar as componentes pequeno-*burguesas.*

O quadro aparece em todos os seus traços justamente nos episódios que contrastam com a rotina, nos casos de dissenção, de discrepância, de oposição: quando algum candidato não escolhido pelo aparelho oficial tenta o sucesso das urnas, quando isso ocorre no plano nacional, com a substituição do presidente, quando das derrubadas de oligarquias, etc. Contra os insubmissos lança-se a força total do aparelho, desde a política até o mecanismo das nomeações, desde o comando dos "coronéis" até o engenhoso sistema das atas falsas. E tudo culmina nos reconhecimentos, quando as comissões especiais, no Congresso, depuram tranqüilamente os adversários, nas "degolas" conhecidas, afastando os que ousaram infringir essa curiosa ortodoxia da obediência. As eleições não merecem fé, as apurações não merecem fé, os reconhecimentos não merecem fé. E isto durou até 1930, quando as condições do País impuseram mudança. Foi então que um dos mais sagazes seguidores dos velhos processos disse a conhecida frase: "Façamos a revolução antes que o povo a faça". Traduzida em linguagem corrente, poderia ser entendida assim: "Façamos, nós da classe dominante, as modificações necessárias para que permaneçamos como classe dominante".

A revolução de 1930, que correspondeu a novo impulso da burguesia brasileira para ampliar a sua participação no poder, com o apoio da pequena burguesia, criou um sistema eleitoral diferente, tornando o voto secreto, extensivo às mulheres e apurado por um aparelho especial, uma justiça específica. Manteve, entretanto, a exclusão dos analfabetos, isto é, dos elementos que não tinham, por condições de classe, acesso à cultura. A classe dominante não lhes permitia esse acesso, e punia-os por isso.

Mas aí as condições eram muito diferentes: havia um operariado numeroso, dotado do mínimo de organização, e uma pequena burguesia cada vez mais interessada pelo problema político. As agitações da primeira República, rebeliões militares, campanhas de Rui Barbosa, tenentismo, assinalavam o fim de um sistema. O surto industrial, durante a primeira Grande Guerra, fizera crescer rapidamente o proletariado; antes de terminado o conflito, apareceram as primeiras grandes greves; o Partido Comunista foi organizado, em 1922, e a principal estrela do tenentismo aderira às "doutrinas exóticas" às vésperas da revolução de 1930. O engenhoso sistema eleitoral, em que os mortos votavam, as "degolas" se sucediam e as quarteladas alvoroçavam o País, estava condenado. Era mesmo necessário antecipar-se à revolução popular.

Mas, logo após a revolução que alterara o sistema eleitoral da forma antes referida, quando a vida política recebia saudável sopro renovador, apareciam personagens novos, partidos novos, correntes novas de opinião, as oligarquias trataram de alijar os elementos ligados ao tenentismo, vindos no bojo do movimento militar, representantes típicos da pequena burguesia. Como os militares que fizeram a República, eles eram bons como instrumento, como executantes, como agentes da tomada do poder; para governar, para participar do poder, apresentavam inúmeros inconvenientes: tinham honestas idéias reformistas, algumas vezes, e até mesmo, em uns poucos casos, procuravam pô-las em prática; não respeitavam antiquíssimos direitos adquiridos, tradições mantidas pelo conformismo, desejavam representação democrática e mesmo justiça. Era demais, evidentemente. Começou a reação que, iniciada com a rebelião de 1932, deveria encrespar-se na vigorosa campanha de repressão que levou à revolução de 1935 e, pelos tortuosos caminhos do *estado de sítio* e do *estado de guarra,* chegou finalmente, à ditadura do Estado Novo. Durante dez anos, o Brasil não conheceu eleições.

A segunda Guerra Mundial permitiu ao País novo impulso à sua industrialização, entrando agora no campo dos bens de produção. A derrota do nazi-fascismo impunha o retorno das instituições democráticas. Foi adotada, então, a legislação eleitoral anterior, com pequenas modificações, mantida a discriminação do analfabeto. A vida política voltou a agitar-se e novo período intercalar e breve de liberdade de opinião ocorreu. O

grande fantasma, agora, era o proletariado: cumpria reduzí-lo. Foram tomadas as medidas necessárias: cassou-se o mandato de mais de vinte parlamentares comunistas, fora os estaduais, colocou-se o Partido Comunista na ilegalidade, controlou-se a atividade sindical nos moldes da ditadura estadonovista. Os governantes da primeira República diziam que a questão social, no Brasil, era um caso de polícia; os da segunda tornaram-na, realmente, um caso de polícia. Supunham-na passível de solução através das ações do subdelegado. O aparelho de prevenção e de repressão a qualquer idéia que não coincidisse com os interêsses da classe dominante cresceu e se especializou, passando, inclusive, a ser controlado pelo imperialismo. Até se transformar, nos dias que correm, nessa organizada e rendosa "indústria do anticomunismo", a que estamos assistindo.

O eleitorado brasileiro compreendia, em 1945, quando o Brasil retomou a fachada democrática, 7.460.000 eleitores. Em 1954, atingiu a 15.105.000. Para as eleições de 1958, foi exigida rigorosa depuração. Preocupava a determinadas forças políticas dominantes a crescente participação popular nas eleições. O objetivo foi excluir os que "mal sabiam assinar o nome" e tinham a ousadia de pretender competir com os doutores, de participar da escolha política. Em todos os países, normalmente, o eleitorado cresce com o tempo, quando menos pela simples força do aumento vegetativo da população adulta. No Brasil, assistiu-se a esse fato singular: a redução do eleitorado que, dos ..... 15.105.000 de 1954 passou aos 13.780.000 de 1958. Mais de um milhão de brasileiros perdeu o direito de votar. Desses quase quatorze milhões, compareceram ao pleito daquele ano apenas 11.340.000; em cada cinco brasileiros, um deixou de usar o direito de voto. Não se apurou, certamente, mas é fácil deduzir que, entre os quase dois milhões de faltosos, haveria esmagadora maioria de elementos do *povo.*

Comparando o eleitorado de 1958 com a população do País, à base do censo de 1950, chega-se à triste conclusão de que constituia parte minoritária da população ativa. Havia, no Brasil, realmente, cerca de 31.000.000 de maiores de 18 anos. Um eleitorado de 13.789.000 constituia, portanto, 44% daquela população adulta. A maioria dela, apta pela idade ao exercício do voto, ficava privada de votar: quase 17.000.000 de brasileiros sofriam dessa privação, em 1958. Se considerarmos as estimati-

vas da população para 1962, verificaremos que o total de brasileiros gira em torno de 75.000.000, e o total de maiores de 18 anos em torno de 45.000.000. O eleitorado, entretanto, permanece sendo da ordem de 15.000.000. Isto quer dizer que, se, em 1958, em cada dois brasileiros maiores, um era privado de votar, em 1962, em cada três brasileiros maiores, dois são privados de votar. É, assim, uma democracia que encolhe, enquanto o País se amplia. Mas esse encolhimento é o objetivo ideal das classes dominantes, que almejam uma consulta eleitoral ainda restrita, censo alto, eleição indireta, governo de elites, e outras fórmulas que apenas revelam horror ao povo, receio de suas sentenças, pavor de seus pronunciamentos.

A discriminacão contra o analfabeto está longe de ser universal. Ao contrário, está ligado ao colonialismo mais retrógrado e revela a presença de classes dominantes incompatibilizadas com as mais rudimentares formas de democracia. Tal discriminação não existe na Inglaterra, mas não existe também na Índia, nem no Ceilão, nem na Indonésia. Constitui, pois, fórmula antiquada destinada a negar ao povo os direitos políticos. Proibindo o voto ao analfabeto, realmente, proibe-se o voto ao menos provido de meios materiais, aos pobres, desde que, no Brasil, educação é privilégio de classe. isto é, depende da posse de meios materiais. O proletariado não dispõe desses meios; o campesinato também não dispõe desses meios; é o *povo,* por conseguinte, que não dispõe desses meios. No Ceará, para mencionar apenas um exemplo, havia 70% de analfabetos, na Capital, em 1940, baixando para 68%, em 1950; no sertão, em 1950, a maioria dos municípios apresentavam um índice de 77,4% de analfabetos, em alguns atingia a 88%, e 75% da população cearense estava no campo. Indaga-se: quem votava, no Ceará, que classes estavam representadas nesse eleitorado? Esta é uma forma de discriminar. Mas há formas de proteger, de criar e manter privilégios. Para indicar uma delas, tomemos outro exemplo, o de Sergipe: os impostos que gravam os latifundiários permanecem ali, insignificantes, o territorial jamais atingiu 3% do total dos impostos (era de 2,08% em 1945, e de 2,49% em 1958); o de transmissão *causa mortis* jamais atingiu 2% do total de impostos (era de 1,06% em 1945, e de 1,99% em 1958). Assim se caracteriza uma estrutura econômica que condiciona a estrutura social e molda a estrutura política.

Mas não é tudo, está muito longe de ser tudo. Não apenas se nega a parcelas majoritárias do povo os direitos políticos. Vai-se mais longe, conspurcando a participação das reduzidas parcelas de povo que têm acesso a esse direito privativo das elites. No Ceará, as eleições de 1958 realizaram-se em plena seca, fenômeno que apenas dá colorido às misérias do latifúndio, empobrecendo mais os pobres e enriquecesdo mais os ricos, e constituindo-se, em suma, num dos mais rendosos negócios de latifundiários e comerciantes da zona assolada. Segundo depoimento insuspeitos, os órgãos destinados a acudir às vítimas do flagelo funcionaram como órgãos eleitorais, carreando recursos para os candidatos das classes dominantes. É conhecida a longa história eleitoral de órgãos como o DNOCS e o DNER. Eis um depoimento, entre muitos outros, de como se processam as eleições: "Cabo eleitoral de candidato de bolsa bem recheada, conforme fotocópia existente, escreveu bilhete no verso da chapa de um político cearense, em presença do candidato a vereador da UDN, sr. Pedro Rodrigues, de Porteiras, propondo comprar votos de um a vinte a Cr$ 1.500,00; de vinte em diante a Cr$ 2.000,00. Assinou o proponente com a maior naturalidade do mundo. O original acha-se à disposição da Justiça Eleitoral. O escândalo não ficou só nisso. Na apuração, em Milagres, perante a respectiva Junta Eleitoral, estavam vereadores que tinham vendido votos aos ricaços vindos da Capital, a fim de comprovarem a saída dos mesmos nas urnas para o direito de recepção da segunda parcela do contrato. A primeira fora paga à vista".

Outro depoimento: "Os negócios de compra e venda de votos, às claras, sem a mínima reserva, assumiram naquele município proporções nunca vistas no interior do Estado. Para deputado federal, houve quem gastasse um milhão e meio de cruzeiros. Para deputado estadual, a despesa de cada um atingiu 350 mil cruzeiros". Terceiro depoimento: "Ao chegar em Porteiras, verifiquei que candidatos procedentes desta Capital e de outras partes do Estado haviam instalado, no centro da praça principal... seus quartéis-generais e passavam a comprar votos à razão de Cr$ 1.000,00. O eleitor recebia 50% no momento da transação, assinava uma promissória e deixava o título com o candidato ou seus agentes até o momento de votar. Após a votação, recebia o saldo... Mais tarde, porém, surgiu um problema novo: certos candidatos elevaram a cotação do voto para

Cr$ 2.000,00. Em face disso, diversos eleitores voltaram à presença daqueles aos quais já haviam vendido os votos, tentando rescindir os contratos... A fim de assegurar a votação comprada, houve candidatos que instituíram o "voto de mochila". Distribuiam as suas cédulas dentro de minúsculas sacolas de morim, dotadas de um elástico que o eleitor prendia à perna quando ia votar. Isso evitava que a chapa viesse a ser trocada pelos candidatos ou chefes locais".

Esta, entretanto, é a pequena corrupção. Mais importante, mais significativa, é a grande corrupção. No pleito presidencial de 1960, as forças políticas ligadas ao imperialismo, aos latifundiários e à alta burguesia realizaram "investimento" gigantesco. A mobilização de recursos para dominar e controlar os órgãos de orientação da opinião pública foi um espetáculo variado e curioso. Aquelas forças operaram uma demonstração de poderio econômico capaz de desanimar qualquer pessoa habituada a acreditar na representação eleitoral. E, hoje, já se chegou à conclusão de que as possibilidades de eleição de candidatos populares reduzem-se enormemente, diante do poderio econômico. Pois ainda mesmo essa precaríssima democracia, em que todos são desiguais perante a lei, pode levar as classes dominantes a derrotas e a situações difíceis, como aconteceu em agosto de 1961. Resta-lhes, em casos tais, pelos seus agentes, declarar interrompido o processo democrático, inválida a vontade popular, quebrados os dispositivos constitucionais. Detidos pela reação do *povo*, num episódio de profunda significação, aqueles agentes manobraram para uma emenda constitucional votada na calada da noite, tirando ao povo o direito de ter no poder o candidato de sua predileção. Tais decisões não revelam força, entretanto; revelam fraqueza. O imperialismo, os latifundiários e a alta burguesia não têm mais condições, no Brasil, apesar da grande e da pequena corrupção, para viver sob regime democrático, ainda que débil. Suas possibilidades para isso chegaram ao fim.

Resta-lhes uma nova linha de ação, que reduza ao mínimo ainda a própria representação eleitoral, com a elaboração de normas eleitorais, como em outros e grandes países, quanto à tradição política. A lei eleitoral francesa, por exemplo quebra inteiramente a proporcionalidade direta entre o número de eleitors e o número de representantes que escolhem. A lei eleitoral argentina estabelece que o partido majoritário fica, automatica-

mente, com maioria esmagadora de representantes, mesmo que a sua vitória tenha sido por reduzida margem, não havendo também proporcionalidade direta, mas inversa, entre o número de eleitores e o número de representantes. Há leis eleitorais de todos os tipos, evidentemente, e encontra-se sempre uma que sirva à espoliação da vontade popular. O problema é velho, as soluções variadas são velhas também.

Nos Estados Unidos, por exemplo, após a Guerra de Secessão, a 14.ª Emenda à Constituição dava aos negros o título de cidadãos e o direito ao voto. Para evitar que os sulinos a burlassem foi baixada a 15.ª Emenda, determinando que nem a União nem os Estados podiam impedir o direito de voto a qualquer cidadão, não importando "a raça, cor, ou prévia condição de servidão". Foram aprovadas, entretanto, leis estaduais que proibiam o direito de voto aos que não fossem proprietários de certa extensão de terras. Os negros quase não possuiam terras e perderam, assim, aquele direito. Aconteceu que muitos brancos também não possuiam terras. Foi deliberado, então, que poderia votar todo aquele que pudesse ler um trecho da Constituição ou compreendesse a sua leitura, mesmo que não tivesse a porção de terras exigida pela lei. Todos os negros, praticamente, eram analfabetos, e foram privados do direito de votar. Mas aconteceu que havia também analfabetos brancos: quanto a estes, a autoridade escolhida pelos brancos decidia que entendiam perfeitamente o texto da Constituição que lhes era lido. Tais leis não podiam ser inquinadas de inconstitucionalidade: não violavam o direito de sufrágio por motivo "de raça, cor, ou prévia condição de servidão". Se isso aconteceu no Sul, as coisas, no Norte, apresentavam aspecto diferente, mas no mesmo sentido. Lá, a discriminação era contra os imigrantes. Os Estados do Norte, então, estabeleceram a condição de saber ler e escrever para a conquista do direito de voto. Todas as leis discriminatórias foram mantidas pela Corte Suprema, que só liquidou a chamada "cláusula do avô", que estados nortistas defendiam, exigindo-se dos novos eleitores que provassem, para conquista do direito de voto, que os seus respectivos avôs já tivessem gozado desse mesmo direito em 1860.

Há sempre possibilidades, pois, para a elaboração, pelos representantes de forças políticas retrógradas e agonizantes, de leis eleitorais que lhes prolonguem a agonia e a posse do poder.

Mas tais leis, no fim de contas, provocam a reação profunda do povo e podem levar a situações difíceis. Acontece que, ainda na vigência delas, as classes dominantes, ou os seus grupos no poder, sejam derrotadas. Resta, como na Argentina, declarar, com a simplicidade da violência, que as eleições em que o governo é derrotado não são válidas, que as eleições existem apenas para conferir chancela democrática à ditadura de classe. Essa confissão é muito difícil de ser feita. Seria a confissão de que as classes dominantes, no exercício do poder, não representam o *povo*, como alardeiam.

Há que distinguir, finalmente, entre corpo eleitoral e *povo*. No caso particular do Brasil, vimos como, entre 45.000.000 de adultos, só 15.000.000 são eleitores: população é uma coisa, *povo* é outra; população adulta é uma coisa, *povo* é outra. Eleitorado é uma coisa, *povo* é outra. Que distinção existe entre eleitorado e *povo*? No caso particular do Brasil, as classes estão desigualmente representadas no corpo eleitoral de 15.000.000 de pessoas: é provável que a quase totalidade dos latifundiários e da alta burguesia faça parte do eleitorado; os seus elementos têm para isso, desde que adultos, todas as condições, nada há que os discrimine. Mas já as outras classes estão representadas no eleitorado por frações, e não pela totalidade: essa fração pode ser estimada como razoável no que diz respeito à pequena burguesia, mas o mesmo não acontece com o campesinato, representado por fração mínima de seus elementos, e pelo proletariado e semiproletariado que, embora representado por uma fração maior do que a do campesinato, está longe de integrar o eleitorado na proporção de sua força numérica. Se isso acontecesse, os resultados eleitorais, em nosso País, seriam muito diferentes do que têm sido. Dizer, pois, que as eleições representam a oportunidade em que o *povo* se manifesta, define a sua vontade, escolhe os seus representantes, é uma falsidade que não resiste à menor análise. Um exame meticuloso da composição de classe do eleitorado brasileiro prova que as classes estão nele desproporcionalmente representadas, sempre em detrimento daquelas que, realmente, constituem o *povo*. É fácil, aliás, verificar o fato, pela desproporção, evidente à simples observação, entre a vontade popular, manifestada, aqui e ali, por acontecimentos e processos não sistemáticos, e a vontade do eleitorado, manifestada por ocasião dos pleitos.

Mas chegou, sem a menor dúvida, a fase em que as tarefas progressistas e revolucionárias desta etapa histórica, em nosso País, têm de ser cumpridas, em que o seu cumprimento é inevitável. Se elas se cumprirão por um processo meramente político ou se serão cumpridas por um processo violento, depende das classes dominantes superadas e do imperialismo a que servem, sendo certo que o povo prefere o caminho pacífico. As classes dominantes, no Brasil, assumem cada vez mais o papel de forças subversivas — elas sim — porque desrespeitam a lei, sempre que o cumprimento da lei lhes fere ou ameaça os interesses. São elas que fomentam a agitação no País, pelo uso e abuso da autoridade e da violência, criando situações de intranqüilidade e ferindo todos os direitos. São elas as minorias insatisfeitas. São elas que servem a interesses estrangeiros, por eles subvencionadas largamente. São elas a anti-nação, rasgando e negando tudo o que é nacional, o interesse nacional, a riqueza nacionl, a cultura nacional.

Quem é o *povo*, hoje, no Brasil? São as partes da alta e da média burguesia que permanecem fiéis ao seu País, é a pequena burguesia que, salvo reduzidas frações corrompidas, forma com os valores nacionais e democráticos, é o numeroso campesinato que acorda para a defesa de seus direitos, é o semiproletariado e, principalmente, o proletariado, que se organiza amplamente e comanda as ações políticas. É este o *povo* que vai realizar a Revolução Brasileira.

PERSPECTIVAS

A intenção de oferecer o quadro de conjunto do processo histórico brasileiro na fase contemporânea, que originou este livro, fez com que fosse dividido em estudos setoriais; quem quer que tenha um mínimo de compreensão da História, terá visto nessa divisão o mero artifício didático, necessário à facilidade do entendimento geral, e terá sentido a unidade que preside a interpretação aqui contida. Esses estudos setoriais, entretanto, mantendo embora aquela unidade, foram elaborados em momentos sucessivos e diferentes; os primeiros datam já de um decênio; os últimos, de um lustro. Nesse período, o nosso País foi palco de acontecimentos importantes, o mundo mudou muito. Tais acontecimentos e tal mudança obrigam o aparecimento, nesta terceira edição, do capítulo ora incluído, com as perspectivas do desenvolvimento do processo histórico, na fase que se convencionou conhecer como Revolução Brasileira. O autor pretende contribuir, nessa visão global do processo, para dissipar dúvidas e perplexidades, algumas antigas, a maioria ligada à interrupção do desenvolvimento democrático, no Brasil, no início do segundo trimestre de 1964.

1

O Problema das Reformas.

AO OCORRER o golpe que instaurou a ditadura em nosso País, processava-se a luta pelas chamadas "reformas de base"; a ditadura foi o recurso destinado a paralisar aquela luta, tornando irrealizáveis — na vontade consciente dos que comandaram a destruição das franquias democráticas — tais reformas, ou, no mínimo, retardando-as e colocando-as na subordinação da estrutura existente, o que corresponderia à frustação delas. O prestígio conquistado pela idéia das reformas de estrutura, no Brasil, era muito grande; poucos ousavam, de público, manifestar-se contra elas; o próprio golpe de abril afirmou-se, de início, reformista, pretendia as reformas, mas "sem agitação". Claro que largou depressa esse disfarce, como o da "defesa da Constituição" e tantos outros com que entorpeceu as resistências em muitas áreas. Mas o disfarce inicial correspondia à impossibilidade da confissão de seus verdadeiros fins: deter o desenvolvimento das reformas. É também claro, por outro lado, que, ao desvendar a sua essência, ao confessar o seu propósito de impossibilitar aquelas reformas, a ditadura perdeu força, estreitou sua base política, e isso foi, ainda, prova de prestígio das reformas.

A luta pelas reformas de estrutura serviu à intensa politização da maioria de nossa gente, teve sentido educativo inequívoco, e esse não foi dos seus menores méritos. Mostrou, nesse sentido, os erros direitistas e esquerdistas que proliferaram entre nós e que persistem após a instauração da ditadura. Analisaremos adiante a origem desses erros. Agora, interessa mostrar como estavam cegos os que supunham as reformas um fim, os que as absolutizavam, admitindo que elas nos proporcionariam o paraíso, resolveriam, definitiva e radicalmente, os nossos problemas, contituiriam ato de coroamento, o termo de tudo, — e esses pecavam de erro direitista. E como estavam cegos, também, os que as supunham estranhas aos interesses do povo brasileiro e, particularmente, aos de seu proletariado, os que as subestimavam, os que duvidavam do sentido revolucionário delas. Só poderiam interessar-se por reformas de conteúdo socialista, o resto era mero "reformismo", na pior significação pejorativa.

As reformas não tinham, realmente, conteúdo socialista, mas apenas sentido democrático geral. Quando a reação, antes e depois, particularmente depois, da instauração da ditadura, as acusava de sentido socialista, sabia o que fazia e apenas entoava o côro alarmista destinado a conquistar, pela difusão do medo, áreas ingênuas, assim neutralizadas. Os pretensos ultra-revolucionários, padecendo de erro esquerdista, desprezavam-nas pelo que elas não continham; a reação as combatia com a acusação apoiada também no que elas não continham. Mas a reação operava coerente e conseqüentemente, — sabia o que pretendia. É duvidoso que os esquerdistas tivessem, ao desprezar as reformas, a mesma consciência.

As reformas sastifaziam os que sofriam de direitismo; elas os contentavam de maneira absoluta. Não iriam mais adiante, desde que as consideravam o fim da transformação caracterizada como Revolução Brasileira. Mas lutaram por elas, interessaram-se pelo seu triunfo, e isso caracterizou como menor o seu erro. Elas não satisfaziam os que sofriam de esquerdismo, não os contentavam de forma alguma; desejavam alterações radicais, muito mais profundas. E, por isso, não lutavam por elas, não se interessavam pelo seu triunfo, e isso caracterizava como maior o seu erro. Quem estava mais próximo da reação, quanto ao resultado de atitudes, posições e ações, o direitista ou o esquerdista? É fácil responder. A deformação consistia em não saber

distinguir reformas de estrutura de reformas superficiais. A luta pelas reformas era o meio principal de fazer avançar, no Brasil, o processo revolucionário. A conquista das reformas de estrutura correspondia à derrota do imperialismo, à emancipação nacional, ao desenvolvimento material do País. Assinalavam etapa necessária da Revolução Brasileira. Qual o fim das reformas, realmente? Vitoriosas, corresponderiam a liquidar a dominação imperialista em nossa economia, a liquidar o poder dos latifundiários como classe, à ampliação da base democrática do poder. Programa modesto? Não, — programa gigantesco.

Mas, evidentemente, programa não socialista, programa desenvolvido dentro dos marcos capitalistas da sociedade brasileira. Levando, entretanto, a substancial alteração na disposição das forças sociais e políticas do País, à exclusão do poder das forças mais reacionárias. E isso era tão claro que, no processo da luta pelas reformas, antes mesmo, portanto, que elas se efetivassem, comprovava-se o debilitamento daquelas forças reacionárias, que se sentiam desesperadas por já não poder impedir o desenvolvimento, o avanço das que lutavam pelas reformas. Antes que esse progressivo debilitamento atingisse o ponto crítico — quando o aumento quantitativo se transformaria em mudança qualitativa — operou-se a intervenção cirúrgica do imperialismo. O que os nossos pretensos ultra-revolucionários não sabiam, o imperialismo sabia: que as reformas tinham sentido revolucionário, que não se tratava de simples reformismo.

Era possível realizar as reformas se o povo se unisse e se organizasse para conquistá-las; era possível, se assentassem em ampla base política-, naquilo que se conhece como frente, e justamente porque congrega, compõe, articula, une forças políticas heterogêneas, com interêsses diferentes. Não era possível realizá-las sem mobilizar e organizar essa ampla base política, essa ampla frente. A frente era possível porque as reformas interessavam, objetivamente, concretamente, as forças que a deveriam compor ou compunham, desde a burguesia nacional até os trabalhadores do campo, englobando a pequena burguesia e o proletariado e semi-proletariado. Essa frente era possível desde que as reformas não tivessem conteúdo socialista — como não tinham. Colocar o problema de reformas socialistas era, além de desconhecimento da realidade, estreitar a frente, era impossibi-

litá-la mesmo. O esquerdismo, que desprezava as reformas porque elas não tinham conteúdo socialista, esforçou-se, então, a todo transe, para lhes conferir êsse conteúdo: esforçou-se para justificar as acusações da reação.

Sempre que teve oportunidade, radicalizou as colocações e procurou arrastar as reformas para nível que não interessava e até atemorizava amplos setores da frente. As reformas eram justas, possíveis, historicamente necessárias, mas dentro dos marcos em que haviam sido formuladas e aceitas; o esquerdismo buscou, afanosamente, ultrapassar esses marcos, com a forte dose de presunção que o prestígio da idéia das reformas levantava. Colocar o problema de reformas socialistas era contribuir eficazmente para fazer malograr a frente; e a cegueira esquerdista perseguiu esse propósito com pertinácia que somou os seus esforços aos da reação, que também procurava impedir a mobilização e a organização da frente. É claro que cada uma das componentes da frente esperava das reformas as suas vantagens, o seu avanço, o seu fortalecimento. Sem isso, não se empenhariam por elas. O resultado final dependeria, entretanto, da própria luta, não poderia ser estipulado antes, sem o que não haveria frente e, conseqüentemente, não haveria reformas: quem vende a pele do leão, antes de matá-lo, acaba por morrer em suas garras, diz bem o ditado espanhol. Tudo dependeria, pois, de condições objetivas e subjetivas, isto é, do próprio processo histórico.

O esquerdismo pretendia, porém, aprioristicamente, dirigir a frente, e de acordo com as suas posições, com o seu radicalismo, com a sua "pureza revolucionária"; por definição, as demais componentes da frente deveriam obedecer, sem discutir. Sendo as reformas destituidas de conteúdo socialista, concorreriam para atrasar o advento do socialismo aqui, reforçando o regime capitalista brasileiro, — esclareciam. Tratava-se, desde logo, de prevenir esse perigo; tratava-se de tomar medidas preventivas, medidas que assegurassem o resultado futuro, que garantissem contra o reforçamento da burguesia em nosso País. O radicalismo dessa posição era apenas aparente e deriva da concepção subjetiva do processo histórico. O problema da revolução nacional e democrática só pode ser claramente compreendido — como, de resto, qualquer fenômeno ou processo social — quando historicamente situado, isto é, quando inserido no quadro da correlação de forças da fase em curso. Supor que tal

revolução seja identica à revolução burguesa clássica, ocorrida ou completada no ocidente no século XVIII, é erro peculiar aos que não obedecem à necessidade, cientificamente imperativa, de situar o problema historicamente.

Não é verdade apenas que as revoluções democráticas têm, hoje, alcance e conteúdo diferentes dos da revolução burguesa clássica; é também verdade peculiar ao caso dos países subdesenvolvidos ou dependentes, do tipo do Brasil, onde correspondem a avanço peculiar ao quadro histórico contemporâneo, isto é, ao quadro histórico da crise geral do capitalismo, da decomposição do sistema colonial, da presença e avigoramento da área socialista do mundo. A revolução democrática, nesses países, visa precisamente os mesmos inimigos com que se defrontam as nações recém libertadas do jugo colonial e a área socialista do mundo: está correlacionada, inevitavelmente, necessáriamente, ao avanço do socialismo no mundo, — apesar de não ter conteúdo socialista. Não há muralhas entre as reformas e a revolução; aquelas são etapa necessária desta. E isso, também, embora apresentando-se como socialistas puros, os nossos ultrarevolucionários não viram. Mas o imperialismo viu; viu e impediu.

A sorte do imperialismo não comporta a aceitação da reforma democrática nos países dependentes, eufemisticamente conhecidos, na maioria, como subdesenvolvidos. Manté-los dependentes exige, como premissa básica, mantê-los privados de regime democrático e de estrutura nacional. Mas, para isso, hoje, é indispensável o emprego da força, da violência militar organizada e sistematizada, onde ainda é possível, com as forças militares desses próprios países; onde já não é isso possível, com forças militares estrangeiras, simples tropa de ocupação; onde nem isso é possível, com as próprias forças militares imperialistas.

O Problema da Pequena Burguesia.

O PAPEL DA pequena burguesia no processo da Revolução Brasileira assume destacada importância e merece ser considerado e analisado em profundidade. Constitui traço histórico peculiar o precoce aparecimento e desenvolvimento da pequena burguesia no Brasil; ela já era importante na segunda metade do século XVIII, desde o advento da mineração aurífera; teve destacado papel nas conjuras e rebeliões, desde os fins daquele século, e particularmente no século XIX; recebeu, divulgou e defendeu os ideais burgueses, antes que a burguesia surgisse no palco brasileiro, colhendo nas fontes originárias européias aqueles ideais; participou das transformações políticas dos fins do século XIX, a Abolição e a República; manteve-se sempre em plano destacado nos movimentos que sacudiram o País no século XX, o Tenentismo, a Revolução de 1930, já como aguerrido destacamento vanguardeiro da burguesia; vem tendo participação ativa e às vezes até preponderante nos movimentos mais recentes, inclusive aqueles de caráter revolucionário.

Quando, no Brasil, surgiu a burguesia, hoje perfeitamente caracterizada como classe e com função política importante — e, conseqüentemente, o proletariado, que cresceu e começou a participar das lutas políticas desde os fins da primeira Guerra Mundial — a pequena burguesia começou a ver sua importância declinar. Não tem sido assim nos países recém libertados da dominação colonial, em que existe burguesia débil, ou mesmo não existe; neles, o papel da pequena burguesia assume destacadas proporções. Tudo isso tem contribuido para a necessidade de estudo aprofundado dessa camada social, revendo-se, sob os ensinamentos da prática, conceitos supostamente inalteráveis e consagrados.

Os que sonham com a uniformidade que aceita os esquemas, as transplantações, as receitas sancionadas pela prática de um país e de um momento, admitindo a extrema simplificação de processos sociais complexos, espantam-se ante a diversidade de reações que despertam fórmulas pretensamente milagrosas. Amplos estudos sobre as nações em que o proletariado industrial representa a parte fundamental da população permitem a existência de cabedal teórico de cuja importância não se pode duvidar. As dificuldades surgem quando se pretende dele extrair normas para aplicação em países de economia dependente ou em outros, apenas egressos da subordinação colonial. A base econômica e social, a estrutura de classes, variam de país a país, fazendo com que difiram consideravelmente, em conseqüência, as condições e, portanto, as formas e métodos dos movimentos políticos, os caminhos e as etapas de transição de um a outro regime. Não é possível, pois, a aplicação mecânica da experiência oriunda de países onde os operários da indústria e da agricultura constituem a maioria esmagadora da população a países nos quais as massas fundamentais são as camponesas, ou a países em que subsistem estruturas tribais, ou a outros, em que, com capitalismo em etapa inicial, não predomina a classe operária mas a pequena burguesia. Há sempre que considerar o úniversal e o particular.

A verdade é que, na heterogeneidade do mundo subdesenvolvido, é possível constatar, via de regra, que a vida econômica gira muito em torno do campesinato, enquanto a vida política gira muito em torno da pequena burguesia urbana, com a intelectualidade em destaque geralmente. A heterogeneidade da pequena burguesia oferece quadros os mais diversos e varia muito em função do ritmo com que se desintegram as formas pré-

capitalistas de produção — de que decorre a sua falta de coesão interna e a sua instabilidade, gerando nela, por outro lado, camadas específicas — a dos militares e a do clero, em geral, como principais. Sua origem, nos países plenamente desenvolvidos em regime capitalista, de outra parte, acarretou a generalização de matiz negativo, em seu conceito, e até de nota pejorativa. Onde apareceu mais cedo, entretanto, no conjunto dos países dependentes ou subdesenvolvidos, ela se caracterizou como herdeira e depositária dos melhores valores burgueses da fase ascencional, particularmente dos valores éticos que a burguesia dos países plenamente desenvolvidos no capitalismo já atirou fora há muito tempo.

Nos países subdesenvolvidos ou dependentes, em que as relações capitalistas não alcançaram ainda a sua plenitude, onde a classe operária é pouco numerosa ou carece de organização ou esta é ainda precária, os movimentos políticos de libertação e de avanço sofrem a influência poderosa da pequena burguesia; à frente desses movimentos aparecem, com freqüência, elementos da intelectualidade, das forças armadas, do clero, das organizações estudantis, dirigentes nacionalistas, — e a coloração nacionalista assume forma impetuosa, às vezes avassaladora. Quando adquirem essa força é porque repousam também na participação das massas trabalhadoras que, embora pouco numerosas ou representadas por camadas extra-industriais ou pré-industriais, ou desprovidas de sólida organização, funcionam como fator aglutinante indispensável nas alianças de classes para o avanço social. Em tais países, conforme o seu desenvolvimento econômico e sua estrutura de classe, esses movimentos políticos podem ter à frente a burguesia, a pequena burguesia ou o proletariado, quando as reivindicações nacionais da primeira encontram apoio nas outras. Conforme a vanguarda e o comando pertença a cada uma, será o caráter do movimento; acontece, freqüentemente, que o papel vanguardeiro passa, sucessivamente, de uma a outra dessas classes, e o processo dessa passagem é também desigual, não ocorrendo da mesma forma em todos os casos. Onde a burguesia nacional é fraca, a passagem da pequena burguesia à frente é inevitável e quase sempre rápida; o comando desta é sempre mais enérgico do que o da burguesia, pela sua ausência de respeito a determinados princípios que aquela consagrou e, como classe, não tem condições para abandonar.

Até o advento da Revolução de Outubro, a pequena burguesia dos países desse tipo guardava fidelidade aos princípios da revolução burguesa, particularmente aqueles de que a Revolução Francesa foi a expressão mais caracterizada. Isso ocorreu normalmente no século XIX e início do século XX. A partir da Revolução de Outubro, a pequena burguesia desses países sentiu-se cada vez mais atraída pelos seus princípios. O desejo de utilizar o socialismo como arma aflora, cada vez com mais força e clareza, nos movimentos da pequena burguesia, ou em que ela tem papel e função; tais movimentos dificilmente escapam à influência do socialismo, ainda que tenham apenas caráter nacional e democrático; neles se observa a aproximação entre a pequena burguesia e o proletariado. A independência da pequena burguesia é, entretanto, muito relativa; ela oscila entre o capitalismo e o socialismo, mistura elementos de um e de outro, suas figuras mudam de campo com freqüência e a representação que têm dos princípios socialistas é imprecisa, eivada de ilusões, perturbada por estrias de utopia, conforme observou autorisado estudioso do problema. Essas falsas concepções tornam a pequena burguesia, por outro lado, presa fácil de pseudo manifestações socialistas que, por vezes, escondem tendências políticas antidemocráticas.

Acontece, assim, que, na maioria dos casos, quando o papel da pequena burguesia se destaca, quando ela participa ativamente dos movimentos políticos e tem neles peso considerável, ocorre a difusão extensiva das idéias socialistas, que conquistam rapidamente alguns de seus grupos, encontrando fácil receptividade, sem, entretanto, se desenvolverem em profundidade; esse avanço extensivo não encontra correspondência imediata e automática no avanço em profundidade, ocorre mais a transplantação do que a assimilação, levando, com freqüência, a falseamentos esquemáticos. Como constatou um estudioso, "a experiência mostra que o socialismo científico pode penetrar com grande exito entre as classes trabalhadoras não-proletárias, mas resulta difícil *viver* e sobretudo desenvolver-se nesse meio." A concepção científica do desenvolvimento da realidade não vive da simples adoção, realmente; ao ser aceita, não converte, automaticamente, as pessoas em suas dominadoras; para superar a simples aceitação, é indispensável a prática, isto é, a sua aplicação às novas condições. O radicalismo, comum nas ações

e particularmente nas formulações da pequena burguesia, resulta, assim, de deficiência teórica que gera o tipo vulgar do "revolucionário político", "socialista só por sentimento", ou as simulações de preparação teórica que se resumem em receituário — como se a ciência se constituisse em simples formulário ou uma espécie de Chernoviz para os males sociais — e se delicia nas citações dos clássicos, forma superficial de falsa erudição que, entretanto, fascina os espíritos simples.

Essas observações enquadram perfeitamente o caso da pequena burguesia brasileira, mas não devem ser vistas, unilateralmente, como a sua condenação, a subestima de sua importância, da grandeza de seu papel. Há que ver, também, outros lados do problema e principalmente as condições objetivas. Elas nos mostram como a implacável exploração imperialista leva à revolta as camadas pequeno burguesas em nosso País; como a ostensiva e brutal intervenção monopolista em nossos problemas internos a irrita; como o indisfarçado apoio que dão às forças internas mais reacionárias a esclarece; como a gravíssima situação econômica e financeira do País a afeta; como, em suma, o acelerado aprofundamento das contradições sociais a impulsiona — e até mesmo a parcelas da burguesia — no sentido revolucionário, e como, no fim de contas, a própria realidade contribui para dissipar nela as ilusões, a fascinação natural pelas reformas do socialismo utópico.

Tudo isso leva à passagem da simples aceitação à assimilação, perfeitamente possível porque, pelo caráter da Revolução Brasileira, os ideais de transformação social coincidem plenamente, pelo menos na fase atual, com os interesses de classe das massas pequeno burguesas, alicerçando os seus ímpetos revolucionários. Essa aproximação, entretanto, entre o socialismo científico e as massas pequeno burguesas, não se processa de forma instantânea, admitindo sucessivas etapas. De qualquer forma, a aspiração à independência econômica do País, em contradição com a imposição de dependência pelo imperialismo, assumindo formas cada vez menos disfarçadas, obriga a conjugação das massas trabalhadoras não-proletárias às proletárias e impulsiona aquelas à compreensão mais alta do processo. Apesar de que a pequena burguesia, e nem só no Brasil, encerra, por condições naturais, o conflito entre o princípio da propriedade e o princípio do trabalho, a vida a obriga a aceitar o primado deste, resultando tal aceitação de sua própria experiência, além da experiência do proletariado. O fato é,conforme os estudiosos já têm assinalado, que os princípios do socialismo científico ultrapassaram os marcos da classe operária: "Não só surgiu a possibilidade de fundir o socialismo científico com os movimentos revolucionários da pequena burguesia como, em alguns países, aparecem cada vez mais sintomas de que, em certa medida, esta fusão está se realizando na prática."

A pequena burguesia, no processo, abandonará, progressivamente, as suas ilusões mais comuns: a de que "a maior pobreza, independente do lugar ocupado na produção social e nas relações sociais, constitui a melhor e única garantia de revolucionarismo", a idéia simplista da igualdade; mas, fundamentalmente, a idéia, tão acentuada nela, de saltar etapas inevitáveis, em situações difíceis, e que pode conduzir a sérios revezes, esperando-se do povo ações para as quais não está preparado, compreensão a que ainda não atingiu e possibilidades que a vida não apresenta. O desprezo pelas reformas democráticas gerais, de conteúdo não socialista, leva à tendência, peculiar à pequena burguesia, de avançar prematuramente, estreitando a base de massas, comprometendo a aliança de classes e até mesmo os ideais pelos quais luta. Ela não quer compreender as diferanças que existem entre a luta em países como o Brasil e a luta em países capitalistas desenvolvidos, onde as premissas materiais do socialismo existem; não entende, nesse sentido, que o avanço aventureiro não constitui de forma alguma prova de fidelidade a princípios, ainda que ardente e honestamente esposados; não acredita, muitas vezes, que a etapa democrática opera-se no curso da revolução anti-imperialista e antifeudal e só pode ser vitoriosa pela aliança de todas as classes que têm nela interesse; não aceita, freqüentemente, o dado real de que nem em todos países já amadureceram as condições para a realização imediata das transformações revolucionárias socialistas e que, em muitos, como o do Brasil, as forças democráticas da sociedade podem conseguir, mesmo sem sair dos marcos das reformas de estrutura, de conteúdo não-socialista, a transformação libertadora que a etapa atual impõe como justa, possível e necessária; não tolera, muitas vezes, a idéia de que dependerá em grande parte da correlação das forças de classe, do caráter do poder es-

tatal, a questão de saber se tais transformações levarão ao socialismo ou encaminharão o desenvolvimento pelo caminho capitalista.

A História assinala que tais deformações de caráter idealista têm base objetiva: repontaram, no passado, em países em que predominava a pequena produção dispersa e fragmentada; repontaram em países de proletariado débil, em que os movimentos políticos repousaram, fundamentalmente, no papel da pequena burguesia; surgem, atualmente, naqueles em que ela continua a desempenhar função destacada, desde que a base material da sociedade não proporcionou ainda a existência de proletariado numeroso, experiente e organizado. Nesses casos, o caminho do avanço foi procurado através da ação conspirativa de pequena minoria intelectualizada, pelas organizações secretas, pelos complôs, pelas insurreições planejadas e minoritárias. Refletiam o protesto revolucionário do proletariado nascente e não organizado e o peso da pequena burguesia, comandando a pregação e as ações, constituindo grupos revolucionários reduzidos, bem organizados e disciplinados que, pela via conspirativa, pretendiam presentear com a revolução as massas populares, supostamente incapazes de fazê-la. Tais ações repousavam no "princípio de que as revoluções, em geral, não se fazem por si sós, mas são feitas, que são realizadas por uma minoria relativamente reduzida e de acordo com plano elaborado de antemão e, por último, que pode começar de repente, a qualquer momento." Era a impaciência peculiar à pequena burguesia, operando isolada, ou julgando que um partido deve ser apenas organização conspirativa destinada a preparar motins; o desejo de saltar todos os obstáculos, "de se encontrar imediatamente junto ao objetivo"; a concepção da revolução como "salto instantâneo de um regime social a outro"; a crença na possibilidade de "mudar a face da sociedade por meio de um golpe acertado"; a ilusão da revolução, "não como processo, calcado em condições reais, mas como ato instantâneo".

Essas falsas concepções, muitas vezes sedutoras, levam fatalmente ao desastre. Como escreveu um mestre, "já passou a época dos ataques súbitos, das revoluções realizadas por uma reduzida minoria consciente que dirige as massas inconscientes". Já não é possível considerar seriamente os que "apresentam a própria impaciência a título de argumento teórico", os que "imaginam que, saltando por cima das fases intermediárias e de compromissos como *querem*, o assunto está resolvido". Esses erros revelam concepção idealista da História; a política não se desenvolve segundo os desejos, ainda os mais nobres, mas segundo as condições que a realidade apresenta e que se modificam constantemente, no sentido quantitativo, e para cuja modificação contribuem os atos e os pensamentos dos homens, em relação dialética. As concepções radicais, em contradição com os dados da realidade, refletem, muitas vezes, a necessidade, peculiar ao individualismo que a pequena burguesia conserva, de afirmar fidelidade exterior a determinados princípios, quase sempre honestamente esposados, mas essa mesma necessidade de afirmação exterior e agressiva, de ostentação de fidelidade, revela insegurança e resulta, portanto, em seu contrário. Em alguns casos, como a atividade política é mistura do puro e do impuro peculiar à condição humana e social, as pregações radicais resultam do desejo de afirmação individualista; mas, aí, é necessário compreender que política é coisa demasiado séria para servir ou assemelhar-se a um *show* de vedetes.

Não é de surpreender, finalmente, o considerável peso que a pequena burguesia, por força de condições objetivas, tem, na composição das forças participantes da Revolução Brasileira. Trata-se de um dado que a realidade oferece e que se torna desnecessário qualificar. Essa simples constatação invalida o conceito pejorativo tradicional que tende a desqualificar sua contribuição. Esta é muito importante, sem qualquer dúvida: não por acaso, alguns de seus setores específicos — militares, clero, estudantes — desempenham papel de evidência, influem consideràvelmente nos movimentos políticos, em nosso País. A sua massa, numerosa, ativa, heterogênea, tem decidido, pela tendência que assume, acontecimentos importantes; a intelectualidade, nela recrutada, desempenha função eminente no processo da Revolução Brasileira. Tudo isso contribui para que o seu estudo e caracterização seja do máximo interesse e ainda o esforço organizado para fazer com que suas deficiências sejam superadas e possa desempenhar sua função no processo histórico na medida de sua importância objetiva.

O Problema da Burguesia.

O PROBLEMA da participação da burguesia na Revolução Brasileira tem sido bastante controvertido; em grau menor, entre os que admitem a sua participação, discute-se acirradamente o seu papel. Os dois aspectos condicionam outro problema: o do caráter daquela Revolução. Para uns poucos ingênuos, que apreciam as posições originais, a discusão a respeito do referido caráter é inócua. Não se trata de saber que tipo de revolução estamos fazendo — dizem. Trata-se de fazê-la. Ao fornecer o receituário, entretanto, verifica-se, pelo próprio exemplo dessas figuras singulares, que amam acima de tudo isolar-se e individualizar suas posições, que a incompreensão a respeito daquele caráter é, em grande parte, responsável pelas suas concepções errôneas; o desprezo que alardeiam pelo problema é sinal evidente da profunda incompreensão que os caracteriza. Só a clara compreensão do caráter da Revolução Brasileira permite, com efeito, a definição de uma tática ajustada às suas necessidades a cada momento. Os descompromissados não se preocupam com a tática; mas isso é uma desculpa, não é um argumento. Convém, pois, antes de tudo, examinar o caráter da Revolução. Para isso, nada melhor do que o método histórico, visto como a deformação dos intérpretes originais ressente-se, fundamentalmente, disso: do desprezo pela História, como do desprezo pela dialética. Para eles, tudo é sempre igual, não mudam as condições; e unilateral, só vêem um aspecto dos problemas.

A História nos apresenta, esquemàticamente, três tipos de revolução burguesa. O primeiro, naturalmente, é o tipo clássico, aquele em que a burguesia, já econômicamente poderosa, assume o poder, tornando-se politicamente, não apenas poderosa mas dominante. É indiscutível a importância do estudo desse tipo de revolução burguesa, pois nele se forjaram conceitos e categorias perfeitamente necessárias naquela etapa, traduzindo a essência do processo, mas nem por isso perdendo o seu conteúdo histórico, que conceitos e categorias são também historicamente necessários. A incompreensão começa pela utilização desses conceitos e categorias, despojados de sua historicidade, como eternos, imutáveis devendo a realidade de outros tempos ajustar-se ao conteúdo deles. Como qualquer estudante sabe, até mesmo os que se limitam ao conhecimento histórico fornecido na cátedra universitária, entre nós, a burguesia ascendeu à situação de classe dominante em longo processo, ocorrido no ocidente europeu, nos séculos XVII e XVIII; ao fim deste, o processo estava em sua última etapa, isto é, a antiga classe dominante, a nobreza feudal, estava liquidada. Para derrocar a nobreza, a burguesia valeu-se, e muito, da aliança com o proletariado, com a pequena burguesia, com o campesinato. Foi essa ampla frente que permitiu a derrubada da nobreza e a liquidação de seus privilégios. Essa liquidação interessava a cada uma das classes e camadas que compunham aquela aliança "subversiva"; no conjunto, numericamente, a burguesia era minoritária.

Foi, entretanto, a classe que conseguiu auferir as maiores vantagens da vitória; era isso injusto, sem dúvida, mas era històricamente necessário, pois assim determinava a correlação das forças sociais. Assumindo o poder, a burguesia impôs a sua lei; pequena burguesia, proletariado e campesinato tiveram que se submeter. Mas é preciso lembrar que, ao tempo, a pequena burguesia era caudatária da grande, da burguesia propriamente dita, seus elementos aspiravam, mais do que tudo, tornar-se burgueses, e havia então amplas possibilidades para isso — na *Comédia Humana,* Balzac alinha numerosos casos de pequenos bur-

gueses que se transformaram em grandes burgueses. O proletariado era débil; não havia, senão em esboço, as formas claras e puras que a Revolução Industrial apresentou depois; era débil e refletia, qualitativamente, a pequena produção dispersa, que entravava a sua organização. O campesinato era ainda muito mais atrasado. De sorte, que, no conjunto da aliança, a burguesia era, realmente, a camponente mais forte, embora minoritária. Ela pôde, por isso, reter maiores vantagens da vitória. Foi justo, possível e necessário, entretanto, que as outras classes e camadas sociais participassem da luta contra a nobreza e, portanto, ao lado da burguesia; elas tiveram, também, benefícios com a vitória; a Revolução foi passo à frente, foi inequívoco avanço social. No quadro internacional, essas forças subordinadas da aliança não tinham aliados, mas adversários; as conquistas da Revolução estiveram seriamente ameaçadas; foi necessária a luta militar, para preservá-las; mais do que isso: foi necessário fomentar a revolução em outros países para, neles, enfraquecer ou derrubar a nobreza. Esse tipo clássico de revolução burguesa alastrou-se, mas assumiu, em cada país, forma peculiar; o exemplo mais importante foi o dos Estados Unidos da América do Norte; os traços gerais, porém, foram os citados e, assim, podem ser, esquecidas peculiaridades, assimiladas a um tipo.

A prova mais evidente de que a revolução burguesa era justa, possível e necessária — além do fato de se ter tornado realidade — está em que os países em que ela triunfou tomaram vigoroso impulso, desenvolveram-se, enriqueceram e, não por coincidência, operaram o grande surto de transformações na produção e na circulação que ficou conhecido como Revolução Industrial. E apesar disso a revolução burguesa não se alastrou a todo o mundo; pelo contrário, por largos decênios, ficou ilhada no ocidente europeu e nos Estados Unidos. O mundo apresentou, no século XIX, o quadro de extrema desigualdade, de diferenças enormes, política e econômicamente, desde as formas tribais de comunidades primitivas africanas, asiáticas e até americanas, passando por áreas, algumas extensas, como o Brasil, de regime escravista, e por outras, em quase todos os continentes, de regime feudal, até as áreas em que o capitalismo prosseguia o seu desenvolvimento e se transformava de regime de concorrência em regime de monopólio.

É quando ocorrem casos de revolução burguesa do segundo tipo, em condições agora inteiramente diferentes. As características principais desse tipo foram as seguintes: existência de massa camponesa numèricamente preponderante e principal como produtora de bens econômicos; de numerosa pequena burguesia, com função política destacada; de proletariado pouco numeroso mas crescente, cóm formas de organização em desenvolvimento mas ainda fracas; de burguesia recente, ascencional, com amplas perspectivas nacionais e fracas perspectivas internacionais. Externamente, as condições são também muito diversas: surgiram no palco, de um lado, o imperialismo, etapa alcançada pelos países que haviam realizado a revolução burguesa do primeiro tipo, particularmente, em nossos dias, do imperialismo dos Estados Unidos; e, de outro lado, de um país, hoje de alguns países onde se operou a revolução socialista ou onde se processa a construção do socialismo. E este é, precisamente, o caso tipico do Brasil.

Não interessa, aqui, apresentar os casos posteriores de revolução burguesa do primeiro tipo, mas retardada, como o alemão, o italiano, o japonês, que deram origem a burguesias agressivas, exasperadas pela disputa de áreas de expansão; nem outros casos particulares de revolução burguesa do segundo tipo, ainda as frustradas ou em processo, como a nossa, tais a mexicana, a argentina, a uruguaia, a chilena, a indiana, a indonésia. Antes de analisar as peculiaridades que permitem situar a Revolução Brasileira no segundo tipo, vale citar o terceiro tipo, que não interessa, também, discutir e analisar aqui. Pertence ao terceiro tipo a revolução burguesa que ocorreu, ou começa a ocorrer, em países de burguesia débil ou ausente ou mesmo estrangeira, de proletariado pouco numeroso, extra-industrial via de regra, de massa camponesa preponderante, de pequena burguesia ativa; é o caso das antigas colonias, recém ingressando na etapa da autonomia política, onde as relações capitalistas são fracas. O título de revolução burguesa quase não cabe aos movimentos políticos de libertação que ocorrem nesses países; a justificativa desse título está em que, sob qualquer regime, devem, necessàriamente, realizar as tarefas peculiares a revolução burguesa, com o poder nas mãos da burguesia ou não. A peculiaridade desse caso consiste em que tais países encontram, por condições internas como por condições externas, a possibilidade de

suprimir a etapa capitalista em seu desenvolvimento econômico: não conhecendo o capitalismo (senão através de empresas estrangeiras imperialistas) não têm porque atravessas essa etapa. Na dependência do processo de libertação que os sacode, podem, realmente, operar as transformações peculiares à etapa burguesa sem domínio da burguesia. Nesse tipo se enquadra, perfeitamente, apesar de seus traços específicos, o caso da República Popular da Mongólia, como o de algumas das Repúblicas da U.R.S.S.

No segundo caso, que é o nosso, não parece justo, possível ou necessário suprimir a etapa da revolução burguesa que, no caso, assume a forma de revolução democrática e nacional, e dele se diz, então, para diferenciar dos casos do primeiro tipo, que se trata de "revolução burguesa de tipo novo". Há que considerar, por outro lado, que as revoluções burguesas do segundo tipo, e particularmente as do terceiro, só se tornaram possiveis pela existência e pelo desenvolvimento da área socialista do mundo; sem esse fator novo, é evidente que não se teria operado a transformação econômica e social em algumas das Repúblicas da U.R.S.S., na República Popular da Mongólia, na China, nos países africanos antes coloniais, onde está em início ou em processo, na Índia, na Indonésia, etc. E não teria avançado o processo de revolução nos países dependentes, do segundo tipo, em que o Brasil se inclui. Este é o primeiro e fundamental dos traços que diferenciam esses tipo, do tipo clássico; outro é a deterioração do regime colonial, com o processo das revoluções burguesas do terceiro tipo; outro é a etapa que o capitalismo atravessa, de crise geral, levado ao extremo do capitalismo monopolista de Estado e da militarização da economia. Por isso, a revolução burguesa do segundo tipo, como a do terceiro, é, por essência, antiimperialista. E por isso o imperialismo é obrigado a tentar detê-la, por todos os meios, inclusive e por último pela violência armada.

A caracterização como democrática e nacional do tipo a que pertence a Revolução Brasileira significa que se trata de enfrentar o imperialismo, para a libertação econômica e política, de enfrentar o latifúndio, para liberar as forças produtivas e possibilitar a ampliação da área democrática. E significa, pois, que se trata, não de introduzir alterações socialistas,mas de ampliar relações capitalistas onde elas são ainda desconhecidas ou repeli-

das. A equiparação desse tipo ao primeiro é que leva à suposição de que essa ampliação de relações capitalistas terá, como coroamento fatal, admitido a-priori, o reforçamento da burguesia, conferindo-lhe, na correlação das forças de classe, aquele primado que lhe permitiu auferir a maioria das vantagens de sua revolução clássica. Mas a situação histórica é outra, as condições são inteiramente diversas, as externas como as internas. É errôneo estabelecer, profeticamente, como premissa básica, aquilo que pertence à etapa futura do processo. O estabelecimento dessa premissa deriva da equiparação mecânica de situações históricas diferentes, separadas por mais de um século de lutas, de transformações, de profunda e essencial alteração na correlação externa como na correlação interna das forças sociais. Equiparar a burguesia de países do tipo do Brasil à burguesia dos países em que se operou a revolução burguesa clássica, de outra parte, é deformação que indicia desconhecimento histórico irremediável.

A constatação de que o caráter da Revolução Brasileira é democrático e nacional tem, pois, interesse. Não se trata de simples questão formal. Porque, como conseqüência, permite concluir que se trata do acabamento da revolução burguesa, em nosso País, de processo em que a burguesia tem papel a desempenhar. É claro que, no referido caráter, interessa mais à burguesia o conteúdo nacional, enquanto às outras forças interessa mais o conteúdo democrático; eles são, porém, tão estreitamente vinculados que parece impossível separá-los, admitindo que, com a vitória, permaneça o nacional e desapareça o democrático. Que papel poderá ter a burguesia no desenvolvimento da Revolução Brasileira é problema do próprio processo. E, aqui, cabe prevenir aos menos avisados que as classes não podem ser julgadas pelos indivíduos que as compõem, nem como indivíduos, porque não se comportam como indivíduos. Constata-se, presentemente, e de algum tempo a esta parte, que a burguesia, no Brasil, que é o caso que nos interessa, divide-se em duas frações: a que se associa ao imperialismo e a que resiste ao imperialismo; é evidente que a primeira não pretende nenhuma participação na Revolução Brasileira; à segunda se convencionou conhecer como *burguesia nacional*. A existência desta é que é negada por alguns estudiosos, geralmente radicais, desejosos de queimar etapas e apaixonados por reformas socialistas que exigiriam, se possíveis, naturalmente,

a exclusão da burguesia de qualquer papel no processo da Revolução Brasileira. É raciocínio falso mas coerente: se a transformação é de conteúdo socialista, não há que englobar a burguesia entre as forças nela interessadas; é mais simples suprimí-la, negar-lhe a existência. Não são argumentos, nem pesquisas, nem dados colhidos na realidade; são desejos. Cada um é livre de ter os desejos que pode; falso é erigir esses desejos em ciência.

As resistencias da burguesia ao imperialismo, seu interesse *no desenvolvimento, como seu contorno real são dados* da realidade, daí a aceitação da categoria *burguesia nacional;* são reais, também, suas dúvidas, suas vacilações, seus temores, seus recuos. Nada existe de extraordinário nisso; extraordinário é esperar dela um comportamento proletário ou o estranho desinteresse de participar de uma frente sem nada esperar e desejar de vantagem. Alguns radicais são, entretanto, condescendentes: ela pode participar, mas sem direitos e sem vantagens. Pessoas assim ingênuas supõem que os movimentos políticos são como espetáculos teatrais em que se pode vedar ou permitir a entrada de espectadores, e até cobrar-lhes os ingressos. O que é coletivo, felizmente, não pertence a ninguém. A presença ativa da burguesia, entretanto, está assinalada em sua resistência ao imperialismo, em sulcos demasiado profundos que só os cegos não vêem: no papel do setor estatal da economia, na expansão do cooperativismo, na aceitação e na adoção do planejamento econômico, e até na imitação de formas e métodos de governo correntes em países socialistas, capazes de acelerar o desenvolvimento, para não falar na já extensa legislação que trás a marca de seus interesses e de sua atividade, nas campanhas a que ela emprestou a sua ajuda.

Mas é evidente que ela não ignora a existência da contradição de classe e sua luta; sua resistência ao imperialismo é sempre efetivada com vigilância para não estimular reformas de conteúdo socialista, em que não está de forma alguma interessada. Se o imperialismo lhe permitisse folga, certamente seria mais fácil acomodar-se com ele: sua resistência não chega ao rompimento senão no extremo limite. Mas esse extremo *limite está chegando agora: ou resiste ou perece;* e o imperialismo não lhe concede folga porque já não lhe é possível subsistir permitindo a existência e muito menos o desenvolvimento de burguesias nos países dependentes, isto é, de classes nativas que se desenvolvem à base dos lucros crescentes da exploração dos recursos naturais desses países e de sua comercialização. Pois o imperialismo necessita, como o organismo necessita de oxigênio, de explorar ele próprio esses recursos e comercializá-los, adjudicando-se o lucro máximo. Já não pode repartir lucros. O imperialismo é um monstro que devora os seus aliados.

Para desviar de si a repulsa, entretanto, distila um produto embriagador para a burguesia, opiando-a: o anticomunismo, a que ela é naturalmente receptiva e que a leva, nos instantes críticos, enquanto pretende ter perspectivas desse lado, a cessar a resistência, voltando-se contra os seus aliados nacionais, particularmente quando verifica que eles parecem inclinar-se às reformas socialistas. Se fosse possível separar a política da economia, a fórmula de acomodação estaria em ceder politicamente e resistir econômicamente. Interessada mais no que é nacional do que no que é democrático, e tendo do nacional uma noção materialista vulgar, não lhe importaria a ditadura, o policialismo, o governo de força, se lhe permitisse lucrar à custa do salário; importa-lhe, porém, e muito, quando esse governo de força se coloca, não a seu serviço, mas a serviço do imperialismo. E os governos de força, na fase atual, em países de economia dependente, como o Brasil, não têm, na América Latina, outra saída.

Como a pequena burguesia, a que o imperialismo procura vender o xarope anticomunista, explorando-lhe os preconceitos e prevenções, a burguesia conhece a experiência histórica que *assinala, uniformemente, inexoravelmente, que o anticomunismo* em caso algum levou à democracia ou a salvou mas, em todos os casos, levou à ditadura e à estagnação econômica, quando não levou, como na Alemanha, na Itália e no Japão, ao ódio racial, ao obscurantismo, ao genocídio, à guerra, à ruina econômica, ao desastre nacional. Face às condições objetivas que a compelem a participar da frente que luta pela Revolução Brasileira, as condições subjetivas do anticomunismo poderão ceder, entretanto. A burguesia que, tacitamente, pelas suas atividades, na sua parcela nacional, é claro, participa do processo histórico no sentido do avanço, tem condições para escolher o seu destino.

O Problema Democrático.

Os que, apreciando as grandes linhas do desenvolvimento histórico, verificam que ele é ascencional, sempre no sentido do avanço, da libertação do homem, esquecem, às vezes, que, visto em detalhes, aquele desenvolvimento se apresenta pontilhado de curvas, zigue-zagues, avanços e recuos, sem mencionar o aspecto do ritmo, ora lento, ora acelerado. A interrupção da vigência de instituições democráticas — na *relatividade peculiar às condições brasileiras daquela fase* — em abril de 1964, surpreendeu e deixou perplexos aqueles que supunham uniformemente positivo e ascencional o desenvolvimento histórico. As novas gerações, particularmente, que vinham participando da atividade política de pouco mais de um decênio a esta parte, e não tinham, portanto, a experiência da derrota, sofreram sério impacto que levou muitos ao desespero, ao desânimo, à descrença, ao pessimismo, de que emergiram, pouco depois, com acentuada e generalizada tendência ao radicalismo e à proposição de teses e ações em contraste com a realidade e, portanto, com as possibilidades. A derrota inesperada desorienta, realmente, e, de todas as formas, a interrupção do processo democrático corresponde sempre a atraso.

É fácil comprovar, no caso concreto ocorrido no Brasil, esse atraso: atraso político, atraso econômico, atraso social, atraso cultural. Não há benefício algum nas derrotas, visto o quadro em conjunto. Mas é inequívoco que elas ensinam, de forma contundente. Saber aprender a lição é uma necessidade; não perder a perspectiva, exigência imperiosa. O balanço da derrota das forças democráticas, em nosso País, é realmente impressionante: destruição da atividade sindical, dispersão dos quadros melhores que dirigiam as massas proletárias, instalação do policialismo nas organizações dos trabalhadores, cancelamento de seus direitos mais elementares, redução dos salários em numerosos setores, imposição de progressiva e continuada redução em todos, privação da escolha eleitoral, cassação de mandatos eletivos e privação de direitos políticos às personalidades mais eminentes e populares, dissolução de partidos, prisão de elementos os mais destacados em todos os campos da atividade política e cultural, exílio de dirigentes, mestres, artistas, cientistas, simulacro de legislação eleitoral, escolha de substituto do chefe do Governo por Congresso sem condições para isso, prorrogação de prazo de permanência no poder do chefe inicial do Governo oriundo do golpe de abril, processos sucessivos de milhares de brasileiros, jurisdição militar para julgamento desses processos, censura ao cinema, ao rádio, ao teatro, à televisão, à imprensa, à correspondência, destruição das organizações estudantis e da estrutura universitária, fechamento de entidades e instituições culturais, direitos ditatoriais concentrados nas mãos do chefe do Executivo, cancelamento do resguardo da patente dos militares, da inamovibilidade e intangibilidade dos juizes, violação dos direitos individuais, com invasão dos domicílios, apreensão de correspondência, livros, documentos privados, prisões sem motivo, sem mandato e sem prazo, apreensões de livros e invasão de editoras, suspensão de jornais e revistas e, por fim, culminando essa série de atentados, de arbitrariedades e de violências, uso constante da tortura e do assassínio, institucionalização da delação, fundação de amplo sistema de espionagem, entrega do controle da economia e das finanças do País a forças estrangeiras, submissão total na política exterior ao imperialismo, ado-

ção de planejamento econômico que leva à desnacionalização, ao desemprego, à estagnação, desespero em quase todos os lares, divisão e ódio estabelecidos como sistema, — o Brasil verdadeiramente arrasado política, econômica, social e culturalmente. Balanço terrível, sem a menor dúvida, e particularmente se considerarmos, para termo de comparação, a fase *democrática ascencional que se vinha desenvolvendo e dentro* de cujo processo era fácil prever o sentido e o conteúdo da crise econômica e financeira que já se vinha acentuando e de que o golpe de abril foi o coroamento. Balanço capaz de levar à perplexidade, à confusão, ao desânimo, ao desespero, ao pessimismo aqueles que não conheciam a experiência da derrota e julgavam-na hipótese impossível.

Três anos após a *instauração da ditadura, é já possível* estabelecer outro balanço, entretanto, começar a ver o outro lado da realidade. Em primeiro lugar, é agora muito mais fácil admitir que as forças democráticas estavam politicamente derrotadas, em 1964, quando sobreveio a derrota militar, que apenas sancionou aquela e por isso foi tão fácil, não encontrando resistência ponderável. O sintoma da referida derrota polí*tica era tão visível que não era visto: a reação detinha o po*der; não o tomou, apenas expeliu dele os elementos que temia. Trata-se, no fim de contas, de um dos poblemas menos conhecidos e menos estudados, entre nós, — o problema do poder. A propósito de situação idêntica, conhecido estadista francês, ao diagnosticar a derrota sofrida em seu país pelas forças democráticas, em certo episódio, explicou: "Tinhamos o governo, mas não tinhamos o poder." Mas isso, lá como aqui, só se tornou evidente depois da derrota, quando as forças democráticas *foram despejadas do governo.* No Brasil, na *realidade*, elas jamais detiveram o poder. Daí os golpes oriundos do poder, — do verdadeiro poder — golpes de dentro para fora, excluindo da função pública determinado ou determinados funcionários ou mandatários, que eram governo mas não eram poder. A análise acurada dos golpes de 1937, 1945, 1954 e 1964 mostra essa trivialidade, esse traço óbvio: detentores do *governo que perdiam função por não serem detentores do po*der. Sem falar na tentativa de 1961 e na decisão de 1955. Note-se: em nenhum desses casos, houve resistência ponderável, houve luta; os detentores do poder agiram contra os que não

detinham poder. Em 1961, quando parcelas do poder divergiram, foi procurada a acomodação, tudo desembocou no golpe político do estabelecimento do parlamentarismo. Em 1964, os detentores do poder decidiram afastar do governo aqueles que não lhes inspiravam confiança, após terem retirado deles as parcelas de poder que haviam conseguido pelo uso do apa*relho de Estado — após isolá-los, politicamente.* Operaram na posse plena e pacifica dos instrumentos de poder, que detinham. Só essa constatação é suficiente para deixar claro que a democracia brasileira era, na realidade, muito débil, como débeis eram as forças democráticas que travavam, então, a luta política pelas reformas, entre as quais, paradoxalmente, havia componentes que não só se julgavam fortes para efetivar aquelas *reformas, de conteúdo democrático e nacional, plena*mente compatíveis com o regime capitalista, mas para ir adi*ante e introduzir reformas de conteúdo socialista.* Os que não aprenderam com essa lição arriscam-se a perder o fio da História.

Mas a verdade é que a instauração da ditadura, em nosso País, está longe de ser fato novo; em 1937, ela foi estabele*cida, também à base militar, e durou até 1945.* Ao ser *implan*tada, sem encontrar resistência, vinha de processo preparatório que durou dois anos: na realidade, desde 1935, as forças reacionárias, instaladas no poder, vinham usando processos ditatoriais, destruindo as franquias democráticas, utilizando o anticomunismo como entorpecente; a violência, o terror, o estado-de-sítio, o estado-de-guerra, permitiram-lhes, em 1937, *por ato formal, institucionalizar a ditadura. Quais eram* as condições do mundo? Salazar dominava Portugal; Mussolini, a Itália; Hitler, a Alemanha; Franco e seus mercenários haviam destruído a República Espanhola; o fascismo, o nazismo, o militarismo, estavam em franca ascenção, nada parecia ter condições para deter-lhes a expansão em todo mundo, por toda a parte surgiam formas semelhantes, copiando-lhes até as exteriorizações. Irrompida a segunda Guerra Mundial, o triunfo nazi-facista parecia inevitável: Hitler expandia a sua fúria na Europa, invadindo e submetendo a Polonia, a Áustria, a Tchecoslováquia, a Noruega, a Iugoslávia, a Hungria, a Romênia, a Bulgaria, a Albania, a Grécia, e irrompia na África, dominando-lhe a orla mediterrânea, salvo o Egito; o militarismo

japonês, seguindo os passos do alemão, expandia-se na China continental e em Formosa, e conquistava, rapidamente, a Indo-China, a Malásia, a Indonésia, as Filipinas, deixando apenas fora de sua dominação, mas sob séria ameaça, a Índia, a Austrália e o Havaí; os dias de democracia burguesa pareciam contados. Nessa moldura gigantesca e movimentada é que a ditadura brasileira surgiu e durou.

Em abril de 1964, pouco mais de um quarto de século depois, aperece a ditadura, entre nós, com o seu conteúdo ostensivo, bem diverso, aliás, do caso precedente, com o seu caráter militarista, retrógrado, entreguista, com a sua política antinacional, antidemocrática e, portanto, antipopular, com a sua submissão indisfarçada ao imperialismo, a abdicação aberta da soberania, a desnacionalização de nossa estrutura econômica e sua subordinação às normas econômicas e financeiras ditadas do exterior, com a miséria dos trabalhadores e das camadas médias, o congelamento de salários, a alta do custo de vida, o prosseguimento da inflação, a redução das trocas comerciais, a persistência na deterioração do comércio exterior, o estreitamento do mercado interno, a falta de crédito, o surto do desemprego, o número crescente de concordatas e falências, a transferência de empresas nacionais a estrangeiros, a estagnação, a impossibilidade de consultas eleitorais autênticas, o esforço na "fachada democrática" reduzido a frangalhos, a extrema concentração de podêres, a destruição do Legislativo e do Judiciário, as eleições indiretas, a legislação política e eleitoral coercitiva, a vida partidária artificial, a fúria cassatória, o desenvolvimento apenas do aparelho policial, de repressão e espionagem, o esforço para transformar as Forças Armadas em gendarmeria, a justiça militar como foro especial e, finalmente, a necessidade de institucionalizar a ditadura pela outorga de Constituição adrede elaborada.

Quais são as condições do mundo, quando isso acontece no Brasil? Serão melhores ou piores do que em 1937; serão favoráveis ou desfavoráveis ao nazi-fascismo, nessas suas formas subordinadas e nativas que afloram na América Latina, na África, na Ásia? A área imperialista reduziu-se, dela escapando numerosos países; a área socialista ampliou-se, nela se integrando numerosos países; a economia da área imperialista ressente-se, cada vez de forma mais acentuada, não apenas da

redução de sua influência e domínio como de sua militarização; a economia da área socialista expande-se sem pausa e sem crises, atingindo índices e ritmo de desenvolvimento pela primeira vez conhecidos na História; o sistema colonial esboroa-se; desprendem-se de subordinação ao imperialismo norte-americano países capitalistas antes subordinados; a política de *coexistência pacífica é imposta à área em que o aventureirismo* guerreiro imperialista gera ainda focos de guerra, em que se emaranha e se desacredita, encontrando resistências cada vez mais fortes e mais generalizadas. O imperialismo não está mais forte; está, na verdade, mais furioso. E é natural: para submeter resistências, sua capacidade de persuasão esgotou-se, restando-lhe, como último e único recurso, o emprego da violência militar, — tinha uma orquestra, está reduzido a um instrumento. À medida em que atua, desacredita-se, porque apresenta a sua verdadeira face, sem a possibilidade mais de qualquer disfarce. Poderoso em relação a cada um dos países que fere, em seus desatinos, comprova a sua debilidade em relação ao conjunto internacional. Sua religião é a guerra; seu futuro, a tirania. Nada mais pode oferecer.

Nessa gigantesca moldura, surgiu, em abril de 1964, a ditadura brasileira. Tem saído fortalecida, internamente, pelo uso do poder? Conquistou novas camadas da população brasileira ou de seu povo? Resolveu os problemas de alguma das classes de nossa sociedade? Arregimentou camadas da pequena burguesia, fazendo com que formem a seu lado? A resposta, diante da realidade, é negativa. Como um bolo a que se retiram fatias, perdeu numerosos e importantes setores que a apoiavam de início: sua base política estreitou-se, seus quadros dirigentes ficaram reduzidos à minoria que, em seu isolamento, embala-se de receitas geopolíticas. As resistências que encontra crescem a cada dia, — do clero, dos estudantes, dos intelectuais, dos trabalhadores, de camadas da pequena burguesia que se mantêm alérgicas ao remédio político ministrado ao País, da burguesia, sufocada pela política econômica e financeira, do latifúndio mesmo que, embora tenha afastado de si o fantasma da reforma agrária, não viu realizado, de seus sonhos, senão esse; é óbvio mencionar a refratariedade do campesinato, do proletariado, de camadas pequeno burguesas como dos funcionários, comerciários e tantas outras; as facções

políticas e seus dirigentes são obrigadas, por necessidade de sobrevivência, a se eximirem de comprimissos com a ditadura; em alguns casos, combatem-na violentamente. E o próprio imperialismo, cujos desejos são por ela adivinhados e prontamente satisfeitos, está atento à sua deterioração, encarando a possibilidade de abandonar o fardo pelo caminho, desde que tenha garantias de não vir a sofrer prejuízos com a mudança.

A ditadura conseguiu esse milagre político: ajudar as condições para a formação de frente democrática, cuja existência é fato indiscutível, não tendo surgido de ações combinadas e menos ainda conspirativas de pessoas ou de grupos. É nesse quadro que se coloca a necessidade de tirar proveito da lição em que se constitui o golpe de 1964; e a necessidade fundamental está na recusa ao esquerdismo, no esforço para dar forma organizada à ampla frente que a realidade gerou e não é propriedade de ninguém. O objetivo imediato e fundamental, aquele que se constituiu em interesse comum das forças e das correntes de que se compõe o povo brasileiro, agora, está na redemocratização, isto é, no restabelecimento dos direitos políticos e das garantias individuais cuja violação se erigiu em característica essencial da ditadura. Esta, na verdade, inseriu-se no processo da Revolução Brasileira, como episódio; esse processo não foi paralisado por ela, prossegue com ela, apesar dela, contra ela; superada essa etapa, será retomada, em nível mais alto e é bem possível que com significativa mudança qualitativa. De qualquer forma, impossível é apenas deter o carro da História.

OBRAS DE NELSON WERNECK SODRÉ:

HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA, Rio, 1938; 2ª edição, Rio, 1940; 3ª edição, Rio, 1960; 4ª edição, Rio, 1964; 5ª edição, Rio, 1969; 6ª edição, Rio, 1976; edição polonesa, Varsóvia, 1975 – PANORAMA DO SEGUNDO IMPÉRIO, S. Paulo, 1939 – OESTE. ENSAIO SOBRE A GRANDE PROPRIEDADE PASTORIL, Rio, 1941 – ORIENTAÇÕES DO PENSAMENTO BRASILEIRO, Rio, 1942 – SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO LITERÁRIO NO BRASIL, S. Paulo, 1943 – FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA, Rio, 1944 – O QUE SE DEVE LER PARA CONHECER O BRASIL, Rio, 1945; 2ª edição, Rio, 1960; 3ª edição, Rio, 1967; 4ª edição, Rio, 1973; 5ª edição, Rio, 1976 – INTRODUÇÃO À REVOLUÇÃO BRASILEIRA, Rio, 1958; 2ª edição, Rio, 1963; 3ª edição, Rio, 1967; 4ª edição, S. Paulo, 1978 – NARRATIVAS MILITARES, Rio, 1959 – A IDEOLOGIA DO COLONIALISMO, Rio, 1961; 2ª edição, Rio, 1965 – FORMAÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL, S. Paulo, 1962; 2ª edição, S. Paulo, 1963; 3ª edição, S. Paulo, 1964; 4ª edição, S. Paulo, 1967; 5ª edição, S. Paulo, 1968; 6ª edição, S. Paulo, 1970; 7ª edição, S. Paulo, 1971; 8ª edição, S. Paulo, 1974; 9ª edição, Rio, 1976 – QUEM É O POVO NO BRASIL, Rio, 1962; 2ª edição, Rio, 1962; 3ª edição, Rio, 1963 – QUEM MATOU KENNEDY, Rio, 1963; 2ª edição, Rio, 1964 – HISTÓRIA DA BURGUESIA BRASILEIRA, Rio, 1964; 2ª edição, Rio, 1967; 3ª edição, Rio, 1976 – EVOLUCIÓN SOCIAL Y ECONÓMICA DEL BRASIL, Buenos Aires, 1964 – HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL, Rio, 1965; 2ª edição, Rio, 1968 – O NATURALISMO NO BRASIL, Rio, 1965 – OFÍCIO DE ESCRITOR, Rio, 1965 – AS RAZÕES DA INDEPENDÊNCIA, Rio, 1965; 2ª edição, Rio, 1969 – HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL, Rio, 1966; 2ª edição,

Rio, 1977 – MEMÓRIAS DE UM SOLDADO, Rio, 1967 – FUNDAMENTOS DE ESTÉTICA MARXISTA, Rio, 1968 – FUNDAMENTOS DE ECONOMIA MARXISTA, Rio, 1968; FUNDAMENTOS DO MATERIALISMO DIALÉTICO, Rio, 1968 – FUNDAMENTOS DO MATERIALISMO HISTÓRICO, Rio, 1968 – SÍNTESE DE HISTÓRIA DA CULTURA BRASILEIRA, Rio, 1970; 2ª edição, Rio, 1972; 3ª edição, Rio, 1974; 4ª edição, Rio, 1976; 5ª edição, Rio, 1977 – MEMÓRIAS DE UM ESCRITOR, I, Rio, 1970 – BRASIL. RADIOGRAFIA DE UN MODELO, Buenos Aires, 1974; 1ª edição brasileira, Rio, 1974; 2ª edição, Rio, 1975; 3ª edição, Rio, 1977 – INTRODUÇÃO À GEOGRAFIA. GEOGRAFIA E IDEOLOGIA, Rio, 1976; 2ª edição, Rio, 1977.

A aparecer:

ORIGENS DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA – VIDA E MORTE DA DITADURA

Este livro foi impresso pela
SÍMBOLO S.A. INDÚSTRIAS GRÁFICAS
Rua General Flores, 518 522 525
Telefone 221 5833
São Paulo
Com filmes fornecidos pela editora